



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 448

Terça-feira - 16 de Março de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

| | |
|------------------------------|-----|
| Antônio Carlos | 1 |
| Arroio Tinta..... | 4 |
| Bela Vista do Toldo..... | 4 |
| Biguaçu | 4 |
| Braço do Trombudo | 4 |
| Caçador | 5 |
| Campo Alegre | 33 |
| Canoinhas..... | 48 |
| Capinzal | 48 |
| Catanduvas..... | 48 |
| Chapadão do Lageado | 49 |
| Coronel Martins..... | 82 |
| Corupá | 83 |
| Ermo | 114 |
| Forquilha..... | 115 |
| Fraiburgo..... | 116 |
| Garopaba..... | 119 |
| Garuva | 120 |
| Governador Celso Ramos | 126 |
| Imbituba | 126 |
| Irineópolis | 130 |
| Luzerna | 130 |
| Monte Carlo | 145 |
| Paulo Lopes | 145 |
| Porto União..... | 146 |
| Rio do Sul..... | 150 |
| São Lourenço do Oeste..... | 151 |
| São Pedro de Alcântara..... | 157 |
| Schroeder | 158 |
| Três Barras | 165 |
| Videira..... | 165 |

Consórcios Públicos

| | |
|--------------------|-----|
| CIS - AMUREL | 166 |
|--------------------|-----|

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 24/2010

DECRETO Nº 24/2010 de 10 de Março de 2010

Abre crédito adicional suplementar-Superávit Financeiro no Orçamento programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 30.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
07.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
07.01.20.606.0008.1.028-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro - R\$ 30.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 10 de março de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de março de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 25/2010

DECRETO Nº 25/2010 de 10 de Março de 2010

Abre crédito adicional suplementar-Superávit Financeiro no Orçamento programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tibúrcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 15.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL
05.03 – SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL
05.03.08.244.0006.2.030-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro - R\$ 15.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 10 de março de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de março de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 026/2010

DECRETO Nº 026/2010

Prorroga o vencimento de Tributos especificados e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 56, VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o atraso na emissão e disponibilização, para o Município, dos carnês de IPTU, e, conseqüentemente, o atraso na entrega dos mesmos;

CONSIDERANDO, que a finalização desta entrega ficaria muito próxima ao prazo para pagamento da 1ª parcela/parcela única;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo para pagamento do IPTU, que obedecerá ao seguinte cronograma:

31/05/2010 – Prazo para pagamento da 1ª parcela ou para pagamento da parcela única;
30/06/2010 - Prazo para pagamento da 2ª parcela;
31/07/2010 - Prazo para pagamento da 3ª parcela;
31/08/2010 – Prazo para pagamento da 4ª parcela;
30/09/2010 – Prazo para pagamento da 5ª parcela.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 12 de março de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto, na Secretaria Municipal, em 12 de março de 2010.

MAURO CÉZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 165/2010

PORTARIA Nº 165/2010

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, por 20 dias, ao servidor ADRIANO HAMMES, ocupante do Cargo AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, partir de 01 de março de 2010, referente ao período aquisitivo de 02/02/2007 a 01/02/2008.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de Março de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 08 de Março de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 166/2010

PORTARIA Nº 166/2010

Concede Licença p/Tratamento de Saude.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Laudo Pericial,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAUDE, por 90 dias, ao servidor CARLOS WEBER, ocupante do Cargo MOTORISTA, partir de 10 de março de 2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de Março de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 10 de Março de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 167/2010

PORTARIA Nº 167/2010

Dispensa ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, FABIO SATAKE GONÇALVES, do cargo de MEDICO – 20H, a partir de 09 de Março de 2010

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.



Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de Março de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 10 de Março de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 170/2010

PORTARIA N° 170/2010
Nomeia servidor para cargo efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital Concurso Público nº 002/2006,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, ROBERTA CORREIA, para o Cargo de ANIMADOR DA TERCEIRA IDADE, a partir de 11 de março de 2010, passando a fazer parte do Quadro de Pessoal permanente da Prefeitura Municipal.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 11 de Março de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 11 de Março de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Pregão Presencial N° 41/2009

Pregão Presencial n.º 41/2009
Ref. Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços nº 79/2009.
Vistos etc.

Recebi hoje o parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, nº 009/2010, acerca do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato supracitado, formulado por Schüller e Farias Ltda.

Naquele pedido a requerente alega alteração imprevisível no preço dos combustíveis que ocasionou a quebra do equilíbrio do contrato anteriormente firmado.

Acerca deste pedido o ilustre Dr. Douglas Clasen, opinou pelo deferimento do mesmo, face comprovação da aludida quebra, ante a apresentação das notas fiscais anteriores e atuais.

Assim sendo, com base no parecer em questão, DECIDO pelo recebimento e deferimento do presente pedido, com a alteração do preço do litro da gasolina comum para R\$2,363.

Publique-se a presente decisão no Diário Oficial dos Municípios.

Intime-se a requerente da presente decisão.

Junte-se ao respectivo processo licitatório a presente decisão, bem como parecer aludido anteriormente.

Nada mais.

Antônio Carlos, 11 de março de 2010.
RUDINEI GOEDERT
Pregoeiro

Pregão Presencial N° 81/2009

Pregão Presencial nº 81/2009
Ref. Ata de Registro de Preço nº 113/2009.
Vistos etc.

Verifico que a decisão tomada pela então pregoeira, Sr. Camila Neis, quanto à abertura de processo administrativo contra a empresa Suprimóveis Ltda – ME, pelo não cumprimento parcial do contrato – ata de registro de preço n.º 113/2009 - pela ausência de entrega dos itens licitados por esta Prefeitura, mesmo tendo sido intimada por diversas oportunidades, ainda não foi iniciado.

Constato que, de todos os objetos a ela adjudicados, a mesma deixou de entregar os itens 07, 08, 09, 13, 17, 23, 24, 26, 29, 31, totalizando o valor de R\$8.830,00 (oito mil, oitocentos e trinta reais), sem qualquer tipo de justificativa.

Assim sendo, a teor do disposto no art. 86 e 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e demais permissivos legais, DECIDO pela abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades previstas no contrato, principalmente no tocante ao item 13 do edital licitatório e cláusula 4ª da ata de registro de preços 113/2010, bem como quanto à penalidade de impedimento de licitar, contida no art. 7º da Lei Federal n.º 10.520/02.

Outrossim, para que não seja alegado futuramente o descumprimento dos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa, concedo a empresa em questão o direito de defesa, fixando o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que, querendo, apresente suas razões defensivas.

Publique-se a presente decisão no Diário Oficial dos Municípios.
Intime-se a requerente da presente decisão.
Junte-se ao respectivo processo licitatório a presente decisão.

Antônio Carlos, 10 de março de 2010.
RUDINEI GOEDERT
Pregoeiro

Processo Licitatório N° 37/2010

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório: nº 37/2010; Modalidade: Pregão Presencial;
Tipo: Menor preço global;

Objeto: A presente Licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de divisórias para a Secretaria de Esportes e Turismo, da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 29/03/2010 às 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 15 de março de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

Tomada de Preços nº 0002/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0002/2010.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: Aquisição de 01(um) Caminhão Usado, Ano e Modelo de Fabricação não inferior a 1998, Potência Mínima de 291CV, Motor Diesel, 06(seis) Cilindros, Trucado, conforme especificações constantes no edital de Tomada de Preços.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até as 09:00h do dia 29/03/2010.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30h do dia 29/03/2010.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 12 de março de 2010.

CLAUDIO SPRÍCIGO

Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Edital

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2010

CONCORRENCIA Nº 001/2010

O Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto EDITAL DE CONCORRENCIA PUBLICA, para CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO NO TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS, e que se realizará nos termos que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93. Fixa-se o dia 15/04/2010, às 10h00min para abertura das propostas e às 09h30min como último prazo para apresentação da habilitação e propostas. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, à Rua Estanislau Schumann, 839 - centro, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:30 hs às 12:00 e das 13:00 às 16:30 hs., e-mail planejamento@pmbvt.sc.gov.br ou pelo telefone (47) 3629 0066.

Bela Vista do Toldo, 15 de Março de 2009.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Revogação PP 009 FMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 009/2010-FMA

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Senhor José Castelo Deschamps, torna público para o conhecimento de todos os interessados, a Revogação do Processo Licitatório PP nº 009/2010-FMA, que tem por objeto "a aquisição de materiais e instrumentos de uso veterinário para a Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura", devido a falta de empresas interessadas em participar do referido processo.

Biguaçu, 11 de março de 2010.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 050/2010

PORTARIA Nº 050/2010

Designa Servidor

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado o servidor Carlos Alberto Mathias, para ser responsável pela expedição de Carteiras de Trabalho, Carteiras de Identidade e Alistamento Militar, junto a Casa da Cidadania.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 12 de março de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 16/2010

EXTRATO DE CONTRATO 16/2010

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: SCPlanej Consultoria e Assessoria Pública Ltda

CNPJ 07.954.122/0001-66, sito a Rua Albino Zeni, 21

Cidade de Petrolândia - SC

Objeto: Contratação de Consultoria e Assessoria na área de Planejamento, compreendendo Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual bem como suas alterações,

configuração e conferência dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal e assessoria nas questões pertinentes a contabilidade pública, E-sfinge.

Valor: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais)

Vigência até 31.12.2010

Data da assinatura: 12.03.2010

VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 5/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 5/2010 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo
CNPJ 11.481.782/0001- 44, sito a Rua Leopoldo Joenck,
Cidade de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: SCPlanej Consultoria e Assessoria Pública Ltda
CNPJ 07.954.122/0001-66, sito a Rua Albino Zeni, 21
Cidade de Petrolândia - SC

Objeto: Contratação de Consultoria e Assessoria na área de Planejamento, compreendendo Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual bem como suas alterações, configuração e conferência dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal e assessoria nas questões pertinentes a contabilidade pública, E-sfinge.

Valor: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)

Vigência até 31.12.2010

Data da assinatura: 12.03.2010

VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.440

DECRETO nº 4.440, de 04 de março de 2010.

Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei Municipal nº 2.119/04,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área de terreno urbano de 135,00m² (cento e trinta e cinco metros quadrados) originária de uma área de terreno urbano de 471,00m² (quatrocentos e setenta e um metros quadrados), constituído do Lote 18, da quadra B, do Loteamento Residencial Itália, objeto da matrícula nº 26.776, do R.I. desta comarca, de propriedade de Severino Moreira Dias, que passa a ser lembrada à área de terreno urbano de 471,00m² (quatrocentos e setenta e um metros quadrados), constituído do Lote 19, da quadra B, do Loteamento Residencial Itália, objeto da matrícula nº 26.777, do R.I. desta Comarca, de propriedade de Severino Moreira Dias, resultando após o desmembramento em duas áreas, conforme segue:

I – Lote 18: com área de 336,00m² (trezentos e trinta e seis metros quadrados), objeto da matrícula nº 26.776, de propriedade de Severino Moreira Dias, com os seguintes limites, confrontações

e descrição do perímetro: ao Norte, com o Lote 19; ao Sul, com o Lote 17; a Leste, com a empresa CEPTEL; e a Oeste, com a Rua Domingos Giovanni Pegoraro; Partindo do marco 27, coordenada plana 70.360.034,1747 m Norte e 574.028,6818 m Leste, deste, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 32,00 m e azimuth plano de 177º29'10'' chega-se ao marco 26, deste, no quadrante sudeste, seguindo com distância de 10,50 m e azimuth plano de 267º01'04'' chega-se ao marco 32, deste, confrontando neste trecho com o lote 1, no quadrante Sudoeste, seguindo com distância de 32,00 m e azimuth plano de 357º29'10'' chega-se ao marco 33, deste, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 10,50 m e azimuth plano de 87º01'04'' chega-se ao marco 27, ponto inicial da descrição deste perímetro.

II – Lote 19: com área de 606,00m² (seiscentos e seis metros quadrados), objeto da matrícula nº 26.777, de propriedade de Severino Moreira Dias, com os seguintes limites, confrontações e descrição do perímetro: ao Norte, com o Lote 20; ao Sul, com o Lote 18; ao Leste, com a empresa CEPTEL; e ao Oeste, com a Rua Domingos Giovanni Pegoraro; partindo do marco 33, coordenada plana 70.360.033,6285 m Norte e 574.018,1957 m Leste, deste, confrontando neste trecho com o Lote 2, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 32,00 m e azimuth plano de 177º29'10'' chega-se ao marco 32, deste, no quadrante sudeste, seguindo com distância de 8,439 m e azimuth plano de 267º01'04'' chega-se ao marco 28, deste, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 10,50 m e azimuth plano de 267º01'04'' chega-se ao marco 3, deste, no quadrante Sudoeste, seguindo com distância de 32,00 m e azimuth plano de 357º29'10'' chega-se ao marco 2, deste, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 10,50 m e azimuth plano de 87º01'04'' chega-se ao marco 29, deste, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 8,439 m e azimuth plano de 87º01'04'' chega-se ao marco 33, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes desmembramentos e remembramentos.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

NEREU BAÚ
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.438/2010

DECRETO nº 4.438, de 26 de fevereiro de 2010.
Designa Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21/6/93,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam designados os cidadãos TAISE TEODÓZIO, EMER-



SON SCHMIDT e DONIZETE ALVES DOS SANTOS, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação, que analisará e julgará as propostas dos interessados, de acordo com as exigências dos Editais, abaixo discriminados:

- Tomada de Preços nº 02/2010 – Fundo Municipal de Saúde de Caçador - para contratação de empresa habilitada para construção de unidade de atenção básica em saúde no bairro Martello.

Art. 2º A Comissão reunir-se-á na Sala de Licitações, às 15h05 do dia 22 de março de 2010, para análise e julgamento das propostas do Edital – Tomada de Preços nº 02/2010, Fundo Municipal de Saúde de Caçador.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

NEREU BAÚ
Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria 19.404/2010

PORTARIA Nº 19.404, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 114, da Lei complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137/2008,

R E S O L V E :

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais, abaixo relacionadas, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando: nome, cargo, carga horária, secretaria de lotação e data de afastamento, conforme segue:

| Cód. | Nome | Cargo | CH | Sec. | Data Afast. |
|------|------------------------|------------|----|------|-------------|
| 9701 | Daniela Kist B. Cabral | Médica | 20 | 06 | 01/02/10 |
| 9708 | Daniela Kist B. Cabral | Médica | 20 | 06 | 01/02/10 |
| 9731 | Fernanda Pollo | Professora | 24 | 16 | 07/02/10 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELI SIQUEIRA
Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Aviso Inexigibilidade 08-2010 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR
SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 08/2010

A Pref. Municipal de Caçador, SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 08/2010 para contratação de artistas locais para realização de shows durante a festa de 76 anos do Município

de Caçador, sendo: Armagedom, Banda 5 Lines, Donizete e Lyan, Estância Nativa, Felipe da Gaita, Garotos do Rodeio, Joel O Lobo da Estrada, Marca Veia, Os Jagunços, 4 Azes e The Countries, pelo valor total de R\$ 38.900,00, com validade durante os dia 20, e 21 e 22 de março, nos termos do Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador-SC, 15 de março de 2.010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

Aviso Licitação TP 02-2010 FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL: Tomada de Preço nº 02/2010 - FUNDEMA
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM (compreendendo materiais e serviços)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA:
1) EXECUÇÃO DE 300 LIGAÇÕES DOMICILIARES INTERNAS PARA TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO JUNTO A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO, NA VILA ULISSES GUIMARÃES,
2) IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA LOCALIDADE DE ADOLFO KONDER.
ENTREGA DOS ENVELOPES: até 15:00 Horas do Dia 06/04/2010.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 15:05 Horas do Dia 06/04/2010.
VISITA TÉCNICA: até às 12:00 horas do dia 05/04/2010.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, Ramal 210, no horário de expediente em vigor. e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br.

Caçador, 12 de março de 2010.

ANDRÉ FRANCISCO CANALLE
Presidente

Alteração Edital Pregão Eletrônico 01/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

ALTERAÇÃO DO EDITAL

EDITAL: Pregão Eletrônico nº 01/2010 – FME altera-se para Pregão Eletrônico nº 02/2010 OBJETO: Altera-se órgão o qual será licitado o presente Edital da Fundação Municipal de Esportes para Prefeitura Municipal de Caçador, através da Secretaria de Administração e Fazenda. Altera-se item 14.1 do Edital, local de entrega no Prédio Sede da Prefeitura Municipal de Caçador, localizado na Avenida Santa Catarina, nº 195, Centro, Caçador, SC. Edital Completo poderá ser obtido no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br Maiores informações no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, Ramal 210, no horário de expediente em vigor. e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br

Caçador, 12 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Edital de Caução / Pavimentação Asfáltica– Nº 013/2010

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
EDITAL DE CAUÇÃO / PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA– Nº 013/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR faz saber aos interessa-



dos que recebeu requerimento (abaixo assinado) de proprietários de imóveis lindeiros à RUA , ANGELINA BERNARDI KUCZER , BAIRRO DOS MUNICIPIOS solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

CARACTERIZAÇÃO DA RUA:

Nome: RUA : ANGELINA BERNARDI KUCZER
 Bairro : BAIRRO - DOS MUNICIPIOS
 Somatório de testadas: 449,17 metros lineares
 Área de pavimentação: 1.796,68 m²

MEMORIAL DESCRITIVO DAS OBRAS:

As obras de pavimentação compreenderão a execução dos seguintes serviços:

Serviços de regularização da pista e terraplanagem

Transporte de materiais

Serviços de Drenagem pluvial conforme projeto, com assentamento da tubulação e confecção das bocas de lobo nos locais indicados.

Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente, com especificações técnicas e dimensionamento conforme planilha de orçamento descrita abaixo.

DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS:

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização estipulado por ocasião do Edital de Contribuição de Melhoria por comissão especialmente nomeada.

ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA:

A determinação do custo da obra do presente Edital de Caução refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descrito acima, e de acordo com os custos especificados abaixo, nos quais encontram-se relacionados todos os serviços com suas quantidades e custos unitários e totais, dando ao final o custo da obra. Os custos unitários apresentados referem-se aos custos vigentes em janeiro de 2.010, data do início da mobilização dos moradores para viabilização na participação do programa de Pavimentação estipulado no art. 70, item II da lei 54/83.

| Especificações e Serviços | Un | Qtidade | Custo Unit. | Custo total à vista |
|--------------------------------------------|-----|-----------|-------------|---------------------|
| Drenagem pluvial com tubos de 0,30 m | un | 230 | R\$ 23,50 | R\$ 5.405,00 |
| Camada de brita 2 para forro | m3 | 55 | R\$ 44,00 | R\$ 2.420,00 |
| Camada de macadame seco | m3 | 220 | R\$ 44,00 | R\$ 9.680,00 |
| Camada de base de brita graduada | m3 | 145 | R\$ 44,00 | R\$ 6.380,00 |
| Imprimação com RM – 1C | Lts | 2.170 | R\$ 1,92 | R\$ 4.166,40 |
| Camada asfáltica com C.A.U.Q. | ton | 225 | R\$ 109,20 | R\$ 24.570,00 |
| Bocas de lobo | un | 10 | R\$ 170,00 | R\$ 1.700,00 |
| Meio fio de concreto simples | mL | 450 | R\$ 7,50 | R\$ 3.375,00 |
| Sinalização Horizontal e vertical | mL | 225 | R\$ 7,50 | R\$ 1.687,50 |
| SUB TOTAL | | | | R\$ 59.383,90 |
| Serviços de Mão de obra e de Horas máquina | | incentivo | | R\$ 25.450,10 |
| TOTAL | | | | R\$ 84.834,00 |

Dimensionamento= forro=3cm, macadame seco=12cm, base de brita graduada=8cm e capa=5, cm.

Custo metro quadrado = R\$ 33,00 /m².

Custo metro linear = R\$ 165,00 / ML

O custo da obra será lançada aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2o, o valor total da Caução do presente projeto é de no mínimo 70% (setenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de 10% (dez por cento) e no máximo de 80% (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a 70% (setenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes e relacionados abaixo, no seguinte Banco e Conta Caução:

Banco ; SICOOB/SC - AGÊNCIA: 3038
 Nome da Conta: PREF. MUN DE CAÇADOR/ CAUÇÃO PAVIMENTAÇÃO ; RUA ANGELINA BERNARDI KUCZER
 Número da Conta: 21.023-4

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1o e 4o do artigo 69 da lei 54/83;

Início das obras de pavimentação da rua ;

Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3o do art. 71 da lei 54/83.

Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

Os contribuintes para obterem os descontos dos artigos 76 e 77 da Lei 054/83, deverão, no prazo constante no Edital de Contribuição de Melhoria, complementar os depósitos caucionados.

Caçador (SC), Março de 2.010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM O RESPECTIVO VALOR BASE DE PARTICIPAÇÃO PARA VIABILIZAÇÃO DO PROGRAMA (caução) RUA.ANGELINA BERNARDI KUCZER

| PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL | INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA | TES. ML | VALOR R\$ |
|------------------------|-----------------------|---------|-----------|
| MILTON CACHOEIRA | | 15,00 | 1.980,00 |

| | | |
|------------------------------------|-----------|-----------|
| CLAUDIOMIR ANTONIO PASTERNAK | 15,00 | 1.980,00 |
| EMELINE SAUER | 15,00 | 1.980,00 |
| MARINI TEREZINHA SCHAITELE DA CRUZ | 15,00 | 1.980,00 |
| EDELIR BATISTA DE AZEVEDO | 15,00 | 1.980,00 |
| VILSON FOGAÇA | 15,00 | 1.980,00 |
| ANTONIO HENRIQUE CARNEIRO | 15,00 | 1.980,00 |
| NATAL BERTOTTO | 15,00 | 1.980,00 |
| RODRIGO INACIO DA SILVA E SOLANGE | 15,00 | 1.980,00 |
| BENJAMIN VILLAN | 15,00 | 1.980,00 |
| ONORI BATAGLION | 15,00 | 1.980,00 |
| MOACIR MATEUS CRISTALDO | 15,00 | 1.980,00 |
| EDEGAR GODOY ALVES e MANUEL VANDE | 14,50 | 1.914,00 |
| OLICE VIGOLO | 28,00 | 3.696,00 |
| GLAUCIA RITA TOMAZI VOLOCHE | 14,00 | 1.848,00 |
| IZAIAS BERTONI | 14,00 | 1.848,00 |
| IZAIAS BERTONI | 14,00 | 1.848,00 |
| VALDIR FABISIAK | 14,00 | 1.848,00 |
| ZELINDA JOSEFINA COMERLATO VIEIRA | 14,00 | 1.848,00 |
| DARCY JOSE PEREIRA DA CONCEIÇÃO | 14,00 | 1.848,00 |
| HERMES KAUL | 14,00 | 1.848,00 |
| ANDERSON LUIZ ZERHARDT | 14,00 | 1.848,00 |
| NELSON LUIZ MARTINS | 14,00 | 1.848,00 |
| NELCY BATISTELLA | 14,00 | 1.848,00 |
| CAMILO CESCA | 14,00 | 1.848,00 |
| ADRIANA MICHELA F. DE LIMA | 14,00 | 1.848,00 |
| FERNANDA APARECIDA BERTONI | 14,00 | 1.848,00 |
| PAULO DALLA VECCHIA | 14,00 | 1.848,00 |
| RICARDO PADILHA | 30,67 | 4.048,40 |
| TOTAL | 449,17 ML | 59.290,40 |

| | | |
|------------------------------------|--|--|
| EMELINE SAUER | | |
| MARINI TEREZINHA SCHAITELE DA CRUZ | | |
| EDELIR BATISTA DE AZEVEDO | | |
| VILSON FOGAÇA | | |
| ANTONIO HENRIQUE CARNEIRO | | |
| NATAL BERTOTTO | | |
| RODRIGO INACIO DA SILVA E SOLANGE | | |
| BENJAMIN VILLAN | | |
| ONORI BATAGLION | | |
| MOACIR MATEUS CRISTALDO | | |
| EDEGAR GODOY ALVES e MANUEL VANDE | | |
| OLICE VIGOLO | | |
| GLAUCIA RITA TOMAZI VOLOCHE | | |
| IZAIAS BERTONI | | |
| IZAIAS BERTONI | | |
| VALDIR FABISIAK | | |
| ZELINDA JOSEFINA COMERLATO VIEIRA | | |
| DARCY JOSE PEREIRA DA CONCEIÇÃO | | |
| HERMES KAUL | | |
| ANDERSON LUIZ ZERHARDT | | |
| NELSON LUIZ MARTINS | | |
| NELCY BATISTELLA | | |
| CAMILO CESCA | | |
| ADRIANA MICHELA F. DE LIMA | | |
| FERNANDA APARECIDA BERTONI | | |
| PAULO DALLA VECCHIA | | |
| RICARDO PADILHA | | |

Cacador, Março de 2.010

TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO

Os proprietários de imóveis localizados na RUA ANGELINA BERNARDI KUZCER, do Bairro DOS MUNICIPIOS requerentes da modalidade de pavimentação descrita no item II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que CONCORDAM com os termos do Edital de Caução nº 013/2010, publicado em Março / 2010, no Diário Oficial dos Municípios, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade corresponde a 70% (setenta por cento) do orçamento da obra:

| NOME DO PROPRIETÁRIO | CPF/CGC | DEPÓSITO/CAUÇÃO | ASSINATURA |
|------------------------------|---------|-----------------|------------|
| MILTON CACHOEIRA | | | |
| CLAUDIOMIR ANTONIO PASTERNAK | | | |



Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1004/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|
| AKR4921 | 55108959C | SEBASTIAO ALOIR MARINS | 5010/0 | 162 * I |
| LXP9688 | 55109071C | JOAO EDENILSON BUENO | 6920/0 | 233 |
| MCH4612 | 55110310C | WILSON SZYNKUV | 5169/1 | 165 |
| MCO3967 | 55106131C | VALDOMIRO JOSE MOREIRA | 5010/0 | 162 * I |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1005/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|
| CPE3002 | 54789849C | EDELURDES ANTUNES DE OLIVEIRA | 5908/0 | 202 * I |
| MCV0021 | 55106133C | MOYSES GRANDO | 5193/0 | 168 |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

DIRETOR DA GUARDA MUNIC

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1006/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-----------------------------------------------------|-----------------|---------------|
| BCR2801 | 55105741C | NILTON ADELAR HORN | 6920/0 | 233 |
| BVV8543 | 54789475C | VALDIR OSMAR GUZZI | 5010/0 | 162 * I |
| BVV8543 | 54789476C | VALDIR OSMAR GUZZI | 6599/2 | 230 * V |
| LXH8279 | 54790449C | ASSOCIACAO CASA DE REABILITACAO NOVA VIDA EM CRISTO | 6599/2 | 230 * V |
| LXV1142 | 54789968C | JERRY ADRIANO LOURENCO DE MELLO | 5010/0 | 162 * I |
| LYE5787 | 55163600 | JORGE ADEMIR MARTINS | 6599/0 | 230 * V |
| LZO8376 | 54789618C | EDENILSON CAMARGO | 5010/0 | 162 * I |
| MCT5397 | 55109502C | NEURI SUSIN | 6610/2 | 230 * VII |
| MFN4005 | 55951198B | ADELAR FORTUNATO DA SILVA | 6912/0 | 232 |
| MGF1633 | 54789138C | JOCELY MENIN | 5010/0 | 162 * I |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1007/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|--------------------------------------------|-----------------|---------------|
| MAJ9068 | 55849316B | ROGERIO TORESAN | 6050/1 | 208 |
| MFA3187 | 54789142C | ANTONIA MACHADO DO AMARANTE WALTER E SILVA | 5738/0 | 186 * II |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

DIRETOR DA GUARDA MUNIC

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1008/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|
| BOS9216 | 55108558C | SIOMARA APARECIDA LARA | 6599/2 | 230 * V |
| GWV1785 | 54788516C | MARILI DE SOUZA FERREIRA | 6912/0 | 232 |
| JZD2156 | 55951193B | LUIZ SERGIO GUEDERT | 5010/0 | 162 * I |
| MBM0540 | 55951783B | IVANOR KARLOH PIRAN | 6599/2 | 230 * V |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1009/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|
| LPE1061 | 54788473C | MAURO LUCIO CLEMENTE | 7366/2 | 252 * VI |
| LPE1061 | 54788940C | MAURO LUCIO CLEMENTE | 7366/2 | 252 * VI |
| MBB5587 | 54788477C | ANA PAULA SPULDARO PERETTO | 5185/1 | 167 |
| MCN2183 | 54788481C | DULCE MARIA DOS SANTOS LIMA | 7366/2 | 252 * VI |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

DIRETOR DA GUARDA MUNIC

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1010/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|
| MAH6513 | 877408 | ORIEL MAGNUS OZOGOVSKI | 5622/0 | 182 * VI |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

DIRETOR DA GUARDA MUNIC

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1011/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|
| HRU8417 | 55109181C | CELSE LAURINDO VERONESE | 6599/2 | 230 * V |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Editais de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1012/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|---------------------------------------|-----------------|---------------|
| AAT3961 | 55951661B | RUDINEI JOSE DOS SANTOS | 5045/0 | 162 * V |
| AEB1977 | 55109121C | DEBORA CRISTINE TRILHA | 5169/1 | 165 |
| AGX5296 | 54789876C | SANDRA MARIA PACHECO | 5045/0 | 162 * V |
| ALM8705 | 55106199C | MARILDA SALETE LUZ | 6556/3 | 230 * I |
| AMB4471 | 55109385C | GILSON LEANDRO SCHIMITT | 6610/2 | 230 * VII |
| BYF9916 | 55951379B | IVETE APARECIDA BARBOSA SANTOS SOARES | 6599/2 | 230 * V |
| BYF9916 | 55951380B | IVETE APARECIDA BARBOSA SANTOS SOARES | 6912/0 | 232 |
| BYF9916 | 55951381B | IVETE APARECIDA BARBOSA SANTOS SOARES | 6769/3 | 230 * XXII |
| CKN9125 | 54789877C | EZEQUIEL BELLI CARLIM | 6610/2 | 230 * VII |
| LWW8459 | 54789922C | SUSANA MARIA AQUES BORGE | 6599/2 | 230 * V |
| LXI9667 | 55109122C | EVANDRO FRANCA | 5274/3 | 175 |
| LZF4897 | 54789686C | RAFAEL DE OLIVEIRA | 6610/2 | 230 * VII |
| MAC4809 | 55108610C | LUIZ MASSANEIRO | 6599/2 | 230 * V |
| MBC0936 | 55109632C | SEBASTIAO KRENSKI | 6920/0 | 233 |
| MBX6945 | 55109958C | ARACELIA MACIEL FERREIRA | 5010/0 | 162 * I |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1013/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-----------------------------------|-----------------|---------------|
| CGT3434 | 55108799C | ITAMAR TIBES | 5185/1 | 167 |
| CJH2737 | 55108560C | DANIEL FERREIRA VEBER | 5541/1 | 181 * XVII |
| LWR9564 | 55109929C | ANDREA LUCY CARNEIRO | 5452/1 | 181 * VIII |
| LYG2907 | 55109794C | SILVIA APARECIDA OLEINIK DE SOUZA | 5550/0 | 181 * XV/III |
| MDA4754 | 55108974C | JONATHAN MARTINI | 5550/0 | 181 * XVIII |
| MHL2920 | 55951307B | ENIO HAMESTER | 5878/0 | 199 |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

DIRETOR DA GUARDA MUNIC

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1014/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|
| ACF2032 | 55106180C | ADRIANO CESAR CONSTANTINI | 6610/2 | 230 * VII |
| LXN1485 | 55952382B | DEJAIME PEREIRA GOMES | 5010/0 | 162 * I |
| LXN1485 | 55952383B | DEJAIME PEREIRA GOMES | 6599/2 | 230 * V |
| LYF2912 | 55109778C | JOAQUIM PEREIRA DE MORAIS | 5169/1 | 165 |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1018/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|
| AFX5695 | 55952180B | ELISEU RICARDO BASTIAN | 5541/1 | 181 * XVII |
| AGE0444 | 55848693B | NARCISO LUIZ ANDRADE | 5002/0 | 257 § 8º |
| DDG8695 | 55848512B | CLAUDINEI SCHIMIDT DE MELO | 5002/0 | 257 § 8º |
| DKV3515 | 55848370B | FP TRANSPORTES LTDA ME | 5002/0 | 257 § 8º |
| ICC3566 | 55950131B | WILSON NUNES PIRES | 5509/0 | 181 * XIII |
| LB12973 | 55109773C | OLGA DA SILVA SIMAO | 5525/0 | 181 * XV |
| LXW3622 | 55109651C | DANIEL PAULINO | 5428/1 | 181 * V |
| LZN3739 | 55106066C | JUREMA MARTINS | 6858/0 | 231 * VII |
| MAC0692 | 55105645C | LEVINO JOAO PADILHA | 5550/0 | 181 * XVIII |
| MBT6288 | 55849128B | LUIS WASEN | 5541/1 | 181 * XVII |
| MDS6671 | 55849314B | LUIZ FERNANDO PEREIRA | 5541/1 | 181 * XVII |
| MDX2892 | 55105642C | MAURO SERGIO RODRIGUES | 5550/0 | 181 * XVIII |
| MFB4066 | 55109771C | RUDINEI ZACARIA DE GODOI | 5738/0 | 186 * II |
| MGH6213 | 55950545B | ELISANDRO CHELEST | 6122/0 | 214 * I |
| MHL4925 | 55108484C | CAPVEL VEICULOS LTDA | 5185/1 | 167 |
| MHR1989 | 55106080C | ANGELA MARA FRANZAK | 5541/1 | 181 * XVII |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

DIRETOR DA GUARDA MUNIC

Editais de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1019/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|
| AAL3882 | 55105700C | SERGIO ANTONIO PRUDENTE | 6769/3 | 230 * XXII |
| BDS3000 | 55105571C | FLAVIR RODRIGUES FARIAS | 6599/2 | 230 * V |
| LXD9526 | 55109637C | JOSE MAXIMINO DE OLIVEIRA | 6920/0 | 233 |
| LXG6007 | 55110061C | OSMAIR FUCK | 5010/0 | 162 * I |
| LYQ0516 | 55105695C | VANDERLEI LESNIESKI | 6599/2 | 230 * V |
| MBY2013 | 55106198C | ANGELI MAGUEROSKI | 5010/0 | 162 * I |
| MDE1618 | 55109641C | DAIANE CORREA SCHAPHAUSER | 6920/0 | 233 |
| MDS2015 | 55475656C | SUZANA TANIGUCHI | 6599/2 | 230 * V |
| MDS2015 | 55475657C | SUZANA TANIGUCHI | 6556/1 | 230 * I |
| MDS2015 | 55475658C | SUZANA TANIGUCHI | 6653/1 | 230 * XI |
| MFF7127 | 55109120C | ISAAC PEDROSO | 6599/2 | 230 * V |
| MFO1904 | 55951132B | VERA LUCIA CARDOSO | 5010/0 | 162 * I |
| MFP0079 | 55951378B | IVONE DELLAI | 6912/0 | 232 |
| MHF4712 | 55105572C | SENAIR ALVES DE LIMA | 6599/2 | 230 * V |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1023/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------------------|-----------------|---------------|
| EFB4617 | 55110011C | MELANIA APARECIDA BERTOTTO DE MELO | 6556/3 | 230 * I |
| LYV9342 | 55109638C | DJALMA RUPPEL | 6920/0 | 233 |
| MCX8878 | 55951878B | EDERSON SAVADIL | 6599/2 | 230 * V |
| MCX8878 | 55951879B | EDERSON SAVADIL | 5010/0 | 162 * I |
| MDE1844 | 55108907C | FABIO ALEXANDRE SINHORIN ALVES DOS SANTOS | 6599/2 | 230 * V |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE MARÇO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1020/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|
| LZR3253 | 55110405C | ALEX CORDEIRO DOS SANTOS | 6050/1 | 208 |
| MEJ4269 | 55475654C | VALDEMAR VOSGRAU | 5460/0 | 181 * IX |
| MEQ3425 | 55110408C | JOSIANE SCOLARO | 7366/2 | 252 * VI |
| MFJ6350 | 54789984C | EZELIO KUPAS XUMADELO | 5479/0 | 181 * X |
| MGJ6342 | 55950180B | JONAS DORCELIO DA ROSA | 5452/1 | 181 * VIII |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

DIRETOR DA GUARDA MUNIC

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1024/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|
| LYZ3537 | 55108908C | LEONIR ALVES DE SOUZA | 5908/0 | 202 * I |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE MARÇO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

DIRETOR DA GUARDA MUNIC

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1025/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|
| LZS7383 | 55105788C | JULIO CESAR PREVEDA | 6920/0 | 233 |
| MAK5723 | 55105781C | CLAUDEMIR ALVES DOS SANTOS | 6920/0 | 233 |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE MARÇO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1021/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|
| AEK9501 | 55109864C | CESAR ANTUNES | 6556/1 | 230 * I |
| BHP2094 | 54789089C | ROBSON GUSTAVO ALVARES | 5010/0 | 162 * I |
| CMU5006 | 55109549C | LUIZ CLAUDIO DE ANDRADE | 6912/0 | 232 |
| LYL8291 | 54788720C | JOSE CARLOS MINEIRO | 6599/2 | 230 * V |
| LYL8291 | 54788721C | JOSE CARLOS MINEIRO | 6912/0 | 232 |
| LZQ0873 | 55105791C | JOEL MARQUES PUFF | 6920/0 | 233 |
| MBF0817 | 55105778C | ARGEU LEMES DA ROCHA | 6920/0 | 233 |
| MBF0817 | 55109483C | ARGEU LEMES DA ROCHA | 6599/2 | 230 * V |
| MBF0817 | 55109484C | ARGEU LEMES DA ROCHA | 6637/1 | 230 * IX |
| MBF0817 | 55109485C | ARGEU LEMES DA ROCHA | 6602/0 | 230 * VI |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1022/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|
| GQZ3681 | 55106081C | ORIVALDO VOGUES | 5460/0 | 181 * IX |
| MCV1443 | 55109573C | JANICE PIRES JARDIM | 5185/1 | 167 |
| MDP2521 | 55109424C | PAULO SERGIO BRAZ | 7048/2 | 244 * II |
| MER8817 | 55109427C | JOELSIO LUZ DE LARA | 7048/2 | 244 * II |
| MFY8970 | 54789599C | IVAIR NILTON FUSINATO | 5185/1 | 167 |
| MGX8133 | 54789429C | MARIA INES DE AZAMBUJA BUBA | 5541/1 | 181 * XVII |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

DIRETOR DA GUARDA MUNIC

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1028/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|
| AAF8067 | 54789840C | LAUDINO ANTONIO RAMOS | 6050/1 | 208 |
| MBN0312 | 55109933C | RENILDO FERREIRA DA SILVA | 5541/1 | 181 * XVII |
| MET7098 | 55110459C | VALTER LUIZ BUENO DE OLIVEIRA | 5770/3 | 189 |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE MARÇO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

DIRETOR DA GUARDA MUNIC

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1029/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|
| AHA7785 | 55105729C | DANIELI BUENO | 6920/0 | 233 |
| BNP9325 | 54789832C | IVO SULDOVSKI | 5274/1 | 175 |
| BNP9325 | 54790653C | IVO SULDOVSKI | 5169/1 | 165 |
| CLP5284 | 55108463C | MARCOS CASTANHA | 5274/3 | 175 |
| LYE5166 | 54789198C | ADELMO LEANDRO SCHAITEI | 5010/0 | 162 * I |
| LYE5166 | 54789199C | ADELMO LEANDRO SCHAITEI | 6726/1 | 230 * XVIII |
| LZL3370 | 55108418C | CLAIRTO PEREIRA JUNIOR | 6920/0 | 233 |
| LZO1120 | 54789338C | ADRIANO SCHULTZ | 6920/0 | 233 |
| MAB8045 | 54789395C | CLEIDE WILHELM ANTUNES ABRAO | 6920/0 | 233 |
| MCH1930 | 55105725C | JANDIRA GONCALVES DE LIMA | 6920/0 | 233 |
| MEM3491 | 55105902C | VALERIO CAMILO GRIFFANTE | 5010/0 | 162 * I |
| MGC4641 | 55950289B | ELCIMAR APARECIDA FERREIRA | 6599/2 | 230 * V |
| MGC4641 | 55950291B | ELCIMAR APARECIDA FERREIRA | 7340/0 | 252 * IV |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE MARÇO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1030/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|
| MGC4641 | 55950288B | ELCIMAR APARECIDA FERREIRA | 7030/1 | 244 * I |
| MGC4641 | 55950290B | ELCIMAR APARECIDA FERREIRA | 5835/0 | 195 |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE MARÇO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

DIRETOR DA GUARDA MUNIC

Edital de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1026/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|
| MCX7524 | 54789863C | MERCEDES FERREIRA CORDEIRO | 5878/0 | 199 |
| MED3183 | 55109598C | LUCAS MORO | 7366/2 | 252 * VI |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE MARÇO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

DIRETOR DA GUARDA MUNIC

CÂMARA DE VEREADORES**Resolução Nº 36**

RESOLUÇÃO nº 36, de 10 de março de 2010.

Exonera Assessora do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar ROSANE APARECIDA BRAGGIO, do cargo em comissão de Assessora do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Caçador, Classe: Assessoramento, Nível CPCA 3003, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Esta Resolução entra vigor em 15 de março de 2010.

Gabinete da Presidência, 10 de março de 2010.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS,
Presidente.SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Vice-Presidente.ALCEDIR FERLIN,
1º Secretário.ITACIR JOÃO FIORESE,
2º Secretário.**Resolução Nº 37**

RESOLUÇÃO nº 37, de 10 de março de 2010.

Exonera Assessora de Expediente da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar PATRÍCIA COLUSSI DA SILVA DE OLIVEIRA, do cargo em comissão de Assessora de Expediente da Câmara Municipal de Caçador, Classe: Assessoramento, Nível CPCA 3010, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º - Esta Resolução entra vigor em 14 de março de 2010.

Gabinete da Presidência, 10 de março de 2010.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS,
Presidente.SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Vice-Presidente.ALCEDIR FERLIN,
1º Secretário.ITACIR JOÃO FIORESE,
2º Secretário.**Resolução Nº 38**

RESOLUÇÃO nº 38, de 10 de março de 2010.

Nomeia Assessora do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear PATRÍCIA COLUSSI DA SILVA DE OLIVEIRA, para o cargo em comissão de Assessora do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Caçador, Classe: Assessoramento, Nível CPCA 3003, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Esta Resolução entra vigor em 15 de março de 2010.

Gabinete da Presidência, 10 de março de 2010.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS,
Presidente.SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Vice-Presidente.ALCEDIR FERLIN,
1º Secretário.ITACIR JOÃO FIORESE,
2º Secretário.**Resolução Nº 039**

RESOLUÇÃO Nº 039, de 11 de março de 2010.

Instaura sindicância para apurar a prática, em tese, das proibições contidas nos incisos V e XVI do art. 186 da Lei Complementar nº 56/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador, por servidora efetiva da Câmara Municipal de Caçador

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais e com fundamento nos arts. 185 e ss. e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

R E S O L V E

Art. 1º Designar, o Vereador ALCEDIR FERLIN, e os Servidores Públicos Municipais JULIANA MACIEL KOHL, JOSÉ ARI LINS para, sob a presidência do primeiro e secretaria da segunda, constituir Comissão Sindicante com incumbência de apurar os fatos ocorridos no mês de março/2010, em especial nos dias 09/03/2010, por volta das 17h e 10/03/2010, por volta das 18h30min, que em tese, indicam a violação das proibições contidas nos incisos V e XVI do art. 186 da Lei nº 56/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador, pela servidora ocupante do cargo efetivo de Contadora da Câmara Municipal de Caçador, Sra. Ilvaira Maria Faoro Baron.

Art. 2º A Comissão tem o prazo de 30(trinta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da publicação desta resolução, podendo, por pedido fundamentado da Comissão ser prorrogado por igual período.

Art. 3º Determinar que a Comissão providencie as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos.

Art. 4º Esta Resolução entra vigor em 11 de março de 2010.

Gabinete da Presidência, 11 de março de 2010.
DARCI RIBEIRO DOS SANTOS,
Presidente.

Contrato Administrativo nº 21/2010

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida:

Fundamento Legal: art. 61, § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 21/2010 referente ao Proc.06/2010 Credenciamento nº 01/2010. Objeto: a contratação de empresa de jornais locais, revistas e mídia eletrônica tipo banner em página da internet, nos termos da Resolução nº 025 de 04 de fevereiro de 2010, para veiculação na forma impressa e mídia eletrônica de publicidade governamental, em especial a publicidade de utilidade pública e a publicidade institucional da Câmara Municipal no exercício de 2010. Contratada: BMS – PRESTADORA DE SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA, CNPJ nº 02.721.961/0001-10. Valor tabela pela resolução 25/2010. Prazo 31.12.2010.

Contrato Administrativo nº 22/2010

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida:

Fundamento Legal: art. 61, § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 22/2010 referente ao Proc.06/2010 Credenciamento nº 01/2010. Objeto: a contratação de empresa de jornais locais, revistas e mídia eletrônica tipo banner em página da internet, nos termos da Resolução nº 025 de 04 de fevereiro de 2010, para veiculação na forma impressa e mídia eletrônica de publicidade governamental, em especial a publicidade de utilidade pública e a publicidade institucional da Câmara Municipal no exercício de 2010. Contratada: PORTAL CAÇADOR ON LINE LTDA – ME, CNPJ sob nº 10.646.973/0001-56, Valor tabela pela resolução 25/2010. Prazo 31.12.2010.

Contrato Administrativo nº 23/2010

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida:

Fundamento Legal: art. 61, § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 23/2010 referente ao Proc.06/2010 Credenciamento nº 01/2010. Objeto: a contratação de empresa de jornais locais, revistas e mídia eletrônica tipo banner em página da internet, nos termos da Resolução nº 025 de 04 de fevereiro de 2010, para veiculação na forma impressa e mídia eletrônica de publicidade governamental, em especial a publicidade de utilidade pública e a publicidade institucional da Câmara Municipal no exercício de 2010. Contratada: FATOS DIÁRIOS EDITORA JORNALISTICA LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.573.417/0001-05. Valor tabela pela resolução 25/2010. Prazo 31.12.2010.

Contrato Administrativo nº 24/2010

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida:

Fundamento Legal: art. 61, § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 24/2010 referente ao Proc.06/2010 Credenciamento nº 01/2010. Objeto: a contratação de empresa de jornais locais, revistas e mídia eletrônica tipo banner em página

da internet, nos termos da Resolução nº 025 de 04 de fevereiro de 2010, para veiculação na forma impressa e mídia eletrônica de publicidade governamental, em especial a publicidade de utilidade pública e a publicidade institucional da Câmara Municipal no exercício de 2010. Contratada: AGÊNCIA REFERÊNCIA MARKETING E PUBLICIDADE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.736.389/0001-99. Valor tabela pela resolução 25/2010. Prazo 31.12.2010.

Contrato Administrativo nº 25/2010

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida:

Fundamento Legal: art. 61, § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 25/2010 referente ao Proc.06/2010 Credenciamento nº 01/2010. Objeto: a contratação de empresa de jornais locais, revistas e mídia eletrônica tipo banner em página da internet, nos termos da Resolução nº 025 de 04 de fevereiro de 2010, para veiculação na forma impressa e mídia eletrônica de publicidade governamental, em especial a publicidade de utilidade pública e a publicidade institucional da Câmara Municipal no exercício de 2010. Contratada: SCODAGO EDITORA JORNALISTICA LTDA - EPP, CNPJ sob nº 08.179.126/0001-87. Valor tabela pela resolução 25/2010. Prazo 31.12.2010.

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.563

LEI Nº 3.563 DE 10 DE MARÇO DE 2010

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais) à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.155.319/0001-98, com sede na Av. Dr. Getúlio Vargas, 563 - Centro, Campo Alegre – SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de março de 2010.

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 5.800 de 02 de setembro de 2009, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único – Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e Conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas (notas fiscais, recibos, cópias de cheques e demais), bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do recebimento da primeira parcela de 2010.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 02.01.04.122.0003.2009 – Subvenção a Entidades Educacionais e Assistenciais do Município - 335043.00 – Subvenções Sociais, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.564

LEI Nº 3.564 DE 10 DE MARÇO DE 2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR

CONVÊNIO COM O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar o Termo de Convênio com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no valor total de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), em dez parcelas, objetivando a Cooperação do Programa de Inseminação Artificial no Rebanho Pecuário no Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo Único – A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 5.800 de 02 de setembro de 2009, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único – Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 3ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas (notas fiscais, recibos, cópias de cheques e demais), bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas à partir do recebimento da primeira parcela de 2010.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:



07.01.20.602.0079.2.128 – Convênio com Sindicato Rural de Campo Alegre – 335041.00 – Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL VISANDO A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E SUBSEQUENTE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, representado por seu Prefeito Municipal VILMAR GROSSKOPF, brasileiro, casado, Carteira de Identidade nº 2.374.235-6, CPF nº 710.630.309-78, residente e domiciliado à Rua Principal, s/nº, Distrito de Fragosos, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Sindicato Rural de Campo Alegre, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ sob nº 83.123.745/0001-75, estabelecido à Rua Cel. Raymundo Munhoz, nº 77, Centro, Campo Alegre/SC, neste ato representado por sua Presidente LUCIA MABEL SAAVEDRA BOUSSES, estrangeira, solteira, agropecuarista, CPF nº 044.124.638-93, residente e domiciliada à Rua Principal, s/nº, localidade de Cubatão, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominado simplesmente SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação ao Programa de Inseminação Artificial no Município de Campo Alegre/SC, tem como objetivo o estabelecimento de ações básicas em regime de parceria com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no transcorrer do exercício de 2010.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

- 1 – Disponibilizar 1 (um) botijão e o Kit Básico de Inseminação Artificial;
- 2 – Divulgar o Programa aos produtores rurais juntamente com o Sindicato Rural de Campo Alegre;
- 3 – Orientar o inseminador quanto à seleção e cadastramento dos produtores interessados;
- 4 – Orientar o inseminador quanto a procedimentos de seleção zootécnica dos animais;
- 5 – Orientar o inseminador quanto a procedimentos de exames ginecológicos das fêmeas;

- 6 – Orientar o inseminador quanto à realização de exames sanitários dos rebanhos das propriedades;
- 7 – Orientar tecnicamente á nível de propriedade em questões de sanidade, manejo, nutrição e melhoramento.
- 8 – Sugerir, acompanhar os trabalhos de capacitação do Produtor Rural, mantendo os objetivos do Programa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DO SINDICATO

- 1 – Responsabilizar-se pela contratação e colocação à disposição do Programa 01 (um) funcionário (inseminador) bem como capacitar os produtores rurais como Inseminadores visando o aprimoramento do homem do campo e permitindo que eles mesmos possam inseminar seus próprios rebanhos sob o monitoramento do Sindicato,
- 2 – Disponibilizar aos produtores rurais capacitados para inseminação, botijões de sêmen e o material necessário para a realização do trabalho. Os botijões poderão ser adquiridos com recursos próprios do Sindicato ou obtidos na modalidade de "comodato" das empresas parceiras dos produtores rurais.

- 3 – Colocar à disposição do Programa um veículo, responsabilizando-se pelo seu abastecimento e manutenção;

- 4 – Responsabilizar-se pela reposição do nitrogênio líquido de todos os botijões alocados no Município, luvas descartáveis, sêmen, pipetas e outros materiais de consumo (técnico e administrativo), necessários ao bom andamento dos trabalhos;

- 5 – Fornecer suporte à realização dos exames sanitários do rebanho da propriedade, em especial brucelose e tuberculose, bem como outras doenças da reprodução que possam representar riscos à propriedade ou região.

Obs: os exames de brucelose e tuberculose são pré-requisitos para a realização de Inseminação Artificial e devem ser feitos em todo o rebanho e não apenas nos animais a serem inseminados.

- 6 – Manter atualizados os cadastros de produtores e fichas dos animais contemplados pelo Projeto;

- 7 – Cobrar dos produtores o mínimo necessário à cobertura dos custos dos exames sanitários e da inseminação (aquisição de sêmen, reposição de material descartável, etc);

- 8 – Responsabilizar-se pelo controle de trabalho do inseminador, priorizando os serviços do Programa de Inseminação Artificial, não permitindo quaisquer desvios de função que venham a trazer prejuízos ao Programa;

- 9 – Elaborar relatórios mensais até o dia 10 (dez) do mês seguinte e remeter ao Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

- 10 – Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Convênio;

- 11 – Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;

- 12 – Realizar Palestras, Cursos. Seminários voltados à capacitação do Produtor Rural incluindo o Jovem e a Mulher com o objetivo de incrementar a Renda melhorando a qualidade de vida e mantendo o homem no campo;

- 13 – Responsabilizar-se pela reciclagem dos produtores rurais – através de treinamento específico na área de inseminação artificial, pastagens, melhoramento do leite, melhoramento do gado de corte, seja no próprio Município ou em centros de treinamentos das diferentes entidades (EPAGRI / SENAR);

14 – Aplicar os recursos para os fins a que se destina;

15 – Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;

16 – Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

O presente Convênio terá vigência, pelo prazo de 10 (dez) meses com início a partir de 1º de março de 2010 até 31 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E FORMA DE REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o Município efetuará o repasse em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).

Parágrafo 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor do Sindicato Rural de Campo Alegre, pagável no último dia útil de cada mês.

0

Parágrafo 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas no Programa de Inseminação Artificial.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.01.20.602.0079.2.128 – Convênio com Sindicato Rural de Campo Alegre – 335041.00 – Contribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO

A qualquer tempo, as partes convenientes, em comum acordo, poderão modificar, adicionar, retificar ou excluir os termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos por Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio. E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento de 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Campo Alegre "SC", 10 de março de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

LUCIA MABEL SAAVEDRA BOUSSES
Presidente do Sindicato Rural de Campo Alegre

TESTEMUNHAS:
NOME:
CPF nº

NOME:
CPF nº

Lei Nº 3.565

LEI Nº 3.565 DE 10 DE MARÇO DE 2010
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A FECAMPO – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) à FECAMPO – Fundação Educacional de Campo Alegre, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.788.216/0001-90, com sede na Rodovia SC 301, nº 1.111, Centro, Campo Alegre/SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de março de 2010.

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 5.300 de 01 de agosto de 2008, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único – Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no Artigo 2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas (notas fiscais, recibos, cópias de cheques e demais), bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do recebimento da primeira parcela de 2010.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 92.01.08.244.063.4012 – Subvencionar e Capacitar a Rede Sócio-Assistencial, 335043.00 – Subvenções Sociais do Fundo Municipal de Assistência Social, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.566

LEI Nº 3.566 DE 10 DE MARÇO DE 2010

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE – ACIACA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE – ACIACA, CNPJ 79.367.017/0001-31, no valor total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), objetivando a Cooperação Financeira retirando as Empresas do Mercado Informal, promovendo o Associativismo e auxiliando na execução do Projeto Empreender.

Parágrafo Único – A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 5.800 de 02 de setembro de 2009, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL,

CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único – Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 5ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre -ACIACA.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas à partir do recebimento da primeira parcela de 2010.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.03.22.661.0041.2.129 – Convênio com ACIACA – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, 335041.00 - Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE – ACIACA, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua: Cél. Bueno Franco, 292, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal: VILMAR GROSSKOPF, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 2.374.235-6, CPF/MF nº 710.630.309-78, residente e domiciliado à Rua: Principal, snº Distrito de Fragosos, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE – ACIACA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.367.017/0001-31, estabelecida à Rua Vicente Pereira Neto, 138 Bairro Belo Horizonte – Campo Alegre/SC, neste ato representada por seu Presidente: IVO ROMEU PAULI, brasileiro, casado, Comerciante, Portador da Carteira de Identidade nº 481.236-0, CPF/MF nº 294.454.189-72, residente e domiciliado à Rua: Pe. Luiz Gilg, nº 102, Centro, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominada simplesmente Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre – ACIACA, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação Financeira, firmado entre o Município de Campo Alegre/SC e a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre – ACIACA, tem por objetivo retirar as empresas do Mercado Informal, promover o Associativismo, auxiliar na manutenção da execução do Projeto Empreender no transcorrer do exercício de 2010.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o MUNICÍPIO efetuará o repasse em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Parágrafo 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre – ACIACA, pagável no último dia útil de cada mês.

Parágrafo 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas na Cláusula Primeira deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.03.22.661.0041.2.129 – Convênio com ACIACA – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, 335041.00 – Contribuições.

CLÁUSULA QUARTA – DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

- Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Convênio;
- Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados;
- Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados;
- Acompanhar a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre – ACIACA em visitas às Empresas informais e

não associadas, com a finalidade de promover o Associativismo e a legalidade.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO

- Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Convênio;
- Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;
- Aplicar os recursos para os fins a que se destina;
- Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;
- Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para efeito de Prestação de Contas dos recursos repassados pelo presente, deverá a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre – ACIACA observar o prazo contido na Cláusula anterior e encaminhar ao Serviço de Contabilidade do Município de Campo Alegre/SC, os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento;
- Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - Anexo TC 28;
- Demonstrativo e comprovante de despesas em primeira via, preenchidos com clareza e sem rasuras;
- Extrato bancário com movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques. No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas, efetuar conciliação bancária).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá a duração de 10 (dez) meses com início a partir de 1º de março de 2010 até 31 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

Campo Alegre “SC”, 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

IVO ROMEU PAULI
Presidente Associação Comercial Industrial Agropecuária ACIACA

TESTEMUNHAS:
NOME: AURIENE ROEPKE
CPF nº 808.376.389-68

NOME: JOSÉ LUIS SILVA
CPF nº 304.385.869-72

Lei Nº 3.567

LEI Nº 3.567 DE 10 DE MARÇO DE 2010

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A CÂMARA

DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE – CDL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE – CDL, CNPJ 05.653.657/0001-71, no valor total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), objetivo repassar recursos como forma de cooperação nas ações implementadas com intuito de fortalecer o comércio local e o setor de serviços, no transcorrer do exercício de 2010.

Parágrafo Único – A minuta do Termo de Convênio de que trata o caput deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 5.800 de 02 de setembro de 2009, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único – Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 5ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, a Presidente e o Tesoureiro da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre – CDL.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre – CDL.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas à partir do recebimento da primeira parcela de 2010.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.03.23.691.0080.2.130 – Convênio com CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, 335041.00 Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.568

LEI Nº 3.568 DE 10 DE MARÇO DE 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 87.170,00 (oitenta e sete mil, cento e setenta reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

| | | |
|-----------------|------------------------------------------------------------|---------------|
| 11.00 - | Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. | |
| 11.02 - | Coordenadoria de Turismo | |
| 1.052 - | Fortalecimento do “Campo Alegre em Feira” | |
| 300000.00.183 - | Despesas Correntes | |
| 330000.00.183 - | Outras Despesas Correntes | |
| 339000.00.183 - | Aplicações Diretas | |
| 339030.00.183 - | Material de Consumo | R\$ 10.935,00 |
| 339039.00.183 - | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | R\$ 20.130,00 |
| 400000.00.183 - | Despesas de Capital | |
| 440000.00.183 - | Investimentos | |
| 449000.00.183 - | Aplicações Diretas | |
| 449052.00.183 - | Equipamentos e Material Permanente | R\$ 56.105,00 |
| TOTAL | | R\$ 87.170,00 |

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente de Recursos de Convênio com a União (cód. 183);

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.569

LEI Nº 3.569 DE 10 DE MARÇO DE 2010

"AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL ÀS ENTIDADES DESCRITAS NO ARTIGO 1º DESTA LEI E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL autorizado a conceder Subvenção Social as seguintes Entidades estabelecidas no Município de Campo Alegre/SC:

- I - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO MIGUEL, R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais);
- II - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LAGEADO, R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais);
- III - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE QUEIMADOS, R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais);
- IV - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CAMPO ALEGRE, R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais);
- V - CLUBE DO IDOSO AMOR E ESPERANÇA, R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- VI - CLUBE DO IDOSO SAGRADA FAMÍLIA, R\$ 3.000,00 (três mil reais);

§ 1º - Os valores descritos nos Incisos deste Artigo serão repassados em 05 (cinco) parcelas nos meses: março, maio, julho, setembro e novembro sendo a primeira no mês de março de 2010.

§ 2º - Os recursos constantes no caput deste Artigo, deverão ser aplicados pela respectiva Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias, exclusivamente em Despesas Correntes.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 5.800 de 02 de setembro de 2008, que: ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único – Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos

nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Fundo Municipal de Assistência Social, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse dos Recursos, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas (notas fiscais, recibos, cópias de cheques e demais), bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do recebimento da primeira parcela de 2010.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 92.01.08.244.0063.4012 – Subvencionar e Capacitar a Rede Sócio-assistencial – 335043.00 – Subvenções Sociais, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.570

LEI Nº 3.570 DE 10 DE MARÇO DE 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a fim de

suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

| | | |
|-----------------|------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| 05.00 - | Secretaria Municipal de Educação | |
| 05.03 - | Serviço de Educação Infantil | |
| 1.027 - | Construção, Ampliação e Reforma dos Centros Municipais de Educação Infantil. | |
| 400000.00.519 - | Despesas de Capital | |
| 440000.00.519 - | Investimentos | |
| 449000.00.519 - | Aplicações Diretas | |
| 449051.00.519 - | Obras e Instalações | R\$ 10.000,00 |
| 11.00 - | Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. | |
| 11.03 - | Coordenadoria de Esporte e Lazer | |
| 2.134 - | Apoio a Entidades e Talentos Esportivos | |
| 300000.00.136 - | Despesas Correntes | |
| 330000.00.136 - | Outras Despesas Correntes | |
| 335000.00.136 - | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | |
| 335043.00.136 - | Subvenções Sociais | R\$ 2.000,00 |
| TOTAL | | R\$ 12.000,00 |

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior dos Recursos Ordinários Municipais (cód. 136);

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.571

LEI Nº 3.571 DE 10 DE MARÇO DE 2010
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL AO CLUBE BOLÃO CAMPO ALEGRE E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social, ao CLUBE BOLÃO CAMPO ALEGRE, no valor total de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser repassada em uma única parcela, objetivando o apoio a organização do 1º Encontro de Trilheiros "Trilha da Ovelha", na 12ª EDIÇÃO DA FESTA ESTADUAL DA OVELHA, a qual realizar-se-á no dia 21 de março de 2010 em nosso Município.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominiais e individuais por credor.

Parágrafo primeiro – Os cheques nominiais de que trata este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, que deverão integrar a prestação de contas ao Município de Campo Alegre-SC.

Parágrafo segundo – Os Recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 1º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CLUBE BOLÃO CAMPO ALEGRE.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- I - Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- II - Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- III - Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- IV - Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- V - Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CLUBE BOLÃO CAMPO ALEGRE.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes à partir da publicação desta Lei.

Art.9º) As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 11.03.27.811.84.2134 – Apoio a Entidades e Talentos Esportivos da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer – 335043.00 Subvenção Social.

Art.10) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito



Lei Nº 3.572

LEI Nº 3.572 DE 10 DE MARÇO DE 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar Especial e Criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

| | | |
|-----------------|------------------------------------------------|--------------|
| 92.00 - | Fundo Municipal de Assistência Social | |
| 92.01 - | Manutenção das Atividades Sociais | |
| 2.508 - | Manutenção do Programa Famílias Acolhedoras | |
| 300000.00.104 - | Despesas Correntes | |
| 330000.00.104 - | Outras Despesas Correntes | |
| 339000.00.104 - | Aplicações Diretas | |
| 339039.00.104 - | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | R\$ 3.600,00 |

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

| | | |
|-----------------|-----------------------------------------------|--------------|
| 92.00 - | Fundo Municipal de Assistência Social | |
| 92.01 - | Manutenção das Atividades Sociais | |
| 2.508 - | Manutenção do Programa Famílias Acolhedoras | |
| 300000.00.104 - | Despesas Correntes | |
| 330000.00.104 - | Outras Despesas Correntes | |
| 339000.00.104 - | Aplicações Diretas | |
| 339048.00.104 - | Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas | R\$ 3.600,00 |

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.573

LEI Nº 3.573 DE 10 DE MARÇO DE 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar Especial e Criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) no Orçamento Vigente do Fundo da Infância e Adolescência:

| | | |
|-----------------|---------------------------------------------------------------|---------------|
| 93.00 - | Fundo da Infância e Adolescência | |
| 93.01 - | Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência | |
| 2.122 - | Manutenção e Coordenação das Atividades | |
| 300000.00.083 - | Despesas Correntes | |
| 330000.00.083 - | Outras Despesas Correntes | |
| 335000.00.083 - | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | |
| 335041.00.083 - | Contribuições | R\$ 13.000,00 |

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de excesso de arrecadação do Orçamento Vigente do Fundo da Infância e Adolescência;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.574

LEI Nº 3.574 DE 10 DE MARÇO DE 2010

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ESPORTISTAS DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) à APE – Associação de Pais e Esportistas, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.680.273/0001-48, com sede na Rua Altamiro Lobo Guimarães, 259 Centro Campo Alegre – SC.

§ 1º – O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 07 Parcelas, no valor total de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), sendo 06 (seis) parcelas no valor de R\$ 1.850,00 (um mil oitocentos e cinquenta reais) e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 1.900,00 (um mil novecentos reais).

§ 2º – Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados conforme plano de trabalho, do Projeto Escolinha de Futebol.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento,



junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º – É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

§ 2º – Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.3º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.4º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.5º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.6º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no Artigo 2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade;
- f) relação nominal de todos as crianças e adolescentes atendidos no Projeto;
- g) relatório das atividades desenvolvidas no período.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.7º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do recebimento da 1ª parcela.

Art.8º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 93.01.8.243.0067.2122 – Manutenção e Coordenação das Atividades, 335043 - Contribuições – no FIA – Fundo da Infância e Adolescência.

Art.9º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.575

LEI Nº 3.575 DE 10 DE MARÇO DE 2010
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE PROGRAMA NAS
LEIS MUNICIPAIS Nº 3.524/2009 E 3.530/2009.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa 88 – Ampliação e Reestruturação do Clube do Idoso Amor e Esperança no valor de R\$ 93.500,00 (noventa e três mil e quinhentos reais) dentro do Órgão 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – A inclusão mencionada no caput, refere-se especificamente às Leis Municipais nºs 3.524/2009 e 3.530/2009, PPA 2010/2013 e LDO 2010, respectivamente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 073

LEI COMPLEMENTAR Nº 073 DE 10 DE MARÇO DE 2010
CRIA CARGO DE INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E
REVOGA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 071/09.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado na "Estrutura de Cargos Efetivos", prevista no Estatuto do Servidor Público Municipal, o cargo de INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

Parágrafo único – A nomenclatura, requisitos, funções, atribuições e responsabilidades do cargo de Instrutor de Educação Física, são definidos nos Anexos I e I-A e IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02.

Art.2º) Fica incluído o cargo de Instrutor de Educação Física (cód. 36) no quadro ANEXO I – ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS da Lei Municipal n. 006/02, com a seguinte redação:

ANEXO I ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

| CÓD. | CATEGORIA FUNCIONAL | NÍVEL | NOMENCLATURA DO CARGO | CARGA HORÁRIA SEMANAL | Nº DE VAGAS ANTERIOR | Nº DE VAGAS PREENCHIDAS | Nº DE VAGAS PROPOSTAS |
|------|---------------------|-------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------|-----------------------|
| 01 | ANS | 6 | Advogado | 40 horas | 00 | 00 | 01 |



| | | | | | | | |
|----|------|----|--------------------------------|----------------------|----|----|-------------|
| 02 | ANS | 6 | Assistente Social | 40 horas | 01 | 00 | 01 |
| 03 | ANS | 6 | Bibliotecário | 40 horas | 00 | 00 | 01 |
| 04 | ANS | 6 | Contador | 40 horas | 00 | 00 | 01 |
| 05 | ANS | 6 | Enfermeiro | 40 horas | 01 | 00 | 03 |
| 06 | ANS | 6 | Engenheiro | 40 horas | 02 | 01 | 03 |
| 07 | ANS | 6 | Farmacêutico | 40 horas | 01 | 01 | 01 |
| 08 | ANS | 6 | Fisioterapeuta | 30 horas | 01 | 01 | 01 |
| 09 | ANS | 6 | Fonoaudiólogo | 30 horas | 01 | 00 | 01 |
| 10 | ANS | 6 | Médico I | 20 horas | 07 | 03 | 06 |
| 11 | ANS | 6 | Médico II | 40 horas | 00 | 00 | 02 |
| 12 | ANS | 6 | Médico Veterinário | 40 horas | 01 | 01 | 02 |
| 13 | ANS | 6 | Nutricionista | 30 horas | 01 | 00 | 01 |
| 14 | ANS | 6 | Odontólogo I | 20 horas | 08 | 06 | 06 |
| 15 | ANS | 6 | Odontólogo II | 40 horas | 03 | 03 | 03 |
| 16 | ANS | 6 | Psicólogo | 40 horas | 01 | 01 | 01 |
| 17 | ANS | 6 | Terapeuta Ocupacional | 30 horas | 01 | 01 | 01 |
| 18 | ANI | 5 | Técnico em Nível Médio | 40 horas | 04 | 04 | 14 |
| 19 | ANI | 5 | Fiscal | 40 horas | 10 | 04 | 10 |
| 20 | ANI | 4 | Agente Administrativo II | 40 horas | 14 | 10 | 15 |
| 21 | ANI | 4 | Auxiliar de Enfermagem | 40 horas | 09 | 05 | Em extinção |
| 22 | ANI | 4 | Instrutor de Música | Por hora Aula | 03 | 03 | 06 |
| 23 | ANB | 3 | Agente Administrativo I | 40 horas | 00 | 05 | Em extinção |
| 24 | ANB | 3 | Agente Operacional III | 40 horas | 17 | 12 | 18 |
| 25 | ANB | 3 | Motorista | 40 horas | 09 | 08 | 12 |
| 26 | ANB | 2 | Auxiliar de Educador | 40 horas | 10 | 08 | 10 |
| 27 | ANB | 2 | Agente Operacional II | 40 horas | 07 | 04 | 05 |
| 28 | ANB | 2 | Auxiliar de Odontologia | 40 horas | 02 | 00 | 04 |
| 29 | ANB | 1 | Agente Operacional I | 40 horas | 81 | 66 | 81 |
| 30 | ANS | 6 | Médico III | 10 horas | 00 | 00 | 04 |
| 31 | ANIS | 5A | Agente Administrativo III | 40 horas | 00 | 00 | 04 |
| 32 | ANIS | 6 | Médico IV (Médico Plantonista) | Até 60 horas Plantão | 00 | 00 | 10 |
| 33 | ANI | 4 | Agente Operacional IV | 40 horas | 02 | 02 | 02 |
| 34 | ANB | 2 | Agente Comunitário de Saúde | 40 horas | 00 | 00 | 04 |
| 35 | ANI | 4 | Instrutor de Informática | 40 horas | 00 | 00 | 02 |
| 36 | ANIS | 5A | Instrutor de Educação Física | 40 horas | 00 | 00 | 01 |

Art.3º) Fica incluído o cargo de Instrutor de Educação Física (cód. 36) no quadro ANEXO I - A – TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE da Lei Municipal n. 006/02, com a seguinte redação:

ANEXO I - A

TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE

| CÓDIGO | CATEGORIA FUNCIONAL | NOMENCLATURA DO CARGO | ESCOLARIDADE |
|--------|---------------------|--------------------------|-------------------------------------------------|
| 01 | ANS | Advogado | Formação Superior em Direito |
| 02 | ANS | Assistente Social | Formação Superior em Assistência Social |
| 03 | ANS | Bibliotecário | Formação Superior em Biblioteconomia |
| 04 | ANS | Contador | Formação Superior em Contabilidade |
| 05 | ANS | Enfermeiro | Formação Superior em Enfermagem |
| 06 | ANS | Engenheiro | Formação Superior em Engenharia |
| 07 | ANS | Farmacêutico | Formação Superior em Farmácia |
| 08 | ANS | Fisioterapeuta | Formação Superior em Fisioterapia |
| 09 | ANS | Fonoaudiólogo | Formação Superior em Fonoaudiologia |
| 10 | ANS | Médico I | Formação Superior em Medicina |
| 11 | ANS | Médico II | Formação Superior em Medicina |
| 12 | ANS | Médico Veterinário | Formação Superior em Medicina Veterinária |
| 13 | ANS | Nutricionista | Formação Superior em Nutrição |
| 14 | ANS | Odontólogo I | Formação Superior em Odontologia |
| 15 | ANS | Odontólogo II | Formação Superior em Odontologia |
| 16 | ANS | Psicólogo | Formação Superior em Psicologia |
| 17 | ANS | Terapeuta Ocupacional | Formação Superior em Terapia Ocupacional |
| 18 | ANI | Técnico em Nível Médio | Ensino Médio e Curso Técnico na área de atuação |
| 19 | ANI | Fiscal | Ensino Médio e Curso Técnico Contábil |
| 20 | ANI | Agente Administrativo II | Ensino Médio |
| 21 | ANI | Auxiliar de Enfermagem | Ensino Médio e Curso de Auxiliar de Enfermagem |
| 22 | ANI | Instrutor de Música | Ensino Médio e curso na área de atuação |
| 23 | ANB | Agente Administrativo I | Ensino Fundamental e/ou Curso de Auxiliar |
| 24 | ANB | Agente Operacional III | Ensino Fundamental |
| 25 | ANB | Auxiliar de Educador | Ensino Fundamental |
| 26 | ANB | Auxiliar de Odontologia | Ensino Fundamental |
| 27 | ANB | Motorista | 4º série do Ensino Fundamental |



| | | | |
|----|------|------------------------------|----------------------------------------------|
| 28 | ANB | Agente Operacional II | Alfabetizado |
| 29 | ANB | Agente Operacional I | Alfabetizado |
| 30 | ANS | Médico III | Formação Superior em Medicina |
| 31 | ANIS | Agente Administrativo III | Formação Superior |
| 32 | ANIS | Médico IV Plantonista | Formação Superior em Medicina/ Especialidade |
| 33 | ANB | Agente Comunitário de Saúde | Ensino Fundamental |
| 34 | ANI | Agente Operacional IV | Ensino Médio |
| 35 | ANI | Instrutor de Informática | Ensino Médio |
| 36 | ANIS | Instrutor de Educação Física | Formação Superior/ Educação Física |

Art. 4º - Fica incluído o cargo de Instrutor de Educação Física no quadro ANEXO IV – PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES – ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES da Lei Municipal n. 006/02, com a seguinte redação:

ANEXO IV – PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES – ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Categoria Funcional: ANS – Atividades de Nível Intermediário Superior
Nível: 5A

| Denominação do Cargo | Funções | Atribuições e Responsabilidades | Escolaridade/ Habilitação Exigida |
|------------------------------|------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA | Instrutor de Educação Física | Planejar, elaborar, executar e avaliar projetos relacionados a educação física, esporte, saúde e lazer com crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos nas mais diversas modalidades, em atividades fora da Rede Municipal de Ensino. Atender as necessidades e expectativas da comunidade, no que tange as atividades ligadas às práticas ligadas à educação física, nas suas mais variadas modalidades. Ministrar aulas nos dias e locais estabelecidos pela Coordenação de Esporte e Lazer do Município, em atividades extra curriculares da Rede Municipal de Ensino. Colaborar com ações voltadas à prática esportiva com ênfase na prevenção de doenças, cuidando sempre da preservação da qualidade de vida da comunidade. Manter as atividades das escolinhas de esporte, oferecendo novas oportunidades para inserir o atleta que se destaca no esporte praticado. Identificar e encaminhar atletas que se destacam pelo talento esportivo, às escolas de rendimento desportivo, preferencialmente de nossa região. Proferir palestras sobre a prática desportiva e qualidade de vida. Organizar, dirigir e promover o desenvolvimento bio-psico-fisiológico, que tem por finalidade o desenvolvimento corporal e mental harmonioso do ser humano. Planejar, elaborar e executar outras atividades correlatas. | Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: - Formação em Curso Superior de Educação Física (Bacharelado) - Registro no Conselho Regional de Educação Física b) Para promoção a Referência "F" do Subnível 53A: Possuir Pós-graduação na área de Educação Física |

Número de Vagas: 01

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Com-

plementar n. 071/2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.015

DECRETO Nº 6.015 DE 10 DE MARÇO DE 2010
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.561 de 10 de março de 2010; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 93.500,00 (noventa e três mil e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

| | | |
|-----------------|---------------------------------------------------------------|---------------|
| 06.00 - | Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social | |
| 06.02 - | Serviço de Bem Estar Social | |
| 1.054 - | Ampliação e Reestruturação do Clube do Idoso Amor e Esperança | |
| 400000.00.000 - | Despesas de Capital | |
| 440000.00.000 - | Investimentos | |
| 449000.00.000 - | Aplicações Diretas | |
| 449051.00.136 - | Obras e Instalações | R\$ 8.500,00 |
| 449051.00.149 - | Obras e Instalações | R\$ 85.000,00 |
| TOTAL | | R\$ 93.500,00 |

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente com Recursos Ordinários Municipais (Cód. 136) e com Recursos de Convênio com Governo Estadual (cód. 149);

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.016

DECRETO Nº 6.016 DE 10 DE MARÇO DE 2010
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO
DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.568 de 10 de março de 2010 Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 87.170,00 (oitenta e sete mil, cento e setenta reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

| | | |
|-----------------|------------------------------------------------------------|---------------|
| 11.00 - | Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. | |
| 11.02 - | Coordenadoria de Turismo | |
| 1.052 - | Fortalecimento do "Campo Alegre em Feira" | |
| 300000.00.183 - | Despesas Correntes | |
| 330000.00.183 - | Outras Despesas Correntes | |
| 339000.00.183 - | Aplicações Diretas | |
| 339030.00.183 - | Material de Consumo | R\$ 10.935,00 |
| 339039.00.183 - | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | R\$ 20.130,00 |
| 400000.00.183 - | Despesas de Capital | |
| 440000.00.183 - | Investimentos | |
| 449000.00.183 - | Aplicações Diretas | |
| 449052.00.183 - | Equipamentos e Material Permanente | R\$ 56.105,00 |
| TOTAL | | R\$ 87.170,00 |

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente de Recursos de Convênio com a União (cód. 183);

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.017

DECRETO Nº 6.017 DE 10 DE MARÇO DE 2010
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE
DESPESA
POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO
VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.572 de 10 de março de 2010; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar Especial e Criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do

Fundo Municipal de Assistência Social:

| | | |
|-----------------|------------------------------------------------|--------------|
| 92.00 - | Fundo Municipal de Assistência Social | |
| 92.01 - | Manutenção das Atividades Sociais | |
| 2.508 - | Manutenção do Programa Famílias Acolhedoras | |
| 300000.00.104 - | Despesas Correntes | |
| 330000.00.104 - | Outras Despesas Correntes | |
| 339000.00.104 - | Aplicações Diretas | |
| 339039.00.104 - | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | R\$ 3.600,00 |

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

| | | |
|-----------------|-----------------------------------------------|--------------|
| 92.00 - | Fundo Municipal de Assistência Social | |
| 92.01 - | Manutenção das Atividades Sociais | |
| 2.508 - | Manutenção do Programa Famílias Acolhedoras | |
| 300000.00.104 - | Despesas Correntes | |
| 330000.00.104 - | Outras Despesas Correntes | |
| 339000.00.104 - | Aplicações Diretas | |
| 339048.00.104 - | Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas | R\$ 3.600,00 |

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.018

DECRETO Nº 6.018 DE 10 DE MARÇO DE 2010
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE
DESPESA POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO
ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.573 de 10 de março de 2010; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar Especial e Criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) no Orçamento Vigente do Fundo da Infância e Adolescência:

| | | |
|-----------------|---------------------------------------------------------------|--|
| 93.00 - | Fundo da Infância e Adolescência | |
| 93.01 - | Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência | |
| 2.122 - | Manutenção e Coordenação das Atividades | |
| 300000.00.083 - | Despesas Correntes | |
| 330000.00.083 - | Outras Despesas Correntes | |
| 335000.00.083 - | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | |



| | | |
|-----------------|---------------|---------------|
| 335041.00.083 - | Contribuições | R\$ 13.000,00 |
|-----------------|---------------|---------------|

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de excesso de arrecadação do Orçamento Vigente do Fundo da Infância e Adolescência;

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.019

DECRETO Nº 6.019 DE 10 DE MARÇO DE 2010
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.570 de 10 de março de 2010; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

| | | |
|-----------------|-----------------------------------------------------------------------------|---------------|
| 05.00 - | Secretaria Municipal de Educação | |
| 05.03 - | Serviço de Educação Infantil | |
| 1.027 - | Construção, Ampliação e Reforma dos Centros Municipal de Educação Infantil. | |
| 400000.00.519 - | Despesas de Capital | |
| 440000.00.519 - | Investimentos | |
| 449000.00.519 - | Aplicações Diretas | |
| 449051.00.519 - | Obras e Instalações | R\$ 10.000,00 |
| 11.00 - | Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. | |
| 11.03 - | Coordenadoria de Esporte e Lazer | |
| 2.134 - | Apoio a Entidades e Talentos Esportivos | |
| 300000.00.136 - | Despesas Correntes | |
| 330000.00.136 - | Outras Despesas Correntes | |
| 335000.00.136 - | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | |
| 335043.00.136 - | Subvenções Sociais | R\$ 2.000,00 |
| TOTAL | | R\$ 12.000,00 |

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior dos Recursos Ordinários Municipais (cód. 136);

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

1ª Alteração do Edital 09/2010 - Pregão Material Ambulatorial - Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE
1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 9/2010, PREGÃO (presencial)

Considerando erro na descrição dos item 68 do LOTE 03 Tiras reagente para diagnostico clinico, tipo de analise quantitativo de glicose, CORRIGE-SE a descrição do referido item do LOTE 03 ANEXO I do Edital do Processo Licitatório nº 9/2010, modalidade Pregão (na forma presencial), passando a vigorar conforme segue:

ANEXO I
MODELO DE PLANILHA PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2010, MODALIDADE PREGÃO – Registro de Preços

| Item | Qtde | Unid | Descrição | Marca | Valor Uni-tário | Valor Total |
|------|------|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-----------------|-------------|
| 68 | 300 | Caixa | Tiras reagente para diagnostico clinico, tipo de analise quantitativo de glicose, com amplitude de medição entre 10 e 600mg/dl, com tecnologia de glicose desidrogenase com medição por amperometria e chip de codificação do lote; capacidade de medição em sangue total, capilar e neonato. Fornecimento de forma de comodato de no mínimo (20) aparelhos de medição de glicose compatíveis com as tiras ofertadas, incluindo assistência técnica e treinamento dos profissionais que irão manusear os aparelhos biosensores para o gerenciamento de diabetes, + lancetas estéreis individuais para a coleta de sangue capilar por punção digital, apresentar a cópia da bula junto a proposta. | | | |

A data de abertura e demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se na imprensa oficial deste Município e no site www.campoalegre.sc.gov.br, inclusive o Edital consolidado.

Campo Alegre, 15 de março de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal



Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Anulação da Concorrência Pública n.º FMS 01/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 01/2010
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º FMS 01/2010
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, tona público a anulação da Concorrência Pública n.º FMS 01/2010, que tem por objeto, a contratação de empresa para a Construção da Policlínica Municipal, pelo fato de não haver licitantes classificados no presente certame. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, fone (47) 3621 7705.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Edital de Concorrência Pública n.º FMS 02/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 10/2010
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º FMS 02/2010

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680.0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16 de abril de 2010, às 09:15 horas, a abertura das propostas para Registro de Preços de diversos materiais de limpeza, lâmpadas, pilhas e outros materiais, destinados as Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento Municipal, Farmácia Popular do Brasil, Centro de Atendimento Psicossocial, Laboratório Municipal, Centro Integrado de Saúde Bucal, Farmácia Básica Municipal, Ambulatório Municipal de Epidemiologia e Serviço Social. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial 42/2010 - Seguros - Capinzal

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 0042/2010

OBJETO: Aquisição SEGURO Contra terceiros - Danos corporais e materiais da Motoniveladora 12H e Escavadeira Hidráulica.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 26/03/2010.
MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CAR-

MELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 16 de março de 2010.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria P/ 4923/10

PORTARIA P/ 4923/10, de 1º.03.2010.

"Admite Servidores Temporários na forma que específica",

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, V, parágrafo único da Lei Municipal nº 1700/01, de 05 de dezembro de 2001,

R E S O L V E:

ADMITIR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, para as funções citadas abaixo, de Agente de Serviços Gerais em caráter excepcional e por prazo determinado, com 40 (quarenta) horas semanais no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal da Infraestrutura, com os vencimentos de lei, os (as) seguintes Servidores (as):

| NOME | ATO ANTERIOR |
|----------------------------|--------------|
| Carmem Marilu Basso | NIHÍL |
| Janete dos Santos da Silva | NIHÍL |
| Sonia Ribeiro | NIHÍL |

Período de contratação: 01 de março de 2010 a 31 de março de 2010.

Catanduvas, 01 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Portaria Nº PL/023/2010 - Câmara de Vereadores

PORTARIA Nº PL/023/2010, de 1º de março de 2010.

"ADMITE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

ODAIR JOSE GABRIELLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores,

RESOLVE

Art. 1º. ADMITIR no Quadro de Pessoal do Poder Legislativo de Catanduvas – SC, LEONARDO ELIAS BITTENCOURT, para exercício do Cargo em Comissão de Diretor de Câmara, Nível CC 1, com os vencimentos de lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas – SC, aos 1º de março de 2010.

ODAIR JOSE GABRIELLI
Presidente da Câmara

PUBLICADA EM ____/____/____
Presidente da Câmara



Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 042

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI COMPLEMENTAR Nº 042 de 10.03.2010

“INSTITUI O CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

A presente Lei complementa o Plano Diretor Participativo e estabelece normas de projetos, ampliações, reformas e construções no Município de Chapadão do Lageado.

Esta Lei Complementar referente a Obras e Edificações, tem como objetivos:

- I – orientar os projetos e a execução das obras no município;
- II – assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto das edificações.

Toda construção, reforma, restauração, reparo ou ampliação dentro dos limites do município de Chapadão do Lageado, efetuada por pessoas físicas ou jurídicas, entidades ou órgãos públicos é regulada por esta Lei Complementar, obedecida as Legislações Federais, Estaduais ou Municipais pertinentes à matéria.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, entende-se por:

- I – Restauração: a recuperação de uma edificação, sem acréscimo de área e sem alteração de suas características originais.
- II – Reparo: obra ou serviço destinado à manutenção de uma edificação, sem implicar mudança de uso, acréscimo ou supressão de área construída, alteração da estrutura, da compartimentação horizontal ou vertical, da volumetria e dos espaços destinados à circulação, iluminação e ventilação.
- III – Reforma: obra ou serviço cujo resultado implique alteração do estado físico anterior de edificação existente, com ou sem mudança de uso, podendo haver supressão ou acréscimo de área construída.
- IV – Ampliação: obra ou serviço de alteração da edificação no sentido de torná-la maior.

Qualquer construção, reforma, restauração, reparo ou ampliação somente poderá ser executada após a aprovação do projeto e concessão de Alvará de Construção emitido pelo Município e sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado.

§1º Todas as obras nas áreas urbanas e de expansão urbana deverão ter Alvará de Construção expedido pelo Município.

§2º Nas áreas de expansão urbana, os usos residencial e de apoio à atividade agropecuária serão isentos de taxas de alvará de construção.

§3º Os projetos de construção, reforma, restauração, reparo ou ampliação, deverão ser elaborados de acordo com a presente Lei Complementar, o Plano Diretor municipal e demais normas e legislações pertinentes.

§4º As construções, reformas, restauração, reparo ou ampliação em desacordo com a presente lei e demais legislação pertinente ficarão sujeitas as penalidades previstas neste Código sem prejuízo das demais cominações legais.

As edificações existentes poderão sofrer reforma, restauração, reparo ou ampliação, respeitados os seguintes parâmetros:

§1º A ampliação de construção existente ou reforma com acréscimo de área, será permitida respeitados os afastamentos e índices urbanísticos vigentes e desde que a parte a construir respeite o novo alinhamento definido pelo Plano Diretor Participativo.

§2º As obras de reformas sem acréscimo de área estão desobrigadas de se adequar aos afastamentos e índices urbanísticos vigentes, mas deverão obedecer ao novo alinhamento definido pelo Plano Diretor Participativo.

§3º Para a execução de reparos nas edificações existentes não será necessário obedecer ao novo alinhamento definido pelo Plano Diretor Participativo.

§4º As edificações cadastradas como Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural – AEIHC poderão ser restauradas, ficando eximidas de respeitar a largura obrigatória do passeio de acordo com o gabarito oficial definido pelo Plano Diretor Participativo.

§5º As reformas para adaptação da edificação, quando ocorrer troca de uso no estabelecimento, deverão ser precedidas de consulta de viabilidade, apresentação e aprovação dos projetos, para adequarem-se às exigências do novo uso.

§6º Eventuais irregularidades da edificação existente poderão ser sanadas simultaneamente à aprovação do projeto de ampliação ou reforma.

§7º A ampliação ou reforma de edificações irregulares só será permitida se forem eliminadas as causas da irregularidade.

As obras que implicarem em exigências de outros órgãos públicos somente serão aprovadas pelo Município após a aprovação da autoridade competente para cada caso.

CAPÍTULO II

Das Disposições Administrativas

Todas as obras de construção, ampliação, modificação, reforma, demolição ou demais obras civis a serem executadas no Município de Chapadão do Lageado, serão precedidas dos seguintes procedimentos administrativos:

- I – consulta de viabilidade;
- II – análise prévia de projetos;
- III – licença para a construção (Alvará de Construção);
- IV – fiscalização e vistoria;
- V – aceitação da obra (Habite-se).

§1º Para a aprovação e licenciamento de obras existentes, edificadas anteriormente a aprovação desta Lei, os procedimentos de que tratam os incisos II, III, IV e V poderão ser requeridos simultaneamente devendo:

- I – os projetos estarem de acordo com todas as exigências desta Lei Complementar;
- II – caso existam irregularidades, deverão os procedimentos serem analisados pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial - NGPT para que seja emitido parecer de viabilidade ou outorga conforme Seção VI deste Capítulo.

§2º Incluem-se no disposto neste artigo, os cortes, escavações, aterros, terraplanagens e explorações de jazidas, que também deverão seguir as determinações desta Lei Complementar e demais legislações pertinentes, assim como todas as obras do Poder Público, tendo o seu exame preferência sobre quaisquer pedidos.

§3º Todo o processo de aprovação de projetos se dará em um mesmo número de protocolo, sendo que todos os documentos deverão ser anexados ao processo e suas folhas numeradas.

SEÇÃO I

Da Consulta de Viabilidade

A Consulta de Viabilidade configura pedido de informação sobre a possibilidade de ser admitida a construção, o uso pretendido e quais os índices e parâmetros urbanísticos a serem seguidos e respeitados para a elaboração dos projetos, e se dará através de:

- I – preenchimento de formulário próprio a ser protocolado na Prefeitura;
- II – anexar cópia atualizada da matrícula imobiliária expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;
- III – emissão de parecer do município frente à ação e o uso pretendido.

§1º O profissional responsável indicará as legislações que fundamentaram o parecer.

§2º A Resposta de Consulta de Viabilidade será emitida num prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a data do protocolo e terá validade por 6 (seis) meses, desde que os projetos sejam encaminhados para a Análise Prévia.

SEÇÃO II

Da Análise Prévia de Projetos

Após a Consulta de Viabilidade, o requerente apresentará requerimento e a documentação necessária para a Análise Prévia dos Projetos, que são as seguintes:

- I – Consulta de Viabilidade deferida;
- II – Cópia atualizada da matrícula imobiliária expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;

se o requerente for proprietário por contrato de Compra e Venda, anexar o mesmo registrado no Cartório de Títulos e Documentos;

se o requerente for usufrutuário, locatário ou familiar, anexar autorização devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos autorizando a construção ou outro uso pretendido sobre o lote.

III – 1 (uma) cópia do Projeto Arquitetônico;

IV – 1 (uma) cópia da Memória de Cálculo e do detalhamento do sistema de tratamento de esgoto.

§1º O município terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a Análise Prévia do Projeto, a contar da data de entrada do requerimento no Protocolo da Prefeitura ou de cada análise posterior, anexado ao mesmo número de protocolo da Consulta de Viabilidade.

§2º O município após a análise do projeto emitirá a Resposta de Análise Prévia definindo o projeto como deferido ou indeferido.

§3º Se após a análise prévia o projeto for indeferido, o mesmo deverá retornar juntamente com o projeto corrigido para a reanálise.

§4º A Análise Prévia terá validade de 4 (quatro) meses, sendo que este poderá ser prorrogado por mais 4 (quatro) meses a pedido

da parte interessada, observando a legislação vigente na data da prorrogação.

Subseção I

Dos Projetos

Art. 10. Para a Análise Prévia, o requerente apresentará o Projeto Arquitetônico contendo no mínimo:

I – planta de situação do lote onde constarão:

orientação do Norte;

indicação da rua e do lote na quadra, com amarração e respectiva distância à rua mais próxima ou a um ponto de referência.

II – planta de locação onde constarão:

- a) as dimensões e angulações do lote, com indicação dos confrontantes vizinhos;
- b) projeção da edificação dentro do lote e os seus respectivos afastamentos (frontal, laterais e fundos);
- c) localização de demais edificações existentes no imóvel e seus respectivos afastamentos;
- d) localização de rios, tubulações, faixas sanitárias, faixas de preservação ou outros elementos que possam orientar a decisão das autoridades municipais;
- e) gabarito das ruas e passeios;
- f) localização do sistema de tratamento de esgoto;
- g) localização da lixeira e da caixa de correspondência;
- h) localização das vagas de estacionamento e rebaixo de meio fio.

III – planta baixa de cada pavimento não repetido, contendo no mínimo:

- a) as dimensões e áreas de todos os compartimentos inclusive dimensões dos vãos de iluminação, garagens e áreas de estacionamento;
- b) a finalidade de cada compartimento;
- c) indicação das espessuras das paredes e dimensões internas e externas totais da obra;
- d) os traços indicativos dos cortes longitudinais e transversais;
- e) os equipamentos fixos de instalações sanitárias, cozinhas e lavanderia;
- f) níveis;
- g) projeção da cobertura e ou do pavimento superior (tracejado);
- h) nas edificações de uso coletivo ou de uso público a especificação do piso utilizado.

IV – planta de cobertura com indicação dos caimentos e materiais utilizados;

V – cortes longitudinais e transversais na mesma escala da planta baixa, com a indicação dos elementos necessários à compreensão do Projeto como: finalidade de cada compartimento, pé-direito, altura das janelas e peitoris, níveis, perfis do telhado;

VI – elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na mesma escala da planta baixa.

§1º Os Projetos deverão ser apresentados na escala que se fizer necessária para a perfeita compreensão do Projeto.

§2º Nos projetos de acréscimos ou modificações ou reforma, deverão ser apresentados desenhos indicativos da construção com a seguinte convenção:

| | | |
|----------------------|-------------|-------|
| a) partes existentes | traço cheio | preto |
| (complementar) | | |

b) partes a construir ou renovar tracejado ver-
melho (complementar)

c) partes a demolir ou retirar pontilhado ama-
relo (complementar)

§3º No caso de haver divergências entre a área real e a área escriturada do lote, para fins de análise e aprovação de projetos será considerada a área e confrontações reais, desde que configurada em projeto e assinada por responsável técnico.

§4º As edificações consideradas de valor histórico obedecerão às normas específicas para a execução de obras de conservação e restauração.

Art.11. São considerados Projetos Complementares para atendimento desta Lei, o Projeto Hidrossanitário, o Projeto Elétrico, o Projeto Estrutural e o Projeto Preventivo Contra Incêndios.

§1º Os Projetos Complementares deverão obedecer às normas da ABNT e demais legislações e normas técnicas pertinentes.

§2º As residências unifamiliares ficaram isentas da apresentação do atestado de aprovação do Corpo de Bombeiros, mas deverão apresentar no projeto arquitetônico a previsão de abrigo de gás no lado externo da mesma, conforme padrão estabelecido pela Norma de Segurança Contra Incêndio do Corpo de Bombeiros.

Art. 12. Os Projetos apresentados para análise somente serão aceitos quando legíveis e de acordo com as normas usuais de desenho arquitetônico, estabelecidas pela ABNT.

§1º As folhas do Projeto deverão seguir as normas da ABNT quanto aos tamanhos escolhidos, sendo apresentadas em cópias dobradas, tomando-se por tamanho padrão um retângulo de 21,0 cm x 29,7 cm (tamanho A4).

§2º No canto inferior direito da(s) folha(s) do Projeto deverá constar no mínimo:

I – selo especificando:

- a) uso pretendido da obra;
- b) referência da folha (planta, cortes, elevações, etc.);
- c) tipo de Projeto (arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário, etc.);
- d) indicação do nome e assinatura do requerente e do autor do Projeto sendo este último, com indicação do Registro no CREA;
- e) data e escala;
- f) tábua de revisão.

II – quadro de áreas com os seguintes itens: área do lote, áreas ocupadas pela edificação já existente (se houver), áreas ocupadas pela nova construção, reforma ou ampliação, discriminadas por pavimento ou edículas, taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento;

III – espaço reservado à Prefeitura e demais órgãos competentes para aprovação, observações e anotações, com dimensões mínimas de 17,5 cm de largura e 15,0 cm de altura.

Art. 13. O projeto será apresentado sem rasuras ou emendas não ressalvadas. A retificação ou correção dos projetos poderá ser feita por meio de ressalvas com tinta vermelha, rubricadas pelo autor do projeto.

Seção III
Do Alvará de Construção

Art. 14. Após o deferimento da Análise Prévia do Projeto, o interessado deverá protocolar requerimento solicitando o Alvará de Construção, anexado ao mesmo número de protocolo da Consulta de Viabilidade e demais documentos anexos ao processo, juntamente com a seguinte documentação:

I – Resposta de Análise Prévia do Processo deferida;

II – Cópia atualizada da matrícula imobiliária expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;

se o requerente for proprietário por contrato de Compra e Venda, anexar o mesmo registrado no Cartório de Títulos e Documentos;

se o requerente for usufrutuário, locatário ou familiar, anexar autorização devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos autorizando a construção ou outro uso pretendido sobre o lote.

III – 3 (três) cópias do Projeto Arquitetônico aprovado;

IV – 3 (três) cópias do Memorial de Cálculo e do detalhamento do sistema de tratamento de esgoto aprovados;

V – 1 (uma) cópia dos demais Projetos Complementares quando solicitados na Análise Prévia;

VI – Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.) original de projeto e de execução de todos os projetos;

VII – Atestado de aprovação do Projeto Preventivo contra Incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros, exceto para edificações unifamiliares;

VIII – Licença Ambiental emitida pelo órgão ambiental pertinente, quando for o caso;

§1º 1 (uma) via dos projetos aprovados será arquivada no órgão competente da Prefeitura e 2 (duas) vias serão devolvidas ao requerente, contendo em todas as folhas carimbos de aprovação e as rubricas dos funcionários responsáveis pela aprovação.

§2º 1 (uma) via dos projetos aprovados, acompanhada da ART dos profissionais envolvidos deverão permanecer na obra, para fins de fiscalização.

Art. 15. O Município terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para a expedição do Alvará de Construção, a contar da data de entrada do requerimento.

§1º Os Projetos necessários e a(s) ART(s) deverão ser apresentados conforme estabelecido pelo CREA, e os profissionais responsáveis pelo projeto e execução da obra deverão estar devidamente inscritos no cadastro de contribuintes do município.

§2º Simultaneamente a emissão do alvará, a Municipalidade fornecerá ao interessado o alinhamento predial, em consonância com o Plano Diretor Municipal.

§3º As solicitações de ligações provisórias e definitivas de água e energia elétrica junto às concessionárias ficam condicionadas à apresentação do respectivo Alvará de Construção.

Art. 16. Deverá constar do Alvará de Construção:

I – nome do proprietário;

II – número do protocolo solicitando aprovação do projeto;

III – descrição sumária da obra, com indicação da área construída, finalidade e natureza;

IV – local da obra e número da inscrição do cadastro imobiliário;

V – nome do profissional responsável pelo(s) Projeto(s) e pela execução da obra;

VI – nome e assinatura do responsável da Prefeitura, assim como qualquer outra indicação que for julgada necessária.

Art.17. Alvará de Construção terá validade de 2 (dois) anos a partir da data de sua emissão, sendo que o prazo para início das obras será de 6 (seis) meses.

§1º Para efeito deste, uma obra será considerada iniciada quando suas fundações estiverem concluídas.

§2º No caso de não serem respeitados os prazos do Caput deste artigo, o alvará perderá o seu valor e a obra ficará sujeita às alterações de legislação e renovação de alvará.

Art. 18. Depois de aprovado o(s) Projeto(s) e expedido o Alvará de Construção, se houverem alterações no Projeto, o interessado deverá requerer nova aprovação, conforme Subseção I desta Seção.

Art. 19. A fim de comprovar o licenciamento da obra para efeito de fiscalização, o Alvará de Construção deverá ser mantido no local da obra, juntamente com o(s) Projeto(s) aprovado(s) e respectivos ART's.

É dispensável a apresentação de Projeto e requerimento para expedição de Alvará de Construção, para:

I – instalações provisórias destinadas a depósito de materiais durante a execução de obras, que deverão ser retiradas logo após o término das mesmas;

II – obras de decoração interna de ambientes, desde que não sejam executadas alterações e acréscimos em estruturas, fachadas, sistemas de segurança e sanitárias;

III – obras de paisagismo internas aos lotes e manutenção em vias públicas, desde que não interfiram nos sistemas de água, esgotos, escoamento pluvial, energia elétrica, iluminação pública, telecomunicações, coleta de lixo e circulação eventual de pessoas e veículos;

IV – limpeza, pintura, remendos e substituição de revestimentos internos; ou externos para as edificações de até 2 (dois) pavimentos;

V – construção de calçadas no interior dos terrenos edificados;

VI – construção de muros nas divisas laterais e fundos desde que não se tratem de arrimo e não excedam a altura de 3 (três) metros;

VII – recuperação de telhados sem alteração de estrutura, desde que conservando os níveis e os materiais utilizados na construção original;

VIII – conserto de esquadrias;

IX – substituição de pisos e forros internos, desde que conservados os níveis e os materiais utilizados na construção original.

X – construção de dependências não destinadas à habitação humana, tais como telheiros, com área máxima de 15,0 m² (quinze metros quadrados), desde que não fiquem situados no alinhamento do logradouro.

Parágrafo único. Será exigido o licenciamento sempre que qualquer uma das atividades citadas neste artigo necessitarem de andaimes ou tapumes para sua execução.

A construção dentro das especificações desta Lei Complementar, mas sem o Alvará de Construção, está sujeita às penalidades previstas nesta Lei.

Subseção I

Das Modificações dos Projetos Aprovados

Para alterações em projetos aprovados, assim como para alteração de uso da edificação, os mesmos deverão ser retificados e será necessária a aprovação do projeto modificativo, seguindo os mesmos procedimentos para a aprovação do projeto inicial.

§1º No caso de obras concluídas, com a aprovação do Projeto modificativo será emitido novo Alvará de Construção, no qual constará o número do Alvará anterior.

§2º No caso de obras em andamento, no campo "Observações" do Alvará de Construção constará a alteração aprovada.

Seção IV

Da Responsabilidade Técnica

Para efeito desta Lei Complementar somente profissionais habilitados, devidamente inscritos e quites com o Município e órgãos competentes poderão projetar, orientar, administrar e executar obras no Município.

São considerados legalmente habilitados para projetar, calcular, especificar, orientar, avaliar e executar obras no município de Chapadão do Lageado profissionais e empresas devidamente registradas no CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e matriculados na municipalidade, na forma da lei.

São condições necessárias para matrícula junto à Prefeitura Municipal:

I – requerimento do interessado;

II – apresentação da carteira profissional expedida ou vistada pelo CREA da região;

III – pagamento de taxa de inscrição e dos tributos devidos ao município.

§1º Tratando-se de empresa além dos requisitos dos itens I e III, exigir-se-á a prova de sua constituição no registro público competente e no CREA da região, além da apresentação da Carteira Profissional de seus responsáveis técnicos.

§2º Será suspensa a matrícula dos que deixarem de pagar os seus tributos incidentes sobre a atividade profissional no respectivo exercício financeiro, ou as multas.

Os profissionais responsáveis pelo Projeto e pela execução da obra, deverão fixar na obra, em lugar apropriado, placa com a indicação dos seus nomes, títulos e número de registro no CREA, nas dimensões exigidas pelas normas legais.

Se no decurso da obra o responsável técnico pela execução for substituído, este deverá comunicar por escrito à Prefeitura e apresentar novo responsável técnico.

A responsabilidade pelos Projetos, cálculos e especificações apresentadas cabe exclusivamente aos profissionais que tiverem as-

sinado como seus responsáveis, não assumindo o Município, em consequência da aprovação, qualquer responsabilidade.

Seção V Do Habite-se

Terminada a obra de construção, ampliação ou reforma, deverá ser solicitado o Habite-se ao Município.

§1º O Habite-se deverá ser solicitado pelo proprietário através de requerimento assinado por este e anexado o Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros (isento para o uso residencial unifamiliar) e cópia do Alvará de Construção.

§2º O Município tem um prazo de 15 (quinze) dias úteis, para vistoriar a obra e expedir o Habite-se, juntamente com a numeração da edificação.

§3º O Habite-se só será expedido quando a edificação apresentar condições de habitabilidade estando em funcionamento às instalações hidrossanitárias, elétricas, prevenção de incêndio (quando for o caso) e demais instalações necessárias, e em conformidade com a licença de construção concedida.

§4º A vistoria sanitária será realizada pelo Órgão Municipal de Vigilância Sanitária antes de lacrar o sistema de tanque séptico e filtro anaeróbio, enquanto os elementos que compõe o quadro sanitário possibilitem perfeita identificação das soluções propostas no projeto.

Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida a vistoria e expedido o respectivo Habite-se.

Parágrafo único. O Município só fornecerá o Habite-se às obras regularizadas através de aprovação de Projeto e Alvará de Construção.

O Município fará a vistoria das obras requeridas, a fim de que as mesmas estejam de acordo com disposições desta Lei Complementar, demais Leis pertinentes e de acordo com os Projetos aprovados.

Parágrafo único. Os fiscais terão ingresso a todas as obras mediante a apresentação de identificação e independentemente de qualquer outra formalidade, podendo, observadas as formalidades legais, inspecionar bens e papéis de qualquer natureza, desde que constituam objeto da presente legislação.

Por ocasião da vistoria, se for constatado que a edificação foi construída, ampliada ou reformada em desacordo com o Projeto aprovado, o responsável técnico e/ou proprietário será notificado, de acordo com as disposições desta Lei Complementar e obrigado a regularizar o Projeto caso as alterações possam ser aprovadas, ou fazer a demolição ou as modificações necessárias para regularizar a situação da obra.

O município expedirá o Habite-se quando a obra estiver totalmente concluída e for comprovado:

I – estar à obra conforme o projeto aprovado;

II – aprovação de ligação de energia elétrica pela concessionária de energia elétrica, quando for o caso;

III – execução da instalação sanitária, conforme exigências do Município;

IV – ter esquadrias instaladas;

V – ter revestimentos de pisos aplicados;

VI – ter reservatório de água em funcionamento;

VII – ter guarda-corpo nas sacadas.

§1º A concessão do Habite-se para as residências multifamiliares fica ainda sujeito a comprovação dos seguintes itens além dos citados no caput deste artigo:

I – laudo de vistoria e Habite-se do Corpo de Bombeiros;

II – elevador em funcionamento para edifícios com mais de 4 (quatro) pavimentos e fosso de elevador para os demais casos;

III – delimitação das vagas de garagens e estacionamento;

IV – ter áreas de uso comum concluídas;

V – ter local adequado para acondicionar o lixo para coleta.

§2º A concessão do Habite-se para as edificações não-residenciais fica sujeito a comprovação dos seguintes itens além dos citados no caput deste artigo:

I – obedecer às vagas de estacionamento conforme o projeto;

II – ter revestimentos externos e internos executados;

III – ter as instalações em geral em funcionamento;

IV – laudo de vistoria e Habite-se do Corpo de Bombeiros;

V – atendimento as condições de acessibilidade universal;

VI – parecer da Vigilância Sanitária, quando houver manipulação de alimentos.

§3º Em condomínios horizontais, só será concedido o Habite-se, quando concluídas todas as obras de uso comum, como as vias de circulação interna, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, rede elétrica e de iluminação.

Poderá ser concedido o Habite-se parcial, ou seja, a autorização para utilização de partes concluídas de uma obra em andamento desde que atendido o que segue:

I – que não haja perigo para o público ou para os habitantes da edificação;

II – quando se tratar de edificação composta de parte comercial e parte residencial, e se cada uma delas puder ser utilizada independente da outra;

III – quando se tratar de mais de uma construção no mesmo lote.

Seção VI Da Regularização das Obras Existentes

É passível de regularização a edificação existente antes da vigência desta lei, sem o devido licenciamento, desde que atenda as seguintes condições:

I – fazer parte de parcelamento aprovado;

II – se a edificação foi concluída anteriormente a 09 de dezembro de 1999 a regularização não será onerosa.

III – se a edificação foi concluída após 09 de dezembro de 1999 e antes da vigência da presente lei a regularização será onerosa nos termos desta seção.

§1º Em caso de construção situada em lote não aprovado, a regularização da edificação poderá ser concomitante à regularização do parcelamento do solo.

§2º A regularização de edificação destinada ao uso industrial ou ao comércio e serviço de materiais perigosos não licenciados só será permitida mediante processo concomitante de licenciamento da atividade.

Não é passível de regularização, para os efeitos da aplicação do disposto nesta Lei, edificação que:

I – esteja implantada em área de risco, em área considerada não edificável, em área pública destinada a implantação de sistema viário ou em área de especial interesse, nos termos da legislação urbanística vigente;

II – esteja sub judice em decorrência de litígio entre particulares, relacionado à execução de obras irregulares.

O proprietário de edificação irregular concluída anteriormente a 09 de dezembro de 1999 deverá protocolar requerimento ao Município solicitando a Certidão de Averbação da Obra, juntamente com um comprovante que a edificação exista anteriormente a data acima citada.

O proprietário de edificação irregular concluída entre 09 de dezembro de 1999 e a vigência da presente lei deverá protocolar requerimento ao Município solicitando a regularização da obra, juntamente com a seguinte documentação:

I – Consulta de Viabilidade deferida;

II – Cópia atualizada da matrícula imobiliária expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;

a) se o requerente for proprietário por contrato de Compra e Venda, anexar o mesmo registrado no Cartório de Títulos e Documentos;

b) se o requerente for usufrutuário, locatário ou familiar, anexar autorização, com firma devidamente reconhecida por tabelião, autorizando a construção ou outro uso pretendido sobre o lote.

III – comprovante que a edificação exista entre o período citado no caput deste artigo;

IV – 2 (duas) cópias do Projeto Arquitetônico;

V – 2 (duas) cópias do Memorial de Cálculo e do detalhamento do sistema de tratamento de esgoto;

VI – 1 (uma) cópia dos demais Projetos Complementares quando necessários;

VII – Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.) original de projeto e de execução de todos os projetos;

VIII – Laudo Técnico, elaborado por profissionais habilitados, que aborde a situação atual da edificação;

IX – Atestado de aprovação do Projeto Preventivo contra Incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros, exceto para edificações unifamiliares;

X – Licença Ambiental emitida pelo órgão ambiental pertinente, quando for o caso;

§1º Para aprovação das referidas edificações deverá no selo do projeto constar explicitamente à expressão “Edificação existente - projeto para fins de regularização”.

§2º O Município terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para

analisar o processo, a contar da data de entrada do requerimento, e se o processo foi deferido emitir o Alvará e o Habite-se simultâneos.

A regularização de edificação irregular concluída entre 09 de dezembro de 1999 e a vigência da presente lei será onerosa quando a edificação não atender aos parâmetros e índices urbanísticos estabelecidos pelo Plano Diretor Participativo e será calculada de acordo com o tipo de irregularidade e a classificação da edificação, como segue:

I – A construção de área acima do permitido pelo Coeficiente de Aproveitamento será passível de regularização mediante o recolhimento do valor em reais, a ser calculado da seguinte forma: 25% (vinte e cinco por cento) do resultado da multiplicação da área irregular construída pelo valor do metro quadrado do terreno.

II – O não atendimento aos afastamentos frontal, laterais e de fundo mínimos será passível de regularização, mediante o recolhimento do valor em reais, a ser calculado da seguinte forma: 10% (dez por cento) do valor do metro quadrado do terreno, multiplicado pelo volume invadido, em metros cúbicos ou fração, a partir da limitação imposta.

III – O não atendimento à altura máxima na divisa será passível de regularização, mediante o recolhimento do valor em reais, a ser calculado da forma seguinte:

a) quando a infração à altura máxima na divisa resultar do avanço da edificação sobre os afastamentos laterais ou de fundos, o valor será calculado conforme inciso II;

b) quando se tratar de muro divisório acima da altura máxima permitida, o valor será calculado pela multiplicação da área do plano vertical excedente por 15% (quinze por cento) do valor do metro quadrado do terreno.

IV – O não atendimento ao número mínimo de vagas para estacionamento de veículos será passível de regularização, mediante o recolhimento do valor em reais, a ser calculado pela multiplicação do número de vagas não atendidas por 2 (duas) vezes o valor do metro quadrado do terreno.

§1º O valor a ser pago pela regularização da edificação corresponderá à soma dos cálculos referentes a cada tipo de irregularidade, de acordo com os critérios definidos nesta Lei.

§2º Para a regularização de edificação com aberturas a menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas laterais e de fundos, será necessária anuência expressa do proprietário do terreno limítrofe.

§3º A avaliação do imóvel, edificação ou terreno será feita segundo os critérios de avaliação utilizados para cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, no ano em que o imóvel for vistoriado.

§4º O valor total a ser pago pela regularização da edificação não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor venal do imóvel.

Poderá ser requerida a regularização não onerosa para a edificação nos seguintes casos:

I – a somatória do valor venal das unidades imobiliárias situadas no lote não poderá ultrapassar 5.300 UFM,s (Unidade Fiscal Municipal);

II – o uso da edificação deverá ser residencial ou não residencial permitido no local, exceto uso industrial, depósito ou comércio de

produtos perigosos;

III – o proprietário do imóvel deve ser possuidor de um único imóvel no Município.

SEÇÃO VII

Das Obras Paralisadas

No caso de se verificar a paralisação de uma obra por mais de 6 (seis) meses, deverá ser feito o fechamento do terreno no alinhamento, por meio de muro ou tapume dotado de portão de entrada.

Parágrafo único. No caso de continuar paralisada a construção, depois de decorridos mais 6 (seis) meses, será feito pelo órgão competente da Prefeitura, o exame do local, a fim de verificar se a construção oferece perigo e promover as providências julgadas convenientes, nos termos do Capítulo VI desta Lei Complementar que trata das Infrações e Penalidades.

As disposições desta Seção serão aplicadas também às construções que já se encontram paralisadas, na data da vigência desta Lei Complementar, contando - se o prazo do artigo anterior a partir da data de vigência desta Lei.

SEÇÃO VIII

Das Demolições Voluntárias

A demolição de qualquer edificação, total ou parcial, só poderá ser executada mediante licença expedida pelo Município.

§1º Deverá ser apresentada Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.) de profissional legalmente habilitado para a demolição nos seguintes casos:

I – Muros de arrimo com altura superior a 3,00 m (três metros);

II – Construções com 2 (dois) pavimentos ou mais;

III – Construções que tenham 8,00 m (oito metros) ou mais de altura;

IV – Construções no alinhamento do logradouro ou sobre uma ou mais divisas do lote, mesmo que seja de um só pavimento.

§2º É dispensada a licença para demolição de muros de fechamento com até 3,00 m (três metros) de altura.

§3º Em qualquer demolição o profissional responsável ou o proprietário, conforme o caso providenciará todas as medidas necessárias e possíveis para garantir a segurança dos operários e do público, das benfeitorias do logradouro público e propriedades vizinhas, obedecendo ao que dispõe a presente Lei Complementar.

§4º Será exigida a construção de tapumes e outros elementos, que de acordo com o Município sejam necessários, a fim de garantir a segurança dos vizinhos e pedestres.

§5º O bota-fora dos materiais e entulhos oriundos da demolição deve ser realizado com destino a local a critério do Município, sem causar quaisquer prejuízos a terceiros.

§6º Qualquer edificação que esteja a juízo do departamento competente da Prefeitura, ameaçada de desabamento deverá ser demolida pelo proprietário e este se recusando a fazê-lo, o Município executará a demolição cobrando do mesmo por despesas correspondentes, acrescidas da taxa de 20% (vinte por cento) de administração.

O interessado deverá protocolar requerimento solicitando o Alvará de Demolição, assinado pelo profissional responsável juntamente com o proprietário e anexar a consulta de viabilidade deferida e uma cópia atualizada da matrícula imobiliária expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis.

§1º Se o requerente for proprietário por contrato de Compra e Venda anexar o mesmo registrado no Cartório de Títulos e Documentos; se o requerente for usufrutuário, locatário ou familiar, anexar autorização, devidamente registrada no Cartório, autorizando a construção ou outro uso pretendido sobre o lote;

§2º No pedido de licença para a demolição deverá constar o prazo de duração dos trabalhos, o qual poderá ser prorrogado atendendo solicitação justificada do interessado e a juízo do Município, salvo os casos fortuitos e de força maior, quando o prazo será prorrogado automaticamente pelo tempo do evento.

§3º Caso a demolição não fique concluída dentro do prazo prorrogado, o responsável ficará sujeito às multas previstas nesta Lei Complementar.

§4º O Município poderá, sempre que julgar conveniente, estabelecer horário dentro do qual uma demolição deva ou possa ser executada.

§5º Nas demolições onde houver necessidade de uso de explosivos, estas deverão ser acompanhadas por profissional habilitado e órgãos fiscalizadores, conforme legislação pertinente.

Após a demolição, o proprietário deverá informar o Município e solicitar a emissão da Certidão de Demolição.

CAPITULO III

Da Execução da Obra

A execução de obras deverá obedecer à boa técnica, às disposições deste Código, às Normas Técnicas e à legislação complementar pertinente, no sentido de garantir a segurança de trabalho e da comunidade.

As obras ou serviços só poderão ser iniciados, segundo suas características, após que seja concedida a licença para construção pelo Município, conforme os termos dispostos no Capítulo II deste Código.

Durante a execução das obras o profissional responsável tomará todas as providências para que o leito do logradouro no trecho abrangido pelas obras seja permanentemente mantido em perfeito estado de limpeza e conservação, bem como todas as medidas no sentido de evitar incômodos para a vizinhança pela queda de detritos nas propriedades vizinhas, pela poeira ou ruído excessivo.

§1º É proibido executar nas obras qualquer serviço que possa perturbar o sossego dos hospitais, escolas, asilos e estabelecimentos semelhantes situados na vizinhança, devendo ser realizados em local distantes, sempre que possível, os trabalhos que possam pelo seu ruído causar perturbação.

§2º Nas obras situadas nas proximidades dos estabelecimentos referidos no parágrafo anterior e nas vizinhanças de residências, é proibido executar, antes das 07h00minhs (sete horas) e depois das 19h00minhs (dezenove horas), qualquer trabalho ou serviço que produza ruído.

O canteiro de obras compreenderá a área destinada à execução e ao desenvolvimento das obras e serviços complementares e implantação de instalações temporárias necessárias à sua execução, tais como alojamento, escritório de campo e depósito de ferra-

mentas e materiais.

§1º Durante a execução das obras será obrigatória a manutenção das áreas públicas desobstruídas e em perfeitas condições de uso sendo vedada a sua utilização como canteiro de obras ou depósito de entulhos.

§2º A descarga de material de construção será feita no canteiro da respectiva obra, admitindo-se excepcionalmente o uso do logradouro público para tal fim.

§3º O responsável pela obra deverá iniciar imediatamente a remoção do material de construção descarregado no logradouro público para o respectivo canteiro, tolerando-se prazo máximo de 24 hs (vinte e quatro horas), contadas da finalização da descarga, para total remoção.

§4º Nenhum elemento do canteiro de obras poderá prejudicar a arborização do logradouro, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito e outras instalações de interesse público.

§5º Não será permitida a implantação elevada de alojamento e escritório de canteiro de obras, sobre o passeio.

Nenhuma construção, reforma, reparo ou demolição poderá ser executada no alinhamento predial, sem que esteja obrigatoriamente protegida por tapumes de madeira, salvo quando se tratar da execução de muros, grades, pinturas ou pequenos reparos que não comprometam a segurança dos pedestres.

§1º O tapume deverá ser mantido enquanto perdurem as obras que possa afetar a segurança dos pedestres que utilizam dos passeios dos logradouros.

§2º O tapume de que trata este artigo deverá atender às seguintes normas:

I – não poderão ocupar mais do que a metade da largura do passeio;

II – a sua altura não poderá ser inferior a 3,00m (três metros) e ter bom acabamento;

III – quando forem construídas em esquinas de logradouros as placas existentes indicadoras do tráfego de veículos e outras de interesse público serão, mediante prévio entendimento com o órgão competente em matéria de trânsito, transferidas para o tapume e fixadas de forma a serem bem visíveis;

IV – nas edificações afastadas mais de 3,00m (três metros) em relação ao alinhamento de logradouro, o tapume não poderá ocupar o passeio;

V – quando os serviços na fachada se desenvolverem a altura superior a 4,00m (quatro metros), será obrigatória a cobertura de proteção aos pedestres ou galerias, com altura mínima de 3,00m (três metros).

Os tapumes deverão apresentar perfeitas condições de segurança em seus diversos elementos e garantir efetiva proteção às árvores, aparelhos de iluminação pública e outros dispositivos existentes sem prejuízo da completa eficiência de tais aparelhos.

Durante a execução da obra será obrigatória a colocação de andaime de proteção do tipo “bandeja-salva-vidas”, para edifícios de três pavimentos ou mais.

§1º Os andaimes terão de garantir condições de segurança de

trabalho para os operários de acordo com a legislação federal que trata deste assunto.

§2º As “bandejas-salva-vidas” constarão de um estrado horizontal de 1,20 (um metro e vinte centímetros) de largura mínima com guarda-corpo até a altura de 1,00 m (um metro), este tendo inclinação aproximada de 135º (cento e trinta e cinco graus) em relação ao estrado horizontal.

No caso de emprego de andaimes mecânicos suspensos, estes deverão ser dotados de guarda-corpo com altura de 1,20 m (um metro e vinte centímetros).

Será obrigatório o uso de tela de proteção para construções acima de 02 (dois) pavimentos, quando construídas no alinhamento e/ou nas suas divisas.

Deve ser observado o disposto na NBR 10.004/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a respeito da classificação de resíduos oriundos da construção civil, assim como a Resolução 307/2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, sobre a classificação e gestão dos resíduos mencionados.

CAPÍTULO IV

Dos Componentes Técnico-Construtivos das Edificações

SEÇÃO I

Dos Materiais Utilizados

Na execução de toda e qualquer edificação, bem como na reforma ou ampliação, os materiais utilizados deverão satisfazer às normas compatíveis com o seu uso na construção, atendendo ao que dispõe a ABNT em relação a cada caso.

§1º Excetuado o caso das residências e dos galpões de pequeno porte, as edificações serão construídas em material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias, corrimãos, parapeitos, forros, revestimentos, divisórias e estruturas de forro e de cobertura.

§2º Para efeito desta Lei Complementar consideram-se materiais incombustíveis o concreto simples ou armado, peças metálicas, tijolos, pedras, materiais cerâmicos e outros cuja incombustibilidade seja reconhecida pelas especificações da ABNT.

§3º No caso de materiais cuja aplicação não esteja definitivamente consagrada pelo uso, o Município poderá exigir análise e ensaios comprobatórios de sua adequabilidade, em laboratório de comprovada idoneidade técnica.

§4º As paredes adjacentes às divisas do lote terão sempre fundações próprias e deverão impedir a ligação e continuidade dos elementos estruturais da cobertura com os de outras já existentes ou a serem construídas.

As edificações serão classificadas em função do material predominante.

As edificações de madeira deverão satisfazer, além do previsto na presente lei, ao seguinte:

I – número máximo 2 (dois) pavimentos;

II – altura máxima de 7,00m (sete metros);

III – repousarão sobre baldrame de alvenaria com altura mínima de 0,50m (cinquenta centímetros) do solo;

IV – afastamento mínimo de 4,00m (quatro metros) de qualquer

outra edificação;

V – as paredes das instalações sanitárias e cozinhas deverão ser de alvenaria e revestidas até a altura de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) com material impermeável ou pintura com barra a óleo.

SEÇÃO II

Do Preparo do Terreno, das Terraplenagens e Movimentos de Terra

Nos terrenos acidentados, a critério do Município, a aprovação de projetos e a concessão de alvará de construção dependerão de cumprimento, pela parte interessada, de exigências especiais, tais como a construção de muros de arrimo e drenagem.

Em terrenos pantanosos ou alagadiços por lençol freático superficial deverão ser executadas as necessárias obras de drenagem e terraplenagem.

Nos terrenos situados ao longo de cursos d'água, lagoas e nascentes será obrigatória a reserva de faixas mínimas não edificáveis conforme estabelecido no Plano Diretor Municipal e legislação federal e estadual existentes.

Todo e qualquer movimento de terra a ser executado no Município, tais como cortes, escavações, aterros e terraplenagens, deverá obedecer ao disposto nesta Lei.

Todo movimento de terra em terrenos com inclinação superior a 30% ou que resultarem em taludes superiores a 3 (três) metros deverá ser precedido de projeto de terraplenagem específico, executado por profissional habilitado, devidamente cadastrado nos órgãos competentes e submetidos à aprovação e licenciamento do Município.

Parágrafo único. Poderá ser exigido pelo Município projeto de terraplenagem mesmo nos casos em que o terreno não se enquadre no especificado acima, dependendo do tamanho da área, das curvas de nível do terreno e da infra-estrutura local.

Para a análise prévia dos projetos de terraplenagem, o interessado deverá protocolar requerimento solicitando a análise, juntamente com a seguinte documentação:

I – consulta de viabilidade deferida;

II – cópia atualizada da matrícula imobiliária expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;

a) se o requerente for proprietário por contrato de Compra e Venda, anexar o mesmo registrado no Cartório de Títulos e Documentos;

b) se o requerente for usufrutuário, locatário ou familiar, anexar autorização devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos autorizando a construção ou outro uso pretendido sobre o lote.

III – 01 (uma) cópia do Projeto de Terraplenagem, com todas as peças gráficas necessárias à clara compreensão do projeto e do local no qual se pretende licenciar o movimento de terra contendo no mínimo:

a) planta de situação do terreno na quadra, indicando orientação, edificações, cursos d'água, árvores de grande porte, postes e demais elementos físicos no raio de 10,00 m (dez metros) ao redor da área do movimento projetado;

b) planta do terreno contendo cotas altimétricas na interseção das

divisas com os meios-fios e alinhamentos do terreno, delimitação do perímetro externo da edificação, delimitação dos diversos platôs e seus respectivos níveis, indicação de muros de arrimo e taludes a serem executados;

c) perfil longitudinal e transversal do terreno indicando os movimentos projetados;

d) quadro com quantitativos em m³ (metros cúbicos) dos movimentos projetados;

IV – 01 (uma) via do Memorial Descritivo dos serviços de terraplenagem, contendo no mínimo o cálculo de volume de corte e aterro, cronograma de execução das obras e a indicação do local de destino do “bota fora”, quando necessário.

§1º O Município terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis para a Análise Prévia, a contar da data de entrada do requerimento no Protocolo da Prefeitura ou de cada análise posterior.

§2º O Município após a análise do processo emitirá a Resposta de Análise Prévia definindo o projeto como deferido ou indeferido.

§3º O Projeto de Terraplenagem poderá integrar o Projeto Arquitetônico desde que sejam atendidas as determinações desta Seção.

A execução dos serviços dependerá da emissão do Alvará de Terraplenagem cujo pedido será requerido ao Município, com a seguinte documentação:

I – Resposta de Análise Prévia do Processo deferida;

II – Cópia atualizada da matrícula imobiliária expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;

a) se o requerente for proprietário por contrato de Compra e Venda, anexar o mesmo registrado no Cartório de Títulos e Documentos;

b) se o requerente for usufrutuário, locatário ou familiar, anexar autorização devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos autorizando a construção ou outro uso pretendido sobre o lote.

III – 3 (três) cópias do Projeto de Terraplenagem aprovado;

IV – 3 (três) cópias do Memorial Descritivo aprovado;

V – A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) do Responsável Técnico, devidamente recolhida;

VI – nos casos em que ocorrer interferência nos cursos d'água, será exigida a Licença Ambiental emitida pelo órgão ambiental pertinente.

§1º O Município terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para a expedição do Alvará de Terraplenagem, a contar da data de entrada do requerimento.

§2º Aprovado o processo, o Município emitirá o Alvará de Terraplenagem que terá prazo de validade de 3 (três) meses.

O Município deverá instituir multa e cassar o licenciamento da terraplenagem, bem como o da pessoa física ou jurídica que estiver realizando o serviço, quando este for realizado em desacordo com a aprovação do projeto ou fora dos prazos determinados para sua execução.

Parágrafo único. O projeto de terraplenagem aprovado pelo Município deverá obrigatoriamente ser mantido no local de execução do serviço.

Na execução do preparo do terreno e escavações serão obrigatórias as seguintes precauções:

I – evitar que as terras ou outros materiais alcancem o passeio ou o leito do logradouro;

II – o bota-fora dos materiais escavados deve ser realizado com destino a local a critério do Município, sem causar quaisquer prejuízos a terceiros;

III – adoção de providências que se façam necessárias para a sustentação dos prédios vizinhos limítrofes.

Em havendo “bota fora”, o interessado deverá fazê-lo em veículos adequados, devidamente cobertos com lona ou similar.

§1º O interessado será responsável pela execução e manutenção da sinalização do trânsito e pela limpeza das vias e logradouros públicos utilizados pelos veículos.

§2º É permissível à execução dos serviços de que trata este artigo pela própria Prefeitura, contra pagamento de preço respectivo.

Os proprietários de terrenos ficam obrigados a fixação, estabilização ou sustentação das respectivas terras ou de terceiros se colocadas em riscos, por meio de obras e medidas de precaução contra erosão do solo, desmoronamento de terras, escoamento de materiais, detritos e lixo para as valas, sarjetas e canalizações, públicas ou particulares, e logradouros públicos.

Parágrafo único. O interessado na execução dos serviços de que trata esta seção é responsável, civil e criminalmente, por todos os prejuízos causados a bens públicos ou de terceiros, inclusive pelas despesas eventualmente efetuadas pela Prefeitura, no interesse da preservação de propriedade pública ou de logradouro público.

Nos movimentos de terra em que houver necessidade de remanejamento ou modificação de canalizações de água ou esgoto existentes, retificação ou canalização de rios ou córregos, remoção de postes, árvores ou qualquer outro serviço semelhante, as despesas respectivas correrão por conta do interessado, ainda que se tratem de serviços cuja execução possa ser feita pela Prefeitura ou através de empresas concessionárias de serviço público.

Os movimentos de terra observarão ainda o seguinte:

§1º Os cortes e aterros com inclinação superior a 30% (trinta por cento) não terão altura contínua superior a 3,00 m (três metros), em qualquer ponto, exceto quando necessariamente comprovados para execução de:

I – garagens embutidas ou semi-embutidas;

II – embasamento com pavimento exclusivamente destinado a estacionamento ou guarda de veículos;

III – obras de contenção indispensáveis à segurança ou à regularização de encostas;

§2º Aos cortes corresponderão patamares horizontais na proporção de 2/1;

§3º Os cortes e aterros que resultarem inclinação de até 30% (trinta por cento) em relação a horizontal deverão ter contenção vegetal;

§4º Os cortes e aterros que resultarem inclinação superior a 30% (trinta por cento), serão objeto de contenção de engenharia com cortina de pedra, concreto armado ou gabião, sendo que sua execução deverá ser acompanhada por profissional competente da área;

§5º Em nenhum caso os cortes e aterros ficarão a descoberto.

As pessoas físicas ou jurídicas, de que trata esta seção, deverão ter licenciamento anual do Município para operarem no município.

É expressamente proibida a abertura de ruas quando não previstas pelo Plano Diretor Participativo ou não pertencerem a projetos de loteamentos aprovados pelo município.

SEÇÃO III

Das Fundações e Estruturas

O projeto e a execução das fundações e estruturas, assim como as respectivas sondagens, exames de laboratórios, provas de carga e demais providências necessárias deverão ser feitos de acordo com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

As fundações, qualquer que seja o seu tipo, deverão ficar inteiramente dentro dos limites do lote, não podendo avançar sobre o logradouro público ou lotes vizinhos.

A movimentação dos materiais e equipamentos necessários à execução da estrutura deverá ser sempre feita dentro do espaço delimitado pelas divisas do lote, ou em lote de terceiros quando por eles autorizado.

Parágrafo único. Na impossibilidade do cumprimento do disposto neste artigo, o Município definirá a solução mais adequada.

Seção IV

Das Paredes

As paredes das edificações deverão observar as normas da ABNT relativas a isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústico, resistência ao fogo, resistência mecânica e impermeabilidade.

Deverá ser impermeabilizada a parede que estiver lateralmente em contato direto com o solo, bem como as partes da parede que ficarem enterradas.

As paredes de alvenaria de tijolos das edificações deverão ter as seguintes espessuras mínimas após acabamento:

I – 0,15 m (quinze centímetros) para as paredes internas e externas;

II – 0,20m (vinte centímetros) para paredes que constituem divisão entre unidades distintas ou paredes de divisa do lote.

Parágrafo único. As espessuras poderão ser alteradas quando forem utilizados materiais de natureza diversa, desde que possuam comprovadamente, no mínimo, os mesmos índices de resistência, impermeabilidade, isolamento térmico e acústico, conforme o caso.

Quando forem empregadas paredes auto-portantes em uma edificação, serão obedecidas às respectivas normas da ABNT, para os diferentes tipos de materiais utilizados.

As paredes de instalações sanitárias, banheiros, cozinhas, vestiários, áreas de serviços e locais para despejo de lixo deverão ser

revestidas até a altura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) com material impermeável com as características de impermeabilização dos azulejos ou ladrilhos cerâmicos.

A edificação de paredes cegas na divisa dos lotes será permitida apenas nos 2 (dois) primeiros pavimentos, devendo os afastamentos dos demais pavimentos obedecer ao disposto na Tabela de Índices Urbanísticos do Plano Diretor Participativo.

SEÇÃO V

Do Forro, Piso e Entre piso

O forro das edificações unifamiliares caso não seja em plano horizontal, terá como altura média, no mínimo o estabelecido no Artigo 103 desta Lei Complementar, porém a altura da parte mais baixa não será menor que 2,10m (dois metros e dez centímetros).

Os pisos deverão ser convenientemente pavimentados com material adequado, segundo o caso e as prescrições deste Código.

§1º Os pisos das instalações sanitárias, banheiros, cozinhas, vestiários, áreas de serviços e locais para despejo de lixo deverão ser revestidos com material impermeável com as características de impermeabilização dos azulejos ou ladrilhos cerâmicos.

§2º Será permitido nas garagens, depósitos, terraços e casas de máquinas o piso em cimento, devidamente impermeabilizado.

Os entre pisos das edificações serão incombustíveis, tolerando-se entre pisos de madeira ou similar em edificações de até 2 (dois) pavimentos unifamiliares.

SEÇÃO VI

Das Coberturas

As coberturas das edificações serão construídas em materiais que permitam uma perfeita impermeabilização e isolamento térmico.

As águas pluviais provenientes das coberturas e de aparelhos de ar condicionado deverão ser esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságüe sobre os lotes vizinhos ou diretamente sobre o logradouro.

Terraços de cobertura deverão ter revestimento externo impermeável, com juntas de dilatação para grandes extensões e revestimentos superficiais rígidos.

Será permitida a utilização de sótão desde que esteja totalmente contido no volume do telhado e caracterizado como aproveitamento deste espaço.

Parágrafo único. Caso a altura do sótão ultrapasse 2,10m (dois metros e dez centímetros), este será computado como área construída.

SEÇÃO VII

Das Chaminés

As chaminés de qualquer espécie serão executadas de maneira que o fumo, fuligem, odores ou resíduos que possam expelir não incomodem a vizinhança ou prejudiquem o meio ambiente, devendo ser equipadas de forma a evitar tais inconvenientes, e respeitando a altura mínima de 0,50 m (cinquenta centímetros) acima do ponto mais alto da cobertura.

Parágrafo único. A qualquer momento o Município poderá determinar a modificação das chaminés ou o emprego de dispositivos fumíferos ou outros dispositivos de controle da poluição atmosférica, a fim de ser cumprido o que dispõe este artigo.

A altura das chaminés de edificações industriais, não poderá ser inferior a 5,00 m (cinco metros) do ponto mais alto das coberturas existentes num raio de 50,00m (cinquenta metros).

Parágrafo único. As chaminés industriais e torres de qualquer espécie deverão obedecer ao afastamento das divisas em medida não inferior a 1/5 (um quinto) de sua altura.

SEÇÃO VIII

Das Portas

As portas gerais de acesso às edificações terão largura suficiente para o escoamento dos compartimentos ou setores da edificação a que dão acesso, respeitando a largura mínima de:

I – nas edificações de uso residencial unifamiliar e de prestação de serviços: vão livre mínimo de 0,80 m (oitenta centímetros).

II – nas edificações de uso residencial multifamiliar: vão livre mínimo de 0,90 m (oitenta centímetros).

III – nas edificações destinadas ao comércio em geral: vão livre dimensionado em função da soma das áreas úteis comerciais, na proporção de 1,10m (um metro e dez centímetros) de largura para cada 600,00m² (seiscentos metros quadrados) de área útil, sempre respeitando o mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

IV – nas edificações de uso coletivo: vão livre dimensionado na proporção de 0,01 m (um centímetro) por pessoa da lotação prevista para os compartimentos, respeitando o mínimo de 1,20 m (um metro e vinte centímetros).

§1º Nas portas de uso interno das edificações poderá ser admitida redução para até 0,70 m (setenta centímetros).

§2º As portas de acesso à box sanitários, poderão ter largura mínima de 0,60 m (sessenta centímetros), desde que respeitadas as questões de acessibilidade.

§3º As folhas de portas gerais de acesso às edificações não poderão abrir diretamente sobre o passeio público.

SEÇÃO IX

Das Circulações em um Mesmo Nível

Os corredores e circulações deverão ter as seguintes dimensões mínimas:

I – para o uso Residencial Unifamiliar e Unidades Autônomas de Habitações Multifamiliares - largura mínima de 0,90 m (noventa centímetros);

II – para o uso Residencial Multifamiliar - largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), para uma extensão máxima de 10,00 m (dez metros). Excedido esse comprimento, haverá um acréscimo de 0,05 m (cinco centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso. Sendo que para as circulações de uso restrito poderá ser admitida redução para até 0,90 m (noventa centímetros);

III – nos hotéis e motéis - largura mínima será de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) para cada extensão de 10,00 m (dez metros). Excedido este comprimento, haverá um acréscimo de 0,10 m (dez centímetros) na largura para cada metro ou fração de excesso;

IV – para o uso Comercial - largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) para uma extensão de até 15,00 m (quin-

ze metros), excedido esse comprimento haverá um acréscimo de 0,10 m (dez centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso;

V – para locais de reunião, deverá obedecer à largura mínima de:

a) 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) para área de até 500,00 m² (quinhentos metros quadrados);

b) 3,00 m (três metros) para área de 500,01 m² a 750,00 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados);

c) 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) para área de 750,01 m² a 1.000,00 m² (mil metros quadrados);

d) 4,00 m (quatro metros) para áreas acima de 1.000,01 m².

VI – as galerias de lojas comerciais terão a largura mínima de 3,00 m (três metros) para cada extensão de no máximo 15,00 m (quinze metros). Para cada 5,00 m (cinco metros), ou fração de excesso, essa largura será aumentada em 10% (dez por cento).

SEÇÃO X

Da Circulação em Níveis Diferentes

Os elementos de circulação que estabelecem a ligação de dois ou mais níveis consecutivos são:

- I – escadas;
- II – rampas;
- III – escadas rolantes;
- IV – elevadores.

As escadas deverão obedecer as seguintes normas:

§1º Quanto à largura mínima as escadas deverão ter:

I – as escadas de uso privativo, dentro de uma unidade familiar, terão largura mínima livre de 0,90 m (noventa centímetros), podendo ter sua largura reduzida para 0,60 m (sessenta centímetros) quando forem de uso nitidamente secundário e eventual, como as de adega, pequenos depósitos e casas de máquinas;

II – as escadas para uso coletivo terão largura mínima livre de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) e deverão ser construídas com material incombustível;

III – nas edificações destinadas a locais de reunião, o dimensionamento das escadas deverá atender ao fluxo de circulação de cada nível contíguo (superior ou inferior) de maneira que no nível de saída do logradouro haja sempre um somatório de fluxos correspondentes à lotação total e ter largura mínima de 2,00 m (dois metros);

IV – nos estádios as escadas dos diferentes níveis deverão ter largura de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) para cada 1.000 (mil) pessoas e nunca inferior a 3,00 m (três metros).

§2º O dimensionamento dos degraus será feito de acordo com a fórmula $2E + P = 0,63/0,64$, onde "E" é altura ou espelho do degrau, o "P" a profundidade do piso obedecendo aos seguintes limites: altura máxima de 0,18 m (dezoito centímetros) e profundidade mínima de 0,27 m (vinte e sete centímetros);

§3º Nas escadas de uso coletivo, sempre que o número de degraus consecutivos excederem de 16 (dezesseis) será obrigatório intercalar um patamar com a extensão mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) e com a mesma largura do degrau;

§4º Nas escadas circulares deverá ficar assegurada uma faixa de

1,20 m (um metro e vinte centímetros) de largura, na qual os pisos dos degraus terão as profundidades mínimas de 0,20 m (vinte centímetros) e 0,40 m (quarenta centímetros) nos bordos internos e externos, respectivamente;

§5º As escadas do tipo "marinheiro", "caracol" ou "leque" só serão admitidas para acessos a torres, adegas, sótãos, mezaninos, casa de máquinas, sobrelojas ou entre pisos de uma mesma unidade residencial;

§6º As escadas deverão oferecer passagem livre com altura nunca inferior a 2,10 m (dois metros e dez centímetros);

§7º As escadas de uso coletivo terão obrigatoriamente corrimão (mesmo entre paredes) de ambos os lados, obedecendo as Normas do Corpo dos Bombeiros.

§8º As escadas deverão ainda observar todas as exigências das normas pertinentes ao Corpo de Bombeiros.

No emprego de rampas nas edificações aplicam-se as mesmas exigências ao dimensionamento e especificações de materiais fixadas para as escadas, além das seguintes normas:

I – as rampas deverão apresentar inclinação máxima de 25% (vinte e cinco por cento) para uso de veículos e de 12,5% (doze e meio por cento) para uso de pedestres;

II – as rampas de acesso para pedestres, quando externas e se excederem a 6% (seis por cento) terão piso revestido com material antiderrapante;

III – as rampas para pedestres deverão possuir largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) e possuir corrimão dos dois lados, com 0,45 m (quarenta e cinco centímetros) de prolongamento nas extremidades;

IV – as rampas de acesso para veículos terão largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) quando retas e 3,00 m (três metros) quando curvas e deverão estar totalmente contidas no interior do lote;

V – as rampas deverão observar todas as exigências das normas pertinentes ao Corpo de Bombeiros, diferenciadas em função do número de pavimentos da edificação.

Nas edificações de caráter comercial, nos edifícios multifamiliares e locais de uso público em geral devem se seguir os dispostos na NBR 9.077/1993, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a respeito das saídas de emergência em edificações, sendo a largura das rampas e escadas calculadas em virtude de sua área e número de ocupantes.

Em edificações com mais de 4 (quatro) pavimentos, é obrigatória a instalação de elevadores. Nas demais edificações, exceto nas unifamiliares, será exigido o fosso de elevador a partir do segundo piso.

§1º A existência de elevador numa edificação não dispensará a construção de escadas.

§2º O número mínimo de elevadores e sua capacidade obedecerão ao disposto nas normas da ABNT.

§3º Em qualquer caso de obrigatoriedade de instalação de elevadores, deverá ser satisfeito o cálculo do intervalo de tráfego e o dimensionamento das cabinas, casas de máquinas e poços, na forma prevista pelas normas da ABNT.

Nas edificações em que forem assentadas escadas rolantes deve-

rão estas, obrigatoriamente, obedecer à Norma NB-38 da ABNT.

Além das exigências deste Código deverão ser respeitados os dimensionamentos e as normas de segurança, prevenção e proteção contra incêndio estabelecido pelo Corpo de Bombeiros.

SEÇÃO XI

Dos Compartimentos

Para efeito da presente Lei Complementar, o destino dos compartimentos não será considerado apenas pela denominação em planta, mas também pela sua finalidade lógica decorrente da sua disposição no Projeto.

Os compartimentos, de acordo com sua utilização, classificam-se em:

- I – compartimento de permanência prolongada;
- II – compartimento de utilização transitória;
- III – compartimento de utilização especial.

§1º São considerados compartimentos de permanência prolongada os dormitórios, salas em geral, dependências de empregadas, biblioteca, escritórios, salas destinadas ao comércio, negócios e atividades profissionais, laboratórios, enfermarias, ambulatórios e consultórios.

§2º São considerados compartimentos de utilização transitória as instalações sanitárias, as cozinhas e copas, despensas, área de serviço, garagens, espaço para churrasqueiras, varandas/sacadas, circulações e passagens, escadas, depósitos de uso doméstico, halls, saguão, salas de entrada e espera, casas de máquinas, locais para lixo;

§3º São considerados compartimentos de utilização especial aqueles que, pela sua destinação específica dispensam aberturas para o exterior, como câmaras escuras, closets, adegas, estúdios de gravação de rádio e televisão, laboratórios fotográficos, cinematográficos e de som, frigoríficos;

§4º Os compartimentos com outras destinações ou particularidades especiais serão classificados com base na analogia com os usos listados e observadas as exigências de higiene, salubridade e conforto de cada função ou atividade.

Os compartimentos obedecerão aos limites mínimos para os seguintes elementos da construção:

- I – área de piso (m²);
- II – dimensão mínima (m);
- III – vão de iluminação e ventilação (m);
- IV – altura ou pé-direito (m).

Parágrafo único. Os limites mínimos dimensionados para cada tipo de utilização e referidos neste artigo, são estabelecidos nas seguintes tabelas:

TABELA 1 – Dimensões Mínimas dos Compartimentos de Permanência Prolongada

| Compartimentos | Área (m²) | Dimensão Mínima (m) | Altura (m) |
|------------------------|-----------|---------------------|------------|
| 1º dormitório ou único | 11,00 | 2,40 | 2,70 |
| 2º dormitório | 9,00 | 2,40 | 2,70 |
| Os demais dormitórios | 8,00 | 2,40 | 2,70 |
| Dependência Empregada | 8,00 | 2,40 | 2,70 |
| Sala | 8,00 | 2,40 | 2,70 |

| | | | |
|------------------|-------|------|------|
| Lojas | 25,00 | 3,00 | 2,80 |
| Salas Comerciais | 18,00 | 2,80 | 2,80 |
| Sobreloja | 12,50 | 2,80 | 2,70 |

TABELA 2 – Dimensões Mínimas dos Compartimentos de Utilização Transitória

| Compartimentos | Área (m²) | Dimensão Mínima (m) | Altura (m) |
|-----------------|-----------|---------------------|------------|
| Cozinha/copa | 4,00 | 1,60 | 2,70 |
| Banheiro | 3,00 | 1,30 | 2,70 |
| Lavabo | 1,50 | 1,00 | 2,70 |
| Área de Serviço | 2,25 | 1,50 | 2,70 |
| Circulações | - | 0,90 | 2,70 |
| Garagens | 13,00 | 2,40 | 2,50 |
| Closet | 4,00 | - | 2,50 |

§1º Os dormitórios não poderão ter comunicação direta com cozinha, despensa ou depósitos;

§2º Os banheiros e instalações sanitárias não poderão ter comunicação direta com copas, cozinhas e despensas;

§3º As circulações de que trata este artigo referem-se ao uso interno das unidades residenciais;

§4º O pé-direito ou altura útil do pavimento é a medida livre entre o piso e a laje/forro do compartimento.

Para kitinetes serão observados os seguintes limites mínimos dimensionados para cada tipo de utilização:

TABELA 3 – Dimensões Mínimas dos Compartimentos de Kitinetes

| Compartimentos | Área (m²) | Dimensão Mínima (m) | Altura (m) |
|--------------------------------------|-----------|---------------------|------------|
| Dormitório Único | 9,00 | 2,40 | 2,70 |
| Sala/Copa/Cozinha (conjugado) | 16,00 | 2,40 | 2,70 |
| Banheiro/Área de Serviço (conjugado) | 4,00 | 1,30 | 2,50 |
| Banheiro | 3,00 | 1,30 | 2,50 |
| Sala/Copa (conjugado) | 12,00 | 2,40 | 2,70 |
| Cozinha/Área de Serviço (conjugado) | 4,00 | 1,60 | 2,70 |

§1º As kitinetes deverão ter área máxima de 36,00m² (trinta e seis metros quadrados);

§2º Serão admitidos tanques de lavar roupa anexos a cozinhas ou banheiros, desde que separados por parede com no mínimo 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de altura.

§3º Sendo o ambiente único, deverá ser considerado para o cálculo da área mínima a metragem do ambiente respeitando cada uso. A dimensão estabelecida como altura mínima de um compartimento, quando houver rebaixamento de forro, ou forro inclinado, será aquela tomada pela média da altura máxima e mínima, que não poderá ser inferior ao estabelecido nesta Lei Complementar.

A subdivisão do compartimento, com paredes que cheguem até o teto será permitida quando os compartimentos resultantes atenderem, total e simultaneamente, a todas as normas desta Lei Complementar no que lhes forem aplicáveis.

SEÇÃO XII**Da Iluminação e Ventilação**

Todo compartimento, com exceção dos de utilização especial, deverá dispor de comunicação com o exterior, seja de forma direta através de vãos, seja de forma indireta através de dutos para fins de iluminação e ventilação.

Parágrafo único. Excetuam-se dessa obrigatoriedade os corredores internos até 10,00m (dez metros) de comprimento e as escadas em edificações unifamiliares.

Não poderá haver quaisquer aberturas em paredes levantadas sobre a divisa ou a menos de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) da mesma.

§1º As janelas cuja visão não incida sobre a linha divisória, bem como as perpendiculares, não podem ser abertas a menos de 0,75 m (setenta e cinco centímetros) da divisa.

§2º As edificações rurais devem respeitar, no mínimo, 3,00 m (três metros) de afastamento das divisas laterais e fundos, independente da existência de janelas.

§3º As disposições deste artigo não abrangem as aberturas para luz ou ventilação, não maiores de 0,10 m (dez centímetros) de largura por 0,20 m (vinte centímetros) de comprimento e se construídas a mais de 2,00 m (dois metros) de altura de cada piso.

A comunicação com o exterior dos compartimentos de permanência prolongada se fará obrigatoriamente de forma direta e o vão de iluminação (janelas e portas-janelas) deverão ter, para cada compartimento, a área mínima de 1/6 (um sexto) da área do compartimento.

§1º Para o uso industrial de permanência prolongada, a área mínima de iluminação deve respeitar 1/10 (um décimo) da área do compartimento.

§2º No mínimo 50% (cinquenta por cento) da área de abertura da iluminação correspondente a cada ambiente deverá servir também para ventilação.

§3º Os valores do caput deste artigo serão acrescidos em 20% (vinte por cento) no caso de compartimento abrir para varandas com até 3,00m (três metros) de profundidade.

§4º Não serão consideradas como aberturas para iluminação, as janelas que abrirem para terraços cobertos, alpendres, varandas e compartimentos de permanência transitória com mais de 3,00m (três metros) de profundidade.

§5º Apenas os seguintes compartimentos de permanência prolongada poderão se comunicar com o exterior através de dutos com equipamentos mecânicos de renovação de ar com capacidade suficiente para renovação de ar do ambiente:

I – auditórios e centros de convenção;

II – cinemas;

III – teatros;

IV – salas de exposições;

V – salas de espera;

VI – boates e salões de danças;

VII – bancos e lojas comerciais;

VIII – clínicas médicas, centros cirúrgicos, clínicas odontológicas e estabelecimentos congêneres.

A comunicação com o exterior dos compartimentos de utilização

transitória deverá ser feita de forma direta ou indireta.

§1º Para a comunicação de forma direta o vão de iluminação e ventilação deverá ter, no mínimo, 1/8 (um oitavo) da área do compartimento; poderá abrir diretamente para o exterior ou para outro compartimento de permanência transitória.

§2º Para a comunicação de forma indireta o poço vertical de iluminação e/ou ventilação deverá ter área mínima 1/8 (um oitavo) da área do maior compartimento por ele ventilado, para o primeiro pavimento, com acréscimo de área de 20% (vinte por cento) por pavimento, sendo que pelo menos uma face deverá ter 0,70m (setenta centímetros).

§3º As instalações sanitárias, as circulações, os depósitos e as garagens poderão se comunicar com o exterior de forma indireta através de dutos com equipamentos mecânicos de renovação do ar com capacidade suficiente para a renovação de ar do ambiente.

§4º Os banheiros e lavabos poderão ter ventilação e iluminação indireta para área de serviço.

A área mínima permitida para iluminação será, em qualquer caso, de 0,50m² (meio metro quadrado).

Os prismas destinados à iluminação e ventilação ou só ventilação de uma edificação terão seções horizontais mínimas iguais a 1/5 (um quinto) da altura total da edificação em metros.

Parágrafo único. Os prismas a que se refere esta Seção deverão ser constantes em toda altura da edificação e deverão ter acesso de visita pela base.

SEÇÃO XIII**Dos Mezaninos**

A construção de mezaninos só será permitida, quando satisfizer as seguintes condições:

I – não prejudicar as condições de iluminação e ventilação do compartimento onde for construído e cuja área será adicionada para efeito de cálculo dos vãos de iluminação e ventilação a área do pavimento inferior (considerando-se o mezanino como compartimento habitável);

II – ocupar área de no máximo 50% (cinquenta por cento) da área do compartimento a que serve;

III – ter altura mínima de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) e deixar com essa mesma altura mínima o espaço que ficar sob sua projeção no piso do compartimento onde for construído;

IV – terem escada fixa de acesso e parapeito.

SEÇÃO XIV**Das Marquises, Balanços e Saliências**

A construção de marquises, na fachada das edificações obedecerá as seguintes condições:

I – serem em balanço;

II – a face interna do balanço deverá ocupar um avanço de no máximo 2/3 (dois terços) da largura do passeio e no mínimo de 0,75 m (setenta e cinco centímetros) de avanço em relação à prumada da fachada onde se localizar;

III – ter altura mínima de 2,80m (dois metros e oitenta centíme-

tros) acima do nível do passeio;

IV – permitir o escoamento das águas pluviais exclusivamente para dentro dos limites do lote através de condutores e encaminhados à sarjeta sob o passeio;

V – não prejudicar a arborização e iluminação pública, assim como não ocultar placas de nomenclatura ou numeração.

Parágrafo único. Entende-se por marquise o avanço da laje ou elemento construtivo equivalente que cubra a parte do passeio e não do avanço do corpo da edificação, podendo sobre as mesmas ser locadas floreiras e/ou vitrinas para exposição comercial.

Será obrigatória a construção de marquises em toda a fachada da edificação nos seguintes casos:

I – em qualquer edificação de mais de 1 (um) pavimento a ser construída nos logradouros de uso predominante comercial, quando no alinhamento ou dele recuado menos de 4,00 m (quatro metros);

II – nas edificações em que o pavimento térreo tenha uso comercial, quando construídos no alinhamento.

Nas edificações construídas no alinhamento predial será permitido o avanço de terraços, sacadas e varandas, desde que respeitem uma projeção além do alinhamento predial, de no máximo 1/4 (um quarto) da largura do passeio, não podendo ultrapassar a distância máxima de 0,75 m (setenta e cinco centímetros) de avanço em relação à prumada da fachada onde se localizar.

Parágrafo único. Nestes avanços de terraços, sacadas e varanda sobre o alinhamento predial somente será permitido o fechamento com vidro ou pele de vidro.

As fachadas dos edifícios, quando construídos no alinhamento predial, só poderão ter floreiras, caixas para ar condicionado e brises, se:

I – estiverem acima da marquise;

II – o escoamento das águas pluviais for exclusivamente dentro dos limites do lote através de condutores embutidos e encaminhados à sarjeta sob o passeio;

III – respeitarem os avanços máximos definidos no artigo anterior.

Nos pavimentos térreos construídos no alinhamento será permitido o uso transitório de toldos protetores localizados nas extremidades das marquises, desde que abaixo de sua extremidade inferior se deixe espaço livre com altura mínima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros).

Os edifícios construídos nos cruzamentos dos logradouros públicos, aonde não houver recuo frontal, o pavimento térreo deverá ser de forma chanfrada ou semicircular respeitando o raio interno de concordância prevista entre as vias.

SEÇÃO XV

Dos Muros, Gradis e Cercas

O muro situado no alinhamento frontal do terreno, construído com material que vede a visão, terá altura máxima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros) em relação ao nível do passeio, à exceção do muro de arrimo, que poderá ter altura necessária para sustentar o desnível de terra entre o alinhamento do logradouro e o terreno a ser edificado.

§1º Para atingir altura superior à estabelecida no caput deste artigo, poderá ser utilizado no alinhamento de muro, material que não vede a visão, como gradil e semelhantes.

§2º Para muros com altura superior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) deverá ser apresentada a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica.

§3º Qualquer cerca ou muro com altura inferior a 2,00m (dois metros) não poderá ter acabamento superior cortante ou pontiagudo.

§4º O Município poderá exigir dos proprietários a construção de muros de arrimo e de proteção, sempre que o nível do terreno for superior ou inferior ao logradouro público.

§5º O Município poderá exigir ainda do proprietário do terreno, a construção de sarjetas ou drenos, para desvios de águas pluviais ou de infiltrações que causem prejuízos ou danos ao logradouro público.

É proibida a execução, na Macrozona Urbana do Município, de cerca de arame farpado ou similar, a menos de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de altura em referência ao nível do passeio.

Os terrenos edificados, devidamente ajardinados, poderão ser dispensados da construção da mureta no alinhamento.

Parágrafo único. Em terrenos sem vedação, as divisas e o alinhamento do logradouro público deverão ser demarcados com elementos que permitam a identificação de todos os seus limites.

Os terrenos não edificados localizados em ruas pavimentadas deverão ser fechados com muretas de alvenaria de no mínimo 0,30m (trinta centímetros).

Não serão permitidos portões pivotantes ou basculantes que se abram sobre o passeio.

Parágrafo único. Para a instalação dos portões de que trata o caput, o acesso de veículos deve ser recuado para o interior do lote.

SEÇÃO XVI

Das Cercas Energizadas

Todas as cercas destinadas à proteção de perímetros e que sejam dotadas de corrente elétrica, serão classificadas como energizadas, ficando incluídas na mesma legislação as cercas que utilizem outras denominações, tais como: eletrônicas, elétricas, eletrificadas e similares.

Parágrafo único. Definem-se ainda como cercas energizadas, todos os ofendículos que sejam dotados de corrente elétrica, quando utilizados sobre edificações, muros ou outras variações, e as utilizadas para controle de animais na área rural.

As empresas e pessoas físicas que se dediquem à fabricação, projeto, instalação e manutenção de cercas energizadas deverão possuir registro no Conselho Regional representativo correspondente e possuir profissional habilitado na condição de responsável técnico.

As cercas energizadas deverão obedecer na ausência de normas técnicas brasileiras, às normas técnicas sobre a matéria editadas pela Internacional Electrotechnical Commission – IEC.

Parágrafo único. A obediência às normas técnicas de que trata este artigo deverá ser objeto de declaração expressa do técnico

responsável pela instalação e/ou manutenção, que responderá por eventuais informações inverídicas.

É proibida a instalação de cercas energizadas a uma distância vertical ou horizontal menor que 3,00m (três metros) dos recipientes de gás liquefeito de petróleo.

É obrigatória a instalação de placas de identificação, advertência ou alerta em lugar visível, inclusive com símbolos que possibilitem o entendimento por pessoas analfabetas ou leigas ou, ainda, pessoas que só entendam idioma estrangeiro, contendo informações que alertem sobre o perigo iminente ou próximo, devendo ser colocadas placas de advertência nos portões e/ou portas de acesso existentes ao longo da cerca e em cada mudança de sua direção, sendo:

I – uma placa a cada 6 (seis) metros quando se tratar de área urbana;

II – uma placa a cada 50 (cinquenta) metros quando se tratar de área rural;

III – O texto mínimo das placas de advertência deverá ser de: CERCA ENERGIZADA, CERCA ELETRIFICADA ou CERCA ELÉTRICA.

Os arames utilizados para a condução da corrente elétrica na cerca energizada deverão ser do tipo liso, vedada a utilização de arames farpados ou similares.

Sempre que a cerca energizada for instalada na parte superior de muros, grades, telas ou outras estruturas, a altura mínima do primeiro fio energizado deverá ser de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) em relação ao nível do solo da parte externa do perímetro cercado se na vertical, ou 2,20m (dois metros e vinte centímetros) do primeiro fio em relação ao solo se instalada inclinada em 45° (quarenta e cinco graus) para dentro do perímetro do terreno.

A instalação de cerca eletrificada ou similar na área rural deva ser feita a uma distância de, no mínimo, um 1,00m (um metro) afastado do limite do imóvel, quando se tratar de limites internos, em linhas divisórias, e quando se tratar de vias municipais, 2,00m (dois metros) afastado da cerca de limite do imóvel, sem, no entanto, deixar de considerar as normas técnicas, reguladoras e de segurança, para evitar ou minimizar a possibilidade de acidentes ao domínio ou propriedade.

Sempre que a cerca energizada estiver instalada em linhas divisórias de imóveis, deverá haver a concordância expressa dos proprietários destes com relação à referida instalação.

Parágrafo único. Na hipótese de haver recusa por parte dos proprietários dos imóveis vizinhos, na instalação do sistema de cerca energizada em linha divisória, aquela só poderá ser instalada com ângulo de 45° (quarenta e cinco graus) de inclinação para dentro do imóvel beneficiado.

SEÇÃO XVII

Das Calçadas e Passeios

É obrigatória a construção, reconstrução e manutenção dos passeios públicos, nos lotes que tiverem sua testada para via pública pavimentada, edificados ou não.

Parágrafo único. A construção, reconstrução e manutenção dos passeios que trata o caput deste artigo são de responsabilidade do proprietário do lote e deverão ser executados em toda a extensão da(s) testada(s).

O Município poderá criar programas específicos para incentivar a execução dos passeios públicos, e determinar, entre outras coisas, a padronização do tipo de pavimento utilizado, por razões de ordem técnica e estética.

A inclinação transversal máxima das calçadas deve ser de 2% (dois por cento) e a inclinação longitudinal deve acompanhar a inclinação da via.

Os passeios públicos a serem implantados nas vias públicas deverão obedecer às larguras mínimas definida pelo Plano Diretor Participativo do município, conforme a hierarquia da via onde o lote está inserido.

Todos os passeios deverão ser providos de acessibilidade, de acordo com a NBR - 9050 e suas complementações.

Será proibido o uso dos passeios para exploração, comercialização, placas, painéis e expositores, devendo o mesmo se manter livre para uso do transeunte.

Nas edificações de uso público, quando houver desnível entre o passeio e o pavimento térreo, deverá obrigatoriamente existir rampa de acesso para pedestres e pessoas portadoras de necessidades especiais, devendo esta estar localizada a partir do alinhamento de muro, deixando o passeio livre.

As espécies vegetais a serem plantadas nos passeios deverão ter a anuência do Órgão de Planejamento.

SEÇÃO XVIII

Das Instalações Prediais em Geral

A execução de instalações prediais, tais como as instalações hidráulicas e sanitárias, as instalações de águas pluviais e as instalações de elevadores, observarão as determinações contidas nesta Seção, bem como as normas técnicas pertinentes, não cabendo ao Município a responsabilidade por estas instalações.

A instalação dos equipamentos de entrada e de distribuição interna de energia elétrica e da rede telefônica das edificações, será projetada e executada de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e os regulamentos da empresa concessionária local.

Os medidores de consumo de água e de energia elétrica deverão estar instalados de acordo com as exigências da concessionária local, em local visível e de fácil acesso, na parte interna da propriedade onde se realiza o consumo, não sendo permitido a obstrução dos passeios.

A ligação provisória e, ou, definitiva de água e energia elétrica deverá ser precedida da apresentação do alvará de construção fornecido pelo Município à concessionária deste serviço.

A instalação de central de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, bem como os locais de armazenamento desse material nas edificações, deverão obedecer às disposições da ABNT e as prescrições do Corpo de Bombeiros.

§1º Os ambientes ou compartimentos que contiverem equipamentos ou instalações com funcionamento a gás deverão ter ventilação permanente assegurada por aberturas diretas para o exterior, atendendo às exigências da legislação de segurança contra incêndio.

§2º As edificações destinadas a abrigar habitações multifamiliares e outros usos coletivos que demandem consumo significativo de gás, tais como prestação de serviços de saúde e educação, edi-

ficações destinadas a preparo, venda e consumo de alimentos, locais de reunião, edificações industriais, deverão ser dotadas de instalações para uso de gás canalizado e/ou abrigos específicos fora da edificação, de acordo com as Normas Técnicas as prescrições do Corpo de Bombeiros.

Independente do número de pavimentos ou da área construída, todas as edificações deverão ter sistema de segurança contra incêndios de acordo com as disposições técnicas da ABNT e normas do Corpo de Bombeiros, exceto as edificações unifamiliares.

§1º Em qualquer caso, deverão ser atendidos os detalhes construtivos e colocação de peças especiais do Sistema Preventivo de incêndio de acordo com as normas e padrões fornecidos pelo Corpo de Bombeiros.

§2º As instalações contra incêndio deverão ser mantidas, com todo o respectivo aparelhamento, permanentemente em rigoroso estado de conservação e de perfeito funcionamento, podendo o Corpo de Bombeiros, se assim entender, fiscalizar o estado das mesmas instalações e submetê-las a prova de eficiência em qualquer época e sem prévia autorização.

Será obrigatória a instalação de pára-raios conforme as normas estabelecidas pela ABNT e pelo Corpo de Bombeiros, além dos seguintes casos:

I – edificações que reúnam grande número de pessoas;

II – fábricas ou depósitos de explosivos ou inflamáveis;

III – torres e chaminés elevadas em edificações isoladas e expostas.

§1º O sistema de pára-raios deve ser parte integrante do projeto das instalações elétricas e, ou, do projeto preventivo contra incêndio, contendo sua especificação, localização, área de atuação e sistema de aterramento.

§2º A análise do projeto e a fiscalização da correta execução da instalação dos pára-raios será feita pelo Corpo de Bombeiros.

As instalações de exaustão e condicionamento de ar deverão obedecer às normas da ABNT.

Parágrafo único. Qualquer elemento construtivo das instalações de condicionamento e exaustão de ar não poderá alterar as características mínimas fixadas para as edificações.

O prescrito nesta seção aplica-se igualmente às reformas e ampliações, no que couber.

SUBSEÇÃO I

Das Instalações Hidráulicas e Sanitárias

Todas as edificações em lotes com frente para logradouros que possuam rede de coleta de esgoto deverão, obrigatoriamente, servir-se dessa rede.

Quando a rua não possuir rede de coleta de esgoto, a edificação deverá ser dotada de sistema de tratamento individual de esgoto, composto de tanque séptico e filtro anaeróbico dimensionados e executados de acordo com a NBR 7.229/1993 e a NBR 13.969/1997, ambas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ligada à rede de drenagem pluvial.

§1º Para as edificações situadas em rua que além de não possuir rede de coleta de esgoto, também não possua rede de drenagem pluvial, o sistema de tratamento de esgoto deve ser ligando a sumidouros, valas de infiltração, zona de raízes ou outra solução

técnica conforme orientações do Município.

§2º Não será permitida a ligação do sistema de tratamento de esgoto ou de água servidas às sarjetas ou a céu aberto.

§3º O sistema de tratamento do esgoto não poderá ocupar o passeio em nenhuma hipótese, devendo ser executado dentro dos limites do terreno, estar situado em local de fácil acesso e com possibilidade de ligação ao coletor público (rede de drenagem pluvial ou rede de coleta de esgoto).

§4º Antes de lacrar o sistema de tratamento de esgoto para o uso, o proprietário deverá solicitar vistoria ao fiscal da Vigilância Sanitária Municipal, sob pena de não receber o Habite-se.

As edificações existentes que não possuírem sistema de tratamento de esgoto têm como prazo máximo para implantar o sistema, sob pena de não receber o habite-se: 1(um) ano para as edificações localizadas na área urbana e de 2 (dois) anos para edificações localizadas na área rural.

Toda unidade residencial deverá possuir, no mínimo, um vaso sanitário, um chuveiro, um lavatório e uma pia de cozinha, que deverão ser ligados à rede pública passando por tratamento preliminar conforme artigos anteriores.

§1º Os vasos sanitários e mictórios serão providos de dispositivos de lavagem para sua perfeita limpeza.

§2º Todos os aparelhos sanitários deverão ter superfície lisa e serem facilmente laváveis.

§3º As águas provenientes das pias de cozinhas, copas e churrasqueiras deverão antes de serem esgotadas, passar por uma caixa de gordura dimensionada e executadas de acordo com a NBR 8160/1999 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Os compartimentos sanitários terão uma caixa auto sifonada provido de inspeção, que receberá as águas servidas dos lavatórios, bidês, banheiras e chuveiros, não podendo estes aparelhos ter comunicação com as tubulações dos vasos ou mictórios.

Parágrafo único. Será obrigatório o uso de tubo de ventilação nos vasos sanitários e mictórios, com diâmetro mínimo de 2" (duas polegadas).

Todos os encanamentos de esgoto em contato com o solo deverão ser feitos com PVC, manilhas cerâmicas ou material equivalente.

Parágrafo único. A declividade mínima dos ramais de esgoto será de 3% (três por cento).

Em edificações com mais de um pavimento, os ramais de esgoto serão ligados à rede principal por canalização vertical (tubo de queda).

Parágrafo único. Os ramais de esgoto dos pavimentos superiores e de tubo de queda deverão ser de material impermeável resistente e com paredes internas lisas, não sendo permitido o emprego de manilhas cerâmicas.

Quando a rua não tiver rede de abastecimento de água, a edificação poderá possuir poço adequado para seu abastecimento, devidamente protegido contra as infiltrações de águas servidas.

SUBSEÇÃO II

Das Instalações de Águas Pluviais

O escoamento de águas pluviais do lote edificado para a sarjeta

será feito em canalização construída sob o passeio.

§1º Em casos especiais de inconveniência ou impossibilidade de conduzir as águas para as galerias de águas pluviais, essas águas poderão ser conduzidas para outro local adequado, após aprovação pelo Município, de esquema gráfico apresentado pelo interessado.

§2º As despesas com a execução da ligação às galerias pluviais correrão integralmente por conta do interessado, quando existirem nas respectivas ruas;

§3º A ligação será concedida a título provisório, cancelável a qualquer momento pelo Município, caso haja qualquer prejuízo ou inconveniência.

§4º Nos lotes devidamente registrados no Registro Imobiliário e cujas vias públicas já são patrimônio do município, as despesas com escoamento pluvial correrão por conta da Prefeitura Municipal.

Nas edificações construídas no alinhamento, as águas pluviais provenientes de telhado, balcões e marquises deverão ser captadas por meio de calhas e condutores.

Parágrafo único. Os condutores nas fachadas lindeiras à via pública serão embutidos até a altura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), acima do nível do passeio.

SUBSEÇÃO III

Das Instalações de Elevadores

Qualquer edifício que contenha um número maior que 4 (quatro) pavimentos, contados o pavimento térreo e mais 3 (três) acima deste, deverá ser provido de elevadores atendendo a todos os pavimentos.

Parágrafo único. O térreo contará como 2 (dois) pavimentos quando seu pé-direito for superior a 6,00 m (seis metros).

Não será considerado para efeito desta subseção o último pavimento, quando este caracterizar uma única unidade residencial juntamente com o penúltimo, ou quando for destinado a servir de moradia de zelador ou serviços de prédio ou área de lazer.

Quando a edificação possuir mais de um elevador, as áreas de acesso aos mesmos devem estar interligadas em todos os pavimentos.

§1º O subsolo deve ser servido, mas não entra no cômputo geral.

§2º Somente será dado o desconto referido no parágrafo anterior a um nível de subsolo.

SEÇÃO XIX

Dos Depósitos de Lixo

As edificações deverão prever local para armazenamento de lixo no alinhamento interno ao lote, onde o mesmo deverá permanecer até o momento da coleta.

As lixeiras deverão ser colocadas sempre dentro do lote, no alinhamento ou em reentrâncias criadas para este fim.

Parágrafo único. Não será permitida a colocação de lixeira sobre os passeios públicos.

Nas edificações multifamiliares, comerciais e mistas haverá local fechado para depósito de lixo situado no térreo ou no subsolo

para condicionamento geral.

§1º O depósito coletor de lixo deverá ter acesso direto da rua por passagem de uso comum e ter área mínima de 3,00m² (três metros quadrados).

§2º Os depósitos de lixo deverão ter pisos e paredes impermeáveis e laváveis, ser protegido contra a penetração de animais e de fácil acesso para a retirada do lixo.

Nas indústrias, restaurantes, lanchonete, hospitais, clínicas, casas de saúde, hotéis e motéis, tendo em vista o tipo especial de coleta, poderá ser exigido pelo órgão competente do Estado ou do Município um tipo especial de instalações e equipamentos.

As instalações de coleta de lixo de qualquer edificação poderão ser interditadas pelo órgão municipal competente, caso não atendam rigorosamente a suas finalidades, ou prejudiquem a limpeza e a higiene.

SEÇÃO XX

Dos Reservatórios de Água

Toda edificação deverá possuir pelo menos um reservatório de água próprio.

Parágrafo único. Nas edificações com mais de uma unidade independente, que tiverem reservatórios de água comum, o acesso à mesma e ao sistema de controle de distribuição, se fará obrigatoriamente através de partes comuns.

Os reservatórios de água serão dimensionados pela estimativa de consumo mínimo de água por edificação conforme sua utilização e deverá obedecer aos índices da tabela abaixo:

- I – unidade residencial - 200 litros/dia por pessoa;
- II – hotéis sem cozinha, sem lavanderia - 120 litros/dia por hóspede;
- III – estabelecimentos escolares - 50 litros/dia por aluno;
- IV – estabelecimentos escolares com internatos - 150 litros/dia por aluno;
- V – estabelecimentos hospitalares - 250 litros/dia por leito;
- VI – unidade de comércio, negócios e atividades profissionais - 6 litros/dia por metro quadrado de área útil;
- VII – cinemas, teatros e auditórios - 2 litros/dia por lugar;
- VIII – garagens - 50 litros/dia por veículos;
- IX – unidades industriais em geral - 6 litros/dia por metro quadrado de área útil.

Os reservatórios de água deverão ser revestidos de material impermeável inócuo, não corrosível, de fácil limpeza, permanecendo cobertos, protegidos e vedados contra contaminação de qualquer natureza, e deverão possuir:

- I – torneira de bóia que regule, automaticamente, a entrada de água no reservatório;
- II – extravasor (ladrão) com diâmetro superior, ao do tubo alimentar, com descarga em ponto visível para a imediata verificação de defeito da torneira de bóia;
- III – canalização de descarga para limpeza periódica do reservatório.

As edificações terão reservatório de água inferior, também conhecidos como cisternas, quando as condições de abastecimento do órgão distribuidor forem insuficientes para que a água atinja o reservatório superior e também para as edificações de 4 (quatro) ou mais pavimentos.

Parágrafo único. As cisternas deverão ser construídas com pa-

redes impermeabilizadas e com todas as demais condições para evitar a contaminação da água.

Quando instalados reservatórios inferior e superior o volume de cada um será, respectivamente, de 60% (sessenta por cento) e 40% (quarenta por cento) do volume total calculado.

Os motores e ou bombas de recalque não poderão emanar ruídos que prejudiquem, principalmente no horário noturno, as populações vizinhas.

SEÇÃO XXI

Dos Estacionamentos

Em todas as edificações serão obrigatórias vagas de estacionamento e vagas para carga e descarga em quantidade calculada conforme exigências do Plano Diretor Municipal.

§1º Os casos omissos deverão obedecer à proporção de 01 (uma) vaga para cada 100,00 m² (cem metros quadrados) de área construída.

§2º Nos usos e atividades que necessitem de estacionamento frontal dentro do imóvel, onde o zoneamento permite a edificação no alinhamento, este deverá respeitar o § 3º deste artigo, quanto ao tamanho mínimo da vaga.

§3º As vagas de estacionamento de automóveis terão as dimensões mínimas de 2,5m x 5,0m.

Os locais para estacionamento serão:

I – cobertos ou descobertos;

II – no interior do lote ou em terreno situado num raio de até 100,00 m (cem metros) mediante vinculação deste espaço com a edificação objeto da construção, no Registro de Imóveis.

§1º As áreas destinadas a garagens ou estacionamentos cobertos não serão computadas para efeito de cálculo do coeficiente de aproveitamento.

§2º As áreas destinadas a garagens ou estacionamentos não poderão sofrer modificações de uso.

§3º Caminhões que tenham origem ou destino a indústrias não poderão ficar estacionados na via pública, devendo a empresa prever o espaço necessário para manobras dentro de seu lote.

§4º Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaço públicos, deverão ser reservadas vagas próximo dos acessos de circulação de pedestres, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção, em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

As dependências destinadas a estacionamento de veículos deverão atender as seguintes exigências:

I – ter pé direito mínimo livre de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

II – com exceção das edificações residenciais unifamiliares, as garagens ou locais para guarda de veículos devem ter vão de entrada com a largura mínima de 3,00 m (três metros) e o mínimo de 02 (dois) vãos ou um vão com 5,00 m (cinco metros) de largura, quando comportarem mais de 50 (cinquenta) veículos;

III – os pisos devem ser dotados de sistema que permita um perfeito escoamento das águas da superfície;

IV – as paredes que as delimitarem serão incombustíveis;

V – as vagas serão do tipo livre, sendo que as vagas só poderão ser bloqueadas quando pertencerem a uma mesma unidade residencial;

VI – quando houver mais de um pavimento, será obrigatória uma interligação para pedestres isolada dos veículos;

VII – as rampas de acesso de veículos deverão ser iniciadas junto ao alinhamento, não sendo permitido nenhum desnível sobre o passeio.

SUBSEÇÃO I

Das Cargas, Descarga e Manobras de Veículos

As edificações para fins comerciais e industriais reservarão área para carga, descarga de veículos conforme Plano Diretor Participativo.

Não haverá comprometimento do sistema viário existente com áreas para carga, descarga e manobras.

Parágrafo único. Para as construções existentes e em desacordo com as normas desta Lei Complementar o Município definirá local e horários adequados.

As transportadoras de mercadorias e empresas de transporte de passageiros deverão ter pátio de estacionamento e manobras compatível com o número de veículos.

CAPÍTULO V

Da Classificação das Edificações

Para fins desta Lei Complementar, uma construção é caracterizada pela exigência do conjunto de elementos construtivos contínuos em suas três dimensões, com um ou vários acessos às circulações ao nível do pavimento de acesso.

Dentro de um lote, uma construção ou edificação é considerada isolada das divisas quando a área livre em torno do volume edificado é contínua em qualquer que seja o nível do piso considerado.

Dentro de um lote, uma construção ou edificação é considerada contígua a uma ou mais divisas, quando a área livre deixar de contornar, continuamente, o volume edificado no nível de qualquer piso.

A construção de mais de uma edificação em um mesmo lote será permitida, desde que a mesma seja servida pelo abastecimento público de água e energia elétrica e respeitando o previsto no Plano Diretor Participativo quando ao uso e ocupação do solo.

Quando num lote houver 2 (duas) ou mais edificações, formar-se-á o “Grupamento de Edificações”, que, conforme suas utilizações, poderá ser residencial ou não residencial, e/ou multifamiliar.

SEÇÃO I

Das Edificações Residenciais

As edificações residenciais segundo o tipo, subdividem-se em:

- I – edificações residenciais unifamiliares;
- II – edificações residenciais multifamiliares;
- III – edificações residenciais de Interesse Social.

SUBSEÇÃO I**Das Edificações Residenciais Unifamiliares**

Uma edificação será considerada unifamiliar quando nela existir uma única unidade residencial.

§1º Dentro de um mesmo lote, se existir mais de uma unidade residencial unifamiliar, as mesmas devem manter um afastamento mínimo de 3,00 m (três metros) entre si.

§2º Caso o afastamento mínimo mencionado não seja respeitado, as edificações serão consideradas multifamiliares.

Toda unidade residencial unifamiliar será constituída de no mínimo 1 (um) compartimento habitável, 1 (um) banheiro e 1 (uma) cozinha, perfazendo um total mínimo de 20,00 m² (vinte metros quadrados).

SUBSEÇÃO II**Das Edificações Residenciais Multifamiliares**

A edificação é classificada como multifamiliar quando existirem 2 (duas) ou mais unidades residenciais, podendo estas ser geminadas ou estar dispostas verticalmente em edifícios de apartamentos.

§1º As edificações geminadas apresentam uma ou mais paredes contíguas às de outra edificação, agrupadas horizontalmente dentro do mesmo lote ou em lotes vizinhos.

§2º Os edifícios de apartamentos apresentam 2 (duas) ou mais unidades residenciais agrupadas verticalmente.

§3º O lote das residências geminadas, só poderá ser desmembrado quando cada unidade tiver dimensões mínimas de lote estabelecidas pela Lei Complementar de Parcelamento do Solo Urbano e as residências, isoladamente, estejam de acordo com esta Lei Complementar e com o Zoneamento definido no Plano Diretor Participativo.

As edificações residenciais multifamiliares são de uso permanente e transitório, conforme o tempo de utilização de suas unidades.

§1º Consideram-se de uso permanente os edifícios de apartamentos.

§2º Consideram-se de uso transitório os hotéis, motéis, apartamentos e congêneres.

§3º Considera-se kitinete a unidade residencial com área útil privativa máxima de 36,00m² (trinta e seis metros quadrados).

As edificações residências multifamiliares permanentes e edificações residenciais geminadas com mais de 04 (quatro) unidades habitacionais, possuirão sempre:

I – portaria com área equivalente a 0,5% (meio por cento) da área total construída, sendo o limite mínimo de 4,00 m² (quatro metros quadrados), em local centralizado;

II – local para caixa de correspondência, obedecendo a normas da Empresa Brasileira de Correios;

III – local para coleta interna de lixo em recinto fechado;

IV – local no alinhamento frontal, porém fora do passeio, para deposição do lixo visando o aguardo da coleta;

V – área de uso comum para recreação proporcional ao número

de compartimentos, de acordo com o abaixo previsto:

a) proporção mínima de 6,00 m² (seis metros quadrados) por unidade de moradia, não podendo ter área inferior a 40,00 m² (quarenta metros quadrados), exceto para casas geminadas;

b) indispensável continuidade, não podendo o seu dimensionamento ser feito por adição de áreas parciais isoladas, exceto se as áreas parciais tiverem no mínimo 40,00 m² (quarenta metros quadrados) cada uma;

c) obrigatoriedade de existir uma porção coberta de no mínimo 20% (vinte por cento) da sua superfície até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento);

d) obrigatoriedade de nela inscrever uma circunferência com raio mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

e) facilidade de acesso através de partes comuns afastadas dos depósitos de lixo, centrais de gás e isolados das passagens de veículos.

Parágrafo único. Ficam dispensados das exigências dos incisos I, II, III e V deste artigo, o uso residencial multifamiliar permanente com até 4 (quatro) unidades habitacionais, bem como os condomínios multifamiliares horizontais em que as unidades habitacionais possuam testadas para a via pública.

Cada uma das unidades autônomas conterá, no mínimo, de 1(um) compartimento de permanência prolongada e 1 (um) banheiro, perfazendo um total de 20,00 m² (vinte metros quadrados).

SUBSEÇÃO III**Das Edificações de Interesse Social**

Uma edificação residencial será considerada de Interesse Social quando for destinada ao uso residencial, estiver vinculada a programas de ação social e tiverem como objetivo diminuir o déficit habitacional do município.

§1º Para obtenção do alvará de licença de construção de habitação de interesse social, o interessado deverá apresentar à Prefeitura Municipal além dos documentos necessários para a aprovação dos projetos conforme Capítulo II da presente lei, o Projeto Social aprovado por órgão público competente.

§2º Somente poderão ser beneficiados com unidades habitacionais de interesse social os municípios que não possuírem imóveis ou que possuírem apenas um único imóvel, desde que não edificado.

§3º O alvará de construção poderá ser emitido em nome do empreendedor ou em nome do beneficiário, neste último caso, somente com autorização do órgão público responsável pelo Programa Social descrito no inciso § 1º do presente artigo.

As unidades habitacionais de interesse social inseridas em conjuntos populares ou isoladas não poderão ter área privativa superior ao que segue:

I – 40,00 m² (quarenta metros quadrados) quando com um dormitório;

II – 55,00 m² (cinquenta e cinco metros quadrados) quando com dois dormitórios;

III – 70,00 m² (setenta metros quadrados) quando com três dormitórios;

Parágrafo único. Os compartimentos obedecerão, no mínimo, as seguintes dimensões:

TABELA 4 - Dimensões dos compartimentos

Dimensões Mínimas dos Compartimentos em Edificações de Interesse Social

| Compartimentos | Área (m²) | Dimensão Mínima (m) | Altura (m) |
|---------------------------|-----------|---------------------|------------|
| 1º dormitório ou único | 9,00 | 2,40 | 2,70 |
| 2º dormitório e os demais | 7,00 | 2,40 | 2,70 |
| Banheiro | 2,50 | 1,20 | 2,70 |
| Sala | 8,00 | 2,40 | 2,70 |
| Circulação | - | 0,90 | 2,70 |
| Cozinha | 4,00 | 1,60 | 2,70 |
| Área de Serviço | 2,10 | 1,30 | 2,70 |

SEÇÃO II

Das Edificações de Uso Misto

As edificações de uso misto são aquelas destinadas a abrigar as atividades de diferentes usos.

Nas edificações de uso misto onde houver uso residencial serão obedecidas as seguintes condições:

I – no compartimento de acesso ao nível de cada piso as circulações relativas a cada uso serão obrigatoriamente independentes entre si;

II – as vagas de estacionamento serão computadas separadamente conforme o uso.

SEÇÃO III

Dos Estabelecimentos de Hospedagem

Além das outras disposições deste Código, que lhes forem aplicáveis, os hotéis, motéis e estabelecimentos de hospedagem deverão ter sempre como partes comuns obrigatórias:

I – hall de recepção com serviço de portaria, comunicação e sala de estar;

II – entrada de serviço independente do acesso principal;

III – compartimento próprio para administração do estabelecimento;

IV – compartimento para rouparia e guarda de utensílios de limpeza em cada pavimento;

V – acesso e condições de utilização especial de pelo menos uma unidade de dormitório para usuários de cadeira de rodas, excetuando-se os motéis;

VI – equipamentos para extinção de incêndio, de acordo com as normas exigidas pelo Corpo de Bombeiros e disposições desta Lei Complementar;

VII – ter piso e paredes de copas, cozinhas, despensas e instalações sanitárias de uso comum, até a altura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), revestidos com material lavável e impermeável;

VIII – ter vestiário e instalações sanitárias para o pessoal de serviço independentes dos destinados aos hóspedes;

IX – todas as demais exigências contidas nas legislações sanitá-

rias existentes;

X – local fechado interno ao alinhamento frontal, para depósito de lixo.

Os dormitórios dos hotéis e estabelecimentos de hospedagem deverão ter:

I – banheiro privativo ou sanitários coletivos em todos os andares na proporção de 1 (um) vaso e 1 (um) chuveiro, em compartimentos separados, para cada grupo de 6 (seis) leitos;

II – área mínima de 12,00m² (doze metros quadrados), quando para 2 (dois) leitos e de 9,00 m² (nove metros quadrados), quando para 1 (um) leito.

A adaptação de qualquer edificação para sua utilização como hotel e motel terá que atender integralmente todos os dispositivos da presente Lei Complementar.

Deverá ser previsto local para embarque e desembarque de usuários, bem como estacionamento de veículos, segundo capítulo específico desta Lei Complementar que trata dos estacionamentos e as determinações do Plano Diretor Participativo.

SEÇÃO IV

Dos Asilos, Orfanatos e Congêneres

A pessoa proprietária de/ou responsável por construção destinada a asilos, orfanatos, internatos, quartéis, conventos e estabelecimentos congêneres, deverá dispô-la de forma que sejam atendidos os seguintes requisitos:

I – as instalações sanitárias de uso geral deverão:

a) ser separadas por sexo, com acessos independentes;

b) conter para cada sexo, no mínimo, uma bacia sanitária, um chuveiro em box e um lavatório para cada 10 (dez) leitos;

c) ter, os mictórios, quando existirem, formato de cuba ou calha, na proporção de 1 para cada 20 (vinte) leitos, separados uns dos outros, por uma distância de 0,60 m (sessenta centímetros);

d) ter instalações sanitárias independentes para os funcionários.

II – os dormitórios deverão:

a) ter área correspondente a, no mínimo, 6,00 m² (seis metros quadrados) por leito;

b) ter no máximo 10 (dez) leitos por alojamento.

III – ter sistema de prevenção e proteção contra incêndio;

IV – possuir instalações para coleta e remoção de lixo que garantam perfeita higiene, quando a edificação possuir mais de 1 (um) pavimento;

V – prever área para recreação e lazer, não inferior a 10% (dez por cento) da área edificada, devendo tal área ter espaço coberto não inferior à sua quinta parte e o restante arborizado ou ajardinado, ou ainda destinado a atividades esportivas;

VI – atender às normas regulamentares específicas sobre estabelecimentos de ensino, se houver locais destinados às atividades escolares.

§1º É proibida a utilização de porões, mansardas e sobrelojas

como dormitórios.

§2º Devem ser atendidas as condições estabelecidas na NBR 9.050/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em relação à acessibilidade universal aos ambientes.

Os internatos, asilos, orfanatos, albergues e estabelecimentos congêneres que tiverem 50 (cinquenta) leitos ou mais, deverão prever locais apropriados para consultórios médico e odontológico, além de quartos para enfermos.

SEÇÃO V

Das Edificações Destinadas as Atividades Comerciais e de Serviços

As unidades destinadas ao comércio, à prestação de serviços e às atividades profissionais são as lojas e salas sendo que:

I – entende-se por loja o espaço destinado a comercialização de produtos;

II – entende-se por sala o espaço destinado a prestação de serviços.

Além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, as edificações destinadas ao comércio, à prestação de serviços e às atividades profissionais deverão:

I – ser dotadas de reservatórios de água de acordo com as exigências do órgão ou empresa encarregada do abastecimento;

II – possuir instalações sanitárias, com no mínimo 1 (um) lavatório e 1(um) vaso em cada unidade autônoma.

§1º Se as instalações sanitárias forem de uso coletivo deverão ser separadas por sexo e calculadas na razão mínima de 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) mictório e 1 (um) lavatório para cada 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados) de área construída ou uma instalação para cada sexo por pavimento.

§2º Para efeito de cálculo da razão mínima, sempre que a fração exceder a 50% (cinquenta por cento) da área mínima exigida, corresponderá sempre a mais uma unidade;

§3º As instalações sanitárias citadas no §1º deverão dispor de, pelo menos, um banheiro acessível para cada sexo em cada pavimento da edificação, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, obedecendo às normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

O hall das edificações comerciais observará:

I - quando houver um só elevador, no mínimo 12,00 m² (doze metros quadrados) e diâmetro mínimo de 3,00 m (três metros);

II - a área do hall aumentada em 30% (trinta por cento) por elevador excedente;

III - quando os elevadores se situarem no mesmo lado do hall diâmetro mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

As galerias comerciais, além das disposições da presente Lei Complementar que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - ter pé-direito mínimo de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros);

II - o hall de elevadores que se ligar às galerias não deverá interferir na circulação das mesmas.

Todas as edificações destinadas ao uso comercial e a prestação de serviços deverão ter dispositivo de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações desta Lei Complementar.

Nos estabelecimentos comerciais onde houver preparo, manipulação ou depósito de alimentos, além dos compartimentos destinados à guarda de drogas, aviamentos de receitas, curativos e aplicação de injeção nas farmácias e unidades de saúde, os pisos e as paredes até 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) deverão ser revestidos com material liso, resistente, lavável, impermeável e de cor clara.

Parágrafo único. Estes estabelecimentos deverão seguir também as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, os supermercados, lojas de departamento e centros comerciais deverão ter:

I - saídas de emergência e equipamentos de prevenção e proteção contra incêndio conforme as normas técnicas estabelecidas para este fim;

II - instalações sanitárias para o público, separadas por sexo, na razão de 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório e 1 (um) mictório para cada 500,00m² (quinhentos metros quadrados) de área construída, descontadas as áreas de estacionamento;

III - instalações sanitárias e vestiários para funcionários, separadas por sexo;

IV - compartimento próprio para depósito dos recipientes de lixo, com capacidade para armazená-lo por no mínimo 2 (dois) dias, localizado na parte de serviços, com acesso fácil e direto aos veículos de coleta pública;

V - acessos para carga e descarga independentes dos acessos destinados ao público;

VI - pé-direito mínimo de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros).

SEÇÃO VI

Dos Estabelecimentos de Alimentação

Além de outros dispositivos deste Código que lhes forem aplicáveis, os restaurantes, bares, lanchonete, churrascarias e estabelecimentos congêneres deverão ter:

I - compartimento próprio para depósito dos recipientes de lixo, com capacidade para armazená-lo por no mínimo 2 (dois) dias, localizado na parte de serviços, com acesso fácil e direto aos veículos de coleta pública;

II - acessos para carga e descarga independentes dos acessos destinados ao público;

III - instalações sanitárias para os funcionários, separadas por sexo, com no mínimo 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório e 1 (um) mictório.

Os compartimentos destinados ao trabalho, fabricação, manipulação, cozinha, despensa e/ou depósito de alimentos deverão ter:

I - sistema de exaustão de ar para o exterior;

II - pisos, as paredes e pilares revestidos com material impermeável;

III - janelas protegidas com telas milimétricas.

Os compartimentos destinados à permanência de público deverão:

I – se sem aberturas externas, deverão ter ventilação mecânica com uma tiragem mínima de volume de ar de 45,00m³ (quarenta e cinco metros cúbicos) por hora e por pessoa;

II – ser dotados de instalações sanitárias para o público, separadas por sexo, na razão mínima de 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório e 1 (um) mictório para cada 100,00m² (cem metros quadrados) de área construída.

III – para efeito de cálculo da razão mínima, sempre que a fração exceder a 50% (cinquenta por cento) da área mínima exigida, corresponderá sempre a mais uma unidade;

IV - as instalações sanitárias de uso coletivo deverão dispor de, pelo menos, um banheiro acessível para cada sexo em cada pavimento da edificação, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, obedecendo às normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

As salas de refeições não poderão ter ligação direta com os compartimentos sanitários.

Parágrafo único. Estes estabelecimentos deverão seguir também as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

SEÇÃO VII

Dos Estabelecimentos de Saúde

São considerados estabelecimentos de serviços de saúde os postos assistenciais, casas de saúde, clínicas, hospitais, laboratórios de análises e pesquisas e congêneres.

Além das normas estaduais e federais e das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, as edificações para atividades de saúde, destinadas à prestação de assistência médico-sanitária e odontológica, deverão ter:

I – compartimento próprio para depósito dos recipientes de lixo comum conforme normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

II – locais e meios de disposição adequada dos resíduos;

III – acessos para carga e descarga independentes dos acessos destinados ao público.

Parágrafo único. Os hospitais deverão ter, ainda, instalações de emergência para o fornecimento de energia elétrica.

Para os seguintes estabelecimentos de interesse de saúde, cuja análise é de atribuição do município, os projetos deverão seguir as recomendações da Resolução nº 50 de 21 de fevereiro de 2002 da ANVISA e serem apresentados em 03 (três) vias para expedição do alvará de construção:

I – laboratório clínico, intra-hospitalar;

II – laboratório clínico, extra-hospitalar;

III – posto de coleta, intra-hospitalar;

IV – posto de coleta, extra-hospitalar;

V – estabelecimento de atenção ao idoso;

VI – clínica ou consultório médico com vacinação;

VII – estabelecimentos de atenção odontológica: universidades, clínicas, consultórios e laboratórios de próteses;

VIII – serviços de fisioterapia;

IX – lavanderia de roupas de uso hospitalar - isolada do hospital;

X – estabelecimento para adultos em situação de risco ou portadores de necessidades especiais: albergues, abrigos, casas de apoio, casas, lares;

XI – estabelecimentos de atenção à criança e ao adolescente orfanato, casa de apoio, casa lar, abrigo.

SEÇÃO VIII

Dos Estabelecimentos Escolares

Toda pessoa responsável pela construção e/ou reforma de edificações destinadas ao ensino no que diz respeito à orientação da construção, deverá fazê-la de forma que as salas de aula, sala de leitura, biblioteca e similares não tenham suas aberturas externas voltadas para o sul, nem situadas na face da edificação que faça ângulo menor que 45° (quarenta e cinco graus) com a direção leste-oeste.

Parágrafo único. Quando as aberturas estiverem situadas entre os rumos nordeste e noroeste deverão ser providas de elementos quebra-sol, exceto quando o beiral avançar 1,00 m (um metro) no mínimo.

Todo estabelecimento de ensino deverá ter as paredes internas e externas lisas, sem saliências contundentes, pintadas em cores claras e foscas.

Todo estabelecimento de ensino deverá ter seus equipamentos, revestimentos, instalações e mobiliários de material inócuo, sem solução de continuidade ou de superfície aguda cortante.

As edificações destinadas a estabelecimentos escolares de qualquer natureza deverão dispor de salas destinadas às aulas que comportarão no máximo 40 (quarenta) alunos, correspondendo a cada aluno área não inferior a 1,30 m² (um metro e trinta centímetros quadrados), sendo que a área mínima não poderá ser inferior a 56,00 m² (cinquenta e seis metros quadrados) e as dimensões mínimas de 7,00 m (sete metros) por 8,00 m (oito metros).

O pé-direito mínimo das salas de aula não poderá ser inferior a 3,00 m (três metros) com o mínimo, em qualquer ponto, de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), incluindo vigas ou luminárias, devendo ser aumentado à altura sempre que as condições de iluminação natural assim o exigirem.

Na existência de salas destinadas à aula prática, especialmente de química, física e biologia, deverão as mesmas possuir dispositivos apropriados para refrigeração, circulação, renovação e filtração do ar.

A iluminação das salas de aula em geral será sempre natural, predominando a unilateral esquerda, não se dispensando a iluminação artificial para as condições climatológicas peculiares e para aulas noturnas.

§1º Quando houver necessidade de iluminação zenital, esta deverá corresponder a 23% (vinte e três por cento) de área do piso, devendo ser previstos elementos que evitem o ofuscamento.

§2º As aberturas nas paredes para iluminação natural, devem corresponder a uma área total mínima que atinja 20% (vinte por cento) da área do ambiente, sendo os seguintes níveis de iluminação considerados suficientes: para salas de aulas 300 (trezentos) lux; para biblioteca e laboratório, 500 (quinhentos) lux; para setor administrativo, 250 (duzentos e cinquenta) lux; para vestiários, sanitários e áreas de circulação, 100 (cem) lux.

Os auditórios dos estabelecimentos de ensino terão área útil não inferior a 0,80 m² (oitenta centímetros quadrados) por pessoa,

observando-se ventilação adequada e perfeita visibilidade da mesa, quadros ou telas de projeção, para todos os espectadores.

Todo estabelecimento de ensino deverá possuir acesso para pessoas portadoras de deficiência conforme NBR 9050 e atender além das demais exigências desta lei, às seguintes condições em relação à área de circulação geral:

I – quanto aos corredores:

a) largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) para corredores e passagens de uso coletivo;

b) nas áreas de circulação que servem as salas de aula deverá haver um acréscimo na largura de 0,20 m (vinte centímetros) por sala, até o máximo de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros);

c) acréscimo de 0,50 m (cinquenta centímetros) por lado utilizado, caso seja instalado armário ou vestiário.

II - quanto às portas:

a) as portas de comunicação dos ambientes com as circulações deverão ter largura mínima de 0,90 m (noventa centímetros);

b) as aberturas de entrada e saída deverão ter largura mínima de 3,00 m (três metros).

III - quanto às escadas:

a) terão largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);

b) nas áreas de uso comum terão o piso revestido com material de natureza antiderrapante;

c) terão corrimão intermediário para escadas com largura superior a 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), não ultrapassando as subdivisões de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de largura;

d) terão iluminação natural, direta ou indireta;

e) não apresentarão trechos em leques.

IV - quanto às rampas:

a) serão construídas de material resistente e incombustível;

b) terão largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);

c) terão piso revestido com material antiderrapante e adequado à sua finalidade.

Toda pessoa para construir, adaptar, reformar ou ampliar edificação destinada ao ensino público ou privado de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deverá atender às seguintes condições em relação às instalações sanitárias:

I - serão separadas por sexo, com acessos independentes;

II - ser dotada de vasos sanitários em número correspondente, a no mínimo 1 (um) para cada 20 (vinte) alunos e 1 (um) lavatório para cada 40 (quarenta) alunos;

III - ter, os mictórios, forma de cuba ou calha, na proporção de 1 (um) para cada 40 (quarenta) alunos, separados um dos outros, por uma distância de 0,60 m (sessenta centímetros);

IV – ter chuveiros na proporção de 1 (um) chuveiro para cada 5 (cinco) alunos do grupo que utiliza os vestiários simultaneamente, quando for previsto a prática de esportes ou educação física;

V – para efeito de cálculo da proporção mínima, sempre que a fração exceder a 50% (cinquenta por cento) do número mínimo de alunos exigido, corresponderá sempre a mais uma unidade;

VI – as instalações sanitárias deverão dispor de, pelo menos, um banheiro acessível para cada sexo em cada pavimento da edificação, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, obedecendo às normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

VII - os “box” sanitários deverão ter largura mínima de 0,80 m (oitenta centímetros) por 1,25 m (um metro e vinte e cinco centímetros) de comprimento ou o equivalente em área para larguras maiores, com portas de largura não inferior a 0,60 m (sessenta centímetros) e suspensão dos pisos deixando vãos livres de 0,15 m (quinze centímetros) de altura na parte inferior e 0,30 m (trinta centímetros), no mínimo, na parte superior;

VIII - ter paredes revestidas de material liso, impermeável e resistente até a altura de no mínimo 2,00 m (dois metros);

IX - ter condições de ventilação permanente;

X - ter pisos impermeáveis e resistentes.

Todas as edificações destinadas ao ensino público ou privado de qualquer natureza, deverá ter instalados bebedouros na proporção mínima de 1 (um) para cada 50 (cinquenta) alunos ou fração por turno, sendo vedado sua localização em instalações sanitárias, e a utilização de copos ou vasilhames, exceto os descartáveis;

Todo estabelecimento de ensino na parte correspondente a cozinhas, refeitórios, cantinas, lanchonetes e congêneres, além de atender as disposições regulamentares dos decretos que dispõem sobre Estabelecimentos Industriais, Comerciais e Agropecuários, e Alimentos e Bebidas, deverá obedecer ao seguinte:

I – proibir a venda, nas cantinas escolares, de alimentos altamente cariogênicos, visando à promoção da saúde oral;

II – apresentar, na cozinha, as condições:

a) paredes revestidas com material liso, lavável, resistente e impermeável, até o mínimo de 2,00 m (dois metros) de altura;

b) forro de material adequado, podendo ser dispensado em casos de cobertura que ofereça proteção suficiente;

c) piso revestido com material resistente, liso, impermeável e lavável;

d) ventilação e iluminação de acordo com as normas fixadas no presente regulamento e com aberturas com telas protetoras;

e) não haver comunicação direta da cozinha com instalações sanitárias e com locais insalubres ou perigosos.

III – apresentar despensa anexa à cozinha com paredes e pisos revestidos de material impermeável, resistente, lavável e aberturas com telas protetoras.

Todo estabelecimento de ensino deverá atender as seguintes condições em relação a locais de recreio, esporte, parques infantis e congêneres:

I – ter área coberta para a prática de educação física e festividades com dimensões mínimas de 10,00 m (dez metros) de largura e 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) de altura;

II – ter área descoberta para recreio e esporte com 3,00 m² (três metros quadrados) a 5,00 m² (cinco metros quadrados) por aluno e/ou quadra cimentada de 20,00 m (vinte metros) por 30,00 m (trinta metros);

III – ter local coberto para recreio, com área mínima de 1/3 (um terço) da soma das áreas das salas de aula e descoberto, com área mínima igual à soma das áreas das salas de aula;

IV – ter zonas sombreadas e ensolaradas e protegidas de ventos frios;

V – ter quadras orientadas para norte-sul.

Os estabelecimentos de educação pré-escolar deverão possuir sala para atividades infantis, com área mínima de 1,50 m² (um metro e cinquenta centímetros quadrados) por criança e área para atividades ao ar livre, com no mínimo 4,0 m² (quatro metros quadrados) por criança.

SEÇÃO IX

Dos Locais de Reunião

São considerados locais de reunião os estádios, auditórios, ginásios esportivos, centros de convenção, templos religiosos, cinemas, teatros, parques de diversão, circos, boates, salões de dança e congêneres.

Além de outras disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, os locais de reunião deverão ter:

I – lotação máxima fixada;

II – portas de entrada e saída independentes e com abertura para fora;

III – instalações sanitárias separadas por sexo em cada pavimento para atendimento do público, independente daquelas destinadas aos funcionários, com as seguintes proporções mínimas:

a) para o sanitário masculino, um vaso sanitário, um lavatório e um mictório para cada 100 (cem) lugares;

b) para o sanitário feminino, um vaso sanitário e um lavatório para cada 100 (cem) lugares.

c) para efeito de cálculo da proporção mínima, sempre que a fração exceder a 50% (cinquenta por cento) do número mínimo de lugares exigido, corresponderá sempre a mais uma unidade.

IV – as instalações sanitárias deverão dispor de, pelo menos, um banheiro acessível para cada sexo em cada pavimento da edificação, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, obedecendo às normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

V – locais de espera para o público, independentemente da circulação, com área equivalente no mínimo a 1,00 m² (um metro quadrado) para cada 8 (oito) espectadores;

VI – perfeita visibilidade do espetáculo de cada assento ou lugar, o que deverá ficar demonstrado através de uma curva de visibilidade.

§1º As folhas de portas de saída não poderão abrir diretamente sobre o passeio dos logradouros.

§2º As bilheteria não poderão ter seu balcão de venda e portas abrindo diretamente sobre o passeio do logradouro.

§3º Os camarins deverão ter instalações sanitárias privativas.

§4º Para efeito de cálculo do número de pessoas serão consideradas, quando não houverem lugares fixos, a proporção de 1,00 m² (um metro quadrado) por pessoa, referente à área efetivamente destinada as mesmas.

§5º As circulações internas dos auditórios de até 100 (cem) lugares, terão nos seus corredores longitudinais e transversais largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros). Estas larguras mínimas serão acrescidas de 0,10 m (dez centímetros) por fração de 50 lugares.

§6º Nos auditórios, cinemas e teatros o espaço entre duas fileiras consecutivas de assentos não será inferior a 0,90 m (noventa centímetros) de encosto a encosto, e cada série de assentos não poderá conter mais de 15 (quinze) assentos sem intercalar entre séries um espaço mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de largura.

Os locais de reunião devem atender aos preceitos das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT referentes às saídas de emergência e aparelhos de prevenção de incêndios e da norma NBR 9.050/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, no que diz respeito à acessibilidade universal aos ambientes.

SUBSEÇÃO I

Dos Circos, Parques de Diversões, Feiras de Exposições e Alojamentos Provisórios

Inclui-se ainda desta seção qualquer alojamento ou similar, de caráter não permanente, passível de montagem, desmontagem e transporte.

A armação e montagem de alojamentos provisórios para a montagem de circos, parques de diversões, acampamentos, feiras ou similares deverão ser precedidas de licença do Município, no qual deverá constar o prazo de sua permanência no local.

§1º Findo o prazo, deverá ser procedido o desmonte de todo material e a limpeza do imóvel, à custa do proprietário do imóvel.

§2º A licença do Município será emitida após vistoria, em todas as suas instalações, pelo órgão sanitário municipal competente, demais órgãos municipais envolvidos e Corpo de Bombeiros.

§3º Na montagem e desmontagem dos equipamentos, não poderá ser utilizado o espaço do logradouro público.

A lotação máxima de espectadores será proporcional a 2 (duas) pessoas por metro quadrado dos locais destinados ao público, no caso dos circos, ou da área livre, no caso dos parques de diversões.

Os vãos de entrada e saída deverão ser proporcionais à lotação máxima, devendo ter largura de 1,00m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas, não podendo, todavia ser inferiores a 3,00m (três metros).

As instalações sanitárias deverão atender no mínimo:

§1º Para atendimento do público, as instalações sanitárias deve-

rão ser separadas por sexo, com acessos independentes e terem no mínimo um vaso sanitário, um lavatório e um mictório para cada 100 (cem) espectadores;

§2º As instalações sanitárias destinadas aos funcionários e/ou moradores provisórios deverão ser separadas por sexo e conter para cada sexo, no mínimo, um vaso sanitário, um chuveiro e um lavatório para cada 10 (dez) pessoas;

§3º O proprietário do imóvel será o responsável pelo destino final dos dejetos.

Será obrigatória a implantação no imóvel de ligação de água e na falta destes a construção de poço e reservatório, assim como a instalação de sistema de tratamento de esgoto, conforme orientações do órgão municipal da vigilância sanitária.

As vagas de estacionamento deverão ser dimensionadas conforme estabelecido no Plano Diretor Participativo municipal.

Os interessados deverão apresentar ART da estrutura metálica quando houver, da parte elétrica e da prevenção de incêndios para evitar riscos a população.

Nos Parques de Diversões em cada aparelho de recreação deverá existir em local visível, inscrição indicado o limite máximo de carga e o número máximo de usuários.

SEÇÃO X

Das Edificações Destinadas as Atividades Industriais e de Apoio Industrial

Além de outros dispositivos deste Código que lhes forem aplicáveis, os estabelecimentos industriais e de apoio industrial deverão ter:

I - as fontes de calor convenientemente dotadas de isolamento térmico e afastadas pelo menos 0,50m (cinquenta centímetros) das paredes;

II - os depósitos combustíveis em locais adequadamente preparados;

III - instalações e aparelhamento preventivo contra incêndio;

IV - as paredes, quando junto às divisas, do tipo corta-fogo, duplas e elevadas no mínimo 1,00m (um metro) acima da calha ou teto;

V - as escadas e os pisos revestidos de material incombustível.

Parágrafo único. Os compartimentos sanitários devem ocorrer em cada pavimento e ser devidamente separados por sexo, nas seguintes proporções:

I - 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) mictório, 1 (um) lavatório, 1 (um) chuveiro para cada grupo de 25 (vinte e cinco) pessoas ou fração no sanitário masculino;

II - 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório e 1 (um) chuveiro para cada grupo de 20 (vinte) pessoas ou fração no sanitário feminino;

III - vestiários com armários, para todos os funcionários, em grupos separados para cada sexo;

IV - refeitório, nos estabelecimentos onde trabalharem mais de 50 (cinquenta) funcionários.

V - obedecer aos seguintes requisitos quanto ao pé-direito:

a) 3,00 m (três metros), quando a área do compartimento não exceder a 25,00 m² (vinte e cinco metros quadrados);

b) 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) quando a área do compartimento estiver entre 25,01 m² a 75,00 m² (setenta e cinco metros quadrados);

c) 4,00 m (quatro metros) quando a área do compartimento for superior a 75,01 m².

As edificações destinadas ao uso industrial terão tratamento especial para os efluentes líquidos e gasosos, quando apresentarem características físicas, químicas e biológicas agressivas, obrigando-se as indústrias a esgotarem seus efluentes líquidos e/ou gasosos dentro dos padrões exigidos pela legislação municipal, estadual e federal vigente.

§1º O tratamento de efluentes industriais mencionados neste artigo deverá estar instalado antes das indústrias novas começarem a operar e poderá ser comum a mais de uma indústria.

§2º O sistema de tratamento proposto, bem como material descritivo, planta e relatório de eficiência deverão ser apresentados ao órgão Estadual ou Federal competente para análise e aprovação, e posteriormente a aprovação no município, mediante apresentação da licença ambiental prévia.

§3º O município poderá negar aprovação se entender que o sistema será inoperante.

§4º Os despejos deverão ser emitidos em regime de vazão constante, principalmente durante o período de funcionamento da indústria.

§5º Os resíduos sólidos serão transportados para local designado pelo órgão de limpeza pública do Município.

§6º Nas indústrias a serem instaladas e nas indústrias existentes que passem a possuir lançamento de efluentes industriais, este deverá ser feito a montante de captação de água da própria indústria quando ambos se derem em cursos d'água.

§7º As indústrias que lançarem seus efluentes industriais em rios, ribeirões ou mananciais de captação, só poderão fazê-los após tratamento a jusante do ponto de captação pública da água.

Toda indústria já instalada em que for constatado o lançamento de efluente líquido, sólido e/ou gasosos com carga considerada poluente, deverá apresentar dentro do prazo estipulado pelo Município uma solução aos órgãos competentes que satisfaça a condição infringida.

SEÇÃO XI

Dos Depósitos de Armazenagem de Mercadorias, Materiais Recicláveis e Sucatas

Quando os depósitos de armazenagem se utilizar de galpões, estes deverão satisfazer todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. É obrigatória a utilização de galpão para o depósito de armazenagem de ferro velho.

Além de outras disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, os depósitos de mercadorias, materiais recicláveis ou sucatas deverão ter, obrigatoriamente, os pisos pavimentados.

§1º Quando se tratar de materiais, que pela sua natureza possam ser conservados ao tempo, as áreas destinadas ao depósito dos

mesmos deverá ter muros com altura mínima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros), acima do nível do logradouro público.

§2º A carga e descarga de quaisquer mercadorias deverá ser feita no interior do lote.

As edificações para depósito de mercadorias, materiais recicláveis ou sucatas deverão ter no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - armazenamento;

II - instalações sanitárias em conformidade com as determinações desta Lei Complementar quanto a áreas de comércio e serviços;

III - acesso e circulação de pessoas;

IV - acesso e estacionamento de veículos conforme disposições específicas.

Seção XII

Dos Depósitos de Inflamáveis, Explosivos e Munições

Os depósitos de materiais inflamáveis, explosivos e munições deverão obedecer às normas estabelecidas em regulamentação própria do Ministério do Exército e demais normas federais e estaduais referentes aos mesmos.

§1º Os locais para armazenagem de inflamáveis ou explosivos deverão estar protegidos com pára-raios de construção adequada, a juízo da autoridade competente.

§2º As paredes, pisos, forros, cobertura e respectivo vigamento, serão construídos com material incombustível.

Nos depósitos de inflamáveis, a instalação elétrica será blindada, devendo os focos incandescentes ser providos de globos impermeáveis ao gás e protegidos com tela metálica.

§1º Não será permitida a existência de instalação de redes elétricas no interior ou sobre os depósitos de explosivos.

§2º Os depósitos serão providos de equipamento para prevenção e extinção de incêndio de acordo com as normas técnicas estabelecidas para este fim.

O pedido de aprovação do projeto deverá ser instruído com a especificação da instalação, mencionando o tipo do produto, a natureza e capacidade dos tanques ou recipientes, aparelhos de sinalização, assim como todo o aparelho ou maquinário a ser empregado na instalação.

São considerados como inflamáveis, para efeito da presente lei, os líquidos que tenham seu ponto de fulgor abaixo de 93°C (noventa e três graus centígrados), entendendo-se como tal a temperatura em que o líquido emite vapores em quantidade em que possam inflamar-se ao contato da chama ou centelha.

Para efeito deste Código, não são considerados depósitos de inflamáveis os reservatórios das colunas de abastecimento de combustível, os reservatórios e autoclaves empregados na fusão de materiais gordurosos, fábrica de velas, sabões, limpeza a seco, bem como tanques de gasolina, essência ou álcool, que façam parte integrante de motores de explosão ou combustão interna, em qualquer parte em que estejam instalados.

Em todas as áreas de armazenamento de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo - GLP deverão ser observadas as condições de segurança da norma de segurança contra incêndios do Corpo de Bombeiros, normas específicas e as condições a seguir:

I – situar-se ao nível do solo, podendo dispor de plataforma, para carga e descarga de viaturas e serem cobertas ou não;

II – quando coberta, a cobertura terá, no mínimo, 3,00m (três metros) de altura e deverá ser sustentada por colunas de concreto armado ou metálicas, ou paredes de alvenaria construídas em lados opostos e dispoendo de passagem ou portão, sendo que os demais lados poderão ser delimitados por tela de arame ou material similar;

III – toda a fiação elétrica existente a menos de 3,00m (três metros) do limite externo da área, deverá estar embutida em eletrodutos e ter os interruptores do tipo blindado;

IV – todo o espaço existente a uma distância de 3,00m (três metros) do limite externo da área deverá estar livre de obstáculos naturais ou artificiais;

V – distar, pelo menos, 6,00m (seis metros) do alinhamento de muro;

VI – distar, pelo menos, 10,00m (dez metros) de equipamentos e/ou aparelhos produtores de faísca, de chama ou de calor, assim como materiais diversos;

VII – possuir o piso plano e construído de terra batida ou areia, cascalho, pedrisco ou brita com areia em proporções adequadas ou cimento;

VIII – não possuir, no piso, canaletas, rebaixos ou similares que possibilitem o acúmulo de GLP em caso de eventual vazamento.

Toda a área do depósito de GLP deverá ser delimitada por cerca de arame ou similar ou muro.

Parágrafo único. Quando delimitado por muro de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) de altura em todos os lados do estabelecimento, as distâncias para com o alinhamento da via pública e o alinhamento do meio fio poderão ser reduzidas à metade.

SEÇÃO XIII

Dos Cemitérios

Os cemitérios devem ser executados a uma distância mínima de 15,0 m (quinze metros) dos logradouros públicos em zonas abastecidas por água e de 30,0 m (trinta metros) em zonas não providas de rede pública de abastecimento de água. O nível do lençol freático deve ficar a no mínimo 2,0 m (dois metros) de profundidade.

A área dos cemitérios deverá ser toda murada sendo ainda exigido:

I – sanitário masculino e feminino;

II – local para a administração;

III – torneira para procedimentos de limpeza;

IV – local para culto;

V – capela mortuária.

Parágrafo único. As sepulturas deverão ter dimensão mínima de 0,80m x 2,00m x 1,70m de profundidade para adultos e 0,80 x 2,00m x 1,50m de profundidade para crianças e estarem distantes no mínimo 0,70 m (setenta centímetros) umas das outras, em todas as direções.

SEÇÃO XIV

Dos Postos de Abastecimento e Serviços de Veículos

Nas edificações para postos de abastecimento e serviços de veículos, além das normas que lhes forem aplicáveis por esta Lei Complementar, serão observadas as concernentes à legislação sobre inflamáveis, bem como as disposições do Código Florestal Brasileiro, inclusive o previsto em seus artigos 20 e 30, da Resolução 273, de 29/11/00 e 001 de 16/03/1988, do CONAMA, Portaria 062/99 da FATMA, no que couber as referentes aos regulamentos de despejos industriais e normas da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

§1º Constituem postos de abastecimento e serviços as instalações destinadas à lavagem, lubrificação, troca de óleo, polimento, abastecimento de combustível, borracharias e congêneres.

§2º Serão permitidas atividades comerciais junto aos postos de serviços e abastecimento, de acordo com o Código Sanitário vigente.

Para a obtenção do alvará de construção é necessária a apresentação para a análise prévia dos projetos, além da documentação solicitada no Capítulo II desta lei, a planta baixa de localização dos aparelhos e tanques reservatórios e a ART do responsável técnico, a licença ambiental preliminar e a licença do corpo de bombeiros.

Será permitida a construção de Postos de Abastecimento e Serviços, atividade classificada como comercial e/ou prestação de serviços ou Pólo Gerador de Tráfego para posto de abastecimento com mais de duas bombas de óleo diesel, nas condições da Lei que institui o Plano Diretor Participativo.

§1º A autorização para a construção de postos de abastecimento e serviços será concedida exclusivamente para os estabelecimentos com razão social específica para a comercialização de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis, observadas as seguintes condições:

I – o terreno destinado a edificação e operação do posto quando de esquina terá área mínima de 1.500,00 m² (mil e quinhentos metros quadrados), com uma testada mínima de 30,0 m (trinta metros) lineares para a principal via pública;

II – para terrenos de meio de quadra, a testada deverá ser de no mínimo 40,0 m (quarenta metros), com área útil mínima de 2.000 m² (dois mil metros quadrados);

III – ter instalações sanitárias independente para cada sexo, para uso exclusivo do público, adaptadas às pessoas portadoras de necessidades especiais.

IV – ter instalações sanitárias para uso dos empregados, separadas das destinadas ao público, dotadas de vestiário e chuveiros.

V – distar no mínimo 200,0 m (duzentos metros) em qualquer direção de:

hospitais, ambulatórios e asilos;
estabelecimentos de ensino (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio);
cinemas, teatros;
templos religiosos;
presídios;
associações, ginásios esportivos ou estabelecimentos de grande concentração de pessoas;
subestações transformadoras de energia elétrica;
indústria e/ou depósito que ocupem ou armazenem produtos facilmente inflamáveis.

§2º As distâncias mínimas estabelecidas serão medidas em linhas retas entre os pontos extremos mais próximos.

Fica proibida a construção de postos de abastecimento de combustíveis e serviços, mesmo que observadas as condições estabelecidas, em:

I – em locais situados a menos de 100,00 m (cem metros) de cruzamento de tráfego, nos quais existam semáforos, trevos e rotatórias, ou que sejam considerados pontos críticos do sistema viário pelo Plano Diretor Participativo;

II – em ruas com largura inferior a 13,00 m (treze metros), incluindo o passeio;

III – em terrenos próximos as áreas que venham a ser consideradas como de risco.

As edificações necessárias ao funcionamento dos postos obedecerão ao recuo mínimo frontal de 5,00m (cinco metros) e deverão estar dispostas de maneira a não impedir a visibilidade, tanto de pedestres quanto de usuários.

§1º As colunas para abastecimento deverão ficar recuadas, no mínimo, 6,00m (seis metros) do alinhamento da via pública e afastadas, no mínimo, 7,00m (sete metros) das divisas laterais e fundos.

§2º Os reservatórios serão subterrâneos, hermeticamente fechados e com capacidade máxima unitária de 20.000l (vinte mil litros), devendo, ainda, distar, no mínimo, 3,00m (três metros) de quaisquer paredes de edificação e 6,00m (seis metros) das divisas laterais e de fundos.

§3º A capacidade máxima instalada não poderá ultrapassar 120.000 l (cento e vinte mil litros);

§4º O tanque subterrâneo, destinado exclusivamente a armazenar óleo lubrificante usado, não computado no cálculo de armazenagem máxima, poderá ter capacidade unitária inferior a 10.000 l (dez mil litros) respeitadas as demais condições deste artigo;

§5º A cobertura das colunas de abastecimento deverá respeitar o alinhamento predial e ter pé direito mínimo de 5,00 m (cinco metros) na área de abastecimento.

A área não edificada dos postos deverá ser pavimentada em concreto, asfalto, paralelepípedo ou material equivalente e drenada de maneira a impedir o escoamento das águas de lavagem para a via pública.

Parágrafo único. Os pisos, cobertos ou descobertos, terão as declividades suficientes para o escoamento das águas e não excedentes a 3% (três por cento).

O rebaixamento dos meios-fios para o acesso aos postos será executado obedecidas às seguintes condições:

I - em postos de meio de quadra, o rebaixamento será feito no meio-fio, em dois trechos de no máximo 10,00m (dez metros) cada, com no mínimo 5,00m (cinco metros) entre eles;

II - em postos situados nas esquinas, poderá haver dois trechos de no máximo 10,00m (dez metros) cada, rebaixado no meio-fio, por rua, com no mínimo 5,00m (cinco metros) entre eles, não podendo ser rebaixado o meio-fio no trecho correspondente a curva de concordância das duas ruas.

§1º O alinhamento dos logradouros deverá ser aviado por uma mureta com altura mínima de 0,30 m (trinta centímetros), com exceção das partes reservadas ao acesso e a saída dos veículos, os quais deverão ficar inteiramente livres.

§2º Os postos existentes, a data da publicação desta Lei Complementar, terão o prazo de 1 (um) ano para adaptarem-se ao que determina este artigo, sob pena de cassação da licença para localização e funcionamento do estabelecimento.

Os compartimentos destinados à lavagem de veículos deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I – quando abertos e/ou descobertos não poderão estar localizados a menos de 3,00 m (três metros) das divisas do lote;

II – quando cobertos e fechados poderão estar localizados nas divisas do lote, respeitando no mínimo:

a) pé-direito mínimo de 4,50 m (quatro metros e cinquenta centímetros);

b) as paredes serão revestidas, até a altura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), de material impermeável, liso e resistente a freqüentes lavagens.

Os boxes de lavagem de veículos e lubrificação deverão possuir caixas de retenção de resíduos de areia, óleos e graxas, pelas quais deverão passar as águas de lavagem antes de serem lançadas à rede pública, conforme padrão estabelecido pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Os pisos das áreas de abastecimento e descarga, lavagem e troca de óleo deverão ter revestimento impermeável, com sistema de drenagem independente do da drenagem pluvial e/ou de águas servidas, para escoamento das águas residuárias, as quais deverão passar por caixas separadoras de resíduos de combustíveis antes da disposição na rede de águas pluviais.

Os postos de abastecimento e serviços existentes antes da vigência desta lei poderão sofrer reforma e ampliação desde que atendidas às disposições desta lei.

Parágrafo único. Quando da reforma e ampliação, os postos de abastecimento e serviços já existentes ficam isentos de se adequarem às distâncias estipuladas no Artigo 260.

As medidas de proteção ambiental para armazenagem de combustíveis líquidos estabelecidas neste Código, aplicam-se a todas as atividades que possuam estocagem subterrânea de combustíveis.

Parágrafo único. A construção ou instalação de qualquer depósito de armazenagem de combustível no território do Município fica sujeita a prévia autorização dos órgãos competentes (FATMA, Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros e demais órgãos competentes).

Após a aprovação da localização dos postos de serviços, lavagem e abastecimento, o Município poderá impor regulamentação para a sua operação, de maneira a defender o sossego da vizinhança, o aspecto estético da zona urbana, e evitar conflitos para o tráfego.

SEÇÃO XV

Das Oficinas Mecânicas, Borracharias, Latuarias, Ferros-velhos e Congêneres

As edificações destinadas a oficinas mecânicas, borracharias, latuarias, ferros-velhos e congêneres deverão obedecer às seguintes condições:

I – ter área, coberta ou não, capaz de comportar os veículos em reparo;

II – ter pé-direito mínimo de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros), inclusive nas partes inferiores dos mezaninos;

III – ter compartimentos sanitários e demais dependências destinadas aos empregados, de conformidade com as determinações desta Lei Complementar quanto a áreas de comércio e serviços;

IV – ter acessos e saídas devidamente sinalizados e sem barreiras visuais;

V – possui sistema preventivo contra incêndio;

VI – ter local para depósito do lixo no interior do lote;

VII – ter áreas laterais fechadas com muros.

Nas edificações onde houver produção de ruídos intensos, estes

deverão ser tecnicamente isolados não podendo haver propagação de ruídos para o exterior.

Todas as atividades de lavagem de veículos, ainda que nos comércios de veículos, deverão ter escoamento para caixas de retenção de resíduos, de areias e óleos separadas das águas pluviais e servidas.

Os estabelecimentos em funcionamento em desacordo com os dispositivos deste Código deverão se adaptar aos mesmos no prazo de 1 (um) ano.

SEÇÃO XVI

Das Piscinas Públicas

No projeto e construção de piscinas públicas serão observadas condições que assegurem:

I – facilidade de limpeza;

II – distribuição e circulação satisfatória de água;

III – impedimento de refluxo das águas de piscinas para a rede de abastecimento e quando houver calhas, destas para o interior da piscina;

IV – instalação completa de tratamento de água (correção do Ph e desinfecção);

V – ducha para banho próxima ao acesso da piscina;

VI – existência de sanitários e vestiários masculinos e femininos na proporção conforme Artigo 226 desta Lei Complementar;

VII – existência de lava-pés.

Parágrafo único. O não cumprimento do que especifica este artigo implica na não liberação do alvará de funcionamento.

As piscinas destinadas ao uso público mesmo que de propriedade particular estão sujeitas ao que especifica o artigo anterior.

Parágrafo único. Das exigências desta Seção ficam excluídas as piscinas das residências particulares, quando para uso exclusivo de seus proprietários e pessoas de suas relações.

SEÇÃO XVII

Dos Edifícios Garagem

Considera-se edifício garagem a edificação que possuir mais que 2 (dois) pavimentos e tiver 80% (oitenta por cento) ou mais de sua área destinada a estacionamento, para sua instalação deverão possuir:

I – compartimentos para administração e espera;

II – vestiário;

III – instalações sanitárias independentes para empregados e usuários;

IV – a entrada será localizada antes dos serviços de controle e recepção e terá de ser reservada área destinada à acumulação de veículos correspondente a 5% (cinco por cento) no mínimo, da área total de vagas;

V – a entrada e saída deverão ser feitas por dois vãos, no mínimo, com largura mínima de 3,00 m (três metros) cada um, tolerando-se a existência de um único vão com largura mínima de 6,00 m (seis metros);

VI – quando houver vãos de entrada e saída voltados cada um para logradouros diferentes, terá de haver no pavimento de acesso passagem para pedestres;

VII – as pistas de circulação de veículos deverão ter largura mínima de 3,00 m (três metros) quando de mão única ou 5,00 m (cinco metros) quando de mão dupla, ou 3,00m (três metros) se utilizar sistema de sinalização ligado ao sistema de iluminação de emergência aprovado pelo Corpo de Bombeiros;

VIII – pé direito mínimo livre de 2,50 m (dois metros e cinquenta

centímetros);

IX – acesso com sistema de sinalização ligado ao sistema de iluminação de emergência aprovado pelo Corpo de Bombeiros;

X – quando possuírem mais de 04 (quatro) pavimentos, deverá ter além da escada, pelo menos, um elevador com capacidade mínima para cinco passageiros;

XI – nos projetos terão de constar obrigatoriamente, as indicações gráficas referentes às localizações de cada veículo e dos esquemas de circulação das áreas necessárias aos locais de estacionamento, as rampas, passagens e circulação;

XII – locais de estacionamento para cada carro, com largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) e comprimento mínimo de 5,00 m (cinco metros);

XIII – a capacidade máxima de estacionamento terá de constar obrigatoriamente, dos projetos e alvarás de obras e localização;

XIV – não serão permitidas residências em edifício garagem, ressaltando-se as instalações destinadas à segurança e zeladoria.

Parágrafo único. Para edifícios garagens ou pátios de estacionamento será permitido estacionar um veículo atrás de outro, observando a passagem.

SEÇÃO XVIII

Dos Edifícios Públicos

As obras de qualquer natureza a serem realizadas por instituições públicas municipais, estaduais ou federais, não poderão ser executadas sem os respectivos alvarás de construção expedidos pelo Município, devendo ser obedecidas em tais obras às determinações deste Código e das demais legislações aplicáveis.

§1º Os projetos deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado e um responsável do órgão solicitante.

§2º Aprovado o projeto, a licença será gratuita, devendo ser expedido o respectivo alvará independentemente de qualquer pagamento.

§3º As instituições públicas ficam sujeitas às multas estabelecidas por este Código, no caso de se verificar qualquer infração.

Construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade, de acordo com a Lei nº 10.098 de 2000:

I - nas áreas destinadas a garagem ou estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência;

II - pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta lei;

IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou mobilidade reduzida.

SEÇÃO XIX

Das Torres de Transmissão

Para a instalação de quaisquer sistemas transmissores, independentemente do material construtivo utilizado, será necessária a obtenção de licença de construção, nos termos deste Código.

§1º O pedido de licenciamento deverá ser instruído na forma deste Código, e ainda com os seguintes documentos:

I – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de profissional habilitado;

II – Licença Ambiental Prévia – LAP.

§2º A obtenção da licença de construção a que se refere o caput deste artigo não dará direito à operadora de colocar o sistema transmissor em funcionamento.

Excetuam-se do estabelecido no caput deste artigo os sistemas transmissores associados a:

I - radares militares e civis, com propósito de defesa ou controle de tráfego aéreo;

II - radiocomunicadores de uso exclusivo das polícias militar, civil e municipal, corpo de bombeiros, defesa civil, controle de tráfego, ambulâncias e similares;

III - radiocomunicadores instalados em veículos terrestres, aquáticos ou aéreos;

IV - bens de consumo, tais como aparelhos de rádio e televisão, computadores, fornos de microondas, telefones celulares, brinquedos de controle remoto e outros similares.

A instalação de torres de comunicação deverá estar de acordo com a Lei Estadual 12.864/2004 ou outra que a suceder.

Deverá ser mantida, no imóvel onde estiver instalado o sistema transmissor, em local que permita a leitura natural a partir da rua, placa de identificação da antena e da torre de sustentação, com as seguintes informações:

I - nome da operadora, com seu endereço e telefone;

II - nome do responsável técnico.

Parágrafo único. Os sistemas já implantados terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para adequação às normas deste Código.

Para a instalação de antenas no topo de edifícios deverão ser obedecidos os seguintes procedimentos:

I - ser requerida a autorização dos proprietários;

II - respeitar os recuos exigidos;

III - verificar o não direcionamento de ondas ao interior da edificação;

IV - garantir condições de segurança para acesso ao topo do edifício.

CAPÍTULO VI

Das Infrações e Penalidades

As infrações contra as disposições desta Lei Complementar, serão punidas com as seguintes penalidades:

I – interdição;

II – notificação;

III – embargo da obra;

IV – multa;

V – demolição compulsória.

Parágrafo único. A aplicação de uma das penas previstas neste artigo, não prejudica a de outra se cabível.

Os autos relativos às infrações de dispositivos legais de ordem técnica previstos neste Capítulo, serão lavrados, por técnicos da Municipalidade, ou funcionários cuja competência para tanto, esteja definida em leis, regulamentos e regimentos próprios.

SEÇÃO I Da Interdição

A obra, edificação, ou qualquer de suas dependências poderá ser interditada a qualquer tempo pelo Município com impedimento de sua ocupação, provisória ou definitivamente, quando:

I – oferecer iminente ameaça à segurança, salubridade e estabilidade das suas instalações e estruturas e/ou às construções próximas;

II – oferecer risco para o público ou para o pessoal da obra.

§1º A interdição somente será ordenada mediante laudo ou parecer técnico emitido após vistoria efetuada por profissional técnico competente, e consistirá na lavratura de Auto de Interdição em 2 (duas) vias, no qual se especificará as causas da medida e as exigências que devem ser observadas para sanar o problema.

§2º Ao ser interditado, o imóvel será lacrado e isolado seu entorno, dando-se ciência imediata ao proprietário e aos seus ocupantes.

§3º Uma das vias do Auto de Interdição deverá ser entregue ao proprietário do imóvel, obra ou construção interditada ou ao seu representante legal, ou afixado em lugar público, se este não for encontrado.

Verificado o desrespeito à interdição, o Município requisitará auxílio policial para a manutenção da interdição e demais medidas cabíveis de responsabilidade do infrator, eximindo-se o Poder Público de responsabilidade decorrente de eventual consequência grave.

SEÇÃO II Da Notificação

A notificação ao proprietário, responsável técnico ou empresa construtora deverá ser aplicada pelo Município através de Auto de Notificação, quando:

I – modificar o projeto aprovado, introduzindo alterações contrárias aos dispositivos deste Código;

II – iniciar ou executar obras sem o devido licenciamento, desde que estejam respeitados os alinhamentos e índices urbanísticos estabelecidos, do contrário não caberá notificação, acarretando imediato embargo à obra;

III – falsear medidas, a fim de violar dispositivos deste Código;

IV – omitir nos projetos a existência de cursos de água, naturais ou artificiais, ou de topografia acidentada que exija obra de contenção de terreno;

V – dificultar ou impedir a fiscalização.

Parágrafo único. A penalidade de notificação poderá ser também aplicável, a critério do fiscal de obras, à inobservância a quaisquer outras das disposições deste Código e/ou da legislação pertinente.

O Auto de Notificação será emitido pelo Município com prazo máximo de 15 (quinze) dias ininterruptos para que o proprietário, o responsável técnico ou o representante legal do proprietário providencie a regularização da falta que originou a notificação.

Parágrafo único. Vencido este prazo, se não for regularizada a falta apontada no Auto de Notificação, serão aplicadas as penas previstas por este Código, de acordo com a irregularidade existente.

SEÇÃO III Do Embargo

Qualquer obra em andamento, sejam elas construções, ampliações ou reformas, terá embargo imediato, não cabendo notificação, quando:

I – iniciar ou executar obra sem o devido licenciamento, quando não estiverem sendo respeitados os alinhamentos e índices urbanísticos estabelecidos;

II – executar obra sem responsável técnico legalmente habilitado, quando indispensável;

III – construir, ampliar ou reformar em desacordo com os termos desta lei e do projeto aprovado;

IV – executar obra em loteamentos não aprovados pelo Município.

§1º Ocorrendo qualquer das infrações especificadas neste artigo e a qualquer dispositivo desta Lei Complementar, o encarregado pela fiscalização embargará a obra, mediante lavratura de Auto de Embargo, em 2 (duas) vias, devendo a obra ficar paralisada até que a irregularidade apontada seja sanada.

§2º O Município comunicará o embargo ao(s) infrator (es) através de Notificação de Embargo, no qual se especificará as causas da medida e as exigências e prazos que devem ser observados para sanar a irregularidade.

§3º A Notificação de Embargo deverá ser assinada pelo(s) infrator (es) e se este(s) se recusar (em) a isso, far-se-á menção de tal circunstância, admitindo ser comprovado pelo testemunho de duas pessoas ou o mesmo ser remetido pelo correio, sob registro, com aviso de recebimento.

§4º Verificado o desrespeito ao embargo, o Município requisitará o auxílio policial para a manutenção do embargo e aplicará as multas previstas na Seção IV deste Capítulo e demais medidas cabíveis de responsabilidade do infrator.

§5º Vencido o prazo estabelecido para a regularização da infração, se não for regularizada a falta apontada no Auto de Embargo, serão aplicadas as penas previstas por este Código, de acordo com a irregularidade existente.

§6º O levantamento do embargo só será concedido pelo Município depois de verificado o cumprimento de todas as exigências que se relacionarem com a obra ou instalação embargada e, bem assim, satisfeito o pagamento de todos os emolumentos e multas impostas.

SEÇÃO IV Das Multas

Pelas infrações as disposições desta Lei Complementar serão aplicadas ao construtor, responsável técnico pela execução das obras, autor do projeto e ao proprietário, conforme o caso, as seguintes multas vinculadas a Unidade Fiscal Municipal - UFM vigente:

Tipo de Infração Multa em UFM

a) pelo falseamento de medidas, cotas e demais indicações do projeto:

| | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|
| ao proprietário | 50,0 | |
| e ao autor do projeto..... | | 50,0 |
| b) pelo viciamento do projeto aprovado, introduzindo-lhe alteração de qualquer espécie: | | |
| ao proprietário | 50,0 | |
| ao responsável técnico | | 85,0 |
| e ao autor do projeto..... | | 50,0 |
| c) pelo início de execução de obra ou demolição sem licença: | | |
| ao proprietário..... | 250,0 | |
| ao construtor..... | 250,0 | |
| e ao responsável técnico | | 250,0 |
| d) executar obra sem respeitar o alinhamento oficial fornecido pelo Município: | | |
| ao proprietário..... | 125,0 | |
| ao construtor | 125,0 | |
| e ao responsável técnico | | 125,0 |
| e) pela execução de obra ou terraplenagem em desacordo com o projeto aprovado: | | |
| ao proprietário..... | 250,0 | |
| ao construtor..... | 125,0 | |
| e ao responsável técnico | | 250,0 |
| f) pela falta de projeto aprovado e documentos exigidos no local da obra: | | |
| ao proprietário..... | 25,0 | |
| e ao responsável técnico..... | | 25,0 |
| g) pela inobservância das prescrições sobre andaimes e tapumes: | | |
| ao proprietário.... | 40,0 | |
| ao construtor..... | 40,0 | |
| e ao responsável técnico | | 40,0 |
| h) pela paralisação da obra sem comunicação o Município: | | |
| ao proprietário... .. | 25,0 | |
| e ao responsável técnico | | 25,0 |
| i) pela desobediência ao embargo municipal: | | |
| ao proprietário.... | 400,0 | |
| ao construtor..... | 400,0 | |
| e ao responsável técnico | | 400,0 |
| j) quando vencido o prazo de licenciamento, prosseguir a obra ou terraplenagem sem a necessária prorrogação do prazo: | | |
| ao proprietário... .. | 25,0 | |
| e ao responsável técnico | | 25,0 |
| l) pela execução de terraplenagem sem licença: | | |
| ao proprietário do imóvel | 250,0 | |
| e ao proprietário do equipamento..... | | 250,0 |
| m) pela falta de precaução para a segurança de pessoas ou propriedades ou por qualquer dano ou prejuízo a logradouro público em razão da execução de obras, demolições ou terraplenagens: | | |
| ao proprietário do imóvel | 200,0 | |
| e ao responsável técnico | | 200,0 |
| n) pela ocupação da edificação sem que o Município tenha fornecido o Habite-se: | | |
| ao proprietário.... | 85,0 | |
| o) pela diminuição do número mínimo de vagas de estacionamento após a concessão do Habite-se: | | |
| ao proprietário.... | 85,0 | |

p) pela adulteração de uso aprovado após a concessão do Habite-se:

ao proprietário.... 85,0

Parágrafo único. Nas demais infrações a esta lei, não especificadas neste artigo, aplicar-se-á a multa mínima de 50,0 UFM's.

O(s) infrator (es) terão o prazo de 30 (trinta) dias para o pagamento das multas, ou para apresentar sua defesa. Findo este prazo, se o infrator, seu representante legal, ou o responsável técnico pela obra não apresentarem defesa, a municipalidade emitirá o Documento de Arrecadação Municipal - DAM, correspondente ao valor da multa, para que este seja pago pelo infrator.

§1º O infrator poderá apresentar defesa através de requerimento protocolado junto à Prefeitura.

§2º Apresentada à defesa no prazo estipulado, o Município terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias para responder, por escrito, ao requerimento do infrator.

§3º Se após a avaliação da autoridade competente, a defesa for julgada procedente, a multa será retirada. Em caso contrário, a municipalidade fará a exposição de motivos por escrito e emitirá o DAM correspondente ao valor da multa para que este seja pago pelo infrator.

O pagamento da multa não isenta o infrator da responsabilidade de regularizar a situação da obra, perante a legislação vigente.

Na reincidência a multa será aplicada em dobro.

Parágrafo único. Considera-se reincidência para duplicação da multa, outra infração da mesma natureza.

As multas não pagas nos prazos legais serão inscritas em dívida ativa.

Em caso de não regularização da obra no prazo estabelecido, será aplicada a pena de demolição compulsória da mesma, em conformidade com a Seção V deste Capítulo.

SEÇÃO V

Da Demolição Compulsória

A demolição compulsória de uma obra, seja ela de reforma ou construção, será aplicável após a execução da notificação, embargo e multa, a critério do órgão municipal competente, nos casos de:

I – execução da obra irregular em logradouros ou quaisquer terrenos de propriedade pública;

II – execução da obra em área de preservação ambiental, assim definida na legislação federal, estadual ou municipal, sem licença prévia dos órgãos ambientais competentes;

III – não atendidas a interdição, a notificação, o embargo e a multa;

IV – execução de obra não possuindo o executor a licença para edificar e estando a mesma em descumprimento dos preceitos deste Código;

V – construção executada sem a observância do alinhamento ou dos índices urbanísticos fornecidos pelo Município ou com desrespeito ao projeto aprovado nos seus elementos essenciais, mesmo que licenciada;



VI – obra julgada em risco ou que ameace ruína quando o proprietário não tomar as providências que forem necessárias a sua segurança.

Quando uma obra licenciada estiver em desacordo com o(s) projeto(s) aprovado(s), a demolição compulsória dependerá da anulação, cassação ou revogação do Alvará de Construção.

O procedimento administrativo para demolição compulsória de uma obra, seja ela de reforma ou construção, dependerá de prévia notificação ao responsável pela obra, ao qual será dada oportunidade de defesa no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. A demolição compulsória será imediata se oferecer risco iminente a integridade física de pessoas, bens públicos ou ao meio ambiente.

É passível de demolição compulsória toda obra ou edificação que, pela deterioração natural do tempo, se apresentar ruínosa ou insegura para sua normal utilização, oferecendo risco aos seus ocupantes ou à coletividade.

§1º Neste casos o órgão municipal competente emitirá notificação ao responsável pela obra ou aos ocupantes da edificação e fixará prazo para início e conclusão dos reparos necessários, sob pena de demolição compulsória em caso de descumprimento.

§2º A demolição compulsória será ordenada mediante laudo ou parecer técnico emitido após vistoria efetuada por profissional técnico competente.

Não se aplicará pena de demolição compulsória no caso do imóvel ser tombado pelo Município, Estado ou União, cabendo ao proprietário a responsabilidade pela manutenção da edificação e pelos prejuízos que vier a causar a terceiros.

Não sendo atendida a intimação para demolição compulsória, em qualquer caso, esta poderá ser efetuada pelo órgão municipal competente, que cobrará do proprietário as despesas dela decorrentes acrescidas de 20% (vinte por cento).

SEÇÃO VI

Das Sanções

O Município deverá comunicar ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, o nome dos responsáveis técnicos (pessoa física ou jurídica), devidamente acompanhado dos documentos pertinentes, que forem enquadrados nas seguintes circunstâncias:

- I – prosseguirem a execução de obra embargada pelo Município;
- II – não obedecerem aos projetos previamente aprovados, ampliando ou reduzindo as dimensões indicadas nas plantas e cortes;
- III – hajam incorrido em 03 (três) multas por infração cometida na mesma obra;
- IV – alterem as especificações indicadas no projeto ou as dimensões, ou elementos das peças de resistência previamente aprovados pelo Município;
- V – iniciarem qualquer obra sem o necessário Alvará de Construção;
- VI – cometerem por imperícia, faltas que venham a comprometer a segurança da obra.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais e Transitórias

Nas edificações que já possuem alvará de construção e que não estejam de acordo com as exigências estabelecidas no presente Código, somente serão permitidas obras que impliquem em aumento de sua capacidade de utilização quando as partes a ampliar

não venham a agravar transgressões já existentes.

As edificações especiais não mencionadas neste Código deverão obedecer às legislações específicas de cada uso.

Os casos omissos no presente Código serão julgados após terem sido estudados pelo órgão municipal competente, atendendo às leis, decretos e regulamentos municipais, estaduais e federais.

Nas edificações onde se desenvolva mais de uma atividade, de uma ou mais categorias funcionais, deverão ser satisfeitos os requisitos próprios de todas as atividades.

§1º As normas específicas aplicam-se à edificação no seu todo, quando de uso exclusivo para uma atividade, ou ainda, a cada uma de suas partes destinadas a atividades específicas.

§2º Nos empreendimentos que englobem atividades residenciais ou de hospedagem e outras quaisquer, as edificações destinadas à residência ou hospedagem deverão ter acesso próprio e independente das demais atividades.

De uma forma geral, para efeito de cálculo da razão ou proporção mínima a ser exigida por esta Lei Complementar, sempre que a fração exceder a 50% (cinquenta por cento) da área mínima exigida, corresponderá sempre a mais uma unidade.

Todas as instalações localizadas acima do último pavimento das edificações, incluindo caixa d'água, casa de máquinas, cumeeiras ou platibandas, deverão ter a altura máxima de 8,00m (oito metros).

Toda edificação executada por iniciativa privada em terreno público municipal, sob concessão de uso ou outra modalidade permissiva, será incorporada ao patrimônio do Município no prazo máximo de 10 (dez) anos contados a partir da conclusão da obra, podendo ser, a critério do Município, renovada a concessão por novo período, incluindo-se no termo a edificação, desde que seja o uso dado ao imóvel de relevante interesse da comunidade usuária não apresente condições socioeconômicas para se restabelecer em imóvel privado.

Não serão permitidas edificações sobre faixas sanitárias.

Poderão ser construídas edificações abaixo do nível da rua, desde que seja solucionada a ligação de esgoto.

Nas edificações sobre pilotis, toda a área coberta será considerada área construída quando apresentar altura útil de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) e apresentar características de utilização.

§1º Na apresentação do projeto de construção o proprietário poderá mencionar no projeto que a área sob os pilotis não será utilizada.

§2º Caso seja constatada a utilização da área declarada como não utilizável, o proprietário fica sujeito à regularização da referida área.

Os requerimentos, certidões ou demais formulários utilizados serão implantados após serem aprovados através de Decreto pelo Executivo Municipal.

Revogam-se as disposições em contrário, em particular a Lei Complementar nº 005 de 09.12.99 e suas alterações.

Esta Lei entra em vigor 60 dias a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 10 de março de

2010.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria nº 152/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 152/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Art. 70, inciso II, alínea a, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado -SC, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar os efeitos das Portarias nº 144/2010 e 145/2010 de 10.03.2010, da Professora ACT DENISE MACHADO KLETTENBERG, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes – Divisão de Ensino, a partir de 10.03.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 15 de fevereiro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria nº 153/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 153/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085, de 30.06.99, e Lei Complementar Nº 006, de 23/12/99,

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 20 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, sendo 15 horas para lecionar a disciplina de Geografia e 05 horas na disciplina de Ensino Religioso, no Centro Educacional e Esportivo Valdomiro Manoel Chiquio, Nível I - Anexos III, V e VI da Lei Complementar 006, de 23.12.99, pelo período de 16.03.2010 a 17.12.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 15 de março de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria nº 154/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 154/2010

CONSIDERANDO a criação de turmas de Educação Infantil na rede Municipal de Ensino, através do Decreto nº 011/2004 de 01.03.2004;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei

Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal Nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar Nº 006 de 23/12/99 e Lei Complementar Nº 008 de 23/12/99,

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário CLAUDIA LOPES SYPRIANI, para exercer as funções do Cargo de Professora ACT - 20 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, no Pré-Escolar, no Centro Educacional e Esportivo Valdomiro Manoel Chiquio, Nível I - Anexos III, V e VI da Lei Complementar 006, de 23.12.99, pelo período de 16.03.2010 a 17.12.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 15 de março de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria nº 155/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 155/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o Inciso VIII, Art. 2º da Lei Complementar Nº 0040, de 15/05/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário TATIANE DE SOUZA, para exercer as funções do Cargo de Agente de Serviços Gerais ACT - 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Divisão de Ensino, no C.E.E.V.M.C de Rio Saltinho pelo período de 16.03.2010 a 17.12.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 15 de março de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do T Termo Aditivo Nº 066/2009 de Contrato**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO T TERMO ADITIVO Nº 066/2009 DE CONTRATO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2009. NÚMERO CONTRATO: 049/2009

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 17/02/2009

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato nº. 049, de 17 de fevereiro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Terceira do Contrato 049/2009 passará a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

1. O presente contrato terá vigência ate 01 de março de 2010.”

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais alíneas da



Cláusula Terceira e as demais Cláusulas do referido Contrato.
CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais alíneas da Cláusula Quarta e as demais Cláusulas do referido Contrato.
LICITAÇÃO: Processo Licitatório Modalidade Convite nº 001/2009..
RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693
TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 01.341.214/0001-94
CONTRATADO: CONCISA OBRAS E TRANSPORTES LTDA
CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Segundo Termo Aditivo Nº 065/2009 de Contrato

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 065/2009 DE CONTRATO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2009. NÚMERO CONTRATO: 047/2009
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 16/02/2009
DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato nº. 047, de 16 de fevereiro de 2009.
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
A Cláusula Terceira do Contrato 047/2009 passará a vigorar com a seguinte redação:
"CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS
1. O presente contrato terá vigência ate 01 de março de 2010."
CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais alíneas da Cláusula Terceira e as demais Cláusulas do referido Contrato.
LICITAÇÃO: Processo Licitatório Modalidade Convite nº 001/2009..
RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693
TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 01.341.214/0001-94
CONTRATADO: CONCISA OBRAS E TRANSPORTES LTDA
CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

Edital Nº. 006

EDITAL Nº. 006, DE 12 DE MARÇO DE 2010.

ASSUNTO: Edital de chamamento referente ao Edital de Teste Seletivo nº. 002, de 18 de janeiro de 2010.

1 - O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, convoca os candidatos aprovados para assumirem as vagas, conforme teste seletivo referente ao Edital nº. 002, de 18 de janeiro de 2010 e Decreto nº. 025, de 03 de fevereiro de 2010, nos seguintes termos:

2 – Fica convocado o seguinte candidato, em seu respectivo cargo, para comparecer na sala de reuniões, junto a Prefeitura Municipal de Coronel Martins, dia 15 de março de 2010, as 08h30 min., para assumir sua vaga a partir de 15 de março de 2010:

VIGIA

Leandro Lopes da Silva

3 – Este Edital fundamenta-se e baseia-se nas normas e regras estabelecidas no Edital nº. 002, de 18 de janeiro de 2010.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 12 de março de 2010.
DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 696/10 - Reenquadra Servidor - Alcibides Ferreira da Fonseca

PORTARIA Nº 696/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor ALCIBIDES FERREIRA DA FONSECA, ocupante do cargo de Pedreiro, para o vencimento mensal com o Fator 11, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 697/10 - Reenquadra Servidor - Gilmar Krisanski

PORTARIA Nº 697/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor GILMAR KRISANSKI, ocupante do cargo de Pedreiro, para o vencimento mensal com o Fator 11, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 698/10 - Reenquadra Servidor - Marcelo dos Santos

PORTARIA Nº 698/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor MARCELO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Técnico em Atividades de Engenharia, para o vencimento mensal com o Fator 16, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 699/10 - Reenquadra Servidor - Paulo Cesar Ruthes

PORTARIA Nº 699/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor PAULO CESAR RUTHES, ocupante do cargo de Técnico Agrícola, para o vencimento mensal com o Fator 17, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 700/10 - Reenquadrar Servidor - Jean Marcel Bertoldi Diel

PORTARIA Nº 700/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor JEAN MARCEL BERTOLDI DIEI, ocupante do cargo de Técnico Agrícola, para o vencimento mensal com o Fator 17, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 701/10 - Reenquadrar Servidor - Isolete Steciuk Ratiko

PORTARIA Nº 701/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora ISOLETE STECIUK RATICO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária semanal de 20 horas, para o vencimento mensal com o Fator 03, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 702/10 - Reenquadrar Servidor - Janete Pereira

PORTARIA Nº 702/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora JANETE PEREIRA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária semanal de 40 horas, para o vencimento mensal com o Fator 13, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 703/10 - Reenquadrar Servidor - Aparecida Inês Correa

PORTARIA Nº 703/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora APARECIDA INÊZ CORREA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária semanal de 40 horas, para o vencimento mensal com o Fator 13, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 704/10 - Reenquadrar Servidor - Alfredo Gramm Sobrinho

PORTARIA Nº 704/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE

REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor ALFREDO GRAMM SOBRINHO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária semanal de 40 horas, para o vencimento mensal com o Fator 13, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 705/10 - Reenquadrar Servidor - Isabel Cristina Oliari

PORTARIA Nº 705/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora ISABEL CRISTINA OLIARI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária semanal de 40 horas, para o vencimento mensal com o Fator 13, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 706/10 - Reenquadrar Servidor - Rubia Oliari

PORTARIA Nº 706/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR

TAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora RUBIA OLIARI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária semanal de 40 horas, para o vencimento mensal com o Fator 13, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 707/10 - Reenquadrar Servidor - Alceu Todt

PORTARIA Nº 707/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor ALCEU TODT, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária semanal de 40 horas, para o vencimento mensal com o Fator 13, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaris 708/10 - Reenquadrar Servidor - Thais Regina da Silva

PORTARIA Nº 708/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora THAIS REGINA DA SILVA BARBOZA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária semanal de 40 horas, para o vencimento mensal com o Fator 13, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 709/10 - Reenquadra Servidor - João Rocha Sobrinho

PORTARIA Nº 709/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor JOÃO ROCHA SOBRINHO, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 710/10 - Reenquadra Servidor - Wilson Roberto da Silva

PORTARIA Nº 710/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso



VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor WILSON ROBERTO DA SILVA, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 711/10 - Reenquadra Servidor - Adolar Oestereich

PORTARIA Nº 711/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor ADOLAR OESTEREICH, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 712/10 - Reenquadra Servidor - Emilio Alegre

PORTARIA Nº 712/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor EMILIO ALEGRE, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 713/10 - Reenquadra Servidor - Almir Tamanini

PORTARIA Nº 713/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor ALMIR TAMANINI, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 714/10 - Reenquadra Servidor - Fabio Farias

PORTARIA Nº 714/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor FABIO FARIAS, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator

02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 715/10 - Reenquadra Servidor - Antonio da Silva

PORTARIA Nº 715/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor ANTONIO DA SILVA, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 716/10 - Reenquadra Servidor - Marcílio Stoffo

PORTARIA Nº 716/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor MARCILIO STOFFO, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 717/10 - Reenquadra Servidor - Rubens Gonçalves

PORTARIA Nº 717/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor RUBENS GONÇALVES MARTINS, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Poeraria 718/10 - Reenquadra Servidor - Claudir Dias

PORTARIA Nº 718/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor CLAUDIR DIAS, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento

resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 719/10 - Reenquadra Servidor - Fabio Henrique Alves

PORTARIA Nº 719/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor FABIO HENRIQUE ALVES, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 720/10 - Reenquadra Servidor - Valdemiro Bankhardt

PORTARIA Nº 720/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor VALDEMIRO BANKHARDT, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 721/10 - Reenquadra Servidor - Silvio Cesar da Silva

PORTARIA Nº 721/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor SILVIO CESAR DA SILVA, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 722/10 - Reenquadra Servidor - Cesio Raymundo

PORTARIA Nº 722/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor CELSO RAYMUNDO, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 723/10 - Reenquadra Servidor - Mauri Fontana

PORTARIA Nº 723/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor MAURI FONTANA, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 724/10 - Reenquadra Servidor - Jair Ferreira

PORTARIA Nº 724/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor JAIR FERREIRA, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 725/10 - Reenquadra Servidor - Adriano Klemann

PORTARIA Nº 725/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor ADRIANO KLEMMANN, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 726/10 - Reenquadra Servidor - Márcio Kuschinski

PORTARIA Nº 726/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor MARCIO KUSCHINSKI, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 727/10 - Reenquadra Servidor - Samir David Rathunde

PORTARIA Nº 727/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE

REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor SAMIR DAVID RATHUNDE, ocupante do cargo de Vigia, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 728/10 - Reenquadra Servidor - Sebastião Osmar Trindade

PORTARIA Nº 728/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor SEBASTIÃO OSMAR TRINDADE, ocupante do cargo de Vigia, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 729/10 - Reenquadra Servidor - Rainoldo da Silva

PORTARIA Nº 729/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor RAINOLDO DA SILVA, ocupante do cargo de Vigia, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 730/10 - Reenquadra Servidor - Ivo Alves de Siqueira

PORTARIA Nº 730/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor IVO ALVES DE SIQUEIRA, ocupante do cargo de Vigia, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 731/10 - Reenquadra Servidor - Rochirlan Dantas de Souza

PORTARIA Nº 731/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso

VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor ROCHIRLAN DANTAS DE SOUZA, ocupante do cargo de Vigia, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 732/10 - Reenquadra Servidor - José Tadeu Koch

PORTARIA Nº 732/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor JOSE TADEU KOCH, ocupante do cargo de Vigia, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 733/10 - Reenquadra Servidor - Saulo Neri dos Santos

PORTARIA Nº 733/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor SAULO NERIS DOS SANTOS, ocupante do cargo de Vigia, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 734 - Reenquadra Servidor Fernando Jean Lunelli

PORTARIA Nº 734/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor FERNANDO JEAN LUNELLI, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos e Posturas, para o vencimento mensal com o Fator 15, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 735 - Reenquadra Servidor - Emanuelle Françoise Blunk

PORTARIA Nº 735/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora EMANUELLE FRANÇOISE BLUNK, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para o vencimen-

to mensal com o Fator 15, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 736/10 - Reenquadra Servidor - Márcia Helena Muller Bueno

PORTARIA Nº 736/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora MÁRCIA HELENA MÜLLER BUENO, ocupante do cargo de Tesoureiro, para o vencimento mensal com o Fator 21, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 737/10 - Reenquadra Servidor - Lourenço Piontkiewicz

PORTARIA Nº 737/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor LOURENÇO PIONTKIEWICZ, ocupante do cargo de Operador de Máquina I, para o vencimento mensal com o Fator 20, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 738/10 - Reenquadra Servidor - Mauri Edgar Padilha de Lima

PORTARIA Nº 738/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator 15, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 739/10 - Reenquadra Servidor - Dairton José Giraldi

PORTARIA Nº 739/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor DAIRTON JOSÉ GIRALDI, ocupante do cargo de Auxiliar de Agrimensor, para o vencimento mensal com o Fator 15, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento

resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 740/10 - Reenquadra Servidor - Danieli Hannemann Berner

PORTARIA Nº 740/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora DANIELI HANNEMANN BERNER, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator 15, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 741/10 - Reenquadra Servidor - Joney Cícero Morozini

PORTARIA Nº 741/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor JONEY CÍCERO MOROZINI, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator 15, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 742/10 - Vincula Veic. Sec. de Educação

PORTARIA Nº 742/10

VINCULA BENS MÓVEIS A SECRETARIA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º - Fica vinculada a Secretaria Municipal de Educação, veículos abaixo discriminados:

| TIPO/MODELO | PLACA | ANO | RENAVAN |
|--------------------------------|----------|-----------|-----------|
| ÔNIBUS VW/INDUSCAR FOZ U | MHM-7281 | 2009/2010 | 193709732 |
| AUTO VW/GOL 1.0 | MEA-0479 | 2005/2006 | 867776293 |
| ÔNIBUS M.B. MASCA GRAN MICRO | MEG-4858 | 2005/2005 | 868622656 |
| ÔNIBUS VW/MARCOPOLO VOLARE | MMM-1513 | 2002/2003 | 792163648 |
| MICRO ÔNIBUS IMP/KIA BESTA 12P | MDB-4318 | 2000/2001 | 748995870 |
| CAMIONETA VW/GOL FURGÃO | LWV-5366 | 1990/1990 | 558138535 |

Art. 2º - As despesas decorrentes da utilização, guarda e preservação do bem mencionado no artigo anterior, correrá a conta de dotação própria do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Esta Portaria produzirá os seus efeitos retroativos a partir de 01 de janeiro de 2010.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de Fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria 743/10 - Vincula Veic. Sec. Administração

PORTARIA Nº 743/10

VINCULA BENS MÓVEIS A SECRETARIA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º - Fica vinculada a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda os veículos abaixo discriminados:

| TIPO/MODELO | PLACA | ANO | RENAVAN |
|-------------------------|----------|-----------|-----------|
| AUTO GM/CELTA 2P SPIRIT | MDY-8178 | 2005/2006 | 866785221 |

| | | | |
|-------------------------|----------|-----------|-----------|
| AUTO GM/CELTA 2P SPIRIT | MDN-1426 | 2005/2006 | 866782931 |
|-------------------------|----------|-----------|-----------|

Art. 2º - As despesas decorrentes da utilização, guarda e preservação do bem mencionado no artigo anterior, correrá a conta de dotação própria do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 3º - Esta Portaria produzirá os seus efeitos retroativos a partir de 01 de janeiro de 2010.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de Fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria 744/10 - Vincula Veic. Sec. Desenv. Rural

PORTARIA Nº 744/10

VINCULA BENS MÓVEIS A SECRETARIA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º - Fica vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente veículos abaixo discriminados:

| TIPO/MODELO | PLACA | ANO | RENAVAN |
|-------------------------------|----------|-----------|-----------|
| AUTO RENAULT/CLIO AUT 10 16VH | MDI-1294 | 2007/2008 | 922318107 |
| AUTO VW/FUSCA 1600 | LXJ-0775 | 1985/1985 | 519441834 |
| AUTO VW/FUSCA | LWY-0774 | 1984/1984 | 556889843 |

Art. 2º - As despesas decorrentes da utilização, guarda e preservação do bem mencionado no artigo anterior, correrá a conta de dotação própria do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

Art. 3º - Esta Portaria produzirá os seus efeitos retroativos a partir de 01 de janeiro de 2010.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de Fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria 745/10 - Vinc. Veic. Sec. Assist. Social, Trabalho e Habitação

PORTARIA Nº 745/10

VINCULA BENS MÓVEIS A SECRETARIA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º - Fica vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação veículos abaixo discriminados:

| TIPO/MODELO | PLACA | ANO | RENAVAN |
|---------------------|----------|-----------|-----------|
| AUTO VW/GOL 1.0 GIV | MGR-8329 | 2009/2010 | 181386089 |
| AUTO VW/KOMBI | MAZ-1071 | 2000/2000 | 731637283 |

Art. 2º - As despesas decorrentes da utilização, guarda e preservação do bem mencionado no artigo anterior, correrá a conta de dotação própria do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 3º - Esta Portaria produzirá os seus efeitos retroativos a partir de 01 de janeiro de 2010.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de Fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria 746/10 - Vincula Veic. Secretaria de Infra Estrutura

PORTARIA Nº 746/10

VINCULA BENS MÓVEIS A SECRETARIA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º - Fica vinculada a Secretaria Municipal de Infra Estrutura, veículos abaixo discriminados:

| TIPO/MODELO | PLACA | ANO | RENAVAN |
|----------------------------|----------|-----------|-----------|
| CAMINHÃO FORD/CARGO 2622 | MCT-8484 | 2005/2005 | 857940937 |
| CAMINHÃO FORD/CARGO 2622 | MCT-9064 | 2005/2005 | 857952811 |
| CAMINHÃO FORD/CARGO 2622 | MEU-6192 | 2003/2003 | 831367130 |
| AUTO VW/GOL SPECIAL | MBX-7843 | 2003/2003 | 804487340 |
| AUTO VW/GOL SPECIAL | MCZ-1362 | 2002/2002 | 780356683 |
| AUTO VW/GOL SPECIAL | MDB-0102 | 2001/2001 | 759946167 |
| CAMINHÃO VW/11.150 | LYF-4330 | 1991/1992 | 558135137 |
| CAMIONETA FORD/PAMPA 1.8 L | BFO-3290 | 1991/1991 | 600840980 |
| MICRO ÔNIBUS AGRAL 1800 | LZU-9584 | 1991/1991 | 558138080 |
| CAMINHÃO FORD/11000 | LWX-5798 | 1990/1990 | 558136079 |
| CAMINHÃO VW/11.140 | LWW-3257 | 1990/1990 | 556981553 |
| MICRO ONIBUS M BENZ | LXB-1162 | 1986/1987 | 557153735 |
| CAMINHÃO FORD/11000 | LWW-3197 | 1985/1985 | 557154804 |
| CAMINHÃO FORD/11000 | LWX-5788 | 1985/1985 | 557154812 |
| CAMINHÃO VW/13.130 | IFJ-4525 | 1985/1985 | 581273184 |



| | | | |
|-------------------------|----------|-----------|-----------|
| CAMINHÃO FORD/11000 | LXB-5779 | 1985/1985 | 557154790 |
| CAMINHÃO M BENZ/L 608 D | LWV-3665 | 1982/1982 | 557147808 |

Art. 2º - As despesas decorrentes da utilização, guarda e preservação do bem mencionado no artigo anterior, correrá a conta de dotação própria do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 3º - Esta Portaria produzirá os seus efeitos retroativos a partir de 01 de janeiro de 2010.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de Fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria 747/10 - Vincula Veic. Secretaria de Saúde
PORTARIA Nº 747/10

VINCULA BENS MÓVEIS A SECRETARIA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º - Fica vinculado a Secretaria Municipal de Saúde os veículos abaixo discriminados:

| TIPO/MODELO | PLACA | ANO | RENAVAN |
|--------------------------------|----------|-----------|-----------|
| AUTO GM/CELTA 4P LIFE | MGI-7785 | 2009/2010 | 153039973 |
| MICRO ÔNIBUS PEUGEOT/BOXER | MFY-9306 | 2008/2009 | 110125630 |
| AUTO VW/GOL 1.0 | MFS-3159 | 2007/2008 | 948886412 |
| AUTO RENAULT/CLIO AUT 1.0 16VH | MDH-9484 | 2007/2008 | 922320721 |
| MOTONETA HONDA/BIZ 125 ES | MDM-4563 | 2007/2007 | 918678811 |
| AUTO VW/GOL 1.6 | MDQ-6546 | 2006/2007 | 893234494 |
| ÔNIBUS VW/9.150 UNISAUDE ATHEN | MEF-3318 | 2005/2005 | 868414620 |
| CAMIONETA FIAT/DOBLO EX | MAA-0464 | 2004/2004 | 823331598 |
| CAMIONETA IMP/KIA BESTA 3V RS | MBP-3793 | 2001/2001 | 781957095 |

Art. 2º - As despesas decorrentes da utilização, guarda e preservação do bem mencionado no artigo anterior, correrá a conta de dotação própria do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - Esta Portaria produzirá os seus efeitos retroativos a partir de 01 de janeiro de 2010.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de Fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria 748/10 - Nomeia Comissão para Recebimento e Acompanhamento de Medicamentos.

PORTARIA N.º 748/10

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, VII, combinado com O § 8º do Art. 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a COMISSÃO ESPECIAL PARA RECEBIMENTO DE MEDICAMENTOS NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, dessa Prefeitura Municipal, integrada pelos seguintes Servidores:

- DANIELI HANNEMANN BERNER
- ISOLETE STECIUK RÁTICO
- WALDILÉIA LIGIA SCHULTZ KLITZKE

Art. 2º - Esta Comissão terá seu prazo limitado por 12(doze) meses a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 22 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 749/10 - Contratação ACT - Sidnéia da Costa

PORTARIA Nº 749/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. SIDNÉIA DA COSTA, a partir de 09 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da escola ter na matrícula da educação infantil e ensino fundamental, alunos com necessidades especiais, que precisam de atendimento individual. A inclusão está garantida na LDB, artigo 4º, III: "Garantir atendimento especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede de ensino", lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 750/10 - Contratação ACT - Cristiane Tamani

Alcantara
PORTARIA Nº 750/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. CRISTIANE TAMANINI ALCANTARA, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da substituição da funcionária Meire Teresinha Pereira Batista, que solicitou demissão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 751/10 - Contratação ACT - Havilla Priscilla da Cruz Moraes

PORTARIA Nº 751/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. HAVILLA PRISCILLA DA CRUZ MORAIS, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da ampliação no número de atendimento da educação infantil e ensino fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 752/10 - Contratação ACT - Iclair Pereira

PORTARIA Nº 752/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ICRAIR PEREIRA, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Bem Estar, Trabalho e Habitação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 753/10 - Contratação ACT - Iracema Kri

sanski Peggau
PORTARIA Nº 753/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. IRACEMA KRISANSKI PEGGAU, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da substituição da funcionária Márcia Martini que está sob júdice em processo federal, solicitando afastamento por impossibilidade laboral junto ao INSS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 754/10 - Contratação ACT - Iraci da Fonseca

PORTARIA Nº 754/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. IRACI DA FONSECA, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da substituição da funcionária Irene Maraski que está sob Júdice em processo federal, solicitando afastamento por impossibilidade laboral junto ao INSS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 755/10 - Contratação ACT - Ivone Terezinha da Silva

PORTARIA Nº 755/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. IVONE TEREZINHA DA SILVA, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da substituição da funcionária Deolinda Bayer, que está sob Júdice em processo federal, solicitando afastamento por impossibilidade laboral junto ao INSS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 756/10 - Contratação ACT - Maria Kopsch

PORTARIA Nº 756/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. MARIA KOPSCH, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 757/10 - Contratação ACT - Rosemeri Mulbauer

PORTARIA Nº 757/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ROSEMERI MULBAUER, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da ampliação no número de atendimento da Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 758/10 - Contratação temporária - Eliel Manasses da Rocha

PORTARIA Nº 758/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. ELIEL MANASSES DA ROCHA, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Instrutor de Música, com carga horária de 40 horas semanais, em razão a grande demanda de alunos que procuram vagas para cursar aulas de instrumentos nos três períodos, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 759/10 - Contratação ACT - Luciane Pryjmak da Costa

PORTARIA Nº 759/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. LUCIANE PRYJMAK DA COSTA, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Instrutor de Música, com carga horária de 40 horas semanais, em razão a grande demanda de alunos que procuram vagas para cursar aulas de instrumentos nos três períodos, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 760/10 - Contratação ACT - Eurico Hamann

PORTARIA Nº 760/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. EURICO HAMANN, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Motorista, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 761/10 - Contratação ACT - Paulo Olzewski

PORTARIA Nº 761/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. PAULO OLZEWSKI, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Operador de Máquina, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 762/10 - Contratação ACT - Alcimara Oliva Scabeni

PORTARIA Nº 762/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ALCIMARA OLIVA SCABENI, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da substituição da professora efetiva Luciane Araújo Gessner, que está em licença-maternidade e posteriormente usufruirá dias de férias, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 763/10 - Contratação ACT - Ângela Wischnewski

PORTARIA Nº 763/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ÂNGELA WISCHNEWSKI, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, em razão da ampliação no número de matrículas no ensino fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 764/10 - Contratação ACT - Carmem Irene Schweitzer Pauli

PORTARIA Nº 764/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. CARMEN IRENE SCHVEITZER PAULI, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da substituição da professora efetiva Haline Inocente Jeremias, que solicitou demissão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 765/10 - Contratação ACT - Catiana Adler

PORTARIA Nº 765/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. CATIANA ADLER, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professora ACT, com carga horária de 20 horas semanais, em razão da ampliação no número de matrículas na educação infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 766/10 - Contratação ACT - Chales Moesch

PORTARIA Nº 766/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. CHALES MOESCH, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da Implantação do PAE (Programa abraçando o Esporte) do Sesi SC, através do Programa Atleta do Futuro (PAF) que será desenvolvido no ginásio de esportes das escolas, campos de futebol e quadras de areia nas comunidades, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 767/10 - Contratação ACT - Christiano Goulart Machado

PORTARIA Nº 767/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. CHRISTIANO GOULART MACHADO, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da Implantação do PAE (Programa abraçando o Esporte) do Sesi SC, através do Programa Atleta do Futuro (PAF) que será desenvolvido no ginásio de esportes das escolas, campos de futebol e quadras de areia nas comunidades, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 768/10 - Contratação ACT - Clarson Thieme
PORTARIA Nº 768/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. CLARSON THIEME, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão ao pedido de demissão do professor efetivo Elcio Kaus Gomes e a inexistência de candidato classificado em concurso público para o referido cargo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 769/10 - Contratação ACT - Claudio Bloedorn

PORTARIA Nº 769/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. CLAUDIO BLOEDORN, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 30 horas semanais, em razão ao pedido de demissão do professor efetivo Eduardo Ramsauer e a inexistência de candidato classificado em concurso público para o referido cargo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 770/10 - Contratação ACT - Daniel Kuster Junior

PORTARIA Nº 770/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. DANIEL KÜSTER JÚNIOR, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da demanda de alunos que procuram vagas para cursar aulas de instrumentos musicais nos três períodos, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 771/10 - Contratação ACT - Edeval Luiz Henrique

PORTARIA Nº 771/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. EDEVAL LUIZ HENRIQUE, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público para o referido cargo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 772/10 - Contratação ACT - Edson Schimanski

PORTARIA Nº 772/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. EDSON SCHIMANSKI, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da Implantação do PAE (Programa Abraçando o Esporte) do SESI SC, através do Programa Atleta do Futuro (PAF) que será desenvolvido no ginásio de esportes das escolas, campos de futebol e quadras de areia nas comunidades, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 773/10 - Contratação ACT - Iara Borba de Vargas

PORTARIA Nº 773/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. IARA BORBA DE VARGAS, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão de substituição da professora efetiva Rosane Jankowski Ganske, que foi transferida para Escola Municipal de Ensino Fundamental José Pasqualini, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 774/10 - Contratação ACT - Jaime Odorizzi

PORTARIA Nº 774/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. JAIME ODORIZZI, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da Implantação do PAE (Programa Abraçando o Esporte) do SESI SC, através do Programa Atleta do Futuro (PAF) que será desenvolvido no ginásio de esportes das escolas, campos de futebol e quadras de areia nas comunidades, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 775/10 - Contratação ACT - Elvis Jesse Schiochet

PORTARIA Nº 775/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. ELVIS JESSE SCHIOCHET, a partir de 09 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da Implantação do PAE (Programa Abraçando o Esporte) do SESI SC, através do Programa Atleta do Futuro (PAF) que será desenvolvido no ginásio de esportes das escolas, campos de futebol e quadras de areia nas comunidades, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 776/10 - Contratação ACT - Juliana Voit

PORTARIA Nº 776/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. JULIANA VOIT, a partir de 04 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da transferência da professora efetiva Marilei Silveira de Abreu, para assumir a turma de alunos de educação infantil da Escola de Educação Básica Teresa Ramos, que foi municipalizada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 777/10 - Contratação ACT - Juliane Sayuri Umetsu

PORTARIA Nº 777/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. JULIANE SAYURI UMETSU, a partir de 04 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para substituir a licença-maternidade, licença-prêmio e férias dos professores, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 778/10 - Contratação ACT - Lisandra Paula Wicziok

PORTARIA Nº 778/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. LISANDRA PAULA WICZIOK, a partir de 04 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão do aumento de matrículas na educação infantil, com a reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Pequeno Polegar na antiga Escola Municipal de Ensino Fundamental José Pasqualini, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 779/10 - Contratação ACT - Maria Lucia Cordeiro de Paula

PORTARIA Nº 779/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. MARIA LÚCIA CORDEIRO DE PAULA, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da municipalização do EJA (Educação de Jovens e Adultos) e também pela matrícula de alunos com necessidades especiais, que precisam de atendimento individual, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 780/10 - Contratação ACT - Mérilin Aline Raasch Steffens

PORTARIA Nº 780/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. MÉRILIN ALINE RAASCH STEFFENS, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 30 horas semanais, em razão da substituição do professor efetivo Célio João Barbosa, que pediu demissão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 781/10 - Contratação ACT - Sandra Mara Colaço Soares

PORTARIA Nº 781/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. SANDRA MARA COLAÇO SOARES, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da substituição da professora efetiva Margaret Frankowiak Burger, que está em tratamento de saúde, e posteriormente usufruirá das férias e licença-prêmio, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 782/10 - Contratação ACT - Valquiria de Fátima Xavier Oliveira

PORTARIA Nº 782/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sr. VALQUIRIA DE FÁTIMA XAVIER OLIVEIRA, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da ampliação no número de matrículas no ensino fundamental, com a construção da nova Escola Municipal de Ensino Fundamental José Pasqualini em 2006, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 783/10 - Contratação ACT - Vanessa Aparecida Beletti de Lima

PORTARIA Nº 783/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. VANESSA APARECIDA BELETI DE LIMA, a partir de 04 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão de substituição da assistente pedagógica Elizabete Tomaselli, que foi transferida para Secretaria Municipal de Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 784/10 - Contratação ACT - Vanucci Bernard Deucher

PORTARIA Nº 784/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. VANUCCI BERNARD DEUCHER, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público para o referido cargo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 785/10 - Contratação ACT - Eno Ponath

PORTARIA Nº 785/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. ENO PONATH, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Trabalhador Braçal, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da implantação do projeto Horta Escolar, com o cultivo de hortaliças para a merenda escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 786/10 - Contratação ACT - Marcelo Bor-chardt

PORTARIA Nº 786/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMI-NADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformi-dade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. MARCELO BORCHAR-DT, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Trabalhador Braçal, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, e sob regência da Con-solidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revoga-das as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 787/10 - Contratação ACT - Moacir Bublitz

PORTARIA Nº 787/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMI-NADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformi-dade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. MOACIR BUBLITZ, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente en-quanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Trabalhador Braçal, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, e sob regência da Con-solidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revoga-das as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 788/10 - Exonera a pedido - Elcio Kaus Go-mes

PORTARIA Nº 788/10

EXONERA A PEDIDO DO SR. ELCIO KAUS GOMES, DO CARGO DE PROFESSOR II - EDUCAÇÃO FÍSICA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o Sr. ELCIO KAUS, do cargo de Professor II – Educação Física, admitido pelo Concurso Público nº 001/08, nomeado através da Portaria nº 434//08 de 28 de abril de 2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de Fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 789/10 - Exonera a pedido - Felipe Rafaeli Rodrigues

PORTARIA Nº789/10

EXONERA A PEDIDO O SR. FELIPE RAFAELI RODRIGUES, DO CARGO DE CHEFE DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o Sr. FELIPE RAFAELI RODRI-GUES, do cargo de Chefe de Divisão de Esporte e Lazer, para o qual foi nomeado através da Portaria nº 021/09 de 05 de janeiro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de janeiro de 2010, revoga-das as disposições em contrário.

Corupá, 09 de Fevereiro de 2010

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 790/10 - Contratação ACT - Suzan Alberton Pozzer

PORTARIA Nº 790/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMI-NADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformi-dade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. SUZAN ALBERTON POZZER, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, li-mitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Psicóloga, com carga horária de 35 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lo-tada na Secretaria Municipal de Bem Estar, Trabalho e Habitação e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 791/10 - Exonera a pedido - Generson Osvaldo Rocha

PORTARIA Nº 791/10

EXONERA A PEDIDO O SR. GENERSON OSVALDO ROCHA, DO CARGO DE COORDENADOR DE ÁREA DE ESPORTE AMADOR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o Sr. GENERSON OSVALDO ROCHA, do cargo de Coordenador de Área de Esporte Amador, para o qual foi nomeado através da Portaria nº 063//09 de 03 de fevereiro de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de Fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 792/10 - Contratação ACT - Valdemiro Funka

PORTARIA Nº 792/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. VALDEMIRO FUNKA, a partir de 08 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Trabalhador Braçal, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 793/10 - Exonera a pedido - Roberto Zeininger

PORTARIA Nº 793/10

EXONERA A PEDIDO O SR. ROBERTO ZEININGER, DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE TURISMO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o Sr. ROBERTO ZEININGER, do cargo de Chefe de Divisão de Turismo, para o qual foi nomeado através da Portaria nº 066//09 de 03 de fevereiro de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de Fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 794/10 - Contratação ACT - Maria Izabel Amaral Barcia

PORTARIA Nº 794/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. MARIA IZABEL AMARAL BARCIA, a partir de 10 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 horas semanais, em razão ao aumento de matrículas na educação infantil, com a reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Pequeno Polegar na antiga Escola Municipal de Ensino Fundamental José Pasqualini e também em virtude da inexistência de candidato classificado em concurso público para o referido cargo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 10 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 795/10 - Exonera a pedido - Emilly Priscilla Fontana

PORTARIA Nº 795/10

EXONERA A PEDIDO A SRA. EMELLY PRISCILLA FONTANA, DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO MÉDICA ODONTOLÓGICA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei

Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a Sra. EMELLY PRISCILLA FONTANA, do cargo de Chefe de Divisão Médica Odontológica, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 492/10 de 08 de janeiro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 05 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 11 de Fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 797/10 - Comissão Permanente de Lic. para Fund. Munic. de Esporte, Turismo, Cultura e Lazer

PORTARIA N.º 797/10

NOMEIA A COMISSÃO PARA PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO, CULTURA E LAZER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, VII, combinado com a Lei Federal nº. 8.666/93 de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º - Os procedimentos licitatórios realizados pela Fundação Municipal de Esporte, Turismo, Cultura e Lazer, ficarão sob responsabilidade da comissão de licitação nomeada pela portaria nº 448/09:

- Presidente: MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA
- Suplente: SANDRO ROGÉRIO GLATZ
- Secretário: DARCI RUTSATZ
- Suplente: DAIRTON JOSÉ GIRALDI
- Membro: MÁRCIA HELENA MÜLLER BUENO
- Suplente: HEINS GERHARD KOPSCH

Art. 2º - Esta Comissão terá seu prazo limitado do dia 11 de fevereiro até 31 de dezembro de 2010, de acordo com o disposto no parágrafo 4º do Art. 51 da Lei nº. 8.666/93

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 11 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 798/10 - Contratação ACT - Fátima Aparecida Lebrão Rodrigues Turci

PORTARIA Nº 798/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. FÁTIMA APARECI-

DA LEBRÃO RODRIGUES TURCI, a partir de 12 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 10 horas semanais, em razão da municipalização do EJA (Educação de Jovens e Adultos), lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 12 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 799/10 - Contratação ACT - Aurélia Lopes Pickicius

PORTARIA Nº 799/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. AURÉLIA LOPES PICKICIUS, a partir de 17 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 800/10 - Contratação ACT - Eduvirges de Amorim Carvalho

PORTARIA Nº 800/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. EDUVIRGES DE AMORIM CARVALHO, a partir de 17 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a ne-

cessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 801/10 - Contratação ACT - Juliane Auerhan Maia

PORTARIA Nº 801/10
AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. JULIANE AUERHAN MAIA, a partir de 17 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 802/10 - Contratação ACT - Angélica Marizete Gessner

PORTARIA Nº 802/10
AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ANGÉLICA MARI-ZETE GESSNER, a partir de 17 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em

concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 803/10 - Contratação ACT - Adriani Borges de Souza Santos

PORTARIA Nº 803/10
AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ADRIANI BORGES DE SOUZA SANTOS, a partir de 17 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Agente Comunitário, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 804/10 - Contratação ACT - Sônia Tamanini Weidner

PORTARIA Nº 804/10
AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. SÔNIA TAMANINI WEIDNER, a partir de 17 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 805/10 - Contratação ACT - Sueli Lancovski Tomczyk

PORTARIA Nº 805/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. SUELI IANCOVSKI TOMCZYK, a partir de 17 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 806/10 - Contratação ACT - Marília Begalke

PORTARIA Nº 806/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. MARÍLIA BEGALKE, a partir de 17 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 807/10 - Contratação ACT - Angela Maria da Silva Vieira

PORTARIA Nº 807/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ANGELA MARIA DA SILVA VIEIRA, a partir de 17 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 808/10 - Contratação ACT - Vanimeri Mahlstedt

PORTARIA Nº 808/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. VANIMERI MAHLS-
TEDT, a partir de 17 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 809/10 - Contratação ACT - Hanelora Kruger Kiatkowski

PORTARIA Nº 809/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. HANELORA KRUGER KIATKOWSKI, a partir de 17 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 810/10 - Contratação ACT - Claudomiro Lino de Oliveira

PORTARIA Nº 810/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. CLAUDOMIRO LINO DE OLIVEIRA, a partir de 17 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 811/10 - Contratação ACT - Ana Cristina da Silva Rocha

PORTARIA Nº 811/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ANA CRISTINA DA SILVA ROCHA, a partir de 18 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da transferência da professora efetiva Marilei Silveira de Abreu, para assumir a turma de alunos de educação infantil da Escola Básica Teresa Ramos, que foi municipalizada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 812/10 - Contratação ACT - Juliane Judachewsky

PORTARIA Nº 812/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. JULIANA JUDACHEWSKY, a partir de 18 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 horas semanais, em razão ao aumento de matrículas na educação infantil, com a reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Pequeno Polegar na antiga Escola Municipal de Ensino Fundamental José Pasqualini e também em virtude da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 813/10 - Contratação ACT - Renaldo Wedderhoff

PORTARIA Nº 813/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. RENALDO WEDDERHOFF, a partir de 18 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Assistente Administrativo, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público com carga horária de 35 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 814/10 - Cancela FG - Isolete Steciuk Ratiko

PORTARIA Nº 814/10

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 3.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 30, em consonância com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 3, a servidora ISOLETE STECIUK RATICO, para responder pela Coordenação de Sistema de Epidemiologia e Sala de Vacinação, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Corupá, 18 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 815/10 - Contratação ACT - Marize Fritsche Mokwa

PORTARIA Nº 815/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. MARIZE FRITSCHÉ MOKWA, a partir de 19 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da transferência da professora Daniela Terezinha Kock para o Centro de Educação Infantil Pequeno Polegar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 19 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 816/10 - Contratação ACT - Exonera a pedido - Susan Alberton Pozzer

PORTARIA Nº 816/10

EXONERA A PEDIDO A SRA. SUSAN ALBERTON POZZER, DO CARGO DE PSICÓLOGO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado, a Sra. SUZAN ALBERTON POZZER, do cargo de Psicóloga, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 066//09 de 03 de fevereiro de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 19 de Fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 817/10 - Exonera a pedido - Franklin Ademair Dorn

PORTARIA Nº 817/10

EXONERA A PEDIDO O SR. FRANKLIN ADEMAR DORN, DO CARGO DE AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o Sr. FRANKLIN ADEMAR DORN, do cargo de Auxiliar de consultório Dentário, admitido pelo Concurso Público nº 001/07, nomeado através da Portaria nº 135//07 de 16 abril de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 19 de Fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 818/10 - Contratação ACT - Carlos Rathunde

PORTARIA Nº 818/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. CARLOS RATHUNDE, a partir de 22 de fevereiro de 2010, enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 31 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Trabalhador Braçal, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 22 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 819/10 - Interrompe Licença Concedida - Gaziela Larsen

PORTARIA Nº 819/10

INTERROMPE LICENÇA CONCEDIDA DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Interromper, para fins de interesse público, a partir de 22 de fevereiro de 2010, a licença concedida a servidora GRAZIELA INGRID LARZEN, ocupante do cargo de auxiliar Administrativo, licenciada através da Portaria 056/09.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Corupá, 22 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 820/10 - Contratação ACT - Ricardo Camargo da Silva

PORTARIA Nº 820/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09

de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sr. Ricardo Camargo da Silva, a partir de 22 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da Implantação do PAE (Programa Abraçando o Esporte) do SESI SC, através do Programa Atleta do Futuro (PAF) que será desenvolvido no ginásio de esportes das escolas, campos de futebol e quadras de areia nas comunidades, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 22 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 821/10 - Contratação ACT - Marinho Ribamar Poerner

PORTARIA Nº 821/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. MARINHO RIBAMAR POERNER, a partir de 23 de fevereiro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Motorista, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 23 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 822/10 - Exonera por Falecimento - Raimundo Teixeira de Azevedo

PORTARIA Nº 822/10.

EXONERA POR FALECIMENTO, RAIMUNDO TEIXEIRA DE AZEVEDO, DO CARGO DE ALMOXARIFE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado por falecimento, o servidor RAIMUNDO TEIXEIRA DE AZEVEDO, do cargo de Almojarife, admitido sob Concurso Público 001/2000, para o qual foi nomeado através da Portaria nº 079/2000.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de janeiro de 2010, revoga das as disposições em contrário.

Corupá, 23 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 823/10 - Nomeia Membros Conselho FUNDEB

PORTARIA Nº 823/10

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO DO FUNDEB.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 11747/07 de 29 de maio de 2007 e com base na Portaria nº 430/08 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, que fica assim constituída:

Representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente:

- Darci Rutsatz;
- Emanuelle Françoise Blunk;
- Sirlene Maria Moraes;
- Sthepanie Gisela Mendes Padilha de Lima.

Representantes dos Professores da Educação Básica Pública;

- Edlaine José de Lima Hoeft;
- Carin Kruger Gessner.

Representantes dos diretores das Escolas Básicas Públicas;

- Rubian Haffemann Moretti;
- Jiane Elisa Winter.

Representantes dos Servidores Técnicos - administrativos das Escolas Básicas Públicas:

- Vivian Kühl;
- Ana Carolina Gabriel.

Representantes dos pais de alunos da Educação Básica Pública:

- Margit Reich;
- Romilda Glatz;
- Elizandra do Belém Pereira Freitas;
- Cleiton Dirlei Gramm.

Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública Secundaristas:

- Amanda Stratmann Bianchini;
- Hilário Bianchini;
- Ingelore Kruger Behling;
- Moisés Alves.

Representantes do Conselho Municipal de Educação:

- Eliane Toni Pasold;

- Maria Rosangela Weber Tamanini.

Representantes do Conselho Tutelar:

- Adilce Pasqualina Pacheco;
- Janaína Paterno Gonçalves.

Art. 2º- Pela presente, fica revogada a Portaria nº 113/09 de 02 de março de 2009.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 25 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 020

PORTARIA Nº. 020, de 12 de março de 2010.
Nomeia Servidor em Caráter Temporário (ACT).

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando tratar-se de veículo a serviço da Secretaria de Obras, Viação, Transportes e Serviços Urbanos, que encontra-se sem motorista do quadro de pessoal efetivo disponível e o interesse público presente no serviço prestado;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o Senhor ROMEU DE OLIVEIRA PASSOS, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar o cargo de Motorista II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, conforme Art. 2º, I da Lei Municipal nº. 120/2001, de 03 de outubro de 2001.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 15 de março de 2010 encerrando-se em 31 de dezembro de 2010 ou no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da lista de aprovados em Concurso Público se este acontecer primeiro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 12 de março de 2010.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA REGINA MARCON BORGES
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 021

PORTARIA Nº. 021, de 12 de março de 2010.
Nomeia Servidor em Caráter Temporário (ACT).

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o afastamento por motivos de saúde do Servidor Pedro da Silva Zefino, conforme atestado médico;

Considerando a necessidade na continuidade dos serviços que desenvolve o substituído e não havendo servidor disponível para substituí-lo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o Senhor VENICIO ROCHA PAULINO, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar o cargo de Operador de Equipamentos I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, conforme Art. 2º, I da Lei Municipal nº. 120/2001, de 03 de outubro de 2001.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 15 de março de 2010 encerrando-se em 10 de outubro de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 12 de março de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA REGINA MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças

Portaria N° 022

PORTARIA N° 022, de 12 de março de 2010.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o servidor DIONE MORAES CIDADE, da função de Motorista II, Admitido em Caráter Temporário (ACT), através da Portaria nº 075, de 11 de agosto de 2009, a partir de 12 de março de 2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 12 de março de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N° 19

DECRETO N° 19 DE 04 DE MARÇO DE 2010.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com

o disposto no Inciso IV do artigo 12 e artigo 13, da Lei Municipal 1.403/2008;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social

2025 – Implantação e manutenção do centro Referência Assist. Social - CRAS

191 - 4490 - Aplicações Diretas.....R\$ 16.000,00

192 - 4490 - Aplicações Diretas.....R\$ 10.000,00

TOTAL.....R\$ 26.000,00

Art. 2º - Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social

2025 – Implantação e manutenção do centro Referência Assist. Social - CRAS

187 - 3190 - Aplicações Diretas.....R\$ 20.000,00

188 - 3190 - Aplicações Diretas.....R\$ 6.000,00

TOTAL.....R\$ 26.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 04 de março de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 04 de março de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretaria de Administração e Finanças

Extrato de Contrato PMF N° 036/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF N° 036/2010.

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – J.F. PAVIMENTAÇÕES LTDA

OBJETO – Prestação de serviços de pavimentação e urbanização da Rodovia Linha Minatto, Morro Comprido, município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 24.969,87 (vinte e quatro mil novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e sete centavos).

VIGÊNCIA – 180 (cento e oitenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93 e Carta Convite nº. 021/PMF/2010

DATA DA ASSINATURA – 03 de março de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF N° 028/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF N° 028/2010.

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

OBJETO – Fornecimento pela COOPERA de energia elétrica para o MUNICÍPIO, destinada ao atendimento do serviço público municipal de iluminação pública.
VALOR – R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).
VIGÊNCIA – 31/12/2010
DOTAÇÃO – 2.037.3.3.90.00.00.00.00 (108)
FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 19/PMF/2010.
DATA DA ASSINATURA – 03 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 0080/2010

DECRETO Nº 0080, DE 12 DE MARÇO DE 2010.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei 2033 de 02 de Dezembro de 2009;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

06.00 – Secretaria de Finanças
06.02 – Encargos Gerais do Município
28.843.0000.0.100 – Amortização da Dívida Interna Fundada
3.2.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0200 (250) R\$ 50.000,00

Total R\$ 50,000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2009, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 12 de Março de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto nº 0081/2010

DECRETO Nº. 0081 DE 12 DE MARÇO DE 2010.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; considerando o disposto no artigo 14 da Lei Nº. 2033, de 02 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo crédito adicional suplementar no valor de R\$ 14.640,28 (Quatorze mil, seiscentos e quarenta reais e vinte e oito centavos).

08.00 – Secretaria de Saúde
08.01 – Fundo Municipal de Saúde
10.305.0018.2.039 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0417 (76) R\$ 9.140,28
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0417 (77) R\$ 5.500,00

Total R\$ 14.640,28

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação da conta a que se refere o artigo anterior correrão à conta do excesso de arrecadação apurado até esta data, bem como provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas e Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

41325010312 - Rec. Remun. Dep. Banc. FMS -DST/HIV/AIDS R\$ 197,28
41722330500 - Transf. De Rec. Do Estado DST/HIV/AIDS R\$ 14.443,00

Total R\$ 14.640,28

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 12 de Março de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0598/2010

PORTARIA N.º 0598 DE 15 DE MARÇO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 021 de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;
Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ANDRÉA RIBEIRO BORGES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 016.907.349-14, no cargo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS – HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 16 de março de 2010 até 16 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de março de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0599/2010

PORTARIA N.º 0599 DE 15 DE MARÇO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 021 de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR – EDUCAÇÃO GERAL – ENSINO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 701.305.669-34, no cargo de PROFESSOR – EDUCAÇÃO GERAL – ENSINO INFANTIL – HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 16 de março de 2010 até 1º de junho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de março de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0600/2010

PORTARIA N.º 0600 DE 15 DE MARÇO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 005 de 25 de janeiro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, IVONETE MELO ONOFRE BARTEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 664.692.799-53, no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 16 de março de

2010 até 15 de abril de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de março de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0601/2010

PORTARIA N.º 0601 DE 15 DE MARÇO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 005 de 25 de janeiro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, PRISCILA BARTEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.225.579-64, no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 16 de março de 2010 até 15 de abril de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de março de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0602/2010

PORTARIA N.º 0602 DE 15 DE MARÇO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 005 de 25 de janeiro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:



Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARILENE COSTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 018.580.029-74, no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 16 de março de 2010 até 15 de abril de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de março de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0603/2010

PORTARIA N.º 0603 DE 15 DE MARÇO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 005 de 25 de janeiro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, GISLAINE DA SILVA CARACHO MACIEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.902.349-78, no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 16 de março de 2010 até 15 de abril de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de março de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0604/2010

PORTARIA N.º 0604 DE 15 DE MARÇO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 005 de 25 de janeiro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARINES MARCONDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 960.845.539-15, no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 16 de março de 2010 até 15 de abril de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de março de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0605/2010

PORTARIA Nº. 0605, DE 15 DE MARÇO DE 2010.

NOMEIA COMISSÃO DOS PLANOS DE CARGOS E CARREIRA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido nas Leis Complementares n. 110/2010 e 111/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear as pessoas abaixo relacionadas, nos termos dos artigos 33 e seguintes da Lei Complementar Nº. 110/2010 c/c artigo 37 da Lei Complementar n. 111/2010, para integrarem a Comissão dos Planos de Cargos e Carreira do Município de Fraiburgo, a fim de cumprir as atribuições definidas nos diplomas legais supracitados:

I - JANE MARIA SENDKTO FERREIRA – Presidente;

II - JUSSARA BRIDI – Secretária;

III - PATRICIA CERON MACHADO – Relatora.

Art. 2º. A Comissão deverá ser renovada a cada 02(dois) anos, sendo vedado a recondução de seus membros.

Art. 3º. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos a serem realizados.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 15 de Março de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Pregão Presencial Nº 0034/2010 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2010 – PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0020/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de mudas flores de época e grama em leiva. Validade da Ata de Registro de Preços: março a dezembro de 2010. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Credenciamento: a partir das 09:00 horas do dia

26.03.2010. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 12 de março de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial N° 0035/2010 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 0035/2010 – PMF
REGISTRO DE PREÇOS N° 0021/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de roupas de cama, roupas de bebê e banheiras para doação de Kits Infantis as famílias carentes do Município de Fraiburgo. Validade da Ata de Registro de Preços: Abril a agosto de 2010. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Credenciamento: A partir das 09:00 horas do dia 29.03.2010. Abertura: No mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 12 de março de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto n.º 029/2010

DECRETO N.º 029, DE 11 DE MARÇO DE 2010.
DISPÕE SOBRE A CORREÇÃO DOS VALORES DAS DIÁRIAS, PREVISTAS NA LEI MUNICIPAL N.º 966/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 966/2005 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Conforme previsto no artigo 7º, da Lei Municipal n.º 966, de 17 de agosto de 2005, os valores das diárias para o cargo de motorista, ficam corrigidos pela variação do INPC referente aos anos de 2006 (1,32%), 2007 (3,39%), 2008 (5,25%) e 2009 (3,23%), conforme segue:

I – R\$ 10,50 (dez reais e cinquenta centavos) para deslocamentos não inferiores a 4(quatro) e não superiores a 6(seis) horas;

II – R\$ 16,00 (dezesseis reais) para deslocamentos superiores a 6(seis) horas.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Março de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em ____/____/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

CÂMARA DE VEREADORES

Termo de Rescisão Contratual

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL
CONTRATO N° 01/2010 – PROCESSO LICITATÓRIO N° 01/2010 – DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Termo de Rescisão Contratual do Contrato n° 01/2010, datado de 06 de janeiro de 2010, Processo Licitatório n° 01/2010, cujo objeto é a locação de um imóvel, sito à Rua Professor Antônio José Botelho, nº. 113, Centro, Garopaba/SC, com uma área total construída de 420,00 m2 (quatrocentos e vinte metros quadrados) de 590,74 m2 (quinhentos e noventa metros e setenta e quatro decímetros quadrados) da área total do terreno, exclusivo do Poder Legislativo Municipal de Garopaba e mais uma área destinada a estacionamento compartilhado, com 400 m2 de superfície, firmada entre as partes abaixo identificadas:

Razão Social: CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA
CNPJ/MF: 80.987.423/0001-86 Ramo de Atividade: Administração Pública
Endereço: Rua Professor Antônio José Botelho, 113, Centro
Cidade: GAROPABA UF: SC CEP: 88.495-000
Telefone: (0xx48) 3254 3279 FAX: (0xx81) 3254 3279
DADOS DO REPRESENTANTE
MAURO SANTOS DO NASCIMENTO
PRESIDENTE Brasileiro, casado, Funcionário Público Estadual.
RG: 1/R 920.101 SSP-SC CPF: 375.748.689-72

Razão Social: P M LIMA NETOS LTDA ME
CNPJ/MF: 10.428.221/0001-19
Endereço: Rua Geral Morro do Fortunato, s/nº, Macacu UF: SC CEP: 88.495-000
Cidade: GAROPABA Telefone: (0xx48) 91487585 FAX: (0xx48)
Representante da Empresa: SÉRGIO PACHECO DE LIMA
Sócio majoritário RG: 4.217.747 CPF: 066.734.809-39

Pelo presente Termo, A CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o número 80.987.423/0001-86, situada na Rua Professor Antônio José Botelho, nº 113, Bairro Centro, Garopaba/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. MAURO SANTOS DO NASCIMENTO, brasileiro, casado, funcionário público estadual, Portador do CPF nº 375.748.689-72, RG: 1/R 920.101 SSP-SC, doravante denominado CONTRATANTE, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, que, a CONTRATADA vem justificar a transferência do imóvel, conforme anexo e solicitar o cancelamento do Contrato nº 01/2010, celebrado em 06 de janeiro de 2010, entre a Câmara Municipal de Garopaba e a empresa P M Lima Netos Ltda. ME.

CONSIDERANDO, ainda, que a presente rescisão partiu por conta da contratada, pois no segundo mês de pagamento, o representante legal da contratada, informou que devido uma modificação na escritura do imóvel, a empresa não poderia mais receber o pagamento.

RESOLVE:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica rescindida, a partir de 12/03/2010, o Contrato nº 01/2010, conforme dispõe o art. 79, inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – A presente rescisão se dá por ato amigável.



vel entre ambas as partes, tendo em vista o disposto no Art. 78, inciso XI e XII do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – É assegurado ao novo proprietário do imóvel o direito de novo contrato com a percepção de valores baseados anteriormente.

Garopaba/SC, 12 de março de 2010.

MAURO SANTOS DO NASCIMENTO

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Garuva

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 48/2009

LEI COMPLEMENTAR Nº 48, de 24 de dezembro de 2009

“Dispõe sobre a estrutura administrativa e o plano de carreira do poder Legislativo do Município de Garuva e dá outras providências.”

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara de Vereadores de Garuva aprovou e ele sanciona a presente Lei.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Plano de Carreira dos Servidores do Poder Legislativo do Município de Garuva é o disposto nesta Lei Complementar.

Art. 2º - O Regime Jurídico aplicado aos Servidores do Poder Legislativo do Município de Garuva é o disposto na Lei Complementar nº 001/1998, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Garuva e suas alterações.

CAPÍTULO II

DA AÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO

Art. 3º - A ação administrativa do Poder Legislativo do Município de Garuva tem por finalidade a execução de suas funções constitucionais, baseado nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, tendo por objetivos principais:

I – dar ênfase à autonomia do Poder Legislativo, para que possa exercer suas tarefas constitucionais;

II – dotar o Poder Legislativo de infra-estrutura capaz de proporcionar os meios adequados, seguros e legais para a plena execução de suas atividades;

III – oferecer aos Vereadores os meios materiais e legais de que necessitam para o exercício pleno de suas atividades parlamentares.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

Art. 4º - A estrutura administrativa do Poder Legislativo compõe-se das seguintes unidades administrativas:

I – Mesa Diretora da Câmara de Vereadores;

II - Diretoria Administrativa.

Parágrafo único - A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Garuva é o órgão político de gerenciamento e de representação do Poder Legislativo Municipal, com formação e competências definidas na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

Seção Única Diretoria Administrativa

Art. 5º - A Diretoria Administrativa é órgão de Administração Interna do Poder Legislativo, atendendo o seguinte:

I – coordenação e direção dos serviços administrativos;

II – todo o serviço de expediente interno e externo, inclusive coordenação e supervisão de assuntos contábeis e financeiros;

III – o arquivo geral da câmara;

IV – o atendimento ao público em geral.

CAPÍTULO IV

DOS CONCEITOS

Art. 6º - Para efeito da aplicação desta lei, considera-se:

I – PLANO DE CARREIRA – Conjunto de diretrizes e normas que estabeleçam a estrutura e procedimentos de cargos, remuneração e desenvolvimento dos servidores.

II – CARREIRA – É o agrupamento de cargos integrantes do plano de carreira e remuneração, observadas a natureza e complexidade das atribuições e habilitação profissional.

III – CARGO – Conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao servidor, previstas no plano de carreira, de acordo com a área de atuação e formação profissional, com denominação própria, número certo e vencimento a ser pago pelos cofres públicos.

IV – CATEGORIA FUNCIONAL – Conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional.

V – VENCIMENTO – Retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

VI – REMUNERAÇÃO – Vencimento do cargo de carreira, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

VII – GRUPO OCUPACIONAL – Conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade.

VIII – REFERÊNCIA – Graduação horizontal ascendente, existente em cada nível.

IX – PROGRESSÃO FUNCIONAL – Deslocamento do servidor nos níveis e referências contidas no seu cargo.

X – QUADRO DE PESSOAL – Conjunto de cargos de provimento efetivo e comissionado dos servidores.

XI – VENCIMENTOS – Correspondem ao somatório do vencimento do cargo e as vantagens de caráter permanente adquiridas pelos servidores.

CAPÍTULO V

DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 7º - O Poder Legislativo tem a seguinte Estrutura Administrativa:

I – Cargos de Provimento Efetivo – CPE -, assim discriminados:

a) Oficial Legislativo;

b) Agente Administrativo;

c) Secretário(a) Legislativo;

d) Contador (a);

e) Motorista;

f) Auxiliar de Serviços Gerais

g) Operador de Áudio e Vídeo;

h) Consultor Jurídico;

II – Cargos de Provimento em Comissão – CPC -, assim discriminados:

a) Diretor Geral;

b) Chefe de Gabinete;

c) Assessor Parlamentar ;

d) Assessor de Comissões;

e) Assessor de Comunicação Social;

§ 1º - Os cargos efetivos de Consultor Jurídico, Operador de Áudio



e Vídeo e o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissões, estão sendo criados por esta Lei Complementar, com vencimentos correspondentes, apresentados e discriminados em anexo próprio, que é parte integrante desta Lei Complementar.

§ 2º - Os Cargos em Comissão, são regidos pelo critério de Confiança, de acordo com o artigo 37 de Constituição Federal, sendo de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Legislativo, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

§ 3º - O cargo de Oficial Legislativo é a nova denominação dada ao cargo de Auxiliar de Administração, bem como o cargo de Assessor de Comunicação Social é a nova denominação dada ao cargo de Assessoria de Imprensa, denominada pela LC 028/2001.

§ 4º - Torna extinto o cargo de Tesoureiro criado pela LC 028/2001.

CAPÍTULO VI DO INGRESSO

Art. 8º- A investidura em Cargo Público, far-se-á mediante aprovação em Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos.

Parágrafo único - A habilitação exigida para a posse de cada cargo está descrita no Anexo II, parte integrante desta Lei Complementar.

CAPÍTULO VII DA REMUNERAÇÃO, DAS GRATIFICAÇÕES E DO TETO

Art. 9º - Remuneração é a retribuição pecuniária devida mensalmente ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, que corresponde ao vencimento, acrescido de vantagens pecuniárias, permanentes e temporárias, previstas nesta Lei.

§ 1º - A revisão geral do vencimento dos servidores públicos do Poder Legislativo de Garuva será sempre concomitante a revisão geral das remunerações dos demais servidores do Município, por iniciativa do Poder Executivo Municipal.

§ 2º - O vencimento dos servidores é irredutível.

Art. 10 - As Funções Gratificadas, a critério do Chefe do Poder Legislativo serão exercidas por servidores do quadro permanente ou a servidores cedidos ou colocados à disposição por outros órgãos públicos, regidos pelo critério de confiança, a que sejam inerentes as atividades de execução, controle e assessoria, farão jus a gratificação em espécie mensal no valor fixado no Anexo V, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 11 - O servidor perderá:

I – a remuneração dos dias que faltar ao serviço, salvo justificativa aceita pela chefia imediata, até o limite de uma falta por mês.

II – a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a quinze minutos, salvo justificativa aceita pela chefia imediata.

Art. 12 - Salvo por imposição legal ou ordem judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento, exceto os descontos legais.

Parágrafo Único - Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, desde que aprovado pela administração.

CAPÍTULO VIII DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 13 - A Progressão Funcional consiste na movimentação no cargo, da referência onde está situado, para a referência imediatamente superior, dentro da amplitude do vencimento do respectivo cargo, de acordo com o Anexo VI, parte integrante desta Lei.

Art. 14 - A Progressão Funcional dar-se-á pelo critério de Avaliação de Desempenho.

§ 1º - A Progressão Funcional por Avaliação de Desempenho ocorrerá a cada dois (02) anos, sendo a primeira, após o término do Estágio Probatório.

§ 2º - Os servidores que já tiverem cumprido o Estágio Probatório terão direito a primeira progressão por avaliação de desempenho até doze (12) meses após a publicação desta Lei Complementar.

Art. 15 - A avaliação deve medir o desempenho do servidor no cumprimento das suas atribuições, levando em consideração os seguintes critérios comportamentais, estratégicos e operacionais:

I - Qualidade do trabalho;

II - Produtividade no trabalho;

III - Iniciativa;

IV - Presteza;

V - Aproveitamento em programas de capacitação;

VI - Assiduidade;

VII - Pontualidade;

VIII - Administração do tempo;

IX - Uso Adequado dos equipamentos de serviço;

X - Relacionamento com os colegas.

Parágrafo único - Não logrando êxito na avaliação, o servidor perderá a promoção a que teria direito.

Art. 16 - A avaliação de desempenho será cumulativa e realizada anualmente, através de preenchimento de formulário específico, levando-se em consideração os critérios estabelecidos no artigo anterior.

Parágrafo único - Cabe ao Presidente do Poder Legislativo, ou a quem estiver determinada a avaliação do servidor, com ciência do mesmo, de acordo com o regulamento.

Art. 17 - Fica prejudicada a progressão funcional por desempenho, quando o servidor sofrer uma das seguintes penalidades, durante o período aquisitivo:

I – Somar duas penalidades de advertência por escrito;

II – Sofrer pena de suspensão disciplinar;

III – Completar três faltas injustificadas ao serviço;

IV – Somar cinco chegadas atrasadas ou saídas antecipadas sem autorização da chefia imediata.

Art. 18 - A progressão por desempenho será regulamentada pelo Chefe do Poder Legislativo.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19 - Fica autorizada a contratação de servidores em caráter temporário, atendendo vencimentos e quadro de vagas desta Lei, no caso de extrema necessidade e de interesse público relevante, nos seguintes casos:

I – substituição de servidor licenciado;

II – preenchimento de cargos de classe inicial de carreira, até a realização de Concurso Público;

III – execução de serviço por profissional especializado que não exija a criação de cargo permanente;

IV – outros casos autorizados pela lei específica municipal.

§ 1º - O prazo de contratação não será superior:

I – ao da licença, no caso do inciso I;
 II – a seis (06) meses, prorrogáveis por igual período, nos casos dos incisos II, III, e IV.

§ 2º - O recrutamento será feito mediante processo seletivo simplificado.

§ 3º - Nas contratações por prazo determinado, serão observados os valores de vencimento do cargo constantes da escala do anexo IV.

Art. 20 - Aos servidores não integrantes do quadro de cargos de provimento efetivo, admitidos em caráter temporário e de provimento em comissão, são assegurados todos os direitos dos servidores efetivos, exceto:

- I - Efetividade;
- II - Estabilidade;
- III - Progressão Funcional.

Art. 21 - Os valores constantes da Escala de referência de Nível de Vencimentos dos Anexos V e VI, desta Lei Complementar serão modificados na mesma proporção e na mesma data, sempre que forem reajustados, os vencimentos dos servidores.

Art. 22 - Os atuais servidores efetivos serão enquadrados nas respectivas categorias funcionais, ou assemelhadas e amplitude de referência desta Lei Complementar, ou na referência imediatamente superior, desde que preenchidos os requisitos legais.

Art. 23 - Fica o Chefe do Poder Legislativo autorizado a realizar Concursos Públicos para o preenchimento dos cargos criados por esta Lei Complementar.

Art. 24 - O Chefe do Poder Legislativo expedirá atos administrativos complementares necessários à plena execução desta lei, inclusive atribuições dos cargos e/ou funções.

Art. 25 - São Partes integrantes desta Lei Complementar os Anexos I a VI.

Art. 26 - As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão a conta das dotações próprias do Orçamento do Poder Legislativo Municipal, respeitados os limites Constitucionais e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 27 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e revoga integralmente as Leis Complementares nº 011, de 19 de outubro de 2001 e nº 028, de 15 de maio de 2006 .

JOÃO ROMÃO
 Prefeito Municipal

ANEXO I GRUPO I – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - CPE

| |
|-----------------------------|
| Agente Administrativo |
| Auxiliar de Serviços Gerais |
| Contador |
| Consultor Jurídico |
| Motorista |
| Oficial Legislativo |
| Operador de Áudio e Vídeo |
| Secretário(a) Legislativo |

GRUPO II – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - CPC

| |
|--------------------------------|
| Assessor de Comunicação Social |
| Assessor de Comissões |
| Assessor Parlamentar |
| Chefe de Gabinete |
| Diretor Geral |

ANEXO II HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA PARA A POSSE GRUPO I – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO – CPE

| Categorias Funcionais | Habilitação Profissional |
|-----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
| Agente Administrativo | Certificado de Ensino Médio |
| Auxiliar de Serviços Gerais | Alfabetizado |
| Contador | Graduação em Ciências Contábeis e Habilitação junto ao Conselho Regional de Contabilidade |
| Consultor Jurídico | Graduação em Direito e Habilitação junto a Ordem dos Advogados do Brasil |
| Motorista | Certificado de Ensino Médio e CNH categoria "B" |
| Oficial Legislativo | Certificado de Ensino Fundamental |
| Operador de Áudio e Vídeo | Certificado de Ensino Fundamental |
| Secretário(a) Legislativo | Certificado de Ensino Médio |
| | |

GRUPO II – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - CPC

| Categorias Funcionais | Habilitação Profissional |
|--------------------------------|-----------------------------------|
| Assessor de Comunicação Social | Certificado de Ensino Médio |
| Assessor de Comissões | Certificado de Ensino Médio |
| Assessor Parlamentar | Certificado de Ensino Fundamental |
| Chefe de Gabinete | Certificado de Ensino Médio |
| Diretor Geral | Diploma de Ensino Superior |

ANEXO III ATIVIDADES ESPECÍFICAS GRUPO I - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO – CPE

| | |
|-----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Agente Administrativo | Atividade compreendendo as atribuições que se destinam a executar, sob supervisão imediata, trabalhos administrativos de rotina, tais como redigir e digitar documentos oficiais e outras atividades correlatas. Operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar e obter dados e informações, bem como consultar registros. Redigir os projetos de Leis, Indicações, Moções e outras proposições do Legislativo. Redigir a ata das reuniões do Plenário e das Comissões da Câmara a partir de notas manuscritas ou gravação de fitas magnéticas ou afins. Elaborar, quando necessário, a ata de diversas reuniões realizadas na Câmara. Zelar pelo patrimônio do Legislativo Municipal. Providenciar a encadernação de Leis, Resoluções, Portarias, Decretos Legislativo e outros documentos possíveis em livros próprios, facilitando seu manuseio e conservação; Auxiliar na elaboração de códigos e procedimentos para registro e guarda de documentos em arquivos, facilitando sua localização. |
| Auxiliar de Serviços Gerais | Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos de limpeza, copa, cozinha e outras correlatas. |

| | | | |
|--------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Contador | Planejar o sistema de registro e operações contábeis, atendendo às necessidades administrativas e legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário; escriturar a contabilidade da Câmara; - elaborar e assinar balanços e demonstrativos de contas, observando sua correta classificação e lançamento, verificando a documentação pertinente, para atender a exigências legais e formais de controle; - controlar a movimentação de recursos, fiscalizando o ingresso de receitas, o cumprimento de obrigações de pagamentos a terceiros, os saldo em caixa e as contas bancárias, para possibilitar a administração dos recursos financeiros da Câmara; - orientar a Câmara Municipal quanto ao cumprimento das normas referentes ao Plano Plurianual e seus anexos, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e seus anexos e à Lei Orçamentária e seus anexos; - controlar a execução orçamentária, analisando documentos, elaborando relatórios e demonstrativos; - elaborar o relatório de Gestão Fiscal; participar de atividades administrativas de controle e de apoio referente à sua área de atuação; - realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional. | Oficial Legislativo | Realizar serviços simples de escritório, arquivando documentos, carimbando, protocolando, colhendo assinaturas, fornecendo numeração de correspondências, entre outros; Auxiliar, quando necessário, no controle dos bens patrimoniais da Câmara. Atender ao público, pessoalmente ou por telefone, registrando e fornecendo informações relativas às pessoas, localização e setores da Câmara. Receber e distribuir internamente correspondências, pequenos volumes e expedientes, separando-os por destinatário, observando o nome e a localização. Auxiliar na execução de serviços de almoxarifado, manutenção e organização de estoques e recebimento de materiais. |
| | | Operador de Áudio e Vídeo | Operar e supervisionar a operação de equipamento de áudio e vídeo. Executar as gravações das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, itinerantes e especiais da Câmara; - Manter sob sua guarda e responsabilidade o acervo das gravações; - instalar alto-falantes e microfones nos locais apropriados, ligando os amplificadores por intermédio de conectores elétricos, testando as instalações a fim de apoiar a realização de eventos; - montar e instalar equipamentos de sonorização, retroprojetores, slides e películas, videotape, videocassete e similares; Executar outras atribuições afins. |
| | | Secretário(a) Legislativo | Supervisionar a redação de ofícios, cartas, despachos e demais expedientes de acordo com normas pré-estabelecidas em legislação pertinente; - Redigir atos administrativos mais complexos, dentro da orientação da Diretoria Geral. - Conferir a datilografia e/ou digitação de documentos por outros servidores executados; - Redigir exposição de motivos, projetos de Lei, Resoluções e outros documentos oficiais que exijam mais discernimento e poder de análise; - Encaminhar documentação à despacho e assinatura; - Encaminhar documentação a ser expedida pela Câmara ao setor competente; - Acompanhar os trabalhos legislativos em sessões da Câmara; - Auxiliar vereadores e demais servidores em tarefas necessárias ao bom desempenho dos trabalhos legislativos; - Fornecer aos vereadores documentação necessária ao desempenho das funções legislativas; - Auxiliar a Mesa Diretora nos trabalhos legislativos; - Coordenar o andamento das proposições junto à Diretoria Geral; - Executar outras tarefas afins determinadas pela Diretoria Geral. Organizar a pauta das sessões Plenárias. |
| Consultor Jurídico | Prestar quando solicitado, assessoramento jurídico à Mesa Diretora, às Comissões, aos Vereadores, emitindo pareceres sobre assuntos em tramitação no Plenário, através de pesquisas de legislação, jurisprudências, doutrinas e instruções regulamentares; estudar e redigir minutas de atos internos ou externos, bem como documentos contratuais de toda espécie, em conformidade com as normas legais. - interpretar normas legais e administrativas diversas, para responder a consultas dos interessados; - manifestar-se sobre questões de interesse da Câmara e das Comissões que apresentem aspectos jurídicos específicos, orientando a elaboração de relatórios conclusivos; - representar a Câmara em juízo ou fora dele, quando para isso for credenciado. Preparar informações a serem prestadas em mandados impetrados contra Atos da Mesa Diretora - Presidência ou vereança; - Manter a Presidência informada dos processos em andamento, despachos proferidos e providências adotadas; - Organizar e manter coletânea de legislação, jurisprudência, pareceres e outros diplomas legais de interesse do Legislativo, em arquivo próprio; Programar e supervisionar as atividades desenvolvidas nas comissões técnicas; Exercer atividades correlatas. | GRUPO II – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO – CPC | |
| Motorista | Conduzir veículo oficial da Casa Legislativa; - Manter o veículo limpo e asseado; - Preservar pelas boas condições físicas do veículo; - Comunicar os reparos necessários e o constante abastecimento de combustível do veículo; - Observar as datas pertinentes e tempestivas da documentação legal do veículo; - Estar sempre devidamente trajado e com asseio pessoal; - Manter-se à disposição da Presidência e Diretoria Geral, e, eventualmente, dos senhores edis e servidores, desde que autorizados pela Presidência ou Diretoria Geral. Estar a disposição do Legislativo, mesmo que em horas-extras à jornada normal de trabalho. | Nome Do Cargo | Atividades Específicas |
| | | Assessor de Comunicação Social | Divulgar os atos do Poder Legislativo através de programas estabelecidos pela Mesa Diretora, na imprensa falada, escrita e televisionada; divulgar as proposições apresentadas pelos vereadores; colher e divulgar depoimentos, entrevistas e pronunciamentos dos vereadores, e encaminhá-los aos órgãos de imprensa. Disponibilizar informações do Poder Legislativo na página da web, promovendo sua constante atualização. |
| | | Assessor de Comissões | Acompanhar as reuniões das Comissões Técnicas, Parlamentares internas e externas, especiais ou outras, confeccionado ata respectiva; - Digitar pareceres técnicos exarados pela relatoria; - acompanhar as comissões em trabalhos externos, anotando as verificações, observações, providências a serem tomadas ou outras informações tidas como importantes para o trabalho das comissões; - Fornecer cópia de documentação aos membros das comissões ou a interessados, quando autorizado pela presidência da comissão; - executar outras tarefas afins quando determinado pela presidência das comissões, presidência da Mesa Diretora ou Diretoria Geral. |

| | |
|----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Assessor Parlamentar | Assessorar os vereadores a quem estiver ligado, nas reuniões do Plenário e das comissões; - assessorar os vereadores na elaboração, redação e datilografia/digitação de proposições, pronunciamentos e pareceres; - revisar legislação e documentos de interesse dos parlamentares; - exercer outras atividades correlatas determinadas pelos parlamentares a quem estiverem ligados. |
| Chefe de Gabinete | Promover a integração das unidades administrativas do Poder Legislativo; - Coordenar a representação político-social do Presidente; - Agendar o compromisso do Presidente; - Representar o Presidente em solenidades e perante outros órgãos oficiais quando determinado; - preparar o expediente do Gabinete do Presidente; - responsabilizar-ser pelo cerimonial e pelas relações públicas do Poder Legislativo; |
| Diretor Geral | Dirigir os trabalhos administrativos da Câmara Municipal; supervisionar as atividades dos Servidores do Poder Legislativo, sob a orientação superior do Presidente da Mesa Diretora e chefiar e coordenar a execução das deliberações da Mesa Diretora; - executar as atividades relativas a recrutamento e seleção, treinamento, controles funcionais e demais atividades de pessoal; - padronizar, adquirir, guardar e distribuir o material de trabalho dos órgãos de atividade meio; - registrar, inventariar, proteger e concentrar bens móveis, imóveis e semoventes; - assessorar os demais órgãos quanto a assuntos de administração geral, inclusive promover licitações; - elaborar o anteprojeto do plano plurianual, LDO e LOA do Poder Legislativo e controlar a execução do orçamento legislativo; promover a guarda e movimentação de numerário e demais valores do legislativo; informar permanentemente ao gabinete do presidente da Câmara, sobre matérias financeiras e econômicas de interesse do Poder Legislativo; acompanhar o repasse dos valores destinado ao Poder Legislativo e executar a aplicação das receitas. |

ANEXO IV

QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO PODER LEGISLATIVO

| Denominação | Referência inicial e final | Quantidade de cargos | Grupo Ocupacional | Jornada Semanal |
|-----------------------------|----------------------------|----------------------|-------------------|-----------------|
| Agente Administrativo | 33/48 | 1 | CPE | 40 h. |
| Auxiliar de Serviços Gerais | 16/31 | 1 | CPE | 40 h. |
| Contador | 90/115 | 1 | CPE | 40 h. |
| Consultor Jurídico | 54/69 | 1 | CPE | 20 h. |
| Motorista | 24/39 | 1 | CPE | 40 h. |
| Oficial Legislativo | 23/38 | 1 | CPE | 40 h. |
| Operador de Áudio e Vídeo | 1/16 | 1 | CPE | 20 h. |
| Secretário(a) Legislativo | 38/53 | 1 | CPE | 40 h. |

QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO

| Denominação | Referência única | Quantidade de cargos | Grupo ocupacional | Jornada semanal |
|--------------------------------|------------------|----------------------|-------------------|-----------------|
| Assessor de Comunicação Social | 48 | 1 | CPC | 40 h |
| Assessor de Comissões | 32 | 1 | CPC | 40 h |

| | | | | |
|----------------------|----|---|-----|------|
| Assessor Parlamentar | 25 | 2 | CPC | 40 h |
| Chefe de Gabinete | 54 | 1 | CPC | 40 h |
| Diretor Geral | 79 | 1 | CPC | 40 h |

ANEXO - V

FUNÇÃO GRATIFICADA - CÓDIGO : FG

| QUANTIDADE | ESPECIFICAÇÃO | REQUISITOS | NIVEL | Valor Gratificação (R\$) |
|------------|---------------------------------|--------------------|-------|--------------------------|
| 01 | Execução e controle | Ensino Fundamental | FG-01 | 250,00 |
| 01 | Execução e controle | Ensino Médio | FG-02 | 250,00 |
| 01 | Execução, controle e assessoria | Ensino Superior | FG-03 | 250,00 |

ANEXO VI

QUADRO DE REFERÊNCIAS DE VENCIMENTO

| Ref. | Valor | Ref. | Valor | Ref. | Valor | Ref. | Valor |
|------|--------|------|----------|------|----------|------|----------|
| 1 | 550,00 | 31 | 996,39 | 61 | 1.804,99 | 91 | 3.269,93 |
| 2 | 561,00 | 32 | 1.016,32 | 62 | 1.841,09 | 92 | 3.335,03 |
| 3 | 572,22 | 33 | 1.036,65 | 63 | 1.877,92 | 93 | 3.401,73 |
| 4 | 583,67 | 34 | 1.057,39 | 64 | 1.915,48 | 94 | 3.469,77 |
| 5 | 595,35 | 35 | 1.078,54 | 65 | 1.953,79 | 95 | 3.539,17 |
| 6 | 607,26 | 36 | 1.100,11 | 66 | 1.992,87 | 96 | 3.609,96 |
| 7 | 619,41 | 37 | 1.122,12 | 67 | 2.032,73 | 97 | 3.682,16 |
| 8 | 631,80 | 38 | 1.144,57 | 68 | 2.073,39 | 98 | 3.755,81 |
| 9 | 644,44 | 39 | 1.167,47 | 69 | 2.114,86 | 99 | 3.830,93 |
| 10 | 657,33 | 40 | 1.190,82 | 70 | 2.157,16 | 100 | 3.907,55 |
| 11 | 670,48 | 41 | 1.214,64 | 71 | 2.200,31 | 101 | 3.985,71 |
| 12 | 683,89 | 42 | 1.238,94 | 72 | 2.244,32 | 102 | 4.065,43 |
| 13 | 697,57 | 43 | 1.263,72 | 73 | 2.289,21 | 103 | 4.146,74 |
| 14 | 711,53 | 44 | 1.289,00 | 74 | 2.335,00 | 104 | 4.229,68 |
| 15 | 725,76 | 45 | 1.314,78 | 75 | 2.381,70 | 105 | 4.314,28 |
| 16 | 740,28 | 46 | 1.341,08 | 76 | 2.429,34 | 106 | 4.400,57 |
| 17 | 755,09 | 47 | 1.367,91 | 77 | 2.477,93 | 107 | 4.488,59 |
| 18 | 770,20 | 48 | 1.395,27 | 78 | 2.527,49 | 108 | 4.578,37 |
| 19 | 785,61 | 49 | 1.423,18 | 79 | 2.578,04 | 109 | 4.669,94 |
| 20 | 801,33 | 50 | 1.451,65 | 80 | 2.629,60 | 110 | 4.763,34 |
| 21 | 817,36 | 51 | 1.480,69 | 81 | 2.682,20 | 111 | 4.858,61 |
| 22 | 833,71 | 52 | 1.510,31 | 82 | 2.735,85 | 112 | 4.955,79 |
| 23 | 850,39 | 53 | 1.540,52 | 83 | 2.790,57 | 113 | 5.054,91 |
| 24 | 867,40 | 54 | 1.571,33 | 84 | 2.846,39 | 114 | 5.156,01 |
| 25 | 884,75 | 55 | 1.602,76 | 85 | 2.903,32 | 115 | 5.259,13 |
| 26 | 902,45 | 56 | 1.634,82 | 86 | 2.961,39 | 116 | 5.364,32 |
| 27 | 920,50 | 57 | 1.667,52 | 87 | 3.020,62 | 117 | 5.471,61 |
| 28 | 938,91 | 58 | 1.700,87 | 88 | 3.081,04 | 118 | 5.581,05 |
| 29 | 957,69 | 59 | 1.734,89 | 89 | 3.142,66 | 119 | 5.692,68 |
| 30 | 976,85 | 60 | 1.769,59 | 90 | 3.205,52 | 120 | 5.806,54 |

Total Impacto Financeiro no exercício da entrada em vigor e nos dois seguintes

Valores expressos em reais (R\$) (Art. 16 – I – LRF)

| Descrição | Ano de 2010 | Ano de 2011 | Ano de 2012 | Total Impacto no três anos |
|------------------|-------------|-------------|-------------|----------------------------|
| Folha Servidores | 91.310,00 | 123.260,00 | 129.400,00 | 343.970,00 |
| Décimo Terceiro | 7.610,00 | 9.140,00 | 9.600,00 | 26.350,00 |
| Férias | 0,00 | 12.160,00 | 12.800,00 | 24.960,00 |
| Sub-total | 98.920,00 | 144.560,00 | 151.800,00 | 395.280,00 |
| I.N.S.S. | 20.780,00 | 30.400,00 | 31.900,00 | 83.080,00 |
| Total Geral | 119.700,00 | 174.960,00 | 183.700,00 | 478.360,00 |

Declaração

Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, declaro de que o aumento proposto no projeto de Lei Complementar do Legislativo número 002/2009 tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias no exercício de 2010, conforme quadro abaixo:

Valores expressos em reais (R\$)

| Despesas | Total no exercício de 2009 | (+) Outros Impacto em 2010 – projeção | (+) Impacto do Projeto de Lei exercício 2010- projeção | Total projeção exercício -2010 | Total Dotação Orçamentária exercício 2010 - PROJEÇÃO |
|-------------------------|----------------------------|--------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------|
| Folha Servidores | 154.500,00 | 3.045,00 | 91.310,00 | 248.855,00 | |
| Décimo Terceiro | 12.115,00 | 3.045,00 | 7.610,00 | 22.770,00 | |
| Subsidio dos Vereadores | 313.200,00 | 21.600,00 | | 334.800,00 | |
| Verba Ind. Presidente | 17.400,00 | 1.200,00 | | 18.600,00 | |
| Sub-Total | 497.215,00 | 28.890,00 | 98.920,00 | 625.025,00 | 643.500,00 |
| I.N.S.S. | 110.195,00 | 6.060,00 | 20.780,00 | 137.035,00 | 141.500,00 |
| TOTAL | 607.410,00 | 34.950,00 | 119.700,00 | 762.060,00 | 785.000,00 |

Obs: Projeção efetuada caso venha a serem nomeados todos os cargos disponíveis no projeto de Lei, a partir de março/2010.

Lei Nº 1470/2010

LEI Nº 1470, de 03 de março de 2010

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.008.244.1024.1013 Implantação da Estrutura Física do CRAS 4490 01.00.00 R\$ 27.000,00

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

15.001.008.244.1027.2057 Man. de Proteção Básica - Família Em Foco 4490 01.00.00 R\$ 27.000,00

Art. 3o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.008.244.1024.1013 Implantação da Estrutura Física do CRAS 4490 01.00.00 R\$ 50.000,00

Art. 4º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o., serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

17.001.016.482.1033.2086 Manut. do Fundo Municipal de Habitação 3390 01.00.00 R\$ 50.000,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Lei Nº 1471/2010

LEI Nº 1471, de 03 de março de 2010

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL”.

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Especial na importância de R\$ 98.200,00 (noventa e oito mil e duzentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.015.451.1033.2058 – Abertura/retificação de estradas urbanas - 449051.01.24.54- R\$ 98.200,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 1o., serão utilizados recursos oriundos do Contrato de Repasse 257.249-13/2008, de 24/10/2008, firmado entre a União Federal, através do Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de Garuva.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Governador Celso Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de contrato nº. 019/2010

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 019/2010. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: SULCATARI-NENSE M.A.C.B.C. LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de passa faunas e pavimentação asfáltica na rodovia SC 410, conforme edital, memorial descritivo, projetos e orçamento. PRAZO: Da assinatura do Contrato até 09/04/2010. VALOR: R\$ 149.632,17 (Cento e quarenta e nove mil e seiscentos e trinta e dois reais e dezesseite centavos) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Governador Celso Ramos, 11 de março de 2010.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Extrato de contrato nº. 020/2010

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 020/2010. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: ED-MAR MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: Aquisição de 1000m3 de areia grossa. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31/12/2010. VALOR: R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Serviços Públicos.

Governador Celso Ramos, 11 de março de 2010.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto PMI nº 28.2010

DECRETO PMI Nº 28, de 09 de março de 2010.
Reajusta Tarifas do Serviço Regular de Transporte Coletivo Urbano e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 93 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o permissivo legal disposto no art. 43, combinado com o art. 4º, § 1º, ambos da Lei nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

CONSIDERANDO, ainda, o pleito inserido no Processo Administrativo nº 15827, de 15 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reajustadas as Tarifas do Serviço Regular de Transporte Coletivo Urbano de Imbituba, que passam a vigorar a partir de zero hora do dia 16 de março de 2010, com os valores correspondentes as Linhas constantes nos Anexos I a XII, deste

Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 16 de março de 2010.

Art. 3º Fica revogado o Decreto PMI nº 192, de 26 de dezembro de 2008.

Imbituba, 09 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

ANEXO I

Art. 1º do Decreto PMI nº 28, de 09-03-2010

| Linha 1: Imbituba - Campo D'Una | | | | | | | | |
|---------------------------------|-------------|------------|-----------|--------|---------------|-------|-----------|----------|
| TARIFAS (R\$) | | | | | | | | |
| SECÇÕES | Campo D'Una | Ibiraquera | Araçatuba | Arroio | Nova Brasília | Mirim | Vila Nova | Imbituba |
| Imbituba | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Vila Nova | - | - | - | - | - | - | - | 2,20 |
| Mirim | - | - | - | - | - | - | - | 2,20 |
| Nova Brasília | - | - | - | - | - | 2,20 | 2,20 | 2,20 |
| Arroio | - | - | - | - | 2,20 | 2,20 | 2,20 | 3,00 |
| Araçatuba | - | - | - | 2,20 | 2,20 | 2,20 | 2,80 | 3,00 |
| Ibiraquera | - | - | 2,20 | 2,20 | 2,80 | 3,00 | 3,00 | 3,50 |
| Campo D'Una | - | 2,20 | 2,20 | 2,20 | 2,80 | 3,00 | 3,00 | 3,50 |

ANEXO II

Art. 1º do Decreto PMI nº 28, de 09-03-2010

| Linha 2: Imbituba - Vila Nova | | |
|-------------------------------|-----------|----------|
| TARIFAS (R\$) | | |
| SECÇÕES | Vila Nova | Imbituba |
| Imbituba | - | - |
| Vila Nova | - | 2,20 |

ANEXO III

Art. 1º do Decreto PMI nº 28, de 09-03-2010

| Linha 3: Imbituba - Vila Nova Alvorada | | |
|----------------------------------------|--------------------|----------|
| TARIFAS (R\$) | | |
| SECÇÕES | Vila Nova Alvorada | Imbituba |
| Imbituba | - | - |
| Vila Nova Alvorada | - | 2,20 |

ANEXO IV

Art. 1º do Decreto PMI nº 28, de 09-03-2010

| Linha 4: Imbituba- Mirim | | | |
|--------------------------|-------|-----------|----------|
| TARIFAS (R\$) | | | |
| SECÇÕES | Mirim | Vila Nova | Imbituba |



| | | | |
|-----------|---|------|------|
| Imbituba | - | - | - |
| Mirim | - | 2,20 | 2,20 |
| Vila Nova | - | - | 2,20 |

ANEXO V

Art. 1º do Decreto PMI nº 28, de 09-03-2010

| | | | | | |
|----------------------------|--------|---------------|-------|-----------|----------|
| Linha 5: Imbituba - Arroio | | | | | |
| TARIFAS (R\$) | | | | | |
| SECÇÕES | Arroio | Nova Brasília | Mirim | Vila Nova | Imbituba |
| Imbituba | - | - | - | - | - |
| Vila Nova | - | - | - | - | 2,20 |
| Mirim | - | - | - | 2,20 | 2,20 |
| Nova Brasília | - | - | 2,20 | 2,20 | 2,20 |
| Arroio | - | 2,20 | 2,20 | 2,20 | 2,80 |

ANEXO VI

Art. 1º do Decreto PMI nº 28, de 09-03-2010

| | | | | | | |
|------------------------------|----------|--------|---------------|-------|-----------|----------|
| Linha 6: Imbituba - Sambaqui | | | | | | |
| TARIFAS (R\$) | | | | | | |
| SECÇÕES | Sambaqui | Arroio | Nova Brasília | Mirim | Vila Nova | Imbituba |
| Imbituba | - | - | - | - | - | - |
| Vila Nova | - | - | - | - | - | 2,20 |
| Mirim | - | - | - | - | 2,20 | 2,20 |
| Nova Brasília | - | - | - | 2,20 | 2,20 | 2,20 |
| Arroio | - | - | 2,20 | 2,20 | 2,20 | 2,80 |
| Sambaqui | - | 2,20 | 2,20 | 2,20 | 2,20 | 2,80 |

ANEXO VII

Art. 1º do Decreto PMI nº 28, de 09-03-2010

| | | | | | |
|-------------------------------|-----------|-------------|---------|-----------|----------|
| Linha 7: Imbituba - Itapirubá | | | | | |
| TARIFAS (R\$) | | | | | |
| SECÇÕES | Itapirubá | Roça Grande | Guaiúba | Vila Nova | Imbituba |
| Imbituba | - | - | - | - | - |
| Vila Nova | - | - | - | - | 2,20 |
| Guaiúba | - | - | - | - | 2,20 |
| Roça Grande | - | - | 2,20 | 2,20 | 2,80 |
| Itapirubá | - | 2,20 | 2,20 | 2,80 | 3,00 |

ANEXO VIII

Art. 1º do Decreto PMI nº 28, de 09-03-2010

| | | | |
|-----------------------------|---------|-----------|----------|
| Linha 8: Imbituba - Guaiúba | | | |
| TARIFAS (R\$) | | | |
| SECÇÕES | Guaiúba | Vila Nova | Imbituba |
| Imbituba | - | - | - |
| Vila Nova | - | - | 2,20 |
| Guaiúba | - | 2,20 | 2,20 |

ANEXO IX

Art. 1º do Decreto PMI nº 28, de 09-03-2010

| | | | | | | | |
|---------------------------|-------|-----------|--------|---------------|-------|-----------|----------|
| Linha 9: Imbituba - Penha | | | | | | | |
| TARIFAS (R\$) | | | | | | | |
| SECÇÕES | Penha | Araçatuba | Arroio | Nova Brasília | Mirim | Vila Nova | Imbituba |
| Imbituba | - | - | - | - | - | - | - |
| Vila Nova | - | - | - | - | - | - | 2,20 |
| Mirim | - | - | - | - | - | 2,20 | 2,20 |

| | | | | | | | |
|---------------|---|------|------|------|------|------|------|
| Nova Brasília | - | - | - | - | 2,20 | 2,20 | 2,20 |
| Arroio | - | - | - | 2,20 | 2,20 | 2,80 | 3,00 |
| Araçatuba | - | - | 2,20 | 2,20 | 2,20 | 2,80 | 3,00 |
| Penha | - | 2,20 | 2,80 | 3,00 | 3,50 | 3,50 | 3,50 |

ANEXO X

Art. 1º do Decreto PMI nº 28, de 09-03-2010

| | | | | | | | | | |
|----------------------------|-------|-----------|------------|-------------|--------|---------------|-------|--------|----------|
| Linha 10: Imbituba - Penha | | | | | | | | | |
| TARIFAS (R\$) | | | | | | | | | |
| SECÇÕES | Penha | Araçatuba | Ibiraquera | Campo D'Una | Arroio | Nova Brasília | Mirim | V.Nova | Imbituba |
| Imbituba | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Vila Nova | - | - | - | - | - | - | - | - | 2,20 |
| Mirim | - | - | - | - | - | - | - | 2,20 | 2,20 |
| Nova Brasília | - | - | - | - | - | - | 2,20 | 2,20 | 2,20 |
| Arroio | - | - | - | - | - | 2,20 | 2,20 | 2,20 | 2,80 |
| Campo D'Una | - | - | - | - | 2,20 | 2,20 | 2,20 | 2,80 | 3,00 |
| Ibiraquera | - | - | - | 2,20 | 2,20 | 2,80 | 2,80 | 3,00 | 3,50 |
| Araçatuba | - | - | 2,20 | 2,20 | 2,20 | 2,80 | 3,00 | 3,00 | 3,50 |
| Penha | - | 2,20 | 2,20 | 2,80 | 3,00 | 3,00 | 3,50 | 3,50 | 3,50 |

ANEXO XI

Art. 1º do Decreto PMI nº 28, de 09-03-2010

| | | | | | | |
|----------------------|----------|-----------------|------------|-------|-----------|----------|
| Linha 11: Circular I | | | | | | |
| TARIFAS (R\$ 2,20) | | | | | | |
| SECÇÕES | Imbituba | V.Nova Alvorada | N.Brásilia | Mirim | Vila Nova | Imbituba |

ANEXO XII

Art. 1º do Decreto PMI nº 28, de 09-03-2010

| | | | | | | |
|-----------------------|----------|-----------|-------|---------------|--------------------|----------|
| Linha 12: Circular II | | | | | | |
| TARIFAS (R\$ 2,20) | | | | | | |
| SECÇÕES | Imbituba | Vila Nova | Mirim | Nova Brasília | Vila Nova Alvorada | Imbituba |

Resolução nº 001.2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA
RESOLUÇÃO Nº 001, de 10 de março de 2010.

Dispõe sobre as normas complementares das consignações em folha de pagamento de servidores efetivos.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 14 do DECRETO PMI Nº 005, de 26 de janeiro de 2010,

R E S O L V E:

Art. 1º Instituir o Sistema Automatizado de Consignações, que objetiva o controle da consignação em folha de pagamento dos servidores efetivos da Administração desta municipalidade passa a ser regulamentado de acordo com o disposto nesta Resolução.

Art. 2º As consignações facultativas serão processadas exclusivamente pelo Sistema Automatizado de Consignações.

Art. 3º Buscando melhores condições aos servidores públicos, bem como tendo em vista a necessidade de transparência, con-



trole e competitividade das consignatárias, fica estabelecido que o cadastramento de Entidades Consignatárias poderá ser realizado a qualquer tempo.

Art. 4º A solicitação de cadastramento, pela Entidade Consignatária interessada, no Sistema Automatizado de Consignações, deverá ser encaminhada a Diretoria de Gestão Pública, que após análise da documentação correspondente e emissão de parecer conclusivo, submeterá o processo à aprovação do Secretário de Administração e Gestão Pública.

Art. 5º Somente será cadastrada como Entidade Consignatária, aquela que obedecer ao disposto no artigo 4º do Decreto PMI Nº 005, de 26 de janeiro de 2010 e, ainda, apresentar:

I – os documentos discriminados no Anexo I desta Resolução, estes necessários para a prova da regularidade de sua constituição e operação, assim como de sua representação legal;

II – prova de regularidade fiscal junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, em especial a certidão negativa de débito junto ao INSS e ao FGTS;

III – certidões negativas dos distribuidores cíveis junto à Justiça Federal e à Estadual;

IV – declaração com firma reconhecida do representante legal da Entidade Consignatária afirmando ciência e aceitação de todos os termos do Decreto PMI nº 005/2010, bem como desta Resolução. Parágrafo único. Aprovado o cadastramento, a Secretaria de Administração e Gestão Pública providenciará a criação do código de desconto para a modalidade de consignação solicitada, na forma e quantidade disposta no Anexo II desta Resolução.

Art. 6º O cadastramento deverá ser renovado anualmente.

Art. 7º O Sistema Automatizado de Consignações será acessado pelas Entidades Consignatárias através de senha eletrônica individual.

Art. 8º A margem consignável reservada terá a validade de 3 (três) dias úteis, sendo cancelada automaticamente após esse período.

Art. 9º A margem consignável será emitida com base na última folha de pagamento processada.

Art. 10. A Entidade Consignatária deverá manter o cadastro atualizado da entidade e de seus responsáveis no Sistema Automatizado de Consignações.

Art. 11. O número de parcelas permitidas para as operações financeiras consignadas em folha de pagamento, fica limitada em até 60 (sessenta) parcelas para a modalidade empréstimo e seu limite de prazo para financiamento de imóveis, obedecida a legislação federal da matéria.

Parágrafo único. As demais consignações facultativas consideradas de pagamento à vista permanecem sem limite de número de meses.

Art. 12. A Entidade Consignatária deverá, obrigatoriamente, quando solicitado pelo Consignante, informar no Sistema Automatizado de Consignação, o saldo devedor discriminado atualizado da operação em até 3 (três) dias úteis, para fins de consulta ou liquidação antecipada.

§ 1º No caso do Consignante optar pela liquidação antecipada de seu débito, a Entidade Consignatária deverá fornecer o saldo devedor atualizado através de boleto de cobrança ou depósito identificado na praça indicada pelo Consignante, apresentando 3 (três) vencimentos futuros, sendo o primeiro para 3 (três) dias, o segundo para 6 (seis) dias e o terceiro para 9 (nove) dias úteis, a contar da data do fornecimento do saldo.

§ 2º Ocorrendo a liquidação antecipada, a Entidade Consignatária deverá liberar a margem consignável correspondente a essa operação diretamente no Sistema Automatizado de Consignação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

Art. 13. O Consignatário deverá, obrigatoriamente, quando

da compra e venda de dívidas, informar no Sistema Automatizado de Consignação o saldo atualizado da operação em até 2 (dois) dias úteis.

§ 1º No caso do Consignante optar pela venda/compra da(s) sua(s) dívida(s), a Entidade Consignatária vendedora deverá fornecer o saldo devedor atualizado através de boleto de cobrança ou depósito identificado na praça indicada pelo consignorante, apresentando 3 (três) vencimentos futuros, sendo o primeiro para 3 (três) dias, o segundo para 6 (seis) dias e o terceiro para 9 (nove) dias úteis, a contar da data do fornecimento do saldo.

§ 2º Ocorrendo a compra e venda da dívida, a Entidade Consignatária vendedora deverá liberar a margem consignável correspondente a essa operação diretamente no Sistema Automatizado de Consignação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

Art. 14. A Entidade Consignatária deverá, obrigatoriamente, quando da contratação de empréstimo, obedecer ao disposto no artigo 16, § 1º usque 4º do Decreto PMI nº 005/2010.

Art. 15. Em cada operação haverá um desconto de 1%, relativo ao custo de operação, que será abatido da Entidade Consignatária quando do repasse mensal do valor total descontado dos servidores.

Parágrafo único. O valor retido deverá ingressar nos cofres públicos municipais com objetivo, exclusivo, de implementar ações na área de gestão de pessoas.

Art. 16. Fica estabelecido o dia 20 (vinte) de cada mês como a data limite para consolidar as implantações, alterações e cancelamentos dos descontos na folha de pagamento do mês corrente, informada mensalmente no Sistema Automatizado de Consignações.

Art. 17. Fica desobrigado o ente público a repassar qualquer valor à Entidade Consignatária, quando constatada a impossibilidade de desconto em folha do servidor, por ocasião de afastamento de qualquer gênero que impeça o Consignante de providenciar o competente desconto.

Art. 18. Ocorrendo a hipótese descrita no artigo anterior, ficará a cobrança dos valores devidos pelo servidor a cargo exclusivo da Entidade Consignatária.

Art. 19. É vedado o acesso de representante, agente, promotor ou corretor, a serviço de Entidades Consignatárias, nas dependências das unidades da Prefeitura Municipal para vender produto ou serviço a ser descontado em folha de pagamento dos servidores públicos.

Parágrafo único. Excetuam-se da regra do caput as ações desenvolvidas por Seguradora, que mantenha apólice de seguro de vida em grupo, da qual o ente público seja a estipulante.

Art. 20. As Entidades Consignatárias deste ente, cadastradas anteriormente à publicação do Decreto PMI Nº 005/2010, para se adequar ao disposto na legislação deverão em até 120 (cento vinte) dias, a contar da data de publicação desta Resolução, providenciar seu cadastramento, junto a Diretoria de Gestão Pública.

Art. 21. O montante dos recursos arrecadados por intermédio dos descontos autorizados será informado às Entidades Consignatárias por intermédio de relatório emitido pelo Departamento de Gestão de Pessoas, através do Sistema Automatizado de Consignações.

Art. 22. Os descontos serão creditados para as Entidades Consignatárias por intermédio de ordem bancária emitida pela Secretaria da Fazenda do Município, até o oitavo dia útil do mês subsequente ao de processamento, dependendo de disponibilidade financeira, obedecendo ao relatório emitido pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Art. 23. O Departamento de Gestão de Pessoas é responsável pela comunicação às atuais e/ou futuras Entidades Consignatárias.

rias em folha de pagamentos deste ente acerca das normas que passaram a vigorar em razão do Decreto PMI Nº 005, de 26 de janeiro de 2010, bem como desta Resolução.

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Imbituba, 10 de março de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ANEXO I

REQUISITOS PARA AQUISIÇÃO DO CÓDIGO DE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

| ENTIDADES | DOCUMENTOS |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| De classe, associações e clubes constituídos exclusivamente de servidores públicos municipais e sindicatos representativos de servidores públicos municipais | Requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública. Cópia do estatuto com o registro no cartório competente. Cópia do cartão do CNPJ. |
| Securitárias, beneficentes e de previdência privada | Requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública. Comprovação de possuir sucursal ou representação legal com dependência e escritório no Estado de Santa Catarina com o respectivo alvará de funcionamento. Comprovação de registro junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. |
| Administradoras de planos de saúde | Requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública. Comprovação de possuir sucursal ou representação legal com dependência e escritório no Estado de Santa Catarina com o respectivo alvará de funcionamento. Cópia autêntica do estatuto da sociedade, da ata da última diretoria, do contrato social devidamente registrado e do alvará de funcionamento Cópia autêntica do registro definitivo do plano e dos produtos junto à SUSEP e ao Ministério da Saúde, respectivamente. Cópia autêntica do registro definitivo de funcionamento junto ao Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP |
| Financeiras | Requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública. Comprovação de possuir sucursal ou representação legal com dependência e escritório no Estado de Santa Catarina com o respectivo alvará de funcionamento, apresentando cópia autêntica do contrato de mandato, se representante legal. Cópia autêntica do estatuto da sociedade, da ata da última diretoria, do contrato social devidamente registrado e do alvará de funcionamento. Cópia autêntica da autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central. |

ANEXO II

QUANTIDADE DE CÓDIGOS DE DESCONTO POR ENTIDADE

| Nº CÓDIGOS | ENTIDADES | ESPECIFICIDADE |
|------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2 | Entidades de classe, associações e clubes constituídos exclusivamente de servidores públicos municipais | 1 (um) CÓDIGO para contribuição ou prêmio mensal, cuja composição deverá ser fixada em percentual. |
| | Sindicais representativas de servidores públicos municipais | |
| | Administradoras de plano de saúde | |
| 1 | Beneficentes | 1 (um) CÓDIGO para valores eventuais. |
| | Entidades fechadas ou abertas de previdência privada, que operem com planos de pecúlio, saúde ou seguro de vida | 1 (um) CÓDIGO para contribuição ou prêmio mensal, cuja composição deverá ser fixada em percentual. |
| 2 | Entidades securitárias que operem com plano de seguro de vida | |
| | Instituições financeiras | 1 (um) CÓDIGO para desconto de financiamentos e/ou financiamentos habitacionais. 1 (um) CÓDIGO para desconto de valores resultantes de convênios com administradoras de cartão de crédito |

Portaria DGP/SEAGP N.º 073/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 073, de 12 de março de 2010.

Dispõe sobre a demissão de Servidora e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público 001/2007, com carga horária de 40 horas semanais, admitida para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

| Nome | Cargo | Admissão | Demissão |
|---------------------------|----------------------|------------|------------|
| Sirlene Cardoso Formigoni | Servente Me-rendeira | 21/02/2008 | 10/03/2010 |

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de março de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 12 de março de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Processo Licitatorio 12/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 12/2010

PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2010

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 30 de março de 2010, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a Aquisição de Peças para manutenção das máquinas e equipamentos da frota municipal, com entrega parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 as 11:30 e das 13:00 as 16:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 12 de março de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato edital Tomada de Preço pml.001.10

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preço nº 0001/2010 - Processo Licitatório: nº 0016/2010 - Tipo: Menor Preço Global - Regimento: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Objeto: Fornecimento de material e mão-de-obra para execução de Redes Coletoras e Ligações Prediais de Esgoto Sanitário em ruas do Bairro Vila Alemanha, no município de Luzerna, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma. Entrega dos Envelopes da Habilitação e Propostas: 08 horas do dia 06.04.2010. Abertura: 08h10min do dia 06.04.2010. Retirada do Edital: O Edital completo poderá ser obtido pessoalmente na Prefeitura de Luzerna, no Setor de Licitações, localizado na Avenida 16 de Fevereiro, 151, nos dias úteis, de segunda à sexta feira, das 08h às 11h30min horas e das 13h30min às 17h, pelo telefone (0**49)3551-4700 ou pelo site www.luzerna.sc.gov.br

Luzerna (SC), 09 de março de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Anexo 1 - Balanço Orçamentário

| | |
|-----------------------------------------------------------------------|--|
| + [CPL] ----- { 001 } + | |
| Município de LUZERNA | |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária | |
| Balanço Orçamentário | |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | |
| JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO | |
| ----- | |
| LRF, Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I | |

| RECEITAS Categoria Econômica / Fontes | P R E V I S ã O | | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
|---------------------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------------|------------|-----------------------|------------|----------------|
| | Inicial | p/ o Exercício (a) | Bimestre (b) | % (b/a) | até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 11.000.000,00 | 11.000.000,00 | 1.470.675,45 | 13,370 | 1.470.675,45 | 13,370 | 9.529.324,55 |
| RECEITA CORRENTE | 10.880.000,00 | 10.880.000,00 | 1.470.675,45 | 13,520 | 1.470.675,45 | 13,520 | 9.409.324,55 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 1.060.500,00 | 1.060.500,00 | 67.094,50 | 6,330 | 67.094,50 | 6,330 | 993.405,50 |
| IMPOSTOS | 657.500,00 | 657.500,00 | 61.209,54 | 9,310 | 61.209,54 | 9,310 | 596.290,46 |
| TAXAS | 260.734,00 | 260.734,00 | 5.884,96 | 2,260 | 5.884,96 | 2,260 | 254.849,04 |
| CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA | 142.266,00 | 142.266,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 142.266,00 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 200.000,00 | 200.000,00 | 16.899,46 | 8,450 | 16.899,46 | 8,450 | 183.100,54 |
| CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS | 200.000,00 | 200.000,00 | 16.899,46 | 8,450 | 16.899,46 | 8,450 | 183.100,54 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 195.800,00 | 195.800,00 | 20.454,80 | 10,450 | 20.454,80 | 10,450 | 175.345,20 |
| RECEITAS IMOBILIÁRIAS | 68.769,00 | 68.769,00 | 6.566,64 | 9,550 | 6.566,64 | 9,550 | 62.202,36 |
| RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS | 126.031,00 | 126.031,00 | 13.888,16 | 11,020 | 13.888,16 | 11,020 | 112.142,84 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 1.000,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 60.000,00 | 60.000,00 | 3.675,00 | 6,120 | 3.675,00 | 6,120 | 56.325,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 9.195.700,00 | 9.195.700,00 | 1.353.428,50 | 14,720 | 1.353.428,50 | 14,720 | 7.842.271,50 |
| TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 9.155.700,00 | 9.155.700,00 | 1.353.428,50 | 14,780 | 1.353.428,50 | 14,780 | 7.802.271,50 |
| TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 25.000,00 |
| Transferências de Pessoa | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 5.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 10.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 10.000,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 168.000,00 | 168.000,00 | 9.123,19 | 5,430 | 9.123,19 | 5,430 | 158.876,81 |
| MULTAS E JUROS DE MORA | 95.477,00 | 95.477,00 | 3.024,02 | 3,170 | 3.024,02 | 3,170 | 92.452,98 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 28.021,00 | 28.021,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 28.021,00 |
| RECEITA DA DÍVIDA ATIVA | 39.402,00 | 39.402,00 | 6.099,17 | 15,480 | 6.099,17 | 15,480 | 33.302,83 |
| RECEITAS DIVERSAS | 5.100,00 | 5.100,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 5.100,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 120.000,00 | 120.000,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 120.000,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 120.000,00 | 120.000,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 120.000,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS | 50.000,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 50.000,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | 70.000,00 | 70.000,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 70.000,00 |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II) | 11.000.000,00 | 11.000.000,00 | 1.470.675,45 | 100,000 | 1.470.675,45 | 100,000 | 9.529.324,55 |
| Operações de Crédito - Refinanciamento (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 |
| Refinanciamento de Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV) | 11.000.000,00 | 11.000.000,00 | 1.470.675,45 | 100,000 | 1.470.675,45 | 100,000 | 9.529.324,55 |
| DÉFICIT (VI) | - | - | - | - | 0,00 | - | - |
| TOTAL (VII)=(V+VI) | 11.000.000,00 | 11.000.000,00 | 1.470.675,45 | - | 1.470.675,45 | - | - |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | - | 0,00 | - | - | 424.890,67 | - | - |
| (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS) | - | 0,00 | - | - | 424.890,67 | - | - |
| Superávit Financeiro | - | 0,00 | - | - | 424.890,67 | - | - |
| Reabertura de Créditos Adicionais | - | 0,00 | - | - | 0,00 | - | - |



| | | | | | | | | INSCRITAS EM | | | | |
|----------------------------------------|---------------------------------|---------------|---------------|---------------|-------------------|--------------|-------------------|----------------|--------------------|--------------------|---------------|--|
| | | | | | | | | RESTOS A PAGAR | | | | |
| DESPESAS | Cat.Econômica/Grupo de Natureza | D O T A Ç Ã O | | | E M P E N H A D A | | L I Q U I D A D A | | NÃO PROCESSADOS | % | Saldo a | |
| | | Inicial | Cred.Adicion. | Atualizada | Bimestre | Exercício | Bimestre | Exercício | | | | |
| | | (d) | (e) | (f)=(d+e) | | | | (g) | (h) | ((g+h) (f-g+h)) | Liquidar | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII) | | 11.000.000,00 | 424.890,67 | 11.424.890,67 | 2.467.029,89 | 2.467.029,89 | 1.098.929,17 | 1.098.929,17 | 0,00 | 9,62 | 10.325.961,50 | |
| DESPESAS CORRENTES | | 9.528.900,00 | 291.440,67 | 9.820.340,67 | 2.096.858,08 | 2.096.858,08 | 1.042.902,49 | 1.042.902,49 | 0,00 | 10,62 | 8.777.438,18 | |
| Pessoal e Encargos Sociais | | 4.795.100,00 | 126.718,42 | 4.921.818,42 | 764.192,42 | 764.192,42 | 762.824,42 | 762.824,42 | 0,00 | 15,50 | 4.158.994,00 | |
| Juros/Encargos da Dívida | | 84.000,00 | 0,00 | 84.000,00 | 12.313,79 | 12.313,79 | 6.000,03 | 6.000,03 | 0,00 | 7,14 | 77.999,97 | |
| Outras despesas Correntes | | 4.649.800,00 | 164.722,25 | 4.814.522,25 | 1.320.351,87 | 1.320.351,87 | 274.078,04 | 274.078,04 | 0,00 | 5,69 | 4.540.444,21 | |
| DESPESAS DE CAPITAL | | 1.453.800,00 | 133.450,00 | 1.587.250,00 | 370.171,81 | 370.171,81 | 56.026,68 | 56.026,68 | 0,00 | 3,53 | 1.531.223,32 | |
| Investimentos | | 1.438.800,00 | 133.450,00 | 1.572.250,00 | 367.944,10 | 367.944,10 | 54.926,40 | 54.926,40 | 0,00 | 3,49 | 1.517.323,60 | |
| Inversões Financeiras | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Amortização da Dívida | | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 | 2.227,71 | 2.227,71 | 1.100,28 | 1.100,28 | 0,00 | 7,34 | 13.899,72 | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | 17.300,00 | 0,00 | 17.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.300,00 | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VII+IX) | | 11.000.000,00 | 424.890,67 | 11.424.890,67 | 2.467.029,89 | 2.467.029,89 | 1.098.929,17 | 1.098.929,17 | 0,00 | 9,62 | 10.325.961,50 | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Refinanciamento da Div. Mobiliária | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Refinanciamento de Outras dívidas | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| SUBTOTAL COM REF. (XII)=(XI+XII) | | 11.000.000,00 | 424.890,67 | 11.424.890,67 | 2.467.029,89 | 2.467.029,89 | 1.098.929,17 | 1.098.929,17 | 0,00 | 9,62 | 10.325.961,50 | |
| SUPERÁVIT (XIII) | | - | - | - | - | - | 371.746,28 | 371.746,28 | - | - | - | |
| TOTAL (XIV)=(XII+XIII) | | 11.000.000,00 | 424.890,67 | 11.424.890,67 | 2.467.029,89 | 2.467.029,89 | 1.470.675,45 | 1.470.675,45 | 0,00 | 9,62 | 10.325.961,50 | |

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | P R E V I S Ã O | | RECEITAS REALIZADAS | | % | até o Bimestre | % | SALDO |
|------------------------------|-----------------|----------------|---------------------|------|------|----------------|------|-------|
| | Inicial | p/ o Exercício | Bimestre | % | | | | |
| | (a) | (b) | (b/a) | (c) | | | | |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | INSCRITAS EM | | | |
|------------------------------|---------------|---------------|------------|-------------------|-----------|-------------------|-----------|-------------|--------------|------|---------|-----------|
| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | D O T A Ç Ã O | | | E M P E N H A D A | | L I Q U I D A D A | | NÃO | | % | Saldo a | |
| | Inicial | Cred.Adicion. | Atualizada | Bimestre | Exercício | Bimestre | Exercício | PROCESSADOS | (g+h) | | | Liquidar |
| | (d) | (e) | (f)=(d+e) | | | | (g) | (h) | (f / (g+h)) | | | (f-(g+h)) |
| DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORINContadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMIOResponsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

Anexo 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

+=[CPL]=-----{ 001 }+
 |
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

| DESPESAS | | D O T A Ç Ã O | | E M P E N H A D A | | L I Q U I D A D A | | | | SALDO |
|----------|--------------------------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------|--------------|----------------------|
| | | Inicial | Atualizada | no Bimestre | até Bimestre | no Bimestre | até Bimestre | % (F) | (F/B) | |
| Código | FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) | (F) | | | |
| | DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 11.000.000,00 | 11.424.890,67 | 2.467.029,89 | 2.467.029,89 | 1.098.929,17 | 1.098.929,17 | 100,00 | 9,62 | 10.325.961,50 |
| 01 | LEGISLATIVA | 550.000,00 | 550.000,00 | 41.049,82 | 41.049,82 | 36.086,50 | 36.086,50 | 3,28 | 6,56 | 513.913,50 |
| 01.031 | AÇÃO LEGISLATIVA | 550.000,00 | 550.000,00 | 41.049,82 | 41.049,82 | 36.086,50 | 36.086,50 | 3,28 | 6,56 | 513.913,50 |
| | Subtotal | 550.000,00 | 550.000,00 | 41.049,82 | 41.049,82 | 36.086,50 | 36.086,50 | 3,28 | 6,56 | 513.913,50 |
| 04 | ADMINISTRAÇÃO | 1.278.300,00 | 1.279.723,80 | 294.890,29 | 294.890,29 | 153.557,14 | 153.557,14 | 13,97 | 12,00 | 1.126.166,66 |
| 04.122 | ADMINISTRAÇÃO GERAL | 1.086.500,00 | 1.087.923,80 | 266.521,87 | 266.521,87 | 129.452,72 | 129.452,72 | 11,78 | 11,90 | 958.471,08 |
| 04.123 | ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA | 191.800,00 | 191.800,00 | 28.368,42 | 28.368,42 | 24.104,42 | 24.104,42 | 2,19 | 12,57 | 167.695,58 |
| | Subtotal | 1.828.300,00 | 1.829.723,80 | 335.940,11 | 335.940,11 | 189.643,64 | 189.643,64 | 17,26 | 10,36 | 1.640.080,16 |
| 06 | SEGURANÇA PÚBLICA | 83.600,00 | 83.600,00 | 12.078,18 | 12.078,18 | 3.999,82 | 3.999,82 | 0,36 | 4,78 | 79.600,18 |
| 06.181 | POLICIAMENTO | 83.600,00 | 83.600,00 | 12.078,18 | 12.078,18 | 3.999,82 | 3.999,82 | 0,36 | 4,78 | 79.600,18 |
| | Subtotal | 1.911.900,00 | 1.913.323,80 | 348.018,29 | 348.018,29 | 193.643,46 | 193.643,46 | 17,62 | 10,12 | 1.719.680,34 |
| 08 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | 388.000,00 | 390.353,46 | 19.753,37 | 19.753,37 | 12.889,37 | 12.889,37 | 1,17 | 3,30 | 377.464,09 |
| 08.241 | ASSISTÊNCIA AO IDOSO | 20.000,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 08.243 | ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN | 119.000,00 | 119.000,00 | 6.395,24 | 6.395,24 | 3.733,24 | 3.733,24 | 0,34 | 3,14 | 115.266,76 |
| 08.244 | ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA | 249.000,00 | 251.353,46 | 13.358,13 | 13.358,13 | 9.156,13 | 9.156,13 | 0,83 | 3,64 | 242.197,33 |
| | Subtotal | 2.299.900,00 | 2.303.677,26 | 367.771,66 | 367.771,66 | 206.532,83 | 206.532,83 | 18,79 | 8,97 | 2.097.144,43 |
| 10 | SAÚDE | 2.108.000,00 | 2.275.944,78 | 502.405,84 | 502.405,84 | 283.253,23 | 283.253,23 | 25,78 | 12,45 | 1.992.691,55 |
| 10.301 | ATENÇÃO BÁSICA | 1.888.100,00 | 2.056.044,78 | 479.427,88 | 479.427,88 | 264.343,37 | 264.343,37 | 24,05 | 12,86 | 1.791.701,41 |
| 10.304 | VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 26.900,00 | 26.900,00 | 1.079,90 | 1.079,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 26.900,00 |
| 10.305 | VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA | 26.000,00 | 26.000,00 | 4.042,31 | 4.042,31 | 1.377,85 | 1.377,85 | 0,13 | 5,30 | 24.622,15 |
| 10.306 | ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO | 167.000,00 | 167.000,00 | 17.855,75 | 17.855,75 | 17.532,01 | 17.532,01 | 1,60 | 10,50 | 149.467,99 |
| | Subtotal | 4.407.900,00 | 4.579.622,04 | 870.177,50 | 870.177,50 | 489.786,06 | 489.786,06 | 44,57 | 10,69 | 4.089.835,98 |
| 11 | TRABALHO | 21.000,00 | 21.000,00 | 72,40 | 72,40 | 51,00 | 51,00 | 0,00 | 0,24 | 20.949,00 |
| 11.332 | RELAÇÕES DE TRABALHO | 21.000,00 | 21.000,00 | 72,40 | 72,40 | 51,00 | 51,00 | 0,00 | 0,24 | 20.949,00 |
| | Subtotal | 4.428.900,00 | 4.600.622,04 | 870.249,90 | 870.249,90 | 489.837,06 | 489.837,06 | 44,57 | 10,65 | 4.110.784,98 |
| 12 | EDUCAÇÃO | 3.073.100,00 | 3.112.020,93 | 685.987,49 | 685.987,49 | 361.642,84 | 361.642,84 | 32,91 | 11,62 | 2.750.378,09 |
| 12.361 | ENSINO FUNDAMENTAL | 2.373.700,00 | 2.412.620,93 | 594.735,98 | 594.735,98 | 287.921,35 | 287.921,35 | 26,20 | 11,93 | 2.124.699,58 |
| 12.363 | ENSINO PROFISSIONAL | 20.000,00 | 20.000,00 | 1.236,80 | 1.236,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 12.364 | ENSINO SUPERIOR | 67.000,00 | 67.000,00 | 1.133,33 | 1.133,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 67.000,00 |
| 12.365 | EDUCAÇÃO INFANTIL | 589.400,00 | 589.400,00 | 88.881,38 | 88.881,38 | 73.721,49 | 73.721,49 | 6,71 | 12,51 | 515.678,51 |
| 12.367 | EDUCAÇÃO ESPECIAL | 23.000,00 | 23.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.000,00 |
| | Subtotal | 7.502.000,00 | 7.712.642,97 | 1.556.237,39 | 1.556.237,39 | 851.479,90 | 851.479,90 | 77,48 | 11,04 | 6.861.163,07 |
| 13 | CULTURA | 154.600,00 | 195.600,00 | 11.547,74 | 11.547,74 | 8.159,54 | 8.159,54 | 0,74 | 4,17 | 187.440,46 |
| 13.391 | PATROMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E AR | 16.000,00 | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.000,00 |
| 13.392 | DIFUSÃO CULTURAL | 138.600,00 | 179.600,00 | 11.547,74 | 11.547,74 | 8.159,54 | 8.159,54 | 0,74 | 4,54 | 171.440,46 |
| | Subtotal | 7.656.600,00 | 7.908.242,97 | 1.567.785,13 | 1.567.785,13 | 859.639,44 | 859.639,44 | 78,23 | 10,87 | 7.048.603,53 |
| 15 | URBANISMO | 1.163.746,00 | 1.163.746,00 | 445.844,44 | 445.844,44 | 82.013,47 | 82.013,47 | 7,46 | 7,05 | 1.081.732,53 |
| 15.451 | INFRA-ESTRUTURA URBANA | 220.446,00 | 220.446,00 | 1.210,17 | 1.210,17 | 1.155,17 | 1.155,17 | 0,11 | 0,52 | 219.290,83 |
| 15.452 | SERVIÇOS URBANOS | 943.300,00 | 943.300,00 | 444.634,27 | 444.634,27 | 80.858,30 | 80.858,30 | 7,36 | 8,57 | 862.441,70 |
| | Subtotal | 8.820.346,00 | 9.071.988,97 | 2.013.629,57 | 2.013.629,57 | 941.652,91 | 941.652,91 | 85,69 | 10,38 | 8.130.336,06 |
| 16 | HABITAÇÃO | 30.000,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 16.481 | HABITAÇÃO RURAL | 10.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 16.482 | HABITAÇÃO URBANA | 20.000,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | Subtotal | 8.850.346,00 | 9.101.988,97 | 2.013.629,57 | 2.013.629,57 | 941.652,91 | 941.652,91 | 85,69 | 10,35 | 8.160.336,06 |
| 17 | SANEAMENTO | 39.554,00 | 39.554,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 39.554,00 |
| 17.512 | SANEAMENTO BÁSICO URBANO | 39.554,00 | 39.554,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 39.554,00 |
| | Subtotal | 8.889.900,00 | 9.141.542,97 | 2.013.629,57 | 2.013.629,57 | 941.652,91 | 941.652,91 | 85,69 | 10,30 | 8.199.890,06 |
| 18 | GESTÃO AMBIENTAL | 8.000,00 | 8.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.000,00 |
| 18.541 | PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL | 8.000,00 | 8.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.000,00 |

+= [CPL] =-----{ 002 }+
 |
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+
 LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

| DESPESAS | | D O T A Ç Ã O | | E M P E N H A D A | | L I Q U I D A D A | | | | SALDO |
|----------|--------------------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------|--------------|----------------------|
| Código | FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO | Inicial (A) | Atualizada (B) | no Bimestre (C) | até Bimestre (D) | no Bimestre (E) | até Bimestre (F) | % (F) (F) | (F/B) | |
| | Subtotal | 8.897.900,00 | 9.149.542,97 | 2.013.629,57 | 2.013.629,57 | 941.652,91 | 941.652,91 | 85,69 | 10,29 | 8.207.890,06 |
| 20 | AGRICULTURA | 574.700,00 | 574.700,00 | 78.818,81 | 78.818,81 | 50.213,04 | 50.213,04 | 4,57 | 8,74 | 524.486,96 |
| 20.601 | PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL | 70.000,00 | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 |
| 20.602 | PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL | 13.000,00 | 13.000,00 | 2.204,00 | 2.204,00 | 2.021,00 | 2.021,00 | 0,18 | 15,55 | 10.979,00 |
| 20.606 | EXTENSÃO RURAL | 491.700,00 | 491.700,00 | 76.614,81 | 76.614,81 | 48.192,04 | 48.192,04 | 4,39 | 9,80 | 443.507,96 |
| | Subtotal | 9.472.600,00 | 9.724.242,97 | 2.092.448,38 | 2.092.448,38 | 991.865,95 | 991.865,95 | 90,26 | 10,20 | 8.732.377,02 |
| 22 | INDÚSTRIA | 278.800,00 | 452.047,70 | 95.274,36 | 95.274,36 | 5.906,94 | 5.906,94 | 0,54 | 1,31 | 446.140,76 |
| 22.661 | PROMOÇÃO INDUSTRIAL | 278.800,00 | 452.047,70 | 95.274,36 | 95.274,36 | 5.906,94 | 5.906,94 | 0,54 | 1,31 | 446.140,76 |
| | Subtotal | 9.751.400,00 | 10.176.290,67 | 2.187.722,74 | 2.187.722,74 | 997.772,89 | 997.772,89 | 90,80 | 9,80 | 9.178.517,78 |
| 23 | COMÉRCIO E SERVIÇOS | 85.000,00 | 85.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 85.000,00 |
| 23.691 | PROMOÇÃO COMERCIAL | 85.000,00 | 85.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 85.000,00 |
| | Subtotal | 9.836.400,00 | 10.261.290,67 | 2.187.722,74 | 2.187.722,74 | 997.772,89 | 997.772,89 | 90,80 | 9,72 | 9.263.517,78 |
| 26 | TRANSPORTE | 823.200,00 | 823.200,00 | 245.359,32 | 245.359,32 | 75.271,72 | 75.271,72 | 6,85 | 9,14 | 747.928,28 |
| 26.782 | TRANSPORTE RODOVIÁRIO | 823.200,00 | 823.200,00 | 245.359,32 | 245.359,32 | 75.271,72 | 75.271,72 | 6,85 | 9,14 | 747.928,28 |
| | Subtotal | 10.659.600,00 | 11.084.490,67 | 2.433.082,06 | 2.433.082,06 | 1.073.044,61 | 1.073.044,61 | 97,64 | 9,68 | 10.011.446,06 |
| 27 | DESPORTO E LAZER | 132.500,00 | 132.500,00 | 5.881,30 | 5.881,30 | 5.259,22 | 5.259,22 | 0,48 | 3,97 | 127.240,78 |
| 27.812 | DESPORTO COMUNITÁRIO | 132.500,00 | 132.500,00 | 5.881,30 | 5.881,30 | 5.259,22 | 5.259,22 | 0,48 | 3,97 | 127.240,78 |
| | Subtotal | 10.792.100,00 | 11.216.990,67 | 2.438.963,36 | 2.438.963,36 | 1.078.303,83 | 1.078.303,83 | 98,12 | 9,61 | 10.138.686,84 |
| 28 | ENCARGOS ESPECIAIS | 190.600,00 | 190.600,00 | 28.066,53 | 28.066,53 | 20.625,34 | 20.625,34 | 1,88 | 10,82 | 169.974,66 |
| 28.843 | SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA | 99.000,00 | 99.000,00 | 14.541,50 | 14.541,50 | 7.100,31 | 7.100,31 | 0,65 | 7,17 | 91.899,69 |
| 28.845 | TRANSFERÊNCIAS | 91.600,00 | 91.600,00 | 13.525,03 | 13.525,03 | 13.525,03 | 13.525,03 | 1,23 | 14,77 | 78.074,97 |
| | Subtotal | 10.982.700,00 | 11.407.590,67 | 2.467.029,89 | 2.467.029,89 | 1.098.929,17 | 1.098.929,17 | 100,00 | 9,63 | 10.308.661,50 |
| 99 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 17.300,00 | 17.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.300,00 |
| 99.999 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 17.300,00 | 17.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.300,00 |
| | Subtotal | 11.000.000,00 | 11.424.890,67 | 2.467.029,89 | 2.467.029,89 | 1.098.929,17 | 1.098.929,17 | 100,00 | 9,62 | 10.325.961,50 |
| | DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | TOTAL (III) = (I+II) | 11.000.000,00 | 11.424.890,67 | 2.467.029,89 | 2.467.029,89 | 1.098.929,17 | 1.098.929,17 | 100,00 | 9,62 | 10.325.961,50 |

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

| DESPESAS | | D O T A Ç Ã O | | E M P E N H A D A | | L I Q U I D A D A | | | | SALDO |
|----------|---------------------------------------|----------------|-------------------|--------------------|---------------------|--------------------|---------------------|--------------|-------------|-------------|
| Código | FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO | Inicial (A) | Atualizada (B) | no Bimestre (C) | até Bimestre (D) | no Bimestre (E) | até Bimestre (F) | % (F) (F) | (F/B) | |
| | DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | TOTAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS



Anexo 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

| | |
|-------------------------|---------------------------------------------|
| +=[CPL]=-----{ 001 }+ | |
| | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
| | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |
| | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| | MARÇO/2009 A FEVEREIRO/2010 |
| +-----+ | |

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

| ESPECIFICAÇÃO | 03/2009 | 04/2009 | 05/2009 | 06/2009 | 07/2009 | 08/2009 | 09/2009 |
|---------------------------------------------|------------|------------|--------------|------------|------------|------------|------------|
| RECEITAS CORRENTES (I) | 987.617,62 | 797.875,33 | 1.064.865,61 | 876.337,11 | 779.665,34 | 758.659,83 | 831.215,06 |
| Receita Tributária | 219.600,96 | 102.172,36 | 101.088,74 | 56.455,53 | 64.189,08 | 46.215,95 | 46.075,75 |
| IPTU | 108.027,09 | 22.150,45 | 16.598,36 | 9.059,23 | 7.065,76 | 7.995,19 | 1.281,84 |
| ISS | 18.577,27 | 19.200,11 | 23.559,65 | 19.767,45 | 19.641,71 | 20.531,94 | 18.952,15 |
| ITBI | 1.280,00 | 8.440,00 | 5.751,55 | 6.820,00 | 12.860,58 | 2.948,06 | 10.318,29 |
| Outras | 91.716,60 | 52.381,80 | 55.179,18 | 20.808,85 | 24.621,03 | 14.740,76 | 15.523,47 |
| Receita de Contribuições | 13.586,69 | 14.778,27 | 0,00 | 14.088,03 | 28.304,30 | 14.839,51 | 14.859,71 |
| Receita Patrimonial | 14.850,68 | 10.495,90 | 9.374,54 | 11.107,07 | 9.401,97 | 8.733,23 | 8.338,30 |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 3.140,00 | 5,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.320,00 |
| Transferências Correntes | 729.513,90 | 665.028,63 | 946.512,00 | 790.290,96 | 669.131,09 | 684.085,10 | 756.303,39 |
| Cota-Parte do FPM | 254.317,61 | 303.404,66 | 360.612,91 | 311.159,15 | 238.751,14 | 277.746,26 | 245.865,39 |
| Cota-Parte do ICMS | 249.499,00 | 207.076,60 | 223.328,48 | 228.176,10 | 209.857,36 | 192.319,65 | 268.622,92 |
| Cota-Parte do IPVA | 35.213,49 | 33.041,91 | 30.475,76 | 28.343,87 | 34.616,66 | 27.542,04 | 34.634,10 |
| Cota-Parte do ITR | 38,75 | 7,62 | 0,00 | 8,91 | 0,00 | 0,00 | 217,50 |
| Transf.da LC 87/1996 | 1.764,04 | 1.764,04 | 1.764,04 | 1.764,04 | 1.764,04 | 1.764,04 | 1.764,04 |
| Transferência do FUNDEB | 110.737,61 | 91.549,82 | 134.205,30 | 115.830,98 | 105.442,19 | 110.250,49 | 114.990,71 |
| Outras Transferências | 77.943,40 | 28.183,98 | 196.125,51 | 105.007,91 | 78.699,70 | 74.462,62 | 90.208,73 |
| Demais Receitas Correntes | 6.925,39 | 5.395,17 | 7.890,33 | 4.395,52 | 8.638,90 | 4.786,04 | 4.317,91 |
| II-DEDUÇÕES | 108.941,76 | 111.561,37 | 124.189,34 | 114.790,61 | 97.823,92 | 100.765,83 | 111.144,81 |
| Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contrib.Plano Seg.Social Servidor | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Servidor | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Patronal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Financ.entre Regimes Previd. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Deduções de receita para Formação do FUNDEB | 108.941,76 | 109.765,55 | 124.189,34 | 114.790,61 | 97.823,92 | 100.765,83 | 111.144,81 |
| Cancelamentos de Restos a Pagar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| IRRF/Outras Deduções | 0,00 | 1.795,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II) | 878.675,86 | 686.313,96 | 940.676,27 | 761.546,50 | 681.841,42 | 657.894,00 | 720.070,25 |



+=[CPL]=-----{ 002 }+
 |
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | MARÇO/2009 A FEVEREIRO/2010 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

| ESPECIFICAÇÃO | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | Previsão |
|---------------------------------------------|----------------------------------------------------|------------|--------------|------------|------------|---------------|---------------|
| | 10/2009 | 11/2009 | 12/2009 | 01/2010 | Mes Atual | TOTAL | Atualizada |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 882.060,32 | 865.295,60 | 1.289.752,82 | 863.875,69 | 848.717,59 | 10.845.937,92 | 12.531.460,00 |
| Receita Tributária | 34.767,00 | 46.620,47 | 76.597,00 | 40.447,85 | 26.646,65 | 860.877,34 | 1.060.500,00 |
| IPTU | 1.727,81 | 947,15 | 3.096,56 | 0,00 | 0,00 | 177.949,44 | 200.000,00 |
| ISS | 18.839,67 | 18.816,38 | 24.751,76 | 25.155,09 | 20.213,09 | 248.006,27 | 260.000,00 |
| ITBI | 4.860,00 | 13.370,00 | 9.520,00 | 3.159,93 | 1.277,00 | 80.605,41 | 75.900,00 |
| Outras | 9.339,52 | 13.486,94 | 39.228,68 | 12.132,83 | 5.156,56 | 354.316,22 | 524.600,00 |
| Receita de Contribuições | 15.037,73 | 16.350,55 | 15.165,35 | 0,00 | 16.899,46 | 163.909,60 | 200.000,00 |
| Receita Patrimonial | 9.052,37 | 8.817,10 | 9.031,61 | 7.088,27 | 13.366,53 | 119.657,57 | 195.800,00 |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 4.280,00 | 1.538,00 | 1.360,00 | 300,00 | 3.375,00 | 15.318,00 | 60.000,00 |
| Transferências Correntes | 813.654,61 | 784.675,36 | 1.175.268,61 | 812.438,43 | 782.907,90 | 9.609.809,98 | 10.847.160,00 |
| Cota-Parte do FPM | 282.826,72 | 353.041,96 | 543.271,69 | 291.295,49 | 355.650,81 | 3.817.943,79 | 4.590.000,00 |
| Cota-Parte do ICMS | 227.880,99 | 203.467,73 | 343.210,63 | 272.666,05 | 230.341,78 | 2.856.447,29 | 3.230.000,00 |
| Cota-Parte do IPVA | 36.406,21 | 29.418,28 | 15.289,97 | 13.748,94 | 31.194,05 | 349.925,28 | 345.000,00 |
| Cota-Parte do ITR | 2.161,19 | 113,94 | 125,81 | 17,88 | 31,24 | 2.722,84 | 800,00 |
| Transf.da LC 87/1996 | 1.764,04 | 1.764,04 | 1.764,04 | 1.811,91 | 1.811,91 | 21.264,22 | 25.000,00 |
| Transferência do FUNDEB | 116.373,06 | 121.381,68 | 131.975,38 | 139.507,22 | 123.802,75 | 1.416.047,19 | 1.620.000,00 |
| Outras Transferências | 146.242,40 | 75.487,73 | 139.631,09 | 93.390,94 | 40.075,36 | 1.145.459,37 | 1.036.360,00 |
| Demais Receitas Correntes | 5.268,61 | 7.294,12 | 12.330,25 | 3.601,14 | 5.522,05 | 76.365,43 | 168.000,00 |
| II-DEDUÇÕES | 111.608,26 | 118.493,68 | 149.631,74 | 117.025,13 | 124.892,70 | 1.390.869,15 | 1.651.460,00 |
| Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contrib.Plano Seg.Social Servidor | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Servidor | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Patronal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Financ.entre Regimes Previd. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Deduções de receita para Formação do FUNDEB | 111.383,26 | 118.493,68 | 149.561,74 | 117.025,13 | 124.892,70 | 1.388.778,33 | 1.651.460,00 |
| Cancelamentos de Restos a Pagar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| IRRF/Outras Deduções | 225,00 | 0,00 | 70,00 | 0,00 | 0,00 | 2.090,82 | 0,00 |
| III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II) | 770.452,06 | 746.801,92 | 1.140.121,08 | 746.850,56 | 723.824,89 | 9.455.068,77 | 10.880.000,00 |

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITO MUNICIPAL
 NORIVAL FIORIN

 Contadora CRC/20394/O-8
 MARIA INÊS DALLOLMO

 Responsável pelo Controle Interno
 ANA CAROLINE DIESEL DEITOS



Anexo 6 - Demonstrativo do Resultado Nominal

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA | Saldo | | |
|-------------------------------------------------|---------------------------|--------------------------|-----------------------|
| | Exercício Anterior (A) | Bimestre Anterior (B) | Bimestre Atual (C) |
| Divida Consolidada (I) | 316.153,95 | 316.153,95 | 315.053,67 |
| DEDUÇÕES (II) | 1.874.139,43 | 1.874.139,43 | 2.032.359,01 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 1.889.845,44 | 1.889.845,44 | 2.032.359,01 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios | -15.706,01 | -15.706,01 | 0,00 |
| Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II) | -1.557.985,48 | -1.557.985,48 | -1.717.305,34 |
| Receita de Privatizações (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Passivos Reconhecidos (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V) | -1.557.985,48 | -1.557.985,48 | -1.717.305,34 |

| | Período de Referência | |
|-------------------|-----------------------|-----------------------|
| | No Bimestre (c-b) | Até Bimestre (c-a) |
| RESULTADO NOMINAL | -159.319,86 | -159.319,86 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Discriminação da Meta Fiscal | Valor |
| Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia | -8.915,00 |

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS



Anexo 7 - Demonstrativo do Resultado Primário

| | |
|-----------------------------------------------------|-------------|
| +={ CPL }=-----{ 001 }+ | |
| Município de LUZERNA | CONSOLIDADO |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária | |
| Demonstrativo do Resultado Primario | |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | |
| JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO | |

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

| RECEITAS PRIMARIAS | Previsão | RECEITAS REALIZADAS | | Período de |
|--------------------------------------|---------------|---------------------|----------------|-----------------|
| | Atualizada | No Bimestre | Até o Bimestre | Ref. Ano Anter. |
| Receitas Primarias Correntes (I) | 10.752.969,00 | 1.456.787,29 | 1.456.787,29 | 1.331.521,92 |
| Receita Tributária | 1.060.500,00 | 67.094,50 | 67.094,50 | 74.639,98 |
| IPTU | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 4.417,74 |
| ISS | 260.000,00 | 45.368,18 | 45.368,18 | 32.850,63 |
| IRRF | 121.600,00 | 11.404,43 | 11.404,43 | 14.642,83 |
| ITBI | 75.900,00 | 4.436,93 | 4.436,93 | 8.840,65 |
| Outras | 403.000,00 | 5.884,96 | 5.884,96 | 13.888,13 |
| Receita de Contribuição | 200.000,00 | 16.899,46 | 16.899,46 | 28.410,78 |
| Outras Contribuições | 200.000,00 | 16.899,46 | 16.899,46 | 28.410,78 |
| Receita Patrimonial Líquida | 68.769,00 | 6.566,64 | 6.566,64 | 1.509,00 |
| Receita Patrimonial | 195.800,00 | 20.454,80 | 20.454,80 | 20.751,44 |
| (-) Aplicações Financeiras | 127.031,00 | 13.888,16 | 13.888,16 | 19.242,44 |
| Transferências Correntes | 9.195.700,00 | 1.353.428,50 | 1.353.428,50 | 1.214.967,24 |
| FPM | 3.672.000,00 | 517.557,09 | 517.557,09 | 527.499,25 |
| ICMS | 2.584.000,00 | 402.406,43 | 402.406,43 | 325.090,36 |
| Outras Transferências | 2.939.700,00 | 433.464,98 | 433.464,98 | 362.377,63 |
| Demais Receitas Correntes | 228.000,00 | 12.798,19 | 12.798,19 | 11.994,92 |
| Dívida Ativa | 39.402,00 | 6.099,17 | 6.099,17 | 6.732,56 |
| Diversas Receitas Correntes | 188.598,00 | 6.699,02 | 6.699,02 | 5.262,36 |
| Receitas de Capital (II) | 120.000,00 | 0,00 | 0,00 | 196.250,00 |
| (-) Alienação de Ativos (V) | 120.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 196.250,00 |
| Outras Transferências de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 196.250,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 196.250,00 |
| RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI | 10.752.969,00 | 1.456.787,29 | 1.456.787,29 | 1.527.771,92 |

| DESPESAS PRIMARIAS | Dotação | DESPESAS LIQUIDADAS | | Período de |
|--------------------------------------|---------------|---------------------|----------------|-----------------|
| | Atualizada | No Bimestre | Até o Bimestre | Ref. Ano Anter. |
| Despesas Correntes (VIII) | 9.820.340,67 | 1.042.902,49 | 1.042.902,49 | 938.240,59 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 4.920.450,42 | 762.824,42 | 762.824,42 | 588.977,70 |
| Outras Despesas Correntes | 4.815.890,25 | 274.078,04 | 274.078,04 | 336.901,77 |
| (-) Juros Encargos da Dívida (IX) | 84.000,00 | 6.000,03 | 6.000,03 | 12.361,12 |
| Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX | 9.736.340,67 | 1.036.902,46 | 1.036.902,46 | 925.879,47 |
| Despesas de Capital (XI) | 1.587.250,00 | 56.026,68 | 56.026,68 | 253.728,02 |
| Investimentos | 1.572.250,00 | 54.926,40 | 54.926,40 | 251.680,42 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Amortização da Dívida (XIV) | 15.000,00 | 1.100,28 | 1.100,28 | 2.047,60 |
| (-) Concessão de Empréstimos (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV | 1.572.250,00 | 54.926,40 | 54.926,40 | 251.680,42 |
| Reserva de Conting. (XVI) | 17.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESP.PRIM.TOT.(XVIII)=X+XV+XVI+XVII | 11.325.890,67 | 1.091.828,86 | 1.091.828,86 | 1.177.559,89 |
| RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII) | -572.921,67 | 364.958,43 | 364.958,43 | 350.212,03 |
| SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES | | | 424.890,67 | |

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

147.031,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.



Anexo 9 - Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2010 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

| PODER / ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------|----------------------------|---------------|------------|-----------|---------|--------------------------------|-----------|------------|------------|---------|
| | Inscritos | | Cancelados | Pagos | a Pagar | Inscritos | | Cancelados | Pagos | a Pagar |
| | Exercícios | Em 31 de Dez. | | | | Em 31 de Dez. | | | | |
| | Anteriores | de 2009 | | | | de 2009 | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) | | | | | | | | | | |
| EXECUTIVO | | | | | | | | | | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA | | | | | | | | | | |
| | 0,00 | 14.804,00 | 0,00 | 14.804,00 | 0,00 | 290.962,78 | 28.282,83 | 177.355,81 | 85.324,14 | |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS | | | | | | | | | | |
| | 0,00 | 415,00 | 0,00 | 415,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS | | | | | | | | | | |
| | 0,00 | 487,01 | 0,00 | 487,01 | 0,00 | 109.301,42 | 1.138,29 | 57.001,98 | 51.161,15 | |
| FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA - FIA | | | | | | | | | | |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200,00 | 63,77 | 136,23 | 0,00 | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | | | | | | | | | | |
| TOTAL (III) = (I+II) | 0,00 | 15.706,01 | 0,00 | 15.706,01 | 0,00 | 400.464,20 | 29.484,89 | 234.494,02 | 136.485,29 | |

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

| PODER / ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS | | | | |
|--------------------------------------|----------------------------|-----------------------|------------|-------|---------|--------------------------------|------|------------|-------|---------|
| | Inscritos | | Cancelados | Pagos | a Pagar | Inscritos | | Cancelados | Pagos | a Pagar |
| | Exercícios Anteriores | Em 31 de Dez. de 2009 | | | | Em 31 de Dez. de 2009 | | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) | | | | | | | | | | |
| EXECUTIVO | | | | | | | | | | |
| LEGISLATIVO | | | | | | | | | | |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS



Anexo 10 - Demonstrativo da Receita e da Despesa com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

**Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Luzerna
Secretaria da Fazenda e Administração**

**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA COM A
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
CONSTITUIÇÃO FEDERAL ARTIGO N.º 212
LEI FEDERAL 9.394/96 - Art. 69
L.O.M. Art. 121
PERÍODO JANEIRO/FEVEREIRO DE 2010**

Anexo X – Lei 9.394/96, Art. 72

| | | |
|-----------------------------------------------------------------|------------|---------------------|
| 1. Receita Resultante de Impostos | R\$ | 1.278.317,64 |
| 1.1. IPTU | R\$ | 0,00 |
| 1.2. IRRF | R\$ | 11.404,43 |
| 1.3. ITBI | R\$ | 4.436,93 |
| 1.4. ISSQN | R\$ | 45.368,18 |
| 1.5. Cota Parte FPM | R\$ | 646.946,30 |
| 1.6. Cota-Parte ITR | R\$ | 49,12 |
| 1.7. Transferências Financeiras LC nº 87/96 | R\$ | 3.623,82 |
| 1.8. Cota-Parte ICMS | R\$ | 503.007,83 |
| 1.9. Cota-Parte IPVA | R\$ | 44.942,99 |
| 1.10. Cota parte IPI , Est. Exp. De Prod. Ind. | R\$ | 11.021,12 |
| 1.11. Dívida Ativa de Impostos e Encargos | R\$ | 7.516,92 |
| 25% da Receita Resultante de Impostos – Aplicação mínima | R\$ | 319.579,41 |
| 2. Aplicado no exercício | R\$ | 316.136,62 |
| Gasto a menor no Exercício | R\$ | 3.442,79 |
| 3. Percentual gasto | | 24,73% |

RESUMO

| 4. Composição da Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada ⁽¹⁾ | | Saldo Banco/2008 Receitas Aplicadas de Conv., Rendas de Aplicações Financeiras e Fundeb | | Líquido | |
|---------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|----------------------------------|-------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|-------------|-------------------|
| 4.1. Ensino Infantil | R\$ | 88.881,38 | R\$ | 73.721,49 | (-)R\$ | 0,00 | =R\$ | 73.721,49 |
| 4.2. Manutenção Ensino Fundamental | R\$ | 275.983,90 | R\$ | 226.717,02 | (-)R\$ | 23.171,97 ⁽²⁾ | =R\$ | 203.545,05 |
| 4.3 FUNDEB | R\$ | 241.917,83 | R\$ | 241.917,83 | (-)R\$ | 263.309,97 | =R\$ | 21.392,14(-) |
| 4.4 Constr. Complexo Educ. São Francisco e Aquisição Seminário São João Batista | R\$ | 268.503,86 | R\$ | 51.305,08 | (-)R\$ | - | =R\$ | 51.305,08 |
| 4.5 Transporte Escolar | R\$ | 50.248,22 | R\$ | 9.899,25 | (-)R\$ | 0,00 | =R\$ | 9.899,25 |
| 4.6 Rendas de Aplicações Financeiras | R\$ | - | R\$ | - | (-)R\$ | 942,11 | R\$ | 942,11(-) |
| Totais | R\$ | 925.535,19 | R\$ | 603.560,67 | (-)R\$ | 287.424,05 | =R\$ | 316.136,62 |

(1) Para o cálculo da despesa com ensino, considera-se somente a despesa liquidada.

(2) Saldo FUNDEB Exercício 2009 R\$ 23.171,97 = (foi aplicado na educação básica)

DEDUÇÕES

| TÍTULOS | FONTES | VALOR R\$ | |
|------------------------------------------------------------------|----------------------------------|------------|-------------------|
| FNDE | PNAE - Creche | R\$ | 0,00 |
| Ensino Fundamental | FUNDEB 2009 | R\$ | 23.171,97 |
| Receita FUNDEB | LEI N° 9.424/96 | R\$ | 263.309,97 |
| Transporte Escolar | Salário Educação – Saldo 2009 | R\$ | 0,00 |
| Transporte Escolar | Salário Educação | R\$ | 0,00 |
| Transporte Escolar | PNATE | R\$ | 0,00 |
| Transporte Escolar | Verba Estadual | R\$ | 0,00 |
| Transporte Escolar | FUNDEB 2010 | R\$ | 0,00 |
| Rendas de Aplicações Financeiras de Saldos Vinculados à Educação | Rendas de Aplicações Financeiras | R\$ | 942,11 |
| TOTAL | | R\$ | 287.424,05 |

Fonte: Dados extraídos do Setor Contábil

Os valores referentes a parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculada a educação deverão ser informadas somente no RREO do último bimestre do Exercício.

Norival Fiorin
Prefeito MunicipalMaria Inês Dallolmo
Contadora
CRC/SC 20394/0-8Ana Caroline Diesel Deitos
Coordenadora do
Controle Interno

Anexo 16 - Demonstrativo da Receita e da Despesa com Ações e Serviços Públicos em Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS
PÚBLICOS DE SAÚDE.
CONSTITUIÇÃO FEDERAL ARTIGO Nº 198
L.O.M. Art. 111
PERÍODO JANEIRO/FEVEREIRO DE 2010**

ADCT Art. 77 - Anexo XVI

| 1.Receita Resultante de Impostos e Transferências de Impostos | R\$ |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------|
| 1.1. IPTU | 0,00 |
| 1.2. IRRF | 11.404,43 |
| 1.3. ITBI | 4.436,93 |
| 1.4. ISSQN | 45.368,18 |
| 1.5. Cota-parte FPM | 646.946,30 |
| 1.6. Cota-parte ITR | 49,12 |
| 1.7. Transferências Financeiras LC nº 87/96 | 3.623,82 |
| 1.8. Cota-parte ICMS | 503.007,83 |
| 1.9. Cota-parte IPVA | 44.942,99 |
| 1.10. Cota-parte IPI, Est. Exp. De Produtos Industrializados | 11.021,12 |
| 1.11. Dívida Ativa de Impostos e Encargos | 7.516,92 |
| TOTAL DAS RECEITAS | 1.278.317,64 |

| 2. Despesas Liquidadas com Ações e Serviços Públicos de Saúde | R\$ |
|----------------------------------------------------------------------|-------------------|
| 2.1 Atenção Básica | 264.343,37 |
| 2.2 Vigilância Sanitária | 0,00 |
| 2.3 Vigilância Epidemiológica | 1.377,85 |
| 2.4 Alimentação e Nutrição | 661,88 |
| TOTAL DAS DESPESAS | 266.383,10 |

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

| 3. Verificação Do Cumprimento Dos Limites Constitucionais | (+) (-) (%) | R\$ |
|------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| 3.1 – Total das Despesas com Saúde | (+) | 266.383,10 |
| 3.2 – Total das Deduções: | (-) | 122.475,39 |
| 3.2.1 – Transferências Federais/ Programas de Saúde | (-) | 45.492,38 |
| 3.2.2 – Transferências Estaduais/ Programas de Saúde | (-) | 0,00 |
| 3.2.3 – Rendimentos de Aplicações Financeiras | (-) | 1.881,97 |
| 3.2.4 – Saldo em Bancos/ Receita Vinculada em 31.12.09 | (-) | 338.283,19 |
| 3.2.5 – Retenções e Descontos | (-) | 8.246,07 |
| 3.2.6 – Saldo em Bancos/Receita Vinculada em 28.02.10 | (+) | 271.428,22 |
| 3.3 – Aplicação de Recursos Ordinários | 11,26 | 143.907,71 |
| 3.4 – Aplicação Mínima de Recursos Ordinários | 15,00 | 191.747,64 |
| 3.5 – Valor Aplicado a Maior | 3,74 | 47.839,93 |

| 4. Retenções e Descontos | | |
|--------------------------------------------------------------|------------|-----------------|
| 4.1 - INSS | R\$ | 3.425,91 |
| 4.2 - Imposto de Renda Retido na Fonte | R\$ | 4.561,65 |
| 4.3 - Contribuição Sindical | R\$ | 0,00 |
| 4.4 - Desconto para Associação dos Servidores Municipais/ASM | R\$ | 86,70 |
| 4.5 - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza -ISS | R\$ | 0,00 |
| Total | R\$ | 8.074,26 |
| | | |
| 5.1 - Salário Família CLT | R\$ | 171,81 |
| 5.2 - Salário Maternidade | R\$ | 0,00 |
| Total | R\$ | 171,81 |
| Total Geral | R\$ | 8.246,07 |

Norival Fiorin
Prefeito Municipal

Maria Inês Dallolmo
Contadora CRC/SC 20394/0-8

Ana Caroline Diesel Deitos
Coordenadora do Controle Interno



Anexo 11 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

| Receitas | Previsao | Receitas Realizadas | | Saldo a |
|--------------------------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------|
| | Atualizada (a) | No Bimestre | Até o Bim. (b) | Realiz. (a-b) |
| Receitas de Operações de Crédito (A) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Despesas | Dotação | Despesas Liquidadas | | Saldo a |
|-------------------------------|----------------|---------------------|----------------|----------------|
| | Atualizada (c) | No Bimestre | Até o Bim. (d) | Liquidar (c-d) |
| Despesas de Capital | 1.587.250,00 | 56.026,68 | 56.026,68 | 1.531.223,32 |
| (-) Incentivo a Contribuinte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Incentivo Inst.Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | |
|--------------------------------|--------------|-----------|-----------|--------------|
| DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B) | 1.587.250,00 | 56.026,68 | 56.026,68 | 1.531.223,32 |
|--------------------------------|--------------|-----------|-----------|--------------|

| | | | | |
|---------------------|---------------|------------|------------|---------------|
| DIFERENÇA (A) - (B) | -1.587.250,00 | -56.026,68 | -56.026,68 | -1.531.223,32 |
|---------------------|---------------|------------|------------|---------------|

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS



Anexo 14 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

```

+= [ CPL ] =-----{ 001 }+
|
| Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |
| Orçamento da Seguridade Social |
| JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
+-----+

```

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

| | Previsao | Receitas | Saldo |
|----------------------------------|----------------|----------------|------------------|
| RECEITAS | Atualizada (a) | Realizadas (b) | a Realizar (a-b) |
| Receitas de Capital | | | |
| Alienação de Ativos | 120.000,00 | 0,00 | 120.000,00 |
| Alienação de Veículos | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| Alienação de Moveis e Utensílios | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| Alienação de Equipamentos | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| Alienação de Imóveis Urbanos | 70.000,00 | 0,00 | 70.000,00 |
| Total | 120.000,00 | 0,00 | 120.000,00 |

| | Dotação | Despesas | Saldo |
|------------------------------------------------|----------------|----------------|------------------|
| DESPESAS | Atualizada (c) | Liquidadas (d) | a Realizar (c-d) |
| APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes do Regimes de Previdência | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Geral da Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Próprio dos Servidores Públicos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | Exercício Anterior (e) | Do Exercício (f) = (b-d) | Saldo Atual (e+f) |
|----------------------------|------------------------|--------------------------|-------------------|
| Saldo Financeiro a Aplicar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITO MUNICIPAL
 NORIVAL FIORIN

 Contadora CRC/20394/O-8
 MARIA INÊS DALLOLMO

 Responsável pelo Controle Interno
 ANA CAROLINE DIESEL DEITOS



Convite Audiência Pública

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
C O N V I T E AUDIÊNCIA PÚBLICA

Norival Fiorin, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), em cumprimento à Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei Municipal nº 325, de 05 de dezembro de 2001, CONVIDA os habitantes do Município, maiores de 16 anos, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA, visando discussão e elaboração dos objetivos e metas da Administração a serem incluídas na LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para o exercício de 2011.

Data: 30 de março de 2010 (Terça-feira)
Local: Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna
Horário: início às 14:00 horas

Aproveite esse importante espaço para participação na Administração Pública Municipal.

Luzerna(SC), 15 de março de 2010
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL**Processo Licitatório Nº 103/2010-Pregão Presencial Nº 03/2010**

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2010-PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2010

OBJETO: - O presente Pregão tem como objeto registro de preços para aquisição de medicamentos, tendo como base o preço praticado ao consumidor na Tabela de Preços da Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico (Revista ABC Farma) publicada mensalmente, conforme especificações e quantitativos constantes do Anexo I.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 13:45 horas, para abertura às 14:00 horas do dia 26/03/2010.

MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações, Rod. SC 456, Km 15.

HORÁRIO: Das 07:00 às 13:00 horas.

TELEFONE No (0__49) 3546 0194

Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 12 de março de 2010.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

ALBERTINHO MANGOLT
Administrador

Processo de Licitação Nº 18/2010-Pregão (Presencial) Nº 11/2010

AVISO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 18/2010-PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 11/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01(UM) EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA COM PÁ CARREGADERIA NOVA, conforme especificações deste Edital e seus ANEXOS.- TIPO: MENOR. ENTREGA: Documentos e propostas até as 13:45 horas, para abertura às 14:00 horas do dia 29 de março de 2010. INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 12:00 às 17:30:00HS. TELEFONE/FAX: (049) 3546- 0194. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 12 de março de 2010.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL**Decreto Nº 07/2010**

DECRETO Nº 07/2010

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 210.000,00

12.365.0018.1007 – Const. e Ampl. Escolas da Educação Infantil R\$ 210.000,00

4.4.90 – 0.3.22.001116 – Aplicações Diretas R\$ 210.000,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) da fonte 0.1.22 – Convênio SDR – Educação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 15 de março de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração em 16 de Março de 2010.

ZENON BERTO BORGES
Secretário M. de Administração

Decreto Nº. 08 / 2010

DECRETO Nº. 08 / 2010.

Fixa composição, presença mínima e a substituição do Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art 1º A Comissão Permanente de Licitação, será composta de quatro membros. Na ausência de um, se reúne e delibera com a presença de três membros.

Art. 2º Na falta do Presidente, sempre justificada, preside as reu-



niões da Comissão Permanente de Licitação o (a) membro (a) mais idoso (a) dos presentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 15 de março de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios no dia 16 de março de 2010.

ZENON BERTO BORGES

Secretário Mun. de Administração

Rescisão de Contrato 029-2010

Extrato de Rescisão do contrato nº 029/2010 conforme Processo Licitatório nº 004/2010.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Fábio José Santos, CPF nº 767.887.419.72. Objeto: Transporte de Materiais. Valor Estimado: R\$ 0,45 (Quarenta e cinco centavos) o quilômetro rodado carregado por m³ transportado. pagos mensalmente. Data da Rescisão: 08/03/2010.

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 3.710/10

LEI Nº 3.710, de 10 de março de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLA-NORTE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.244.954/0001-77, com sede na rua Felipe Schmidt - Nº 874 - Mafra-SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE, no decorrer do exercício de 2010 a contar da data de sua assinatura, conforme proposta de rateio de manutenção da Casa de Apoio do Planalto Norte em Florianópolis, a importância de R\$ 19.253,64 (dezenove mil, duzentos e cinquenta e três reais e sessenta e quatro centavos), dividida em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 1.604,47 (um mil, seiscentos e quatro reais e quarenta e sete centavos), para manutenção da referida Casa de Apoio.

Art. 3º A Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do primeiro pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos.

Art. 4º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE 2071 - Manutenção Serviços de Alta e Média Complexidade

ELEMENTO 335041 - 103 - Contribuições

Art 5º O período de vigência do Convênio será de 14 (quatorze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado caso haja interesse do Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de março de 2010.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Lei nº 3.711/10

LEI Nº 3.711, de 10 de março de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLA-NORTE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.244.954/0001-77, com sede na rua Felipe Schmidt - Nº 874 - Mafra-SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE, a contar da data de sua assinatura, conforme proposta de rateio para chamada de capital referente a aquisição de equipamentos para o Centro de Diagnóstico por Imagem do CISAMURC, a importância de R\$ 17.412,00 (dezesete mil, quatrocentos e doze reais), desembolsável numa única parcela, para aquisição dos seguintes equipamentos:

I- um equipamento de mamografia - modelo Mammomat 3000 - marca Siemens - semi-novo;

II- uma processadora para revelação de exames de mamografia - modelo MX2 - marca Macrotec;

III- um cardioversor/Desfibrilador, semi-automático - modelo DEA - marca Philips;

IV- um carro de emergência;

V- três bancadas com três cubas em Inox para as salas de enfermagem e expurgo do CDI.

Art. 3º A Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos.

Art. 4º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE 2071 - Manutenção Serviços de Alta e Média Complexidade

ELEMENTO 335041 - 103 - Contribuições

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 90 (noventa)



dias, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado caso haja interesse do Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de março de 2010.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Lei nº 3.712/10

LEI Nº 3.712, de 10 de março de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLA-NORTE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.244.954/0001-77, com sede na rua Felipe Schmidt - Nº 874 - Mafra-SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE, no decorrer do exercício de 2010 a contar da data de sua assinatura, conforme proposta de rateio para chamada de capital para construção da sede da AMPLANORTE, a importância de R\$ 18.832,00 (dezoito mil, oitocentos e trinta e dois reais), dividida em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 1.883,20 (um mil, oitocentos e oitenta e três reais e vinte centavos), para continuidade da construção de sua sede administrativa.

Art. 3º A Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do primeiro pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos.

Art. 4º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:
ÓRGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0210 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE 2034 - Encargos Gerais da Administração
ELEMENTO 335041-100 - Contribuições

Art 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado caso haja interesse do Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de março de 2010.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto nº 332/10

DECRETO Nº 332, de 02 de março de 2010.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.616 - LDO, de 25 de junho de 2009, e 3.685 - LOA, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.616 - LDO, de 25 de junho de 2009, e 3.685 - LOA, de 02 de dezembro de 2009:

ORGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0211 - SEC. MUN. DE IND., COM. E TURISMO
PROJETO 1021 - Implantação e Reestruturação de Britadores
ELEMENTO 449051-100 - Obras e Instalações 105 72.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 72.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro ocorrido no exercício de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de março de 2010.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto nº 333/10

DECRETO Nº 333, de 02 de março de 2010.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.616 - LDO, de 25 de junho de 2009, e 3.685 - LOA, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada no Orçamento Geral do Município na dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.616 - LDO, de 25 de junho de 2009, e 3.685 - LOA, de 02 de dezembro de 2009:

ORGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO
UNIDADE 0208 - SEC. MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIEN.
PROJETO 1034 - Programa de Incentivo a Produção Agrícola
ELEMENTO 449052-100 - Equipamentos e Material permanente 46 160.000,00
ELEMENTO 449052-170 - Equipamentos e Material permanente 48 180.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 340.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação ocorrido no exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de março de 2010.
RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração,
Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto nº 334/10

DECRETO Nº 334, de 05 de março de 2010.

Dispõe sobre a opção do Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, pelo regime especial de pagamento de precatórios instituído pelo art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o regime especial de pagamento de precatórios no Município de Porto União, nos termos do "caput" do artigo 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º O Município de Porto União opta pelo pagamento dos precatórios vencidos, relativos as suas administrações direta e indireta, e os emitidos durante o período de vigência do regime especial, pela adoção do regime especial pelo prazo de 15 anos, cujo percentual a ser depositado na conta especial criada para tal fim, corresponderá, anualmente, ao saldo total dos precatórios devidos, acrescido do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes para fins de compensação da mora, excluída a incidência de juros compensatórios, diminuído das amortizações e dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento, na forma do inciso II do § 1º do artigo 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Parágrafo único. Os depósitos serão efetuados até o último dia útil de cada ano em conta específica a ser aberta pelo Município, até a criação da conta especial de que trata o I do § 1º do artigo 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e/ou pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 05 de março de 2010.
RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto nº 335/10

DECRETO Nº 335, de 08 de março de 2010.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.616 – LDO, de 25 de junho de 2009, e 3.685 – LOA, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

ORGÃO ORGÃO 0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO
UNIDADE 0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE 2063 – CIGA – Consórcio de Informática na Gest. Púb.

Mun.

ELEMENTO 317113-100 – Obrigações Patronais 206 702,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 702,00

Art. 1º Fica suplementada no orçamento geral do município na dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 702,00(setecentos e dois reais), autorizado pelas Leis 3616/09 de 25.06.09(LDO) e 3685/09 de 02.12.09(LOA).

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO ORGÃO 0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO

UNIDADE 0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

ATIVIDADE 2063 – CIGA – Consórcio de Informática na Gest. Púb.

Mun.

ELEMENTO 317111-100 – Obrigações Patronais 96 702,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 702,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de março de 2010.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto nº 336/10

DECRETO Nº 336, de 08 de março de 2010.

Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA JULIANO PEDROSO DA ROSA, para o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Programas Sociais, Símbolo CO, previsto no anexo IV da Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2010.

Porto União (SC), 08 de março de 2010.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto nº 337/10

DECRETO Nº 337, de 10 de março de 2010.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA ANA PAULA SALVADORI, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Gabinete, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,



condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de março de 2010.
RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Processo Licitatório 010/2010 EDUCAÇÃO Cancelamento

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 010/2010
Pregão presencial 004/2010 Educação

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fica cancelado o processo aludido licitatorio com base no art 49 da lei 8.666/93.

Porto União SC, 11 de março de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 008/2010 Revogação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 008/2010
Tomada de Preços 003/2010

Revoga-se o aludido processo licitatorio com base no art 49 da lei 8.666/93.

Porto União 08 de março de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 013/2010 Homologação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 013/2010
Pregão Presencial 007/2010
Termo de Homologação

Homologo o processo licitatorio e adjudico a empresa Cenira de Fátima Vieira Roncaglio, Kleber de Moura Dalabona & Cia Ltda ME , Luis Kaminski ME, RMS Papeis Ltda, Reinkjet Tintas Toners e Informática Ltda.

Porto União 10 de março de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 021/2010 Homologação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 021/2010
Pregão Presencial 013/2010

Homologo o processo licitatorio e adjudico a empresa Fênix Informática e Telefonia Ltda.

Porto União 08 de março de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 007/2010 Homologação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 007/2010
Tomada de Preços 002/2010
Termo de Homologação

Homologo o processo licitatorio e adjudico a empresa Magda Pelizza Zago Madeira ME.

Porto União 02 de março de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 008/2010 EDUCAÇÃO Homologação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 008/2010 EDUCAÇÃO
Convite 001/2010 EDUCAÇÃO
Termo de Homologação

Expirado o prazo recursal, torna publico a homologação do processo licitatorio em epigrafe e adjudica a empresa A.S. Iltchechen ME.

Porto União SC, 10 de março de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 042/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 042/2010
Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e telefonia Ltda.

Objeto: Aquisição de Eq. De informática para manutenção da Secretaria de Administração.
Valor total : R\$ 14.208,50 (quatorze mil duzentos e oito reais e cinquenta centavos)
Vigência: 08 de março de 2011 ou a retirada total do material lícitado
Base legal: Pregão 013/2010 e lei 10520/02.

Porto União SC, 08 de março de 2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

FÊNIX INFORMATICA E TELEFONIA LTDA
Contratada

Extrato de Contrato 044/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 044/2010
Partes: Município de Porto União e Mauro Dalabona & Cia Ltda.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente diversos para manutenção da Séc da Administração.
Valor total : R\$ 4.074,36 (quatro mil, setenta e quatro reais e trinta e seis centavos)
Vigência: 11 de setembro de 2011 ou a retirada total do material lícitado
Base legal: Pregão 007/2010 e lei 10520/02.

Porto União SC, 11 de março de 2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

MAURO DALABONA & CIA LTDA
Contratada

Extrato de Contrato 046/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 046/2010
Partes: Município de Porto União e R.M.S Papeis Ltda.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente diversos para manutenção da Séc da Administração.

Valor total : R\$ 5.471,89 (cinco mil, quatrocentos e setenta e um reais e oitenta e nove centavos)

Vigência: 11 de setembro de 2011 ou a retirada total do material licitado

Base legal: Pregão 007/2010 e lei 10520/02.

Porto União SC, 11 de março de 2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

R.M.S. PAPEIS LTDA
Contratada

Extrato de Contrato 043/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 043/2010
Partes: Município de Porto União e Cenira de Fátima Vieira Roncaglio.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente diversos para manutenção da Séc da Administração.

Valor total : R\$ 923,50 (novecentos e vinte e três reais e cinquenta centavos)

Vigência: 11 de setembro de 2011 ou a retirada total do material licitado

Base legal: Pregão 007/2010 e lei 10520/02.

Porto União SC, 11 de março de 2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

CENIRA DE FÁTIMA VIEIRA RONCAGLIO
Contratada

Extrato de Contrato 045/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 045/2010
Partes: Município de Porto União e Luis Kaminski ME.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente diversos para manutenção da Séc da Administração.

Valor total : R\$ 2.395,60 (dois mil, trezentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos)

Vigência: 11 de setembro de 2011 ou a retirada total do material licitado

Base legal: Pregão 007/2010 e lei 10520/02.

Porto União SC, 11 de março de 2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

LUIS KAMINSKI ME
Contratada

Extrato de Contrato 047/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 047/2010
Partes: Município de Porto União e Reinkjet, Tintas, Toners e Informática Ltda.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente diversos para manutenção da Séc da Administração.

Valor total : R\$ 8.913,30 (oito novecentos e treze reais e trinta centavos)

Vigência: 11 de setembro de 2011 ou a retirada total do material licitado

Base legal: Pregão 007/2010 e lei 10520/02.

Porto União SC, 11 de março de 2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

REINKJET, TINTAS TONERS E INFORMÁTICA LTDA
Contratada

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Edital 13/2010 FMS

E D I T A L
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2010 FMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de vigilância e segurança preventiva do prédio onde localiza-se a Policlínica de Referência Regional, situado na rua Tuiuti, nº 154, centro, Rio do Sul – SC.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 26/03/2010, às 09:00h.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 26/03/2010.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Dieison Fernando Marquez Telefone: (47) 3531-1437
e-mail: sau.compras@riodosul.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Setor de Compras e Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Setor de Manutenção

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 40.01.2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 –
MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul – SC, ou fax (47) 3531-1427, encaminhando preenchido o anexo 07, Declaração de Retirada de Edital. O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.



Edital de Citação Nº 001/2010/I.A.003/2010

EDITAL DE CITAÇÃO Nº 001/2010/I.A.003/2010

O Sr. Ronaldo da Rocha presidente da Comissão designada no processo administrativo disciplinar Nº 003/2010 da Secretaria Municipal de Administração, faz saber a MÁRCIO XAVIER, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, nível 10, faixa 11 que estão ocorrendo, em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo em que o mesmo figura como indiciado, incurso no inciso II e § 1º. do Art. 99. da Lei Complementar nº 099 de 24 de abril de 2003:

Parágrafo único – O servidor Márcio Xavier, matrícula nº 5649/01, ausentou-se por mais de 30 (trinta) dias consecutivos não retornando ao trabalho, caracterizando abandono do cargo.

E, constando dos autos que se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente edital, citado para, no dia 05 de abril, próximo futuro, às 09h00, podendo-se fazer assistir por advogado legalmente constituído, comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão, sediada junto à sala de Licitações, andar térreo do Prédio da Prefeitura Municipal, na Praça 25 de julho, 01 em Rio do Sul, a fim de ser interrogado, sobre o fato que lhe é imputado. Para ciência do indiciado, conforme manda o Art. 123 da Lei Complementar Nº 099/2003, é expedido o presente edital, a ser publicado no Jornal A Notícia e no DOM, por três dias consecutivos.

Rio do Sul, 15 de março de 2010.

RONALDO DA ROCHA

Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.014

DECRETO Nº 4.014, DE 12 DE MARÇO DE 2010.

Altera o Decreto 3.969, de 03 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, art. 55 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º, do Anexo Único, do Decreto nº 3.969, de 03 de dezembro de 2009, que "aprova o regimento interno da junta administrativa de recursos de infrações – JARI", passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º.....

I - julgar os recursos interpostos contra as penalidades aplicadas pela autoridade de trânsito DEMUTRAN, no exercício de sua competência originária ou delegada mediante convênio;

II - Requisitar laudos, perícias, exames, documentos e outras informações, objetivando uma melhor análise e julgamento dos recursos;

III - encaminhar ao órgão executivo de trânsito DEMUTRAN, as informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente." (NR)

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 12 de março de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.015

DECRETO Nº 4.015, DE 12 DE MARÇO DE 2010.

Altera o Decreto 3.970, de 03 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, art. 55 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O Artigo 1º, do Decreto nº 3.969, de 03 de dezembro de 2009, que "nomeia os membros da Comissão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, e dá outras providências", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam designados os senhores a seguir relacionados para comporem a Comissão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, do Município de São Lourenço do Oeste, SC:

I - Representantes Titulares:

a) 1º Titular: Gilberto Verado Schiavini, advogado, inscrito sob o CPF nº 410.467.229-72; residente e domiciliado na Rua João Beux Sobrinho, nº 421, Centro, São Lourenço do Oeste - SC;

b) 2º Titular: Lauri Alberto Centenaro, servidor público, inscrito sob o CPF nº 674.402.079-04, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, nº 570, Apto. 570, Centro, São Lourenço do Oeste - SC;

c) 3º Titular: Jucimar José Garbin, empresário, membro da Associação Comercial e Representante da Associação dos Caminhoneiros, inscrito sob o CPF nº 492.318.479-53, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, nº 1177, São Lourenço do Oeste - SC;

II - Representantes Suplentes:

a) 1º Suplente: Neivor Carlos Marin, empresário, membro da Associação Comercial, inscrito sob o CPF nº 565.679.879-87, residente e domiciliado na Travessa São Pedro, nº 928, Centro, São Lourenço do Oeste - SC;

b) 2º Suplente: Rinaldo José Valese, contador, inscrito sob o CPF nº 017.233.229-03, residente e domiciliado na Travessa Luiz Stangherlin, São Lourenço do Oeste - SC;

c) 3º Suplente: Flavia Thaís Leal, servidora pública, inscrita sob o CPF nº 038.107.778-94, residente e domiciliada na Travessa São Pedro, nº 1080, Centro, São Lourenço do Oeste - SC;

Parágrafo único. Para efeitos do caput, fica considerado Presidente da Comissão da Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI, o titular mencionado no inc. I, alínea "a" (NR)

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 12 de março de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 17/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2010, de 02/02/2010.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 51/2009, Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 8/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA

Objeto: TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO.

Valor: Não Alterado.



Data de Assinatura: 02/02/2010

Vigência: De 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do termo aditivo.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 18/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2010, de 04/02/2010.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 05/2009, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: V.MARTINS DA SILVA E CIA LTDA

Objeto: TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DE SUPRESSÃO AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO.

Valor: R\$ 249,96 (duzentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos).

Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta em Decreto.

Dotação orçamentária: Orçamento do exercício financeiro de 2010.

Data de Assinatura: 04/02/2010

Vigência: Da assinatura até 31/12/2010.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Valdevino Martins da Silva - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 19/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2010, de 04/02/2010.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 05/2009, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: LUIZ ALBERTO MIOTTO-ME

Objeto: TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DE SUPRESSÃO AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO.

Valor: R\$ 316,00 (trezentos e desesseis reais).

Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta em Decreto.

Dotação orçamentária: Orçamento do exercício financeiro de 2010.

Data de Assinatura: 04/02/2010

Vigência: Da assinatura até 31/12/2010.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Luiz Alberto Miotto - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 20/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2010, de 04/02/2010.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 05/2009, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: BENETTI & FERRARI TRANSPORTES LTDA ME,

Objeto: TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DE SUPRESSÃO AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO.

Valor: R\$ 257,52 (duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).

Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta em Decreto.

Dotação orçamentária: Orçamento do exercício financeiro de 2010.

Data de Assinatura: 04/02/2010

Vigência: Da assinatura até 31/12/2010.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Edson Ferrari - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 21/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2010, de 04/02/2010.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 05/2009, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: V. BERGGOZZA ME,

Objeto: TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DE SUPRESSÃO AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO.

Valor: R\$ 480,75 (quatrocentos e oitenta reais e setenta e cinco centavos).

Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta em Decreto.

Dotação orçamentária: Orçamento do exercício financeiro de 2010.

Data de Assinatura: 04/02/2010

Vigência: Da assinatura até 31/12/2010.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Valdemar Bergozza - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 22/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2010, de 04/02/2010.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 05/2009, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: J LUDWIG ME,

Objeto: TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DE SUPRESSÃO AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO.

Valor: R\$ 82,99 (oitenta e dois reais e noventa e nove centavos).

Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta em Decreto.

Dotação orçamentária: Orçamento do exercício financeiro de 2010.

Data de Assinatura: 04/02/2010

Vigência: Da assinatura até 31/12/2010.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Joceli Ludwig - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 23/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2010, de 04/02/2010.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 05/2009, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: LUCAS PELIZZER ME,

Objeto: TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DE SUPRESSÃO AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO.

Valor: R\$ 597,53 (quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta e tres centavos).

Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta em Decreto.

Dotação orçamentária: Orçamento do exercício financeiro de 2010.

Data de Assinatura: 04/02/2010

Vigência: Da assinatura até 31/12/2010.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Lucas Pelizzer - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 24/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2010, de 04/02/2010.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 05/2009, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS MENEGASSI LTDA

ME,
Objeto: TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DE SUPRESSÃO AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO.
Valor: R\$ 250,60 (duzentos e cinquenta reais e sessenta centavos).
Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta em Decreto.
Dotação orçamentária: Orçamento do exercício financeiro de 2010.
Data de Assinatura: 04/02/2010
Vigência: Da assinatura até 31/12/2010.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Ivo Menegassi - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 25/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2010, de 04/02/2010.
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2009.
Origem: Processo Licitatório nº 05/2009, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2009
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: SAN CARMO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA ME
Objeto: TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DE SUPRESSÃO AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO.
Valor: R\$ 66,00 (sessenta e seis reais).
Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta em Decreto.
Dotação orçamentária: Orçamento do exercício financeiro de 2010.
Data de Assinatura: 04/02/2010
Vigência: Da assinatura até 31/12/2010.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e João M. B. De Camargo - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 26/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2010, de 04/02/2010.
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2009.
Origem: Processo Licitatório nº 05/2009, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2009
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: IVONIR V. FLORES & CIA LTDA ME,
Objeto: TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DE SUPRESSÃO AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO.
Valor: R\$ 12,00 (doze reais).
Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta em Decreto.
Dotação orçamentária: Orçamento do exercício financeiro de 2010.
Data de Assinatura: 04/02/2010
Vigência: Da assinatura até 31/12/2010.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Ivonir Valadrão Flores - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 27/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2010, de 04/02/2010.
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2009.
Origem: Processo Licitatório nº 05/2009, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2009
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: SCHVANS TRANSPORTES LTDA ME
Objeto: TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DE SUPRESSÃO AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO.
Valor: R\$ 271,43 (duzentos e setenta e um reais e quarenta e tres centavos).
Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta em Decreto.

Dotação orçamentária: Orçamento do exercício financeiro de 2010.
Data de Assinatura: 04/02/2010
Vigência: Da assinatura até 31/12/2010.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Almir Schvans - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 28/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2010, de 04/02/2010.
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2009.
Origem: Processo Licitatório nº 05/2009, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2009
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: VANDERLEI VIAL & CIA LTDA ME
Objeto: TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DE SUPRESSÃO AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO.
Valor: R\$ 186,52 (cento e oitenta e seis reais e cinquenta e dois centavos).
Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta em Decreto.
Dotação orçamentária: Orçamento do exercício financeiro de 2010.
Data de Assinatura: 04/02/2010
Vigência: Da assinatura até 31/12/2010.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Vanderlei Vial - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 29/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2010, de 04/02/2010.
NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2008.
Origem: Processo Licitatório nº 38/2008, Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 4/2008),
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA
Objeto: TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO.
Valor: Não Alterado.
Data de Assinatura: 04/02/2010
Vigência: De 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do termo aditivo.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 30/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2010, de 05/02/2010.
Origem: Processo Licitatório nº 3/2010, Modalidade Convite p/ Compras e Serviços nº 2/2010,
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA ME,
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, PARA EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO PARA ABRIGAR A GEINFRA - GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE PRESIDENTE JUSCELINO, LOCALIZADA NO DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO, EM SÃO LOURENÇO DO OESTE, COM ÁREA TOTAL DE 317,14 M²
Valor: R\$ 111.218,69 (cento e onze mil duzentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos)
Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010
Dotação orçamentária: recursos financeiros Próprios do Município, do exercício de 2010
Data de Assinatura: 05/02/2010
Vigência: de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de recebimento da ordem de serviço
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo con-

tratante e Heder Viganó - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 31/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2010, de 05/02/2010.
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 78/2009.
Origem: Processo Licitatório nº 26/2009, Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 2/2009
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORAÇÕES LTDA
Objeto: TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO.
Valor: Não Alterado.
Data de Assinatura: 05/02/2010
Vigência: De 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do termo aditivo.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 32/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2010, de 15/02/2010.
Origem: CONTRATO DIRETO
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: MARELIZA FLOR MARTINS
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR A GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE FREDERICO WASTNER, LOCALIZADO EM FREDERICO WASTNER, INTERIOR, EM SÃO LOURENÇO DO OESTE, SC
Valor: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010
Dotação orçamentária: 11 – 2010 – 10.01.2.025.3.3.90.00.00.0 0.00.00.0107 Manutenção das Ativ. Da Secretaria de Desenvolvimento Rural.
Data de Assinatura: 15/02/2010
Vigência: da data da assinatura até 15/08/2010
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Mareliza Flor Martins- pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 33/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2010, de 12/02/2010.
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 167/2008.
Origem: Processo Licitatório nº 71/2008 Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 14/2008
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: IDAJA SERVIÇOS DE CALÇAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA ME
Objeto: TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO.
Valor: Não Alterado.
Data de Assinatura: 12/02/2010
Vigência: De 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do termo aditivo.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Itamar Grobe Miranda - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 34/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2010, de 12/02/2010.
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 168/2008
Origem: Processo Licitatório nº 72/2008 Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 15/2008
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: IDAJA SERVIÇOS DE CALÇAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA ME
Objeto: TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO.

Valor: Não Alterado.

Data de Assinatura: 12/02/2010

Vigência: De 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do termo aditivo.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Itamar Grobe Miranda - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 35/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2010, de 17/02/2010.
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 171/2009.
Origem: Processo Licitatório nº 96/2009, Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 12/2009
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA
Objeto: TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO.
Valor: Não Alterado.
Data de Assinatura: 17/02/2010
Vigência: De 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do termo aditivo.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Fábio Luiz Silveira - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 36/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2010, de 19/02/2010.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 224/2009.
Origem: Processo Licitatório nº 110/2009, Modalidade Tomada de Preços para obras e Serviços de Engenharia nº 15/2009
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: CBL CONSTRUÇÕES LTDA
Objeto: TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO.
Valor: Não Alterado.
Data de Assinatura: 19/02/2010
Vigência: De 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do termo aditivo.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Jucimar Soares - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 37/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2010, de 24/02/2010.
Origem: Processo Licitatório nº 8/2010, Modalidade Convite p/ Compras e Serviços nº 4/2010
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: MARCOS BORBA ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE SÊMEN PARA UTILIZAÇÃO NO PROGRAMA DE PRODUÇÃO ANIMAL QUE ATENDERÁ O PROJETO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL.
Valor: R\$ 75.275,00 (setenta e cinco mil duzentos e setenta e cinco reais).
Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010
Dotação orçamentária: 10.01.2.023.3.3.90.30.99.00.00.00(16/2010)
Data de Assinatura: 24/02/2010
Vigência: da assinatura até 31/12/2010
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Marcos Borba - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 38/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2010, de 24/02/2010.
Origem: Processo Licitatório nº 4/2010, Modalidade Convite p/ Compras e Serviços nº 5/2010
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.



Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO E REVISÃO COMPLETA DA MÁQUINA RETROESCAVADEIRA CAT 420E DE PATRIMÔNIO Nº 4926.

Valor: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010

Dotação orçamentária: 2.025.3390.00 - Man. das atividades da Sec. Mun. do Desenv. Rural

Data de Assinatura: 24/02/2010

Vigência: até 08 (oito) dias, a contar da homologação

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Jandir Chagas Filho - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 39/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2010, de 26/02/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 15/2010, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 2/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A.-EPAGRI

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-FINANCEIRO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PELA EPAGRI S.A, PARA O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Valor: R\$ 31.608,00 (trinta e um mil seiscentos e oito reais)

Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010

Dotação orçamentária: Projeto Atividade: 10.01.2.023.3.3.90.00.00.00.00

Data de Assinatura: 26/02/2010

Vigência: da assinatura deste até 31 de dezembro de 2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Paulo Sergio Scremim - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 40/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2010, de 26/02/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 9/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 5/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: COMERCIAL ALVORADA LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS E DISTRIBUIDOS AOS DEZESSEIS CLUBES DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Valor: R\$ 6.343,00 (seis mil trezentos e quarenta e três reais).

Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010

Dotação orçamentária: 11.01.2.029.3.3.90.30.07.00.00.00(26/2010)

Data de Assinatura: 26/02/2010

Vigência: da assinatura até 31 de dezembro de 2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Rosimar Antonio Verona - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 41/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2010, de 26/02/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 9/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 5/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: FABIANE MIKOLAJCZYK ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS E DISTRIBUIDOS AOS DEZESSEIS CLUBES DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Valor: R\$ 13.060,00 (treze mil e sessenta reais).

Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010

Dotação orçamentária: 11.01.2.029.3.3.90.30.07.00.00.00(26/2010)

10)

Data de Assinatura: 26/02/2010

Vigência: da assinatura até 31 de dezembro de 2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Fabiane Mikolajczyk - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 42/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2010, de 26/02/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 9/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 5/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: LEANDRO CORREIA DOS SANTOS & CIA LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS E DISTRIBUIDOS AOS DEZESSEIS CLUBES DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Valor: R\$ 2.515,00 (dois mil quinhentos e quinze reais).

Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010

Dotação orçamentária: 11.01.2.029.3.3.90.30.07.00.00.00(26/2010)

Data de Assinatura: 26/02/2010

Vigência: da assinatura até 31 de dezembro de 2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Leandro Correia dos Santos - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 43/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2010, de 26/02/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 9/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 5/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: CLAIRTO RICARDI ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS E DISTRIBUIDOS AOS DEZESSEIS CLUBES DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Valor: R\$ 2.098,00 (dois mil e noventa e oito reais).

Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010

Dotação orçamentária: 11.01.2.029.3.3.90.30.07.00.00.00(26/2010)

Data de Assinatura: 26/02/2010

Vigência: da assinatura até 31 de dezembro de 2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Clairto Ricardi - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 44/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2010, de 26/02/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 9/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 5/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: NOAL & TREVISOL LTDA - ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS E DISTRIBUIDOS AOS DEZESSEIS CLUBES DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Valor: R\$ 1.188,00 (um mil cento e oitenta e oito reais).

Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010

Dotação orçamentária: 11.01.2.029.3.3.90.30.07.00.00.00(26/2010)

Data de Assinatura: 26/02/2010

Vigência: da assinatura até 31 de dezembro de 2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Iraci Trevisol - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 45/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2010, de 26/02/2010.



Origem: Processo Licitatório nº 9/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 5/2010
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: DOCE VICIO INDUSTRIA DE CHOCOLATES LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS E DISTRIBUIDOS AOS DEZESSEIS CLUBES DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
Valor: R\$ 9.090,00 (nove mil e noventa reais).
Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010
Dotação orçamentária: 11.01.2.029.3.3.90.30.07.00.00.00(26/2010)
Data de Assinatura: 26/02/2010
Vigência: da assinatura até 31 de dezembro de 2010
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Luiz Esser - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 46/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2010, de 26/02/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 11/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 7/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: NOAL & TREVISOL LTDA - ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE 18.900 LITROS DE LEITE UHT, EM EMBALAGEM LONGA VIDA, PARA ATENDER O PROGRAMA LEITE DAS CRIANÇAS - LEITE TIPO CIDADANIA

Valor: R\$ 29.484,00 (vinte e nove mil quatrocentos e oitenta e quatro reais)

Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010

Dotação orçamentária: 11.01.2.029.3.390.32.99.00.00.00(26/2010)

Data de Assinatura: 26/02/2010

Vigência: Da assinatura até 31 de dezembro de 2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Iraci Trevisol - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 03/2010 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2010, de 09/02/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 4/2010, Modalidade Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 1/2010

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Município de São Lourenço do Oeste

Contratada: SAMUEL CORREA CLINICA MÉDICA LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços Médicos para prestação de serviços durante os meses de fevereiro, março, abril e maio/2010(sendo 02 (dois) médicos 40 horas semanais para Pronto Atendimento da Policlínica Municipal de Saúde e 01 (um) Médico 40 horas semanais para ESF.de Presidente Juscelino

Valor: R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais).

Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010

Dotação orçamentária: 13.01.2.019.3190.00 - Manutenção das atividades da Saúde Pública

Data de Assinatura: 09/02/2010

Vigência: Da assinatura até 30/05/2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Samuel Correia - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 04/2010 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2010, de 26/02/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 1/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 1/2010

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Município de São

Lourenço do Oeste

Contratada: ANGEOMED COM. PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS, CONTROLADOS E INJETÁVEIS PARA TODOS OS PACIENTES EM TRATAMENTO NAS ESF's, CAPS, PRONTO ATENDIMENTO E DEMAIS PROGRAMAS

Valor: R\$ 58.440,00 (cinquenta e oito mil quatrocentos e quarenta reais),

Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010

Dotação orçamentária: Por conta de recursos próprios e do orçamento do exercício financeiro de 2010

Data de Assinatura: 26/02/2010

Vigência: Da assinatura até 31/12/2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Sirlei Fátima Follador - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 05/2010 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2010, de 26/02/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 1/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 1/2010

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Município de São Lourenço do Oeste

Contratada: DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS, CONTROLADOS E INJETÁVEIS PARA TODOS OS PACIENTES EM TRATAMENTO NAS ESF's, CAPS, PRONTO ATENDIMENTO E DEMAIS PROGRAMAS

Valor: R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais)

Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010

Dotação orçamentária: Por conta de recursos próprios e do orçamento do exercício financeiro de 2010

Data de Assinatura: 26/02/2010

Vigência: Da assinatura até 31/12/2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Maritânia Filipeto Folador - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 06/2010 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2010, de 26/02/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 1/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 1/2010

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Município de São Lourenço do Oeste

Contratada: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS, CONTROLADOS E INJETÁVEIS PARA TODOS OS PACIENTES EM TRATAMENTO NAS ESF's, CAPS, PRONTO ATENDIMENTO E DEMAIS PROGRAMAS

Valor: R\$ 35.295,00 (trinta e cinco mil duzentos e noventa e cinco reais)

Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010

Dotação orçamentária: Por conta de recursos próprios e do orçamento do exercício financeiro de 2010

Data de Assinatura: 26/02/2010

Vigência: Da assinatura até 31/12/2010

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Nancy Terezinha Werlang - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 07/2010 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2010, de 26/02/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 1/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 1/2010

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Município de São Lourenço do Oeste
Contratada: DIMASTER-COMERCIO DE PROD.HOSPITALARES LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS, CONTROLADOS E INJETÁVEIS PARA TODOS OS PACIENTES EM TRATAMENTO NAS ESF's, CAPS, PRONTO ATENDIMENTO E DEMAIS PROGRAMAS
Valor: R\$ 87.953,00 (oitenta e sete mil novecentos e cinquenta e três reais),
Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010
Dotação orçamentária: Por conta de recursos próprios e do orçamento do exercício financeiro de 2010
Data de Assinatura: 26/02/2010
Vigência: Da assinatura até 31/12/2010
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Odair José Balestrin - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 08/2010 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2010, de 26/02/2010.
Origem: Processo Licitatório nº 1/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 1/2010
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Município de São Lourenço do Oeste
Contratada: SULMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS, CONTROLADOS E INJETÁVEIS PARA TODOS OS PACIENTES EM TRATAMENTO NAS ESF's, CAPS, PRONTO ATENDIMENTO E DEMAIS PROGRAMAS
Valor: R\$ 110.151,00 (cento e dez mil cento e cinquenta e um reais),
Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010
Dotação orçamentária: Por conta de recursos próprios e do orçamento do exercício financeiro de 2010
Data de Assinatura: 26/02/2010
Vigência: Da assinatura até 31/12/2010
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Dalci Filippetto - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 09/2010 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2010, de 26/02/2010.
Origem: Processo Licitatório nº 1/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 1/2010
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Município de São Lourenço do Oeste
Contratada: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPIT. LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS, CONTROLADOS E INJETÁVEIS PARA TODOS OS PACIENTES EM TRATAMENTO NAS ESF's, CAPS, PRONTO ATENDIMENTO E DEMAIS PROGRAMAS
Valor: R\$ 218.254,00 (duzentos e dezoito mil duzentos e cinquenta e quatro reais)
Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010
Dotação orçamentária: Por conta de recursos próprios e do orçamento do exercício financeiro de 2010
Data de Assinatura: 26/02/2010
Vigência: Da assinatura até 31/12/2010
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Edivar Szymanski - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 10/2010 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2010, de 26/02/2010.
Origem: Processo Licitatório nº 1/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 1/2010
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Município de São Lourenço do Oeste
Contratada: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS, CONTROLADOS E INJETÁVEIS PARA TODOS OS PACIENTES EM TRATAMENTO NAS ESF's, CAPS, PRONTO ATENDIMENTO E DEMAIS PROGRAMAS
Valor: R\$ 21.857,00 (vinte e um mil oitocentos e cinquenta e sete reais)
Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010
Dotação orçamentária: Por conta de recursos próprios e do orçamento do exercício financeiro de 2010
Data de Assinatura: 26/02/2010
Vigência: Da assinatura até 31/12/2010
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Anacleto Ferrari - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 11/2010 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2010, de 26/02/2010.
Origem: Processo Licitatório nº 1/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 1/2010
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Município de São Lourenço do Oeste
Contratada: DIMERIOS MATERIAS CIRURGICOS LTDA,
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS, CONTROLADOS E INJETÁVEIS PARA TODOS OS PACIENTES EM TRATAMENTO NAS ESF's, CAPS, PRONTO ATENDIMENTO E DEMAIS PROGRAMAS
Valor: R\$ 17.730,00 (dezessete mil setecentos e trinta reais)
Forma de Pagamento: De acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto 3.990/2010
Dotação orçamentária: Por conta de recursos próprios e do orçamento do exercício financeiro de 2010
Data de Assinatura: 26/02/2010
Vigência: Da assinatura até 31/12/2010
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) – pelo contratante e Ivan Dallapria - pela contratada.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 110/2010

DECRETO n.º 110/2010
Exonera RICHARD MOTTA COELHO do Cargo de Professor II Horista.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar RICHARD MOTTA COELHO do Cargo de Professor II Horista., contrato de trabalho nº. 020/2010.
Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de março de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal



Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto N.º 111/2010

DECRETO n.º 111/2010

Exonera MYRIAN MARTINS DA SILVA do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar MYRIAN MARTINS DA SILVA do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 031/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de março de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto N.º 112/2010

DECRETO n.º 112/2010

Admite em Caráter Temporário OTTONIEL CARLOS TOMAZ para o Cargo de Professor I Horista.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, OTTONIEL CARLOS TOMAZ para o Cargo de Professor I Horista, contrato de trabalho nº. 047/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de março de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Pregão Presencial N° 26/2010 – PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201.

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 – SCHROEDER/ SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL No 26/2010 – PMS

O Município de Schroeder torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Municipal nº1669/2008, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo menor preço POR ITEM nº. 26/2010 – PMS.

OBJETO: Aquisição de materiais para conserto de serviços em geral e continuidade da execução da nova rede de água para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento: 29 de março de 2010 às 14h.

Abertura do Processo: 29 de março de 2010 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Schroeder A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N°. 56/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO N°. 56/2010-PMS

Processo de licitação nº. 35/2010 - PMS

Modalidade Pregão Presencial nº. 15/2010 – PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratado: ZANDONÁ & PIVA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.456.804/0001-50 e inscrição Estadual nº 254.226.027, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, 3246, Bairro Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de mobiliário e acessórios de cama para suprir as necessidades do Centro de Educação Infantil Municipal Girassol, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

| ITEM | DESCRIÇÕES | QTDE. | UNID. | VALOR R\$ UNITÁRIO | VALOR R\$ TOTAL |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|--------------------|-----------------|
| 17 | Berço em chapa industrializada e estrado em eucalipto laqueado branco brilho, possuindo trava em 4 rodas e seu estrado possui 3 regulagens de altura, acompanha varal interno. | 05 | UNID. | 169,00 | 845,00 |
| 18 | Colchão fabricado em poliuretano de qualidade, dimensões 1,35 x 0,68 x 12 densidade 23, tecido 51% viscose e 49% poliéster, com tratamento anti-ácaro, fungo e mofo - para berço - capacidade de peso recomendado 50 kg | 14 | UNID. | 59,00 | 826,00 |
| TOTAL R\$ | | | | | 1.671,00 |



Valor: R\$ 1.671,00 (Um mil seiscentos e setenta e um reais).

Data da Assinatura: 15/03/2010

Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N° 55/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

EXTRATO DO CONTRATO N° 55/2010-PMS

Processo de licitação nº. 35/2010 - PMS

Modalidade Pregão Presencial nº. 15/2010 – PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratado: TINA COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.326.311/0001-07, estabelecida na Rua 13 de Novembro, nº. 238, Centro, na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, CEP: 88200-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de mobiliário e acessórios de cama para suprir as necessidades do Centro de Educação Infantil Municipal Girassol, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

| ITEM | DESCRIÇÕES | QTDE. | UNID. | VALOR R\$ UNITÁRIO | VALOR R\$ TOTAL |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|--------------------|-----------------|
| 03 | Mesa de trabalho sem gavetas em MDP de no mínimo 15mm de espessura com acabamento em perfil de 180 graus, pés de ferro duplo de no mínimo 30x50 pintados com tinta a pó, sem gavetas com medida mínima de 1.20x0.60x0.74 | 03 | UNID. | 114,00 | 342,00 |
| 04 | Mesa de reunião oval em MDP de no mínimo 15mm de espessura com acabamento em perfil de 180 graus, pés de ferro duplo reforçado de no mínimo 30x50 pintados com tinta a pó, medida mínima de 1.90x0.90x0.74 | 01 | UNID. | 260,00 | 260,00 |
| 05 | Armário tipo estante com 2 portas com chave individual na parte inferior e aberto com 1 prateleira regulável na parte superior, em MDP de no mínimo 15mm de espessura com acabamento em fita, medida mínima de 1.60x0.90x0.40. Com base metálica e pés nivelador | 01 | UNID. | 379,00 | 379,00 |

| | | | | | |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|-------|----------|----------|
| 07 | Mesa de computador com teclado retrátil medindo no mínimo 60x35 com correção metálica, suporte de CPU e estabilizador, em MDP de no mínimo 15mm de espessura com acabamento em perfil 180 graus no tampo da mesa e acabamento em fita no teclado e no suporte de CPU, com pés de ferro reforçado 30x50 pintados com epoxi pó medindo no mínimo 1.10x0.60x0.74 | 01 | UNID. | 177,00 | 177,00 |
| 08 | Balcão de 15mm de espessura em MDP aberto na frente, com 3 prateleiras reforçadas medida mínima de 2.70 de comprimento x 0.70 de profundidade x 1.25 de altura - com fundo de 15mm - cor vai ser branco, ovo ou cinza todo em perfil (não pode ter cantos vivos, porque será usado em uma creche) | 03 | UNID. | 1.144,00 | 3.342,00 |
| 09 | Balcão de 15mm de espessura em MDP aberto na frente, com 3 prateleiras reforçadas medida mínima de 1.15 de comprimento x 0.60 de profundidade x 1.25 de altura - com fundo de 15mm - cor vai ser branco, ovo ou cinza todo em perfil (não pode ter cantos vivos, porque será usado em uma creche) | 03 | UNID. | 730,00 | 2.190,00 |
| 10 | Armário de 15mm de espessura em MDP aberto na frente, com 3 prateleiras reforçadas medida mínima de 1.40 de comprimento x 0.60 de profundidade x 2,05 de altura - com fundo de 15mm - cor vai ser branco, ovo ou cinza todo em perfil (não pode ter cantos vivos, porque será usado em uma creche) | 03 | UNID. | 1.398,00 | 4.194,00 |
| 11 | Baú de madeira de 15mm de espessura em MDP, medida mínima de 2.40 de comprimento x 0.40 de altura x 0.40 de profundidade, cor branco - todo em 15mm | 03 | UNID. | 600,00 | 1.800,00 |
| 12 | Balcão de 15mm de espessura em MDP aberto na frente, com 3 prateleiras reforçadas medida mínima de 1,05 de altura x 2.10 de comprimento x 0.70 de profundidade - com fundo de 15mm - cor vai ser branco, ovo ou cinza todo em perfil (não pode ter cantos vivos, porque será usado em uma creche) | 01 | UNID. | 1.089,00 | 1.089,00 |

| | | | | | |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|-------|----------|-----------|
| 13 | Balcão de 15mm de espessura, modelo trocador com 2 portas de correr, medida mínima de 2.00 de comprimento x 0.85 de altura x 0.60 de profundidade - com fundo de 15mm - cor vai ser branco, ovo ou cinza todo em perfil (não pode ter cantos vivos, porque será usado em uma creche) | 02 | UNID. | 1.399,00 | 2.798,00 |
| TOTAL R\$ | | | | | 16.571,00 |

Valor: R\$ 16.571,00 (Dezesseis mil quinhentos e setenta e um reais).

Data da Assinatura: 15/03/2010

Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N° 54/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO N° 54/2010-PMS

Processo de licitação nº. 35/2010 - PMS

Modalidade Pregão Presencial nº. 15/2010 – PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratado: MAXIMA PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.260.164/0001-00, estabelecida na Rua Adolfo Konder, nº. 279, Ceramarte, na Cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP: 89295-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de mobiliário e acessórios de cama para suprir as necessidades do Centro de Educação Infantil Municipal Girassol, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

| ITEM | DESCRIÇÕES | QTDE. | UNID. | VALOR R\$ UNITÁRIO | VALOR R\$ TOTAL |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|--------------------|-----------------|
| 01 | Cadeira fixa de aproximação estilo secretária com encosto e assento revestido com tecido poliéster na cor azul, com espuma estendida laminada de 30mm de espessura. "Tubo de 7/8", largura total de 43 cm, altura de 82,5 cm e profundidade total de 51 cm. | 12 | UNID. | 63,00 | 756,00 |
| 02 | Arquivo de aço com 4 gavetas com deslizante de nylon, com pintura epoxi a pó na cor cinza, com chave, medida mínima de 1.330x0.470x0.60 com puxador estampado na frente da gaveta. Chapa 26 | 01 | UNID. | 290,00 | 290,00 |

| | | | | | |
|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|-------|--------|----------|
| 15 | Ventiladores de Parede 60cm - Grade Plástica, tendo no mínimo as seguintes características: Grades em polipropileno injetado na cor do produto, presilhas incorporadas, super resistentes. Finíssimo acabamento e design moderno. Adequada à norma NBR. Potência: 1/4CV - 200 W, Diâmetro da hélice: 22", RPM: 1300 Máxima, Tensão: 220, Velocidade regulável, Equipado com protetor térmico | 03 | UNID. | 136,00 | 408,00 |
| 16 | Conjunto refeitório infantil composto por 1 mesa e 2 bancos. Mesa: Tampo aglomerado de 15mm revestido em laminado melaminico de alta resistência Medindo no mínimo 200x70x57. Bordos longitudinais e transversais post formado em 180° em PVC. A fixação do tampo é feita por meio de parafusos em cantoneiras de metal fixados a armação. Estrutura confeccionada em tubo industrial de 7/8 parede 1,06 , tratados com sistema anti ferruginoso e pintado com tinta epóxi a pó com secagem em estufa a 180°. Armação com 6 pés , interligados por tubos formando um só bloco, soldados pelo sistema eletrônico de solda Mig. Possui ponteiros de polipropileno de alta resistência nas extremidades. Medidas total de 200x70x57 Bancos: Tampo em aglomerado de 15mm revestido em laminado melaminico de alta resistência com brilho medindo 200x30x33. Bordos longitudinais e transversais em post formado em 180° com perfil em PVC. Estrutura tubo industrial de 7/8 parede 1,06 , tratados com sistema anti ferruginoso e pintado com tinta epóxi a pó com secagem em estufa a 180°. Armação com 6 pés , interligados por tubos formando um só bloco, soldados pelo sistema de solda Mig. Possui ponteiros de polipropileno de alta resistência nas extremidades. Medidas total de 200x30x33 | 03 | UNID. | 550,00 | 1.650,00 |
| TOTAL R\$ | | | | | 3.140,00 |

Valor: R\$ 3.140,00 (Três mil cento e quarenta reais).

Data da Assinatura: 15/03/2010

Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N° 53/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER – SC



e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 53/2010-PMS

Processo de licitação nº. 35/2010 - PMS

Modalidade Pregão Presencial nº. 15/2010 – PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratado: LUPEL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.868.387/001-90, estabelecida na Rua Venâncio da Silva, nº. 331, no Bairro Nova Brasília, na Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89252-230.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de mobiliário e acessórios de cama para suprir as necessidades do Centro de Educação Infantil Municipal Girassol, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

| ITEM | DESCRIÇÕES | QTDE. | UNID. | VALOR R\$ UNITÁRIO | VALOR R\$ TOTAL |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|--------------------|-----------------|
| 06 | Armário alto fechado com 2 portas com chave individual, em MDP de no mínimo 15mm de espessura com acabamento em fita, medida mínima de 1.60x0.90x0.40 com 4 prateleiras internas reguláveis. Com base metálica e pés nivelador | 01 | UNID. | 389,00 | 389,00 |
| 14 | Ventilador de Teto Comercial com 3 pás de aço, tendo no mínimo as seguintes características: Todo em aço tratado com pintura eletrostática, Potência: 1/6CV, RPM: 420 Tensão: 220 volts, Diâmetro: 1.000mm, Área de ventilação: 20m² com Chave RV = Liga-desliga com reversão | 02 | UNID. | 83,00 | 166,00 |
| TOTAL R\$ | | | | | 555,00 |

Valor: R\$ 555,00 (Quinhentos e cinquenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 15/03/2010

Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A05/2010 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A05/2010 – FMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 90/2009 – FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt;

CMB EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.847.003/0001-04, estabelecida na Rua Tenente Antonio João, nº. 1.339, Bom Retiro, na cidade de Joinville, Estado de

Santa Catarina, CEP: 89222-201, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhorita Márcia Regina Becker, inscrita no CPF sob o nº. 009.862.789-98 e Carteira de Identidade nº. 4.467.619-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 90/2009 - FMS, celebrado em 29 de outubro de 2009, proveniente do processo licitatório nº. 47/2009-FMS, modalidade Tomada de Preço nº. 01/2009 - FMS, em que consiste na contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) da Segunda Etapa do Posto de Schroeder I, com área de 98,98m², localizado à Rua Guaramirim, nº. 530, Bairro Schroeder I, no Município de Schroeder/SC.

Considerando o disposto no Artigo 57, §1º, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, frente à prorrogação de 30 (trinta) dias do prazo da execução da obra em função das condições climáticas desfavoráveis (excesso de chuva) no período da execução da obra, impossibilitando assim o bom andamento dos trabalhos.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Marcelo da Silva, CREA – SC 54209-1, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme anexo a este processo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - O prazo de execução da obra passa a ser até a data de 01 de abril de 2010.

Cláusula 2ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 01 de Março de 2010.

CONTRATADA:

CMB EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

Márcia Regina Becker

CPF no 009.862.789-98

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: Everton Francisco Cesconetto

CPF nº. 038.873.459-08

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas



atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ADELIR PIVA BONETTI, inscrita no CPF sob nº. 724.670.969-04, aprovada em 13º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 10 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 12 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. DIBA FATIMA VEGINI, inscrita no CPF sob nº. 442.578.999-72, aprovada em 1º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de TERAPEUTA OCUPACIONAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 10 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 12 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. EDUARDO LUIZ BUSARELLO, inscrito no CPF sob nº. 068.436.639-82, aprovado em 2º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINA III, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 10 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 12 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

LEONOR JACOBI
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LUCIANA PEREIRA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob nº. 004.187.099-98, aprovada em 14º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 10 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 12 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. RAQUEL DE ARAUJO HERWEG, inscrita no CPF sob nº. 008.928.789-40, aprovada em 1º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de FONOAUDIÓLOGA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 10 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 12 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2010-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nr.: 5/2010 - DL

Processo Nr.: 15/2010
Data: 12/03/2010

Folha: 1/2

Fornecedor: VEÍCULOS STEIN LTDA

Código: 6040

Endereço: RODOVIA BR-101 KM 41

Cidade: JOINVILLE - SC

CNPJ: 82.607.870/0001-98

Inscrição Estadual: 250.133.768

Objeto da Compra: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONserto, INCLUINDO PEÇAS NOVAS, DO SISTEMA DE EMBREAGEM DO VEÍCULO SPRINTER 313 B6RA PLACA MEK 7789 LOTADO NA SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA DE SCHROEDER/SC.**ITENS**

| Item | Quantidade | Especificação | Unid. | Valor Unitário | Valor Total |
|------|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|----------------|-------------|
| 1 | 1,00 | CONserto DO SISTEMA DE EMBREAGEM DA SPRINTER, SENDO: - FLUIDO F. DOT 4 SUPER P'REMIUM IPIRANGA 24X500 - REMOVER CAIXA DE CAMBIO, TROCAR CILINDRO EMBR. SUPERIOR E INFERIOR - LUVA DE DESENGATE - CILINDRO IMPULSOR EMBREA. ACO | UN | 2.189,55 | 2.189,55 |

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inci artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas c mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

TEXTO

CONFORME PEDIDO DO SETOR SOLICITANTE A CONTRATAÇÃO DAR-SE PELO MOTIVO DA EMPRESA 'VEÍCULOS STEIN LTDA.', QUANDO EXECUTANDO O CONTRATTO Nº 02/2010-FMS, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MOTOR NOVO PARA VEÍCULO SPRINTER, QUANDO DA MONTAGEM DO MESMO VERIFICOU-SE QUE O SISTEMA DE EMBREAGEM ESTAVA COM PROBLEMAS SÉRIOS, IMPOSSIBILITANDO O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO MESMO, COMO O VEÍCULO JÁ ESTÁ DESMONTADO NO PÁTIO DA EMPRESA NÃO EXISTE A POSSIBILIDADE DE TERMOS OUTROS ORÇAMENTOS.

SCHROEDER, 12 de Março de 2010

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nr.: 5/2010 - DL

Processo Nr.: 15/2010
Data: 12/03/2010

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 11 de Março de 2010

Valor da Despesa: 2.189,55 (dois mil cento e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL



Três Barras

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Credenciamento 02/2010

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 002/2.010 - PARA LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS.

O Município de Três Barras, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento (Chamamento Público) nº. 002/2.010 de Laboratórios para prestação de serviços especializados de análises clínicas, para realização de exames laboratoriais (conforme relação de exames constante do anexo I do edital), ao preço da tabela SIA/SUS acrescida de valores complementares.

Os credenciados deverão efetuar os atendimentos para o Fundo Municipal de Saúde, através da coleta de material e realização dos exames, em estabelecimento próprio, na Fundação Hospitalar e domicílios, conforme indicado pelo Fundo Municipal de Saúde, tendo obrigação do fornecimento dos devidos laudos, que serão retirados pelos próprios pacientes ou pessoas por eles designadas, no próprio laboratório.

DAS INSCRIÇÕES: Os Laboratórios de Análises Clínicas interessados no credenciamento deverão apresentar junto ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Santa Catarina, 616 – Centro, os documentos para habilitação indicados no edital, que poderão ser entregues a partir do dia 17 de março de 2.010. O presente edital de credenciamento universal terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, ou até que outro edital ou ato da administração venha a revogá-lo.

VIGÊNCIA DOS CONTRATOS: Os contratos firmados com os credenciados terão vigência de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 60 (sessenta) meses, caso haja interesse da Administração, com a anuência da credenciada, nos termos do art. 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO: A formalização do credenciamento se dará através de contrato específico originado por Inexigibilidade de Licitação com base legal na Lei 8.666/93 e suas alterações e neste credenciamento, após a entrega da documentação relacionada no edital, conforme minuta constante no anexo II do edital.

RECURSOS FINANCEIROS: Recursos Próprios do Município e Transferências de Recursos do SUS.

DAS INFORMAÇÕES: Informações sobre o andamento da licitação e resultados de julgamentos bem como cópias do edital poderão ser obtidas nos dias úteis, das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 16h30min horas, na Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro, ou através do telefone 47 3623-0121.

Três Barras – SC, 15 de março de 2.010.

RAQUEL CUNHER VIEIRA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal.

Aviso de Credenciamento

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 003/2.010 - PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA EXECUÇÃO DE EXAMES DE IMAGENS ULTRASSONOGRAFICAS.

O Município de Três Barras, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento (Chamamento Público) nº. 003/2.010 de Prestadores de Serviços especializados na execução

de exames por imagens ultrassonográficas (conforme relação de exames constante do anexo I do edital), ao preço da tabela SIA/SUS acrescida de valores complementares.

Os credenciados deverão efetuar os atendimentos para o Fundo Municipal de Saúde, através da coleta de material e realização dos exames, em estabelecimento próprio, na Fundação Hospitalar e domicílios, conforme indicado pelo Fundo Municipal de Saúde, tendo obrigação do fornecimento dos devidos laudos, que serão retirados pelos próprios pacientes ou pessoas por eles designadas, no próprio laboratório.

DAS INSCRIÇÕES: Os Laboratórios de Análises Clínicas interessados no credenciamento deverão apresentar junto ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Santa Catarina, 616 – Centro, os documentos para habilitação indicados no edital, que poderão ser entregues a partir do dia 17 de março de 2.010. O presente edital de credenciamento universal terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, ou até que outro edital ou ato da administração venha a revogá-lo.

VIGÊNCIA DOS CONTRATOS: Os contratos firmados com os credenciados terão vigência de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 60 (sessenta) meses, caso haja interesse da Administração, com a anuência da credenciada, nos termos do art. 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO: A formalização do credenciamento se dará através de contrato específico originado por Inexigibilidade de Licitação com base legal na Lei 8.666/93 e suas alterações e neste credenciamento, após a entrega da documentação relacionada no edital, conforme minuta constante no anexo II do edital.

RECURSOS FINANCEIROS: Recursos Próprios do Município e Transferências de Recursos do SUS.

DAS INFORMAÇÕES: Informações sobre o andamento da licitação e resultados de julgamentos bem como cópias do edital poderão ser obtidas nos dias úteis, das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 16h30min horas, na Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro, ou através do telefone 47 3623-0121.

Três Barras – SC, 15 de março de 2.010.

RAQUEL CUNHER VIEIRA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal.

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial Nº 54/2010 - PMV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2010 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 54/2010. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PEDRA BRITA QUE SERÁ UTILIZADA NA CONFEÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 09:00 horas do dia 06 de Abril de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 09:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.



Videira/SC, 15 de Março de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Consórcios Públicos

CIS - AMUREL

Ata da Assembleia Geral Ordinária

CIS-AMUREL

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel

CNPJ. 02.715.882/0001-05

25.02.2010 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL – CIS/AMUREL

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez, às 16:00 horas, em primeira e única chamada, reuniram-se na sala dos prefeitos na sede da AMUREL, para Assembleia Geral Ordinária os prefeitos: Sr. Jaime Wensing – Prefeito Municipal de Armazém; Sr. Luiz Carlos Brunel Alves – Prefeito Municipal de Capivari de Baixo; Sr. Inimar Felisbino Duarte – Prefeito Municipal de Jaguaruna; Sr. Celso Heidemann – Prefeito Municipal de Santa Rosa de Lima; Sra. Leonete Back Loffi – Prefeita Municipal de São Martinho; Sr. Arilton Francisconi Candido – Prefeito Municipal de Treze de Maio; Sr. Adir Engel, Secretário Municipal de Agricultura, representando o Prefeito Municipal de Braço do Norte; Sr. Amarildo Matos de Souza – Prefeito Municipal de Imaruá; Sr. José Roberto Martins – Prefeito Municipal de Imbituba; Sr. Célio Antônio – Prefeito Municipal de Laguna; Sr. Silvio Heidemann – Prefeito Municipal de Rio Fortuna; Sr. Castilho Silvano Vieira – Vice-Prefeito Municipal de Sangão; Sr. Manoel Antonio Bertoncini Silva – Prefeito Municipal de Tubarão e Presidente do Conselho. Participaram ainda o Coordenador Técnico Administrativo do CIS-Amurel, o Sr. Edson Nunes, a contadora Patrícia Vieira Martins, e o secretário executivo da Amurel, Sr. Jorge Leonardo Nesi. Após saudar os presentes, o Presidente do CIS-Amurel, Sr. Manoel Antonio Bertoncini Silva, determinou ao coordenador técnico-administrativo a leitura do edital de convocação desta assembleia, que registro a seguir: EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL – CIS/AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios Consorciados para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 25 de Fevereiro de 2010, às 16:00 horas, com a presença de no mínimo 50 (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios Consorciados, em primeira convocação, e às 16:30 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC. Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias: I – Aprovação da ata da assembleia anterior (cópia entregue antecipadamente a todos os prefeitos); II – Apreciação e aprovação dos registros contábeis anuais, referentes ao ano de 2009 e do relatório anual de atividades do exercício anterior; III - Eleição e Posse para vagas no Conselho Deliberativo e Fiscal – Gestão 2010; IV - Deliberação e Aprovação da proposta orçamentária anual para o ano de 2010; V – Assuntos diversos. Tubarão (SC), 04 de fevereiro de 2010. Manoel Antonio Bertoncini Silva, Presidente do CIS-Amurel. Em seguida colocou para aprovação (item I da pauta), a ata da AGO realizada no dia 14.12.2009, com dispensa de sua leitura, tendo em vista que cópia da mesma foi recebida pelos prefeitos, que confirmaram seu recebimento e por unanimidade os presentes afirmaram concordar com o teor da mesma, dando-a como aprovada. Na sequência, item II, Apreciação e aprovação dos registros contábeis anuais, referentes ao ano de 2009 e do relatório

anual de atividades do exercício anterior. O Presidente solicitou à contadora do CIS-Amurel, Srta Patrícia Vieira Martins, que apresentasse os relatórios contábeis do exercício de 2009, os quais foram analisados pelo Conselho, sendo aprovado por todos, sem ressalva. Foi ressaltado pela contadora, ainda, o registro dos valores relativos à retenção de IRRF sobre os pagamentos efetuados aos prestadores de serviços na área da saúde, os quais pertencem aos municípios consorciados, cabendo-lhes a destinação. Quanto ao saldo financeiro existente ao final do exercício de 2009, foi esclarecido que se referem à rendimentos de aplicação financeira e de valores repassados para realização dos serviços do contrato de programa e ainda não utilizados pelos entes consorciados. Após discussão, ficou decidido que os respectivos valores, deverão ficar à disposição dos municípios pelo critério de rateio proporcional utilizado pelo consórcio, sob a forma de Termo Aditivo para utilização no exercício de 2010. Continuando, o item III, Eleição e posse do novo Conselho Deliberativo-Fiscal para o exercício de 2010, onde abriu o diálogo entre os presentes para formação das chapas, e por consenso chegou-se à seguinte composição, posteriormente aclamada por todos para o mandato fevereiro/2010 até fevereiro/2011, ficando assim constituído: Presidente do Conselho Deliberativo-Fiscal, o Município de São Martinho, na pessoa de sua Prefeita Municipal, a Sra. Leonete Back Loffi; para Vice-presidente, o Município de Armazém, na pessoa de seu Prefeito Municipal, o Sr. Jaime Wensing; para Secretário, o Município de Rio Fortuna, na pessoa do seu Prefeito Municipal, o Sr. Silvio Heidemann e finalmente, para Tesoureiro do Conselho o Município de Braço do Norte, na pessoa do Prefeito Municipal, Sr. Evanísio Uliano. De imediato deu-se pela assembleia a posse aos eleitos, e a nova Presidenta eleita, a Sra. Leonete Back Loffi, passou aos encaminhamentos da pauta desta reunião, ou seja, item IV, Deliberação e aprovação da proposta orçamentária anual para 2010. O Coordenador Técnico-Administrativo, Sr. Edson Nunes, informou que o orçamento foi elaborado considerando os Municípios que já assinaram o respectivo Contrato de Rateio do corrente ano, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Item V – Assuntos gerais, leu-se o ofício do Colegiado de Gestão Regional em Saúde da Amurel, encaminhado por sua coordenadora, a Sra. Tanara Cidade de Souza, deliberando sobre os critérios para contratação de consultas médicas especializadas pelo CIS-Amurel, fixando o preço máximo por consulta, sendo colocado em aprovação a inclusão desta atividade no planejamento do consórcio, no que foi aprovado por todos, para inclusão no edital de credenciamento nº 001/2010. Por fim, a nova Presidenta cumprimentou a todos os presentes, e falou da importância da adesão dos municípios ao consórcio, de forma a viabilizar o acesso a diversos exames e consultas aos entes consorciados, e em seguida agradeceu a todos e como não havia mais nada a tratar, determinou a este coordenador técnico para lavrar a presente ata, que segue assinada nas formas de costume.

LEONETE BACK LOFFI

Presidenta do CIS-Amurel

JAIME WENSING

Vice Presidente do CIS-Amurel

SÍLVIO HEIDEMANN

Secretário do CIS-Amurel

EVANÍSIO ULIANO

Tesoureiro do CIS-Amurel

EDSON NUNES

Coordenador Técnico-Administrativo